



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
MESTRADO E DOUTORADO



Valéria Barreiro Postali Santana

*Rigidez Normativa e Circuito Inferior em
Maringá (PR): Territórios, Atividades e Atores*



Valéria Barreiro Postali Santana

*Rigidez Normativa e Circuito Inferior em
Maringá (PR): Territórios, Atividades e Atores*

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Estadual de Maringá como requisito parcial para a obtenção do título de doutora em Geografia sob a área de concentração Análise Regional e linha de pesquisa Produção do Espaço e Dinâmicas Territoriais

Orientador: Prof. Dr. Cesar Miranda Mendes

**Maringá
2013**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Biblioteca Central - UEM, Maringá, PR, Brasil)

P857r

Postali-Santana, Valéria Barreiro

Rigidez normativa e circuito inferior em Maringá (PR): territórios, atividades e atores / Valéria Barreiro Postali-Santana. -- Maringá, 2013.

251 f. : il. color., figs., tabs., grafs., mapas

Orientador: Prof. Dr. César Miranda Mendes.

Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Humanas Letras e Artes, Departamento de Geografia, Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2013

1. Economia urbana - Maringá (PR). 2. Circuito inferior - Maringá (PR). 3. Pobreza. 4. Trabalho informal. 5. Circuitos econômicos. 6. Planejamento urbano. 7. Zoneamento urbano. 8. Segregação socioespacial. 9. Segregação residencial. 10. Globalização. 11. Neoliberalismo. 12. Reestruturação produtiva. 13. Norte paranaense. 14. Brasil - Crise econômica - Década 80 e 90. 15. Trabalho - Geração de empregos. 16. Desemprego. I. Mendes, César Miranda, orient. II. Universidade Estadual de Maringá. Centro de Ciências Humanas Letras e Artes. Programa de Pós-Graduação em Geografia. III. Título.

CDD 21.ed. 910.1732

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. Cesar Miranda Mendes – UEM
(Orientador)

Prof. Dr. Edilson Luis de Oliveira – UEL
(Membro convidado)

Profª Drª Jaqueline Telma Vercezi – UEM
(Membro convidado)

Profª Drª Silvia Aparecida Guarnieri Ortigoza – UNESP
(Membro convidado)

Profª Drª Tania Maria Fresca – UEM/UEL
(Membro convidado)

Maringá
2013

Mais uma vez e sempre a você, Darlan...

Agradecimientos

Antes de tudo, agradeço inteiramente a Deus, pois em meio a tantas dificuldades concedeu-me disposição e sabedoria para prosseguir em minha luta diária na conquista de um sonho.

De todo coração, agradeço aos meus amados pais, José Oscar e Iolanda, pelo sacrifício que sempre fizeram a fim de proporcionar-me as oportunidades de tornar-me capaz de transformar a minha vida, a minha história.

Agradeço ao Felipe, meu amado e admirado irmão, por ser um exemplo de determinação e de amor à ciência.

A meu amigo e orientador, Professor Cesar, minha gratidão pelos materiais disponibilizados, pela paciência e generosidade, pelas orientações geográficas e orientações de vida.

Aos meus Professores e amigos Edilson e Tania, pelas valiosas contribuições científicas, pelo tempo dedicado, pelas orientações, pelo carinho e amizade.

Agradeço aos meus amigos e companheiros de trabalho Marcos Bovo, Fábio Costa, Sandra Yokoo, Jaqueline Vercezi, Janério Manoel e Virgílio Manuel pela amizade, contribuições científicas, conselhos e por ajudarem a levantar-me todas as vezes que caí.

Minha gratidão às minhas amigas Karine, Kelin, Kheila, Juliana, Léa e Nani pelo apoio, palavras de conforto e orações. Vocês fizeram a diferença na minha caminhada!

Ao amigo Pastor Izaias Rodrigues agradeço pelas orações e palavras de apoio.

Agradeço aos trabalhadores do circuito inferior de Maringá que prontificaram-se a responder o questionário contribuindo para minha pesquisa.

E por último, mas de um modo muito especial, agradeço a meu companheiro Darlan, pois sem sua presença em minha vida jamais teria conseguido chegar até aqui. Obrigada de todo o meu coração por fazer parte da minha história!

Enfim, agradeço a todos aqueles que acreditaram em mim e que, de alguma forma, contribuíram para a realização deste trabalho.

Muito obrigada a todos!

POSTALI SANTANA, Valéria Barreiro. **Rigidez normativa e circuito inferior em Maringá (PR):** territórios, atividades e atores. 2013. Tese (Doutorado em Geografia) – UEM, Maringá, 2013.

RESUMO

As cidades abrigam diferentes divisões do trabalho que se explicam por lógicas distintas, porém interdependentes. Justapostas no meio construído, encontram-se combinadas múltiplas formas de produção, distribuição e consumo realizadas com técnicas e formas de organização diversificadas. Segundo Santos (1979), a segmentação presente nas cidades dos países subdesenvolvidos em relação às possibilidades de satisfação das necessidades cria diferenças quantitativas e qualitativas no consumo, as quais, por sua vez, constituem-se a causa e o efeito da existência e manutenção de dois circuitos econômicos, o superior e o inferior. No entendimento de Santos (1979), enquanto o circuito superior constitui-se resultado direto das modernizações que atingem o território, o circuito inferior compreende as formas de fabricação de capital não intensivo, as formas mais simples de serviços fornecidos a varejo e o comércio de pequenas dimensões voltadas, sobretudo ao consumo da população pobre. À medida que o circuito superior alimenta-se da aceleração contemporânea global, o circuito inferior é moldado pelos tempos e pelas formas do lugar. No presente trabalho, buscou-se realizar uma análise concernente às dinâmicas que perpassam e definem o circuito inferior da economia na cidade de Maringá à luz das variáveis que caracterizam o período atual, ou seja, a técnica, a informação, o consumo, a publicidade e as finanças (SILVEIRA, 2008; 2009) mediante a rigidez normativa exercida pelo poder público local, condição esta que confere importantes peculiaridades ao circuito inferior da cidade de Maringá distinguindo-o da realidade deste subsistema econômico manifestada nas demais cidades brasileiras.

Palavras-chave: Economia urbana; Circuito inferior; Rigidez normativa; Trabalho; Período técnico-científico-informacional; Pobreza.

POSTALI SANTANA, Valéria Barreiro. **Normative rigour and inferior circuit in Maringá (PR): territories, activities and actors.** Thesis (Doctorate in Geography) – UEM, Maringá, 2013.

ABSTRACT

The cities shelter different divisions of work, which are explained by distinct but interdependent logics. Juxtaposed in the built environment, we can find multiple blended ways of production, distribution and consumption done by differentiated techniques and ways of organization. According to Santos (1979), the segmentation which is present in the cities of the undeveloped countries, related to the possibilities of contenting the needs, creates qualitative and quantitative differences in the consumption, which are the cause and effect of the existence and maintenance of two economic circuits, the superior and inferior ones. Santos (1979) understands that the superior circuit constitutes a direct result of the modernizations which affects the territory, the inferior circuit comprises the ways of manufacture of non intensive funds, the simplest ways of services that are offered to retail and commerce of little dimensions, overcoat turned to the poor population consumption. In moving forwards the superior circuit is fed by the global contemporary acceleration, the inferior circuit is molded by time and shapes of the place. In the present work, we searched to identify an analysis which was concerned to the dynamics that run through and define the inferior circuit of the economy in the city of Maringá, in light of variables which characterize the current period, namely, the technique, the information, the consumption, the publicity and finances (SILVEIRA, 2008; 2009) meantime normative rigour practiced by the local public authorities, condition that confers important peculiarities to the inferior circuit of the city of Maringá, which distinguishes it from the reality of this economic subsystem founded in the other Brazilian cities.

Keywords: Urban Economy; Inferior Circuit; Normative Rigour; Work; Technical-Scientific-Informational Period; Poverty.



“Palco da atividade de todos os capitais e de todos os trabalhos ela [referindo-se à cidade] pode atrair e acolher as multidões de pobres [...]. E a presença dos pobres aumenta e enriquece a diversidade socioespacial, que tanto se manifesta pela produção da materialidade em bairros e sítios tão contrastantes, quanto pelas formas de trabalho e de vida. Com isso, aliás, tanto se ampliam a necessidade e as formas da divisão do trabalho, como as possibilidades e as vias da intersubjetividade e da interação. É por aí que a cidade encontra o seu caminho para o futuro”

(Santos, 2006, p. 323)

Listas

ABREVIATURAS E SIGLAS

ABECS	Associação Brasileira das Empresas de Cartões de Crédito e Serviços
CIC	Cidade Industrial de Curitiba
CMNP	Companhia Melhoramentos do Norte do Paraná
CNPJ	Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
Cocamar	Cooperativa Agroindustrial de Maringá Ltda.
CODEM	Companhia de Desenvolvimento de Maringá
Cofins	Contribuição para Financiamento da Seguridade Social
CPA Trading	Cooperativa Produtora de Álcool
CSLL	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido
CTNP	Companhia de Terras Norte do Paraná
EUA	Estados Unidos da América
FGTS	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FMI	Fundo Monetário Internacional
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS	Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços
Indel	Indústria Eletrônica Ltda.
Ipardes	Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
IPI	Imposto sobre Produtos Industrializados
MPE	Micro e Pequenas Empresas
OMC	Organização Mundial do Comércio
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PEA	População Economicamente Ativa
PIB	Produto Interno Bruto
PIS	Programa de Integração Social
PLHIS	Plano Local de Habitação de Interesse Social
PME	Pesquisa Mensal de Empregos
Repar	Refinaria de Araucária
SANBRA	Sociedade Algodoeira do Nordeste Brasileiro
Sebrae	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
UEM	Universidade Estadual de Maringá
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

Usaçúcar	Usina de Açúcar Santa Terezinha Ltda.
VAF	Valor Adicionado Fiscal
VAI	Valor Adicionado da Indústria
Viapar	Rodovias Integradas do Paraná S/A
VTI	Valor da Transformação Industrial

FIGURAS

Figura 01:	Plano urbanístico de Maringá	98
Figura 02:	Projeto Ágora lançado em 1985, alterado em 1991 e 1993 quando passou a denominar-se Novo Centro	134
Figura 03:	Pequenos estabelecimentos do setor comercial e de serviços do circuito inferior na Rua Joubert de Carvalho (região central)	166
Figura 04:	Meio construído degradado na Avenida Tamandaré (região central)	173
Figura 05:	Serviços de consertos oferecidos pelo circuito inferior na Avenida Morangueira (região nordeste)	175
Figura 06:	Estabelecimentos típicos do circuito inferior: cabeleireiros, jogos de azar, consertos de eletroeletrônicos e bar na Avenida Pedro Taques (região nordeste)	180
Figura 07:	Estabelecimentos de prestação de serviços do circuito inferior na Avenida dos Palmares (região nordeste)	183
Figura 08:	Atividades típicas do circuito inferior – cabeleireiros, mini mercado e comércio e serviços de motocicletas – na Avenida dos Palmares (região noroeste)	191
Figura 09:	Atividades do circuito inferior realizadas abaixo (bar) e de frente ao local de moradia na Avenida Brasil (região sudeste)	200
Figura 10:	Vendedor ambulante de frutas localizado na rotatória da Avenida Mandacaru (região noroeste)	205
Figura 11:	Concentração de estabelecimentos do circuito inferior na Avenida Brasil (região sudoeste)	213

GRÁFICOS

Gráfico 01:	Comparativo entre empregados, desempregados e trabalhadores por conta própria entre os anos de 1989, 1995, 2002, 2007 e 2010	49
Gráfico 02:	Evolução do índice de desemprego no Brasil entre 1980 a 2010 ..	52
Gráfico 03:	Evolução do emprego em Maringá entre os anos de 1999 e 2011	74
Gráfico 04:	Composição setorial do Produto Interno Bruto (PIB) em Maringá no ano de 1970	105
Gráfico 05:	Evolução do número de cartões entre 2006 e 2010 no Brasil	122
Gráfico 06:	Preços dos alugueis dos estabelecimentos do circuito inferior na cidade de Maringá	169
Gráfico 07:	Proprietários e não proprietários dos imóveis dos estabelecimentos do circuito inferior na cidade de Maringá	170
Gráfico 08:	Principais gastos nos estabelecimentos do circuito inferior na cidade de Maringá	171
Gráfico 09:	Instrumentos de trabalho utilizados nos estabelecimentos do circuito inferior na cidade de Maringá	184
Gráfico 10:	Formas de pagamento oferecidas pelos estabelecimentos do circuito inferior na cidade de Maringá	185
Gráfico 11:	Principais formas de pagamento utilizadas pelos consumidores dos estabelecimentos do circuito inferior na cidade de Maringá .	187
Gráfico 12:	Realização dos serviços de contabilidade dos estabelecimentos do circuito inferior na cidade de Maringá	189
Gráfico 13:	Dias e horários de funcionamento dos estabelecimentos do circuito inferior na cidade de Maringá	190
Gráfico 14:	Procedência das mercadorias e insumos dos estabelecimentos do circuito inferior na cidade de Maringá	193
Gráfico 15:	Formas de pagamentos das mercadorias e insumos adquiridos pelos estabelecimentos do circuito inferior na cidade de Maringá	195
Gráfico 16:	Empregabilidade de mão de obra nos estabelecimentos do circuito inferior na cidade de Maringá	198

Gráfico 17:	Programação do 13º salário pelos empresários dos estabelecimentos do circuito inferior na cidade de Maringá	201
Gráfico 18:	Formas de publicidade realizada pelos atores dos estabelecimentos do circuito inferior na cidade de Maringá	203
Gráfico 19:	Gênero dos atores do circuito inferior na cidade de Maringá	207
Gráfico 20:	Faixa etária dos atores do circuito inferior na cidade de Maringá	208
Gráfico 21:	Tempo de atuação dos atores do circuito inferior na atividade atual	211
Gráfico 22:	Grau de escolaridade dos atores do circuito inferior na cidade de Maringá	214
Gráfico 23:	Familiares empregados nos estabelecimentos do circuito inferior de Maringá com registro na carteira de trabalho	216
Gráfico 24:	Empresários do circuito inferior de Maringá que usufruem de férias	218
Gráfico 25:	Formas de registros dos empresários do circuito inferior de Maringá	219
Gráfico 26:	Renda média mensal dos empresários do circuito inferior de Maringá proporcionada pela atividade em questão	222

MAPAS

Mapa 01:	Região Norte Central Paranaense	67
Mapa 02:	Localização da malha urbana de Maringá no território municipal	69
Mapa 03:	Localização anterior e atual do comércio popular da área central de Maringá	141
Mapa 04:	Macrozoneamento urbano da Prefeitura Municipal de Maringá	143
Mapa 05:	Ruas e avenidas analisadas na cidade de Maringá	145
Mapa 06:	Estabelecimentos do circuito inferior pesquisados na cidade de Maringá	147
Mapa 07:	Localização das feiras livres na cidade de Maringá	172
Mapa 08:	Perfil socioeconômico dos moradores da cidade de Maringá conforme zoneamento urbano da Prefeitura Municipal	197

QUADROS

Quadro 01:	Divisão do trabalho no circuito inferior no setor comercial na região central de Maringá: comércios	156
Quadro 02:	Divisão do trabalho no circuito inferior no setor de prestação de serviços na região central de Maringá: serviços	157
Quadro 03:	Divisão do trabalho no circuito inferior no setor comercial na região noroeste de Maringá: comércios	158
Quadro 04:	Divisão do trabalho no circuito inferior no setor de prestação de serviços na região noroeste de Maringá: serviços	159
Quadro 05:	Divisão do trabalho no circuito inferior no setor comercial na região nordeste de Maringá: comércios	160
Quadro 06:	Divisão do trabalho no circuito inferior no setor de prestação de serviços na região nordeste de Maringá: serviços	161
Quadro 07:	Divisão do trabalho no circuito inferior no setor industrial na região nordeste de Maringá: indústrias	162
Quadro 08:	Divisão do trabalho no circuito inferior no setor comercial na região sudoeste de Maringá: comércios	162
Quadro 09:	Divisão do trabalho no circuito inferior no setor de prestação de serviços na região sudoeste de Maringá: serviços	163
Quadro 10:	Divisão do trabalho no circuito inferior no setor industrial na região sudoeste de Maringá: indústrias	163
Quadro 11:	Divisão do trabalho no circuito inferior no setor comercial na região sudeste de Maringá: comércios	164
Quadro 12:	Divisão do trabalho no circuito inferior no setor de prestação de serviços na região sudeste de Maringá: serviços	165
Quadro 13:	Divisão do trabalho no circuito inferior no setor industrial na região sudeste de Maringá: indústrias	165
Quadro 14:	Divisão do trabalho no circuito inferior por ramos de atividade na cidade de Maringá: comércios	177
Quadro 15:	Divisão do trabalho no circuito inferior por ramos de atividade na cidade de Maringá: serviços	178

Quadro 16: Divisão do trabalho no circuito inferior por ramos de atividade na cidade de Maringá	179
--	------------

TABELAS

Tabela 01:	Saldos brasileiros do balanço de pagamentos em US \$ milhões	41
Tabela 02:	Composição do emprego como % do emprego total no Brasil entre 1991 a 2010	55
Tabela 03:	Modalidade da força de trabalho empregado na microrregião de Maringá	68
Tabela 04:	Evolução da população de Maringá entre 1950 e 2010	70
Tabela 05:	Procedência da população destinada a Maringá entre a década de 1970 a 1980	71
Tabela 06:	Valor Adicionado Fiscal segundo ramos de atividades no ano de 2010 em Maringá	75
Tabela 07:	Evolução do saldo de empregos formais por ramos de atividades em Maringá entre 1999 e 2011	77
Tabela 08:	Rendimento médio mensal segundo ramos de atividades na cidade Maringá entre 1999 e 2011	79
Tabela 09:	Evolução dos estabelecimentos segundo ramos de atividades na cidade de Maringá entre 1999 e 2011	79
Tabela 10:	Número de estabelecimentos industriais por gêneros na cidade de Maringá até 1970	104
Tabela 11:	Profissões e número de trabalhadores na década de 1950 na cidade de Maringá	110
Tabela 12:	Número de estabelecimentos do circuito inferior por região na cidade de Maringá	168
Tabela 13:	Número de funcionários empregados nos estabelecimentos do circuito inferior na cidade de Maringá	199
Tabela 14:	Forma de programação do 13º salário pelos atores do circuito inferior na cidade de Maringá	201
Tabela 15:	Motivos da opção pela atividade atual dos atores do circuito inferior da cidade de Maringá	210
Tabela 16:	Microempresários do circuito inferior da cidade de Maringá que exercem outra atividade econômica	221

Sumário

INTRODUÇÃO	24
1. O BRASIL APÓS A CRISE DE 1980: UM PANORAMA SOCIOECONÔMICO DA PRODUÇÃO E DO MUNDO DO TRABALHO	34
1.1 Os Efeitos da Globalização e do Neoliberalismo na Economia Brasileira	34
1.2 A Reestruturação Produtiva e seus Impactos na Produção e no Trabalho	44
1.3 A Inserção do Norte Paranaense nos Processos de Transformações Econômicas e Sociais a partir dos Anos de 1980	58
1.3.1 As Repercussões na Cidade de Maringá	66
2. AS NOVAS DINÂMICAS DOS CIRCUITOS ECONÔMICOS NO PERÍODO ATUAL	83
2.1 O Desenvolvimento da Teoria dos Dois Circuitos da Economia Urbana	83
2.1.1 Os Dois Circuitos da Economia Urbana: Elementos e Características	87
2.2 Gênese e Evolução dos Dois Circuitos Econômicos em Maringá	94
2.2.1 A Formação do Circuito Superior de Maringá	100
2.2.2 A Formação do Circuito Inferior de Maringá	107
2.3 As Dimensões da Pobreza Urbana e o Circuito Inferior	112
2.4 Novos Conteúdos da Pobreza Urbana e a Reconfiguração do Circuito Inferior no Período Atual	116
2.5 A Expansão e a Relevância do Circuito Inferior na Geração de Trabalho e Renda	123
3. O CIRCUITO INFERIOR EM MARINGÁ: TERRITÓRIOS, ATIVIDADES E ATORES	131
3.1 Rigidez Normativa e Exclusão: o Poder Público Maringaense e sua Atuação Enquanto Circuito Superior	131
3.2 O Encaminhamento Metodológico da Pesquisa	142
3.3 Os Territórios do Circuito Inferior de Maringá: Desvendando Lugares	149

3.4	Atividades e Dinâmicas do Circuito Inferior de Maringá: Mil e Uma Formas de Ganhar a Vida	176
3.5	Os Trabalhadores do Circuito Inferior de Maringá: os Atores Não-Hegemônicos que Dinamizam a Economia Urbana	206
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	224
	REFERÊNCIAS	232
	APÊNDICE	245

Introdução

Cada vez mais, as cidades brasileiras comportam-se como abrigos das crescentes atividades imbricadas ao mundo das técnicas, das ciências e das informações. A integração destas díspares variáveis manifesta-se particularmente sob o modo de vida urbano contemporâneo através das profundas mutações no mercado de trabalho vinculadas às esferas da produção, da circulação e do consumo. O período atual, denominado por Santos (2006) de período técnico-científico-informacional traduz-se, portanto na crescente aproximação entre ciência, técnica e informação, manifestando-se nas mais distintas formas de sociabilidade e de articulação entre os lugares.

Dissertando sobre o período atual, Oliveira (2011) argumenta que

as maneiras como esse conjunto de variáveis, eventos e processos se combinam nos lugares fazem com que o período atual também se caracterize pela coexistência entre novas e velhas formas de estabelecer a coerência e a subordinação entre os circuitos da economia urbana. Os circuitos se reestruturam, adquirem novas feições, ensejam a realização de novos processos e a perpetuação de outros, dão existência a novas formas e fazem reviver formas consideradas superadas (OLIVEIRA, 2011, p. 15).

Conforme assevera Santos (1979), são nestas mesmas cidades que multiplicam-se as mais variadas formas de trabalho realizadas com capitais reduzidos e dependentes dos próprios conteúdos dos lugares onde as mesmas encontram-se inseridas. Montenegro (2009) considera que, desse modo, as cidades passam a abrigar diferentes divisões do trabalho, divisões estas que coexistem e estabelecem distintas relações com seu meio construído. A coexistência entre estas divisões do trabalho refletem-se, na concepção de Santos (1979), na criação e manutenção de dois subsistemas econômicos urbanos, compreendidos pelo autor como **circuito superior** e **circuito inferior**. Elucida-se, portanto que tais circuitos constituam-se como expressões da superposição das divisões do trabalho nos lugares (OLIVEIRA, 2011).

Essa complexa justaposição de divisões territoriais do trabalho conforme destaca Silveira (2011), carece de um atento olhar às contradições, haja vista que atualmente a pobreza parece resultar não apenas da exclusão da modernidade contemporânea, mas, sobretudo da presença desta.

No entendimento de Santos (1979), os circuitos econômicos têm a mesma origem, ainda que compreendam resultados diretos e indiretos das modernizações. Enquanto expressões das clivagens presentes nas cidades, os circuitos econômicos constituem um retrato da dinâmica da divisão do trabalho. O autor assevera que os circuitos econômicos não

constituem sistemas fechados em si mesmos, mas estabelecem entre eles relações de complementaridade e de concorrência. “Essas complementaridades não eliminam, porém, a concorrência e as hierarquias. Na realidade, o circuito inferior é dependente do circuito superior, sobretudo dos serviços prestados por atacadistas, transportadores e fornecedores de crédito” (MONTENEGRO, 2006, p. 11).

Conforme elencou Santos (1979), o circuito superior é composto pelas instituições bancárias, comércio e indústria de exportação, indústria moderna, serviços modernos, atacadistas e transportadores, sendo que o mesmo manifesta-se territorialmente como o resultado direto das modernizações. Silveira (2011) afirma que no período atual, as principais atividades vinculadas a este circuito constituem-se nas grandes indústrias, corporações globais e multisetoriais, empresas de consultoria, empresas produtoras de informação e de alta tecnologia, grandes firmas de *entertainment* e empresas do ramo financeiro. Santos (1979) identifica no bojo do circuito superior a existência de um circuito superior marginal. Para o autor, este circuito superior marginal “pode ser o resultado da sobrevivência de formas menos modernas de organização ou a resposta a uma demanda incapaz de suscitar atividades totalmente modernas” (SANTOS, 1979, p. 80).

O circuito inferior, por sua vez, compreende o resultado indireto das modernizações manifestas no território, com suas lógicas opostas e complementares ao circuito superior da economia. Este circuito caracteriza-se pela fabricação e comércio em pequenas quantidades, pela utilização de capitais reduzidos, pelo trabalho autônomo e não raramente familiar. O circuito inferior constitui-se ainda em atividades de pequena dimensão, como o pequeno comércio varejista e inclusive ambulante; diversas formas de artesanato, reparação e consertos; alguns tipos de transportes; prestação de serviços banais ou mesmo a agricultura intraurbana presente em algumas cidades (SILVEIRA, 2011). Para Montenegro (2009), o circuito inferior pode ser compreendido como as formas de trabalho urbanas assumidas pela pobreza nas grandes cidades.

Silveira (2009) considera que apesar do território brasileiro transformar-se cada vez mais em uma arena de produções modernas e globalizadas abrigando um denso circuito superior, o território não deixa de estar acompanhado de um profuso circuito inferior em plena expansão, em outros termos, a cidade é composta por áreas de mercado distintas para os diferentes circuitos de produção e circulação que nela coexistem. “Como a expansão do seu meio construído se acelera, as valorizações e desvalorizações dos pedaços da cidade são

frenéticas, ensejando a possibilidade de instalação, aqui ou ali, de atividades menos capazes de dar valor aos seus produtos. É o reino do circuito inferior [...]” (SILVEIRA, 2004, p. 63).

Para Montenegro (2006), enquanto o circuito superior afirma crescentemente seu caráter poupador de mão de obra, o circuito inferior, nas suas mais distintas formas de organização, vem se consolidando como o abrigo e o fornecedor de ocupação e renda para grande parcela da população pobre que habita as cidades. Estaria ocorrendo, portanto um processo de transformação e renovação de uma divisão do trabalho endógena à cidade, na medida em que o circuito inferior aumenta sua capacidade de abrigar cada vez mais pessoas (SILVEIRA, 2013). A situação de precariedade na qual vive parcela considerável da população urbana brasileira leva à criação e à reprodução constante dessa divisão do trabalho composta por “[...] uma variedade infinita de ofícios, uma multiplicidade de combinações em movimento permanente, dotadas de grande capacidade de adaptação, e sustentadas no seu próprio meio geográfico [...]” (SANTOS, 2006, p. 260).

Neste sentido, é possível asseverar que estaria ocorrendo um processo de transformação e renovação de uma divisão do trabalho endógena à cidade (SILVEIRA, 2013), na medida em que o circuito inferior aumenta sua capacidade de abrigar cada vez mais pessoas. A situação de precariedade na qual vive parcela considerável da população urbana brasileira conduz à criação e à reprodução constante dessa divisão do trabalho composta por “[...] uma variedade infinita de ofícios, uma multiplicidade de combinações em movimento permanente, dotadas de grande capacidade de adaptação, e sustentadas no seu próprio meio geográfico [...]” (SANTOS, 2006, p. 260).

No discernimento de Montenegro (2011), a reflexão sobre o circuito inferior, em particular, aproxima-se de certo modo, de uma análise sobre o processo de precarização do trabalho que nos dias atuais aumenta a vulnerabilidade social e produz diversas formas de trabalho que terminam por envolver ainda que indiretamente a totalidade do espaço urbano (MONTENEGRO, 2006). Segundo Pereira (2013, p. 09),

o espaço urbano das grandes cidades, pela sua própria organização, denuncia as carências e a situação crítica em que se encontra a sociedade brasileira atual. Também nesse sentido, o circuito inferior da economia urbana nas grandes cidades é ainda um tema de extrema importância e atualidade para a compreensão do espaço e da economia urbana no Brasil contemporâneo, visto que garante a existência do emprego e promove oportunidades para a população pobre (PEREIRA, 2013, p. 09).

Enquanto teoria do desenvolvimento econômico em sua dimensão espacial, Santos (1979) defende que a teoria dos dois circuitos econômicos compreende um caminho em direção à reflexão acerca das transformações espaciais produzidas direta ou indiretamente pelas modernizações que atingem o território no período atual. A teoria dos dois circuitos permite, então, avançar na compreensão do espaço geográfico enquanto território usado onde cada ator possui diferentes forças.

Para Santos (1996), se os atores do circuito superior têm no território um recurso para a realização de seus interesses corporativos enquanto os agentes do circuito inferior utilizam o território enquanto um abrigo. O autor acrescenta ainda que embora cada ação realize-se segundo tempos distintos, diversas ações ocorrem simultaneamente revelando que o espaço concretiza a reunião de todos os atores com suas múltiplas e desiguais possibilidades de uso do território e do tempo.

A partir da análise realizada por Santos (1979) sobre os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos, torna-se possível compreender-se a relevância do circuito inferior para a manutenção e sobrevivência das famílias de baixo poder aquisitivo nas cidades brasileiras mediante o fato de que parcela considerável destas famílias encontra-se inseridas nas atividades e serviços vinculados ao circuito inferior da economia. Portanto, compreender, analisar e utilizar a teoria dos circuitos econômicos consiste em uma questão fundamental para a realização das análises realizadas neste trabalho em virtude do circuito inferior constituir-se em uma das únicas possibilidades ao alcance do trabalhador urbano para dar continuidade à sua reprodução social e material.

A inquietação despertada pela temática do circuito inferior de Maringá diz respeito às peculiaridades deste subsistema econômico manifestas na cidade em voga. Diferentemente das ostensivas formas de manifestação do circuito inferior nas cidades brasileiras, em Maringá este circuito apresenta-se sobremaneira implícito no território urbano em virtude da dispersão espacial do fenômeno conjugada às ações do poder público local, agente este passível de ser interpretado no âmbito do circuito superior.

A cidade de Maringá apresenta uma rigidez normativa que comanda seu meio construído, o desenvolvimento de suas atividades econômicas e as atuações de seus atores não-hegemônicos constituindo-se em um fator de definição das dinâmicas específicas assumidas por sua economia urbana. O elevado grau de exigências burocráticas no zoneamento e ocupação urbanas tende a privilegiar os agentes mais capitalizados que segregam as condições normativas e financeiras.

Segundo Rodrigues (2004), esta rigidez urbanística associada ao alto preço do solo urbano maringense tende a restringir a presença de pequenos negócios pouco capitalizados de forma concentrada em algumas áreas da cidade, sobretudo na região central e suas adjacências, bem como nos bairros residenciais que abrigam uma população economicamente privilegiada. Entrementes, a magnitude das atividades desenvolvidas no bojo do circuito inferior na cidade de Maringá revelou que a despeito da rigidez normativa executada pelo poder público local e das demais condições adversas ao desenvolvimento deste subsistema, os atores não-hegemônicos encontram interstícios no meio construído e nas próprias normas para instalarem-se na cidade de Maringá.

Toda uma gama de pequenas atividades realizadas com poucos recursos encontra, assim, seu lugar e seu mercado em Maringá, inclusive no centro da cidade onde a normatização e as fiscalizações impõem-se com maior austeridade. A presença destas atividades evidencia que a despeito da rigidez urbanística que caracteriza a cidade as dinâmicas urbanas são, muitas vezes, ditadas mais pelo mercado do que pelas normas. A presença destes atores não-hegemônicos revela como, “na cidade grande, cada agente encontra seu lugar, ou seja, um meio apto para a produção de uma vida de relações que possibilite o trabalho” (SILVEIRA, 2004, p. 154).

Para Montenegro (2009), o desenvolvimento de diferentes formas e estratégias de adaptação realizadas pelo circuito inferior com o intuito de se manter na cidade resulta em muitas “irregularidades” e “ajustes de todo tipo” exercidos pelos pequenos negócios. Por outro lado, a forte valorização imobiliária combinada a essas restrições, implica um alargamento crescente de sua periferia, e, por conseguinte, uma reconfiguração e espraiamento constantes do circuito inferior periférico.

No discernimento de Oliveira (2011), a formação e a reestruturação dos circuitos da economia urbana concretizam-se em sintonia com as transformações na divisão territorial do trabalho. Para o autor, no que tange à região Norte do Paraná, a dinâmica e a sucessão da inserção regional na divisão do trabalho na escala nacional e mundial revela-se decisiva no processo de a formação e transformação da economia urbana de cidade como Maringá e Londrina.

A formação e o desenvolvimento dos dois circuitos econômicos urbanos de Maringá possuem, essencialmente, a mesma gênese, ou seja, o processo de colonização praticado pela CMNP – Companhia Melhoramentos do Norte do Paraná – somado aos conteúdos específicos da cafeicultura implantada no Norte do estado do Paraná e, conseqüentemente em Maringá.

A concentração dos empreendimentos econômicos ligados à cafeicultura de Maringá possibilitou um maior desenvolvimento das forças produtivas na cidade, desencadeando a formação de um circuito superior embrionário bastante dinâmico. A gênese e a formação do circuito inferior manifestaram-se quase concomitantemente à formação do circuito superior, entretanto os elementos caracterizadores do circuito inferior manifestavam-se ainda mais embrionários (OLIVEIRA, 2011).

Os conteúdos intensivos da técnica, ciência e informação, mencionados por Santos (1994), conformam as atividades mais modernas da cidade e se agregam crescentemente ao seu meio construído, ainda que seletivamente; e é em resposta a esta seletividade que se configura o circuito inferior de Maringá. Todavia, essa articulação mais intensa com as variáveis do período atual (SANTOS, 1994) não se realiza de modo homogêneo entre as atividades do circuito inferior nem na totalidade de seu tecido urbano; a heterogeneidade da pobreza e a presença das mais diversas atividades combinam-se em numerosas situações geográficas nas quais o circuito inferior assume manifestações específicas (SILVEIRA, 2009).

Mediante o intuito de desenvolver uma reflexão relacionada ao circuito inferior da economia na cidade de Maringá, realizou-se um recorte a fim de analisar as micro e pequenas empresas imbricadas a este subsistema econômico em áreas específicas da cidade e não a totalidade das atividades que compõem este circuito que, por sua vez, englobam os mais distintos tipos de ocupações que possibilitam algum tipo de renda na cidade. Destarte, a presente pesquisa atentou, sobretudo aos pequenos estabelecimentos que apresentassem um grau mínimo de organização e não especificamente às atividades realizadas individualmente, como vendedores ambulantes, guardadores de veículos, catadores de materiais recicláveis, dentre outros, que certamente compõem o universo do circuito inferior, mas não constituem o cerne deste estudo.

Corroborando com o discernimento de Durkheim (1985, p. 378), na qual o autor afirma que “ao lado dessa ciência atual e realizada, há outra, concreta e viva, que em parte se ignora e ainda se busca: ao lado dos resultados adquiridos, há as esperanças, os hábitos, os instintos, as necessidades, os pressentimentos [...]. Tudo isso ainda é ciência”, acreditou-se que a proposta metodológica mais pertinente constituía-se na aplicação de questionários nos estabelecimentos inseridos no bojo do circuito inferior nas áreas analisadas da cidade de Maringá.

O intuito da presente tese de doutoramento constitui-se, portanto em identificar os territórios, as atividades e os atores que compõe o circuito inferior da cidade de Maringá à luz das variáveis que caracterizam o período atual mediante a ostensiva rigidez normativa do poder público local.

Neste sentido, o trabalho foi estruturado em três capítulos, sendo que o primeiro capítulo consiste na tentativa de realização de uma análise a partir das mudanças mundiais que desencadearam profundas repercussões no cenário brasileiro após os anos de 1980, especialmente do ponto de vista social e econômico. A escolha pelo recorte temporal justifica-se pela relevância do período pós 1980 no que tange às intensas transformações no mundo do trabalho brasileiro a partir deste período. Serão, portanto discutidos os processos de liberalização econômica e reestruturação produtiva pelo entendimento de que tais condições constituíram-se nos principais responsáveis pelas intensas e profundas alterações do mundo do trabalho no Brasil, alterações estas que corroboraram com a expansão do circuito inferior da economia urbana.

O segundo capítulo apresenta uma análise pautada nas atuais condições da economia brasileira que têm alterado profundamente a dinâmica, bem como a expansão dos dois circuitos econômicos principalmente nas grandes cidades. Destarte, desenvolveu-se uma reflexão a respeito da teoria dos circuitos econômicos formulada por Santos (1979) mediante a condição de que nas últimas décadas do século XX tem-se presenciado os processos de criação e diversificação de atividades desenvolvidas pela população de baixa renda combinados à intensificação da modernização das atividades hegemônicas que possuem como uma das características marcantes a redução no emprego de mão de obra.

Deste modo, as formas de trabalho que a população pobre vem desenvolvendo – consideradas por Santos (1979) como o circuito inferior da economia urbana – têm ganhado um importante destaque nos estudos urbanos sob diversos prismas, como a criação de novas atividades e serviços, a manutenção e/ou adaptação de atividades tradicionais, as formas de organização, a geração de renda, entre outros. Seguidamente buscou-se resgatar elementos históricos e geográficos na tentativa de compreender a gênese da formação dos circuitos superior e inferior da cidade de Maringá.

O terceiro capítulo apresenta de forma detalhada o encaminhamento metodológico da pesquisa, bem como as análises dos resultados obtidos no decorrer das aplicações dos questionários. As reflexões desta parte do trabalho proporcionou o entendimento da atuação do poder público local enquanto agente do circuito superior mediante a austera rigidez

normativa que, não raramente, desencadeiam inúmeras formas de exclusão contra a população urbana, exclusões estas apreendidas desde a socioeconômica à territorial. Os territórios na qual encontram-se inseridos os estabelecimentos imbricados ao circuito inferior da economia, as atividades e as dinâmicas deste subsistema e os atores não-hegemônicos que dinamizam a economia da cidade de Maringá constituem-se o cerne deste capítulo.



(McDonald's para pobres. Fonte: www.insanno.com.br)

“O desenvolvimento do modo capitalista de produção, em forma extensiva e intensiva, adquire outro impulso, com base em novas tecnologias, criação de novos produtos, recriação da divisão internacional do trabalho, ultrapassa fronteiras geográficas, históricas e culturais, multiplicam-se assim as suas formas de articulação e contradição. Esse é um processo simultaneamente civilizatório, já que desafia, rompe, subordina, mutila, destrói ou recria outras formas sociais de vida e trabalho, compreendendo modo de ser, pensar, agir, sentir e imaginar.”

(Ianni, 1997, p. 10)

Capítulo 1

1. O BRASIL APÓS A CRISE DE 1980: UM PANORAMA SOCIOECONÔMICO DA PRODUÇÃO E DO MUNDO DO TRABALHO

O capítulo que será apresentado consiste na tentativa de realizar uma análise a partir das mudanças mundiais que desencadearam profundas repercussões no cenário brasileiro após os anos de 1980, especialmente do ponto de vista social e econômico. A escolha pelo recorte temporal justifica-se pela relevância do período pós-1980 no que tange às intensas transformações no mundo do trabalho brasileiro a partir deste período. Serão aqui discutidos os processos de liberalização econômica e reestruturação produtiva pelo entendimento de que tais condições constituíram-se nos principais responsáveis pelas intensas e profundas alterações do mundo do trabalho no Brasil, alterações estas que corroboraram com a expansão do circuito inferior da economia urbana.

1.1 Os Efeitos da Globalização e do Neoliberalismo na Economia Brasileira

Sassen (2003) assevera que a atual fase da economia mundial pode ser caracterizada por descontinuidades significativas em relação aos períodos anteriores e às novas disposições. Para a autora, esta afirmativa evidencia-se particularmente quando se faz um exame dos impactos da globalização na organização territorial da atividade econômica e na organização do poder político.

Sobre a noção de globalização econômica, a autora argumenta que este termo está cada vez mais sendo apropriado com a intenção de distinguir-se a atual fase econômica emergida a partir dos anos de 1970 (SASSEN, 2003, p. 111). A autora faz menção à globalização como uma “narrativa de la exclusión”, pois segundo ela, esta “[...] descarta un amplio rango de trabajadores, empresas y sectores que no se encajan em las imágenes prevalecientes de la globalización” (SASSEN, 2003, p. 112).

Para Santos e Arroyo (1997), as características que imprimem peculiaridades ao período histórico atual e que, portanto, permitem falar da globalização como uma fase histórica são:

[...] a) a unicidade técnica – em todos os lugares os conjuntos técnicos são, grosso modo, os mesmos, unificando espaço e tempo; b) a convergência dos momentos – a percepção da instantaneidade e da simultaneidade possibilita a interdependência dos eventos acontecidos em lugares longínquos; c) a unicidade do motor – a mais-valia, que tornada mundial por via da produção e unificada por intermédio do sistema financeiros, cada vez mais, assimila território e mercado (SANTOS e ARROYO, 1997, p. 57).

Bauman (1999) assevera que a proximidade entre os homens desencadeada pela globalização deixa transparecer as ambiguidades e as contradições provocadas por um processo globalizante que seleciona lugares e pessoas. Para o autor,

a globalização tanto divide como une; divide enquanto une [...]. O que para alguns parece globalização, para outros significa localização; o que para alguns é sinalização de liberdade, para muitos é um destino indesejado e cruel (BAUMAN, 1999, p. 08).

Analisando os impactos da globalização para o mundo do trabalho, Ianni (2010) disserta que

intensificou-se e generalizou-se o processo de dispersão geográfica da produção, ou das forças produtivas, compreendendo o capital, a tecnologia, a força de trabalho, a divisão do trabalho social, o planejamento e o mercado. A nova divisão internacional do trabalho e da produção, envolvendo o fordismo, o neofordismo, o toyotismo, a flexibilização e a terceirização, tudo isso amplamente agilizado e generalizado com base nas técnicas eletrônicas, essa nova divisão internacional do trabalho concretiza a globalização do capitalismo, em termos geográficos e históricos (IANNI, 2010, p. 56).

Ianni (2010) defende ainda que as relações de produção, as forças produtivas e a forma de reprodução do capital também globalizaram-se. Para o autor,

a dinâmica do capital, sob todas as suas formas, rompe ou ultrapassa fronteiras geográficas, regimes políticos, culturas e civilizações. Está em curso um novo surto de mundialização do capitalismo como modo de produção, em que se destacam a dinâmica e a versatilidade do capital como força produtiva (IANNI, 2010, p. 58).

Para compreender as transformações que a globalização econômica desencadeou no Brasil, faz-se mister realizar uma trajetória, ainda que sucinta, da conjuntura econômica mundial, portanto, convém recordar que o período correspondente entre 1945 a 1975 representa na história do capitalismo um dos períodos na qual mais se acumulou capital em nível mundial. Harvey (1995) defende, contudo que a partir de 1973, contrariando as perspectivas mais otimistas, emergiram os primeiros sinais de esgotamento do processo de acumulação em vigência. A princípio esta crise manifestou-se nos principais países capitalistas da Europa, contudo a partir dos anos de 1980 a mesma atingiu também o Brasil.

O autor menciona que a princípio, a crise foi atribuída ao aumento brutal dos preços do petróleo internacional, contudo tal hipótese foi descartada após a crise ter atingido também os países produtores e exportadores de petróleo (HARVEY, 1995). Não obstante, para alguns países a elevação nos preços do petróleo tenha sido um agravante para aprofundar a crise em detrimento dos impactos gerados nos custos industriais e sociais, Harvey (1995) afirma que este não deve ser considerado o elemento desencadeador da crise em si, já que esta encontra-se embutida na natureza e lógica de funcionamento do modo de produção capitalista.

Sobre a crise em questão, Singer (1987) afirmou que a mesma foi decorrente do esgotamento progressivo das formas sociais e institucionais que haviam sustentado o desenvolvimento do regime de acumulação intensiva a partir da Segunda Guerra Mundial (1939-1945).

Segundo Raulino (2008), na medida em que a crise avançava nos países centrais, uma série de modificações de ordem política e econômica passou a ocorrer. Do ponto de vista político, este período corresponde à retomada do poder pela direita¹.

Para Harvey (1995),

as décadas de 1970 e 1980 foram um conturbado período de reestruturação econômica e de reajustamento social e político. No espaço social criado por todas essas oscilações e incertezas uma série de novas experiências nos domínios da organização industrial e da vida social e política começou a tomar forma. Essas experiências podem representar os primeiros ímpetus da passagem para um regime de acumulação inteiramente novo, associado a um sistema de regulamentação política e social bem distinta (HARVEY, 1995, p. 140)

Os anos de 1980 presenciaram, portanto, certo triunfo da ideologia neoliberal nos países de capitalismo avançado, caracterizado por políticas econômicas que contemplaram a

¹ Inicialmente com Thatcher em 1979 na Inglaterra, Kohl em 1982 na Alemanha e Reagan também em 1982 nos EUA.

redução na emissão de moeda, elevação das taxas de juros, redução de impostos sobre altos rendimentos, eliminação dos controles de fluxos financeiros, ampliação dos níveis de desemprego em massa, imposição de nova legislação antisindical e expressiva redução dos gastos sociais (RAULINO, 2008).

Estas medidas adotadas por tais países visaram a criação de condições para a retomada da rentabilidade do capital. A iniciativa privada também agiu neste sentido através de programas de reestruturação econômica e produtiva.

Raulino (2008, p. 29) comenta que nesta perspectiva neoliberal, a ideia da globalização emergiu “[...] como uma importante via de retomada do processo de acumulação das empresas dos países do capitalismo avançado”. Contudo, a disseminação e adoção dos mecanismos inseridos nesta perspectiva, como o neoliberalismo e a reestruturação da produção, refletiram de forma negativa econômica e socialmente no Brasil.

Esta crise manifesta nos países centrais atingiu o país no final da década de 1970. Mamigonian (2001) recorda que até o início dos anos de 1980 a economia brasileira apresentou uma das maiores taxas de crescimento mundial. No período compreendido entre 1930 e 1980, o Brasil foi um dos países que mais cresceu no mundo, juntamente com a antiga URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas – e o Japão. Entretanto, a partir da década de 1980 iniciou-se o processo de financierização da economia brasileira. A súbita elevação das taxas de juros norte americanas tornou todo o sistema internacional dependente da política monetária dos EUA – Estados Unidos da América. Os países periféricos que se aproveitaram do crédito farto e a baixo custo disponível nos anos de 1970, depararam-se diante enormes dificuldades para cumprir seus compromissos em moeda estrangeira em decorrência da elevação das taxas de juros do mercado internacional (OLIVEIRA, 2006).

Sobre o exposto, Rangel (1985) menciona que nos anos de 1980 a inflação emergiu não só no Brasil como em muitos países. De um momento para o outro, os fluxos de financiamento externo foram interrompidos e os governos dos países periféricos capitularam diante das pressões das agências internacionais e dos países centrais pela adoção de políticas econômicas restritivas que visavam a geração de superávits comerciais. As dificuldades impostas à manutenção dos programas governamentais de substituição de importações, o direcionamento do crédito aos setores exportadores e a queda da renda derivada da redução da atividade econômica e do arrocho salarial comprometeram consideravelmente os investimentos públicos e privados.

Segundo Oliveira (2006, p. 34), diante deste clima de instabilidade econômica e do descontrole dos preços, “[...] as empresas direcionaram para o setor financeiro os recursos que poderiam ser investidos no aumento da capacidade produtiva”.

Rangel (1985) comenta que o crescimento do nível de endividamento tornou ainda mais difícil a negociação da rolagem dos títulos da dívida pública, obrigando o governo a elevar as taxas de juros brasileiras. O autor lembra que a dívida brasileira não foi para pagar as importações correntes, mas sim importações antigas. Em decorrência disto, Oliveira (2006) aponta que

o aumento do diferencial entre os atraentes juros do mercado financeiro e os lucros das atividades produtivas, reprimiu a expansão dos investimentos, já severamente comprometidos pela radicalização da instabilidade econômica (OLIVEIRA, 2006, p. 34).

Oliveira (2006) recorda ainda que à medida que se prolongava o quadro recessivo da economia brasileira, com períodos de crescimento intercalados por períodos de estagnação e mesmo de redução da atividade econômica, os agentes econômicos deslocavam esforços para minimizar os custos e adequar os níveis de produção aos novos patamares de crise vigentes. A esse respeito, Araújo Jr. (2003) acrescenta o aumento da concorrência e da intensificação dos investimentos poupadores de recursos humanos.

As medidas de estabilização adotadas nos anos de 1990 em meio à desregulamentação das instituições laborais e à ausência de políticas de competitividade sistêmicas, contribuíram, conforme menciona Oliveira (2006), para a manutenção do baixo dinamismo econômico e, conseqüentemente, para a expansão da precarização do mercado de trabalho manifesto nas elevadas taxas de desemprego e na expansão do índice de informalidade das relações contratuais.

Cacciamali (1999) acrescenta ao exposto que a estabilização dos preços durante o decênio em análise desencadeou uma taxa de câmbio sobrevalorizada e taxas de juros altíssimas que limitaram o crescimento do produto e do emprego. “O encarecimento das exportações, contraposto parcialmente por medidas fiscais, não apenas freia o crescimento econômico, como também a criação de empregos de boa qualidade” (CACCIAMALI, 1999, p. 06).

Para a autora, esta crise foi agravada pelo processo de liberalização econômica, iniciado nos anos de 1980 e fortemente ampliado na década seguinte. A esse respeito, Pochmann (1999) comenta que se nos anos de 1980, a considerada “década perdida” a

economia brasileira apresentou uma média anual de crescimento do PIB – Produto Interno Bruto – de 3%, nos anos de 1990 o crescimento anual médio atingiu apenas 1,7%.

A ‘década neoliberal’ aparece, portanto, como uma ‘década mais que perdida’. É a década da inserção subalterna do Brasil na mundialização do capital por meio de políticas neoliberais que acentuaram a lógica destrutiva do capital no país (ALVES, 2002, p. 01).

Cacciamali (2004) acrescenta ainda que dentre as principais alterações impostas à sociedade brasileira neste período destacam-se a expansão das privatizações, a desestruturação de serviços sociais públicos e a desregulamentação de mercados, ou seja, as medidas de aceleração para a flexibilização da produção e da mão de obra. Para a autora em questão, o termo desregulamentação relaciona-se à supressão de normas que regulam as relações de trabalho, enquanto o termo flexibilização refere-se, de modo geral, à redução das regras ditadas pelo Estado na regulamentação das relações trabalhistas (CACCIAMALI, 2004).

Referindo-se ainda ao processo de abertura econômica, Araújo Jr. (2003) comenta que parcela considerável das indústrias nacionais viu-se despreparada em decorrência da forma repentina pela qual realizou-se este processo. Deste modo, tais empresas não tiveram condições de ajustamento às mudanças de regras e cronogramas. O autor lembra ainda que, além disso, não foram criadas políticas que fornecessem condições de reestruturação e aumento de competitividade para as empresas nacionais mediante às empresas estrangeiras. Assim, setores menos preparados foram substituídos por empresas fusionadas, incorporadas ou mesmo vendidas à empresas internacionais. Para o autor, a política de abertura comercial prejudicou consideravelmente os interesses e as empresas brasileiras.

Gonçalves e Thomaz Jr. (2002) mencionam que Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) seguiu à risca a “cartilha” do FMI – Fundo Monetário Internacional –, pois a continuidade da política de abertura econômica iniciada na década de 1990 pelo governo de Fernando Collor de Mello (1990-1992) provocou a privatização de empresas estatais, reduziu os orçamentos sociais e contribuiu para que na soma das transformações estruturais do processo capitalista de produção em nível mundial, com as dificuldades políticas e econômicas conjunturais locais, ocorreu o aumento da miserabilidade de parcela considerável da população brasileira.

A liberalização econômica comprometeu ainda importantes cadeias produtivas, atingindo, principalmente, os centros urbanos com maior densidade industrial. Muitas

empresas nacionais que gravitavam em torno de empresas multinacionais foram liquidadas em favor dos fornecedores privilegiados de capital externo que, com sólido lastro financeiro, alta tecnologia e maiores escalas de produção, ofereciam produtos de qualidade a preços menores.

Alguns segmentos industriais relativamente intensivos em trabalho foram duramente atingidos. A indústria têxtil, por exemplo, eliminou um número expressivo de postos de trabalho em razão das enormes pressões impostas pela entrada facilitada dos produtos asiáticos no mercado de trabalho brasileiro. Na capital – neste caso o autor refere-se à cidade de São Paulo – e no ABC paulista, a vinda dos grandes fornecedores internacionais para abastecer as montadoras liquidou inúmeras indústrias que integravam a cadeia de autopeças, seja pelo fechamento, seja por venda ou fusão. Novamente, o resultado foi o declínio acentuado dos empregos e da renda do trabalho (OLIVEIRA, 2006, p. 35).

Com o governo de Fernando Henrique Cardoso a partir de 1994, a indústria brasileira ficou ainda mais exposta frente à concorrência externa. Isso ocorreu não somente pelas tarifas introduzidas nos governos anteriores de Fernando Collor de Mello (1990-1992) e Itamar Franco (1992-1994), mas também pelas políticas de incentivo ao aumento das importações aliadas à ausência de controle e restrição da concorrência e às altas taxas de juros cobradas pelo sistema financeiro. Estes fatores, conforme apontam Mattoso e Pochmann (1998), inibiram a competitividade das indústrias brasileiras devido ao encarecimento da produção.

Mamigonian (2001) afirma que em detrimento da abertura indiscriminada do mercado nacional às importações predatórias, a economia brasileira tornou-se altamente vulnerável aos ditames do FMI– Fundo Monetário Internacional –, do Banco Mundial, da OMC – Organização Mundial do Comércio – e de outras instituições financeiras internacionais. Consequentemente, o Brasil passou a apresentar déficits na balança comercial e de serviços, elevação nas taxas de juros e forte redução nos lucros e dividendos (TABELA 01).

Tabela 01: Saldos brasileiros do balanço de pagamentos em US \$ milhões

Saldos	1987	1990	1997	2000	2002
Balança comercial	+11.172	+10.753	-8.372	-698	+13.143
Balança de serviços	-12.678	-15.369	-27.288	- 25.048	- 23.229
Juros	-8.792	-9.748	-10.390	- 3.316	-13.130
Viagens internacionais	-184	-121	-4.377	- 2.084	-398
Transportes	-785	-1.643	4.514	- 2.896	-2.040
Seguros	-214	-69	+74	-4	-420
Lucros e dividendos	-909	-1.592	-5.597	- 3.316	-5.162
Outros	-1.795	-2.196	-2.485	- 595	-819

Organizado pela autora

Fonte: Mamigonian (2001) e Boletim do Banco Central do Brasil (2011)

Para Mamigonian (2001), essa política neoliberal imposta ao Brasil, na qual os EUA não adotaram o lado negativo da mesma – referindo-se ao Estado menor e à abertura comercial indiscriminada –, acabou resultando no agravamento da dívida pública externa e interna, a ausência de política industrial e de exportações e um maciço desemprego. O autor acrescenta que em decorrência da política neoliberal, o Brasil saltou da oitava posição mundial no número de desempregados para a terceira posição. Em 1990 registrava-se 2,4 milhões de desempregados; subindo para 4,5 milhões em 1995 e atingindo 7,7 milhões em 1999 (MAMIGONIAN, 2001).

A partir das considerações realizadas por Araujo Jr. (2003), na qual o autor menciona que juntamente a essa política neoliberal, as empresas nacionais que antes produziam num ambiente relativamente protegido passaram a adotar estratégias de racionalização produtiva e o processo de terceirização da produção e da mão de obra, é possível realizar um paralelo entre esta situação e o aumento do número de desempregados apontados por Mamigonian (2001), já que a adoção do processo de terceirização promove o enxugamento no número de trabalhadores, principalmente no sentido da formalidade trabalhista.

Outra categoria que fora expandida em detrimento do exposto, diz respeito ao chamado subemprego, que segundo o IBGE (2011) constitui-se em uma situação entre o emprego e o desemprego, melhor dizendo, o subemprego decorre da condição na qual o

trabalhador tendo necessidade de sanar suas carências para sua sobrevivência e de sua família, destina-se a uma atividade informal enquanto procura por emprego. Esta situação, que deveria ser temporária, frequentemente tem se tornado definitiva, transformando o subemprego em um modo de vida urbano.

Sobre o processo de terceirização, convém aqui explicar que este encontra-se presente no país desde a década de 1970, mas foi intensificado a partir dos anos de 1990. O processo de terceirização constitui-se na transferência de determinadas atividades de uma dada empresa a terceiros. A terceirização do trabalho é considerada por muitos autores, como a principal estratégia de reestruturação produtiva, pois ao mesmo tempo em que permite uma recomposição das taxas de lucro pelas empresas, oferece aos capitalistas um maior controle sobre a força de trabalho. O processo de terceirização é amplamente adotado pelas empresas em virtude da redução do ônus com a folha de pagamento do trabalhador, vinculado principalmente às questões trabalhistas, como aviso prévio, FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço –, adicional de férias, 13º salário, contribuição previdenciária patronal, entre outros. O aumento no ritmo de trabalho, a concentração de tarefas e responsabilidades, a precarização das condições de trabalho e emprego podem ser consideradas as principais consequências desse projeto neoliberal (ARAÚJO JR., 2003).

Convém recordar que apesar de o Brasil ter apresentado períodos de retomada do crescimento econômico nos anos de 1990, como atestam os balanços das empresas, uma análise dos indicadores do mercado de trabalho demonstrou, por outro lado, uma perda cumulativa de postos de trabalho na indústria, como demonstra o crescimento persistente do desemprego e da precarização de estatutos salariais (POCHMANN, 1999).

A política de abertura comercial e o câmbio sobrevalorizado contribuíram para um ciclo de falências, fusões e aquisições nas empresas brasileiras, em detrimento disso, aprofundou-se a desnacionalização da economia brasileira. O capital estrangeiro, que correspondia a 36% do faturamento dos 350 maiores grupos do país em 1991, passou para 53,5% no final de 1999. A participação estrangeira no faturamento das maiores empresas do país subiu 146% entre 1991 e 1999 (ALVES, 2002).

Referindo-se a todo este pacote neoliberal adotado pelo governo brasileiro, o autor supracitado escreveu que

a abertura comercial realizada após 1990 comprometeu o desempenho das empresas nacionais e tornou o país um grande importador de produtos e serviços em praticamente todas as esferas da produção. Nesse sentido, houve uma grande desnacionalização de componentes que antes eram fabricados no

país. [...] Este processo foi potencializado pela sobrevalorização da moeda nacional (Real). Desta forma, o índice médio de nacionalização dos produtos foi reduzido além do que seria necessário e justificado pela capacitação técnica. Outra perspectiva da desnacionalização é a oferta interna de bens finais, com a maior participação dos produtos importados em vários segmentos industriais (ARAÚJO JR., 2003, p. 63-64).

Para Oliveira (2006), a intensa modernização da indústria brasileira das décadas de 1960 e 1970, não garantiu a incorporação de novas tecnologias, mas ao contrário, levou à redução da taxa de nacionalização dos produtos, tornando a indústria nacional mais distante e dependente de sua congênere nos países centrais e agravando os desequilíbrios da balança comercial. O aumento da concorrência advindo de tal modernização corroborou não apenas para a eliminação de empresas desajustadas neste sentido, mas também incentivou a modernização de plantas industriais e das formas de organização do trabalho que culminaram na destruição de número expressivo de postos de trabalho no setor industrial (OLIVEIRA, 2006, p. 48).

Segundo Araújo Jr. (2003), apesar da produção nacional utilizar-se de componentes tecnológicos bastante modernos, deve-se levar em consideração que esta tecnologia não era fabricada no Brasil, aspecto este que o torna ainda mais dependente dos países que detém o conhecimento tecnológico. Sobre este aspecto, Rangel (1985) considerou que para a superação da crise brasileira iniciada na década de 1980, não se fazia necessária a utilização de tecnologia de ponta, pois nas considerações realizadas pelo autor, a economia nacional tinha condições de reerguer-se com a tecnologia que detinha.

Convém ressaltar que a introdução dessa tecnologia importada dos países centrais, provocou graves e profundos impactos no emprego da mão de obra, pois embora tenham sido investidos milhões na educação e treinamento de trabalhadores, além da revalorização do trabalho industrial, essas mudanças tinham o objetivo de extrair a máxima eficiência dos operários, não se constituindo, entretanto, na redução da exploração da mão de obra ou das contradições da relação trabalho e capital (MATTOSO e POCHMANN, 1998).

Na opinião de Araújo Jr. (2003), esperava-se da classe trabalhadora maior engajamento, responsabilidade e flexibilidade, pois ofereceram-se benefícios salariais, maior estabilidade empregatícia e tarefas menos maçantes e rotineiras. “Contraditoriamente, as taxas de desemprego e a insegurança tenderam a aumentar. Além disso, ocorreu um enfraquecimento dos sindicatos de trabalhadores” (ARAÚJO JR., 2003, p. 74).

Conforme menciona o autor supracitado, um estudo realizado pela Fundação Seade (2008) apontou que na década de 1980, os níveis de emprego ficaram muito próximos dos

níveis de atividade industrial, enquanto isso, a partir de 1991 as taxas de emprego decaíram substancialmente, em níveis muito superiores aos de produção. “Em outras palavras, isto significa que a indústria nacional [...] não conseguiu gerar novos empregos, ou em última instância, em manter os mesmos níveis de empregabilidade” (ARAÚJO JR., 2003, p. 75).

Em relação ao desempenho industrial, o Brasil registrou, durante a década de 1990, queda no nível de ocupação média anual de 1%, quando nos anos 1980 havia registrado expansão média anual de 3,1%. Se nos anos 1980 o desemprego cresceu a uma taxa média anual de 3,8%, entre 1989 e 1999 o volume de desempregados cresceu a uma taxa média anual de 15,4%, significando que a cada dois postos de trabalhos criados surgia mais um novo desempregado. Se em 1996 existiam 4,74 milhões de desempregados, em 1999 esse número saltou para 7,23 milhões (POCHMANN, 2000).

A disseminação da microeletrônica reduziu os custos e o tempo de produção, aumentando assim, os índices de produtividade. Corroborando com esta análise, Singer (1998, p. 06) afirmou que “os aumentos de produtividade permitem baratear produtos e isso, sem dúvida, expande o seu consumo, mas raramente tanto quanto cai o emprego de trabalho em sua confecção. Por isso, o volume total de ocupação tende a cair”.

Neste sentido, acredita-se que as análises apoiadas na teoria dos circuitos econômicos tornam-se ainda mais proeminentes, uma vez que enquanto manifesta-se uma expansão no circuito superior em decorrência da ampliação do emprego de novas tecnologias, há na contramão deste processo outra expansão, a o circuito inferior, resultado indireto destas modernizações e do processo de exclusão que estas trazem em seu bojo. Neste sentido, a afirmação de Santos (1979) de que o circuito inferior constitui-se em abrigo dos sujeitos e processos excluídos das modernizações é mais uma vez confirmado.

1.2 A Reestruturação Produtiva e seus Impactos na Produção e no Trabalho

O movimento de transformação social na qual transcorreu o capitalismo mundial no decorrer dos anos de 1970 e 1980 impactou efetivamente o cenário brasileiro em relação ao

processo de reestruturação produtiva. Valores organizacionais foram alterados visando a necessidade de se recompor, de forma sistêmica, a base produtiva e social da acumulação de capital. Harvey (1995) e Chesnais (1998) asseveram para o surgimento de um novo modelo de regulação social, denominado de acumulação flexível ou modo de acumulação predominantemente financeiro.

Segundo Bauman (1999), desde a década de 1970, o sistema capitalista mundial passava por uma revolução sociocultural de amplo espectro, revolução esta que pode ser observada em parcela considerável das indústrias brasileiras mais dinâmicas como um aspecto crucial a ser adotado dentro das exigências impostas pelo capitalismo mundial. Deste modo, é possível entender que a onda do desemprego industrial ampliada principalmente após a década de 1990, não foi condicionada somente pela inserção da tecnologia de ponta nas indústrias brasileiras, ou seja, os novos padrões de organização de trabalho baseados principalmente no método toyotista de produção, na qual promoveu o enxugamento do quadro de funcionários, re-engenharia e reestruturação organizacional, também constituem-se grandes responsáveis em relação às baixas na admissão e geração de empregos industriais (MATTOSO e POCHMANN, 1998).

Com o intuito de entender este método produtivo que fora disseminado e amplamente adotado no mundo capitalista, Coriat (1994) realizou uma profunda análise sobre o “espírito Toyota” de produzir, na qual permite ao leitor compreender o funcionamento atual de muitas das indústrias brasileiras. Em contato direto com Taiichi Ohno, idealizador do método Toyota de produção, Coriat (1994) entendeu que este modelo produtivo assenta-se sob a combinação de dois princípios considerados básicos ao método: *just-in-time*² e a autoativação da produção.

² Para Gounet (2002), o sistema *Just-in-time*, ou “tempo justo”, consiste em novos métodos de produção, na qual o autor resumiu em seis pontos:

- 1) “A produção é puxada pela demanda, e o crescimento, pelo fluxo”. A demanda do que é vendido, comandada pelas encomendas, dá o ritmo do trabalho e condiciona toda a organização da produção.
- 2) O combate ao desperdício “decompõe o trabalho de uma fábrica em quatro operações: transporte; produção propriamente dita; estocagem; e controle de qualidade”. O controle de estoque é rígido e a produção e a qualidade são controladas com máximo rigor.
- 3) Flexibilização da organização do trabalho, a qual rompeu com a relação homem/máquina. “[...] o trabalho não é mais individualizado e racionalizado conforme o taylorismo; é um trabalho de equipe. A relação homem/máquina torna-se a de uma equipe de operários frente a um sistema automatizado; [...] o trabalhador deve tornar-se polivalente”.
- 4) O *Kanban*, criado para organizar a produção, o sistema de placas ou cartões, constitui-se em uma importante peça para repor peças, material no sistema puxado pela demanda. Assim, quando se utiliza a última peça do lote, aciona-se o *kanban* da peça desejada e esta é solicitada para reconstituir o estoque esgotado na célula de manufatura.
- 5) O sistema flexível de produção tem como objetivo produzir vários modelos, porém, em série reduzida, o que exige mudanças na linha de montagem para produtos diferentes. Para resolver esse quesito, criou-se o SMED (*single minute exchange die*), que aos poucos conseguiu reduzir o tempo de adaptação de uma máquina. O sistema

Outro princípio amplamente adotado neste método produtivo diz respeito à fábrica mínima, princípio este que caracteriza o espaço de produção industrial contemporâneo de muitas empresas. A fábrica mínima refere-se à fábrica de pessoal mínimo e, a esse respeito, o idealizador do método produtivo disserta que

na Toyota, o conceito de economia é indissociável da busca da ‘redução de efetivos’ e da ‘redução de custos’. A redução dos efetivos é, com efeito, considerada como um meio de realizar a redução dos custos que é claramente uma condição essencial da sobrevivência e do crescimento de um negócio (OHNO apud CORIAT, 1994, p. 33).

O “espírito Toyota” consistiu, segundo seu idealizador, em pensar ao contrário de toda a herança legada pela indústria ocidental, ou seja,

produzir não segundo o método norte-americano, que encadeia grandes séries de produtos altamente padronizados, estoques e economias de escala, mas em séries restritas, sem economias de escala e sem estoques, produtos diferenciados e variados. E ainda assim, pois aí está o verdadeiro desafio, obter ganhos de produtividade: produzir a custos sempre e cada vez mais baixos! (CORIAT, 1994, p. 47).

Foi com base neste intuito que a partir dos anos de 1950,

[...] uma via própria, japonesa, de organização do trabalho e de gestão da produção se põe em curso de se afirmar. Seu traço central e distintivo, em relação à via taylorista norte-americana, é que em lugar de proceder através da destruição dos saberes operários complexos e da decomposição em gestos elementares, a via japonesa vai avançar pela desespecialização dos profissionais para transformá-los não em operários parcelares, mas em plurioperadores, em profissionais polivalentes, em ‘trabalhadores multifuncionais’ [...] (CORIAT, 1994, p. 53).

Segundo Coriat (1994, p. 53), esta transformação na qualificação dos operários revela, de fato, um movimento na racionalização do trabalho. “Trata-se aqui, também [...] de atacar o

“baseia-se no princípio de que é preciso preparar ao máximo, antecipadamente, as operações de mudança, para reduzir ao mínimo a intervenção no momento em que a máquina está parada”.

6) O sistema flexível de produção desenvolveu a subcontratação de empresas fornecedoras e acabou impondo aos fabricantes seu modelo de produção, obrigando-os, com isso, a ficar próximos de suas plantas, num raio de 20 km de suas fábricas, para reduzir o transporte e o emprego do *Kanban*. Gounet (2002, p. 29) coloca ainda que o método Toyota constitui-se em “um sistema de organização da produção baseado numa resposta imediata às variações da demanda e que exige, portanto, uma organização flexível do trabalho (inclusive dos trabalhadores) e integrada”. Comumente é associado às técnicas de eficiência usadas no sistema “cinco zeros”: 1) zero atrasos, 2) zero estoques, 3) zero defeitos, 4) zero panes; e 5) zero papéis.

saber complexo do exercício dos operários qualificados, a fim de atingir o objetivo de diminuir os seus poderes sobre a produção, e de aumentar a intensidade do trabalho”.

Para Feldmann (1989), a produção industrial vem aumentando concomitante à redução do número de empregos. Para o autor, as novas tecnologias implicaram no *jobless growth*, ou seja, no crescimento industrial sem empregos. Isso implica na redução do número de empregos ofertados no mercado de trabalho. Coriat (1994) compartilha da mesma ótica a respeito dos efeitos negativos da automação sobre o emprego, pois segundo o autor, em médio prazo a automação desencadeia um elevado efeito desempregador.

Segundo Carvalho (1987), em um estágio de difusão mais adiantado, os efeitos da nova tecnologia são visíveis sobre o volume de empregos. Para o autor, o problema “[...] é que há grande probabilidade de que os empregos novos criados não compensem as perdas ocorridas, seja em função das qualificações, seja em função dos salários pagos” (CARVALHO, 1987, p. 217).

O autor utiliza-se de um exemplo de indústria automobilística nos EUA para procurar dimensionar a problemática do emprego após a adoção de novas tecnologias:

[...] os operários qualificados que não recuperaram seus empregos nas montadoras de automóveis americanas não têm a qualificação necessária para ocupar os novos postos qualificados pelas indústrias do *Silicon Valley* e, tampouco, podem ser aproveitados nos empregos das linhas de montagem, que absorvem majoritariamente mulheres e pagam baixos salários (CARVALHO, 1987, p. 217).

Como pode-se analisar, as mudanças ocorridas nas relações trabalhistas e nas condições de empregabilidade resultantes principalmente do novo método de produção, prejudicaram consideravelmente a condição de vida dos trabalhadores urbanos. O uso indisciplinado da tecnologia de ponta nas indústrias brasileiras dispensou um grande contingente de mão de obra, resultando conseqüentemente, num alto índice de desemprego e subemprego.

A esse respeito, Cacciamali (1999) acrescenta que os ajustamentos realizados no mercado de trabalho foram realizados num contexto de menor crescimento econômico, maior internacionalização e competitividade, reestruturação produtiva e diminuição do emprego industrial, além do desgaste de todo o aparelho estatal e das instituições de mercado de trabalho, como a legislação laboral, seguridade social e sindicatos. A autora lembra que nos

momentos em que foram registradas elevações nas taxas de emprego e ocupação³, este crescimento foi proveniente da expansão do setor terciário, principalmente nas micro e pequenas empresas e sob a forma de trabalhos por conta própria e no serviço doméstico (CACCIAMALI, 1999).

Para Pastore (1997), absorver e adaptar novas tecnologias às condições de cada empresa exige dos trabalhadores um nível mais elevado de qualificação e, segundo o mesmo, esta exigência em relação à qualificação expurga as formas de trabalho tradicionais, acarretando um aumento no número de desempregados ou tornando ainda os trabalhadores mais competitivos entre si.

Como a estrutura de qualificação da classe trabalhadora não se encontrava compatível às novas tecnologias industriais, ocorreu um deslocamento da oferta de mão de obra para outros setores econômicos, pois os trabalhadores industriais desempregados não encontrando possibilidades de reabsorção no setor industrial, deslocaram-se, em sua grande maioria, ao setor de comércio e serviços. Essa afirmação é reforçada através dos dados da PME – Pesquisa Mensal de Empregos – do IBGE (2012), pois a indústria de transformação que em 1991 respondia por 30,2% da taxa de emprego, teve esta participação reduzida para 17,6% em 2002, enquanto o setor de serviços que representava 35,0% do emprego em 1991 teve esse índice expandido para 42,7%.

Araújo Jr. (2003) acrescenta a este quadro, a homogeneização das tarefas entre os trabalhadores de determinados setores, em espaços reduzidos permitindo a flexibilização da produção, proporcionando à empresa a eliminação de mão de obra. Para complementar, as jornadas de trabalho tornaram-se mais extensas, a relativa segurança à estabilidade empregatícia foi praticamente liquidada e passaram a ocorrer graves problemas com relação à representação sindical.

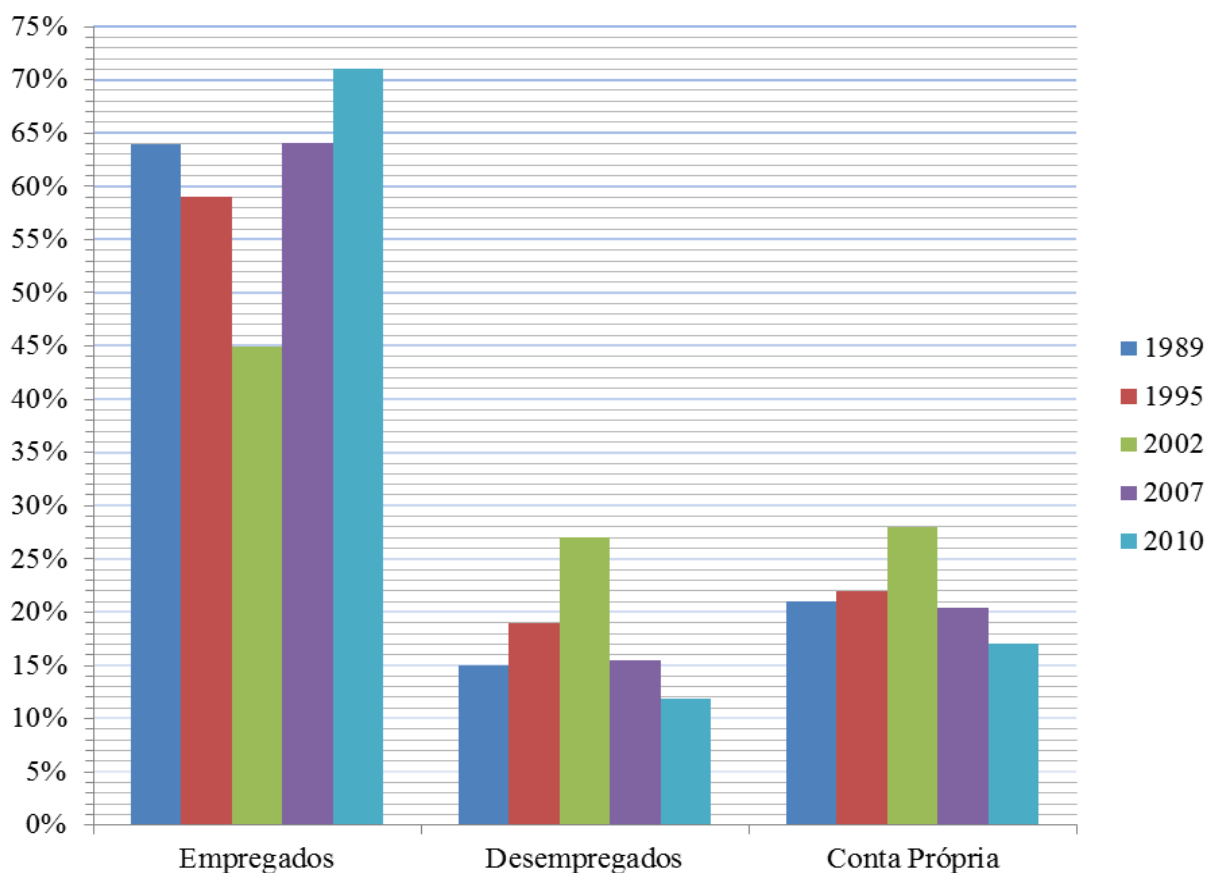
Na verdade, pode-se considerar com base em todo o exposto, que a dinâmica não é outra senão a do capital, para quem o objetivo é a obtenção de lucros que compensem os pesados investimentos tecnológicos, ademais, se para fabricarem-se os novos equipamentos fossem necessários tantos operários quanto estão sendo desempregados pelas máquinas

³ Com base nas terminologias adotadas pelo IBGE (2011), neste trabalho o termo **emprego** está sendo utilizado a partir do recorte de situação ocupacional, assim refere-se ao trabalho assalariado devidamente inserido na legislação trabalhista e previdenciária; por outro lado, o termo **ocupação** será utilizado associado a todas as situações ocupacionais e inclui, portanto, as formas de trabalho por conta própria, sem remuneração, os empregadores e o serviço doméstico.

automáticas, não haveria interesse nenhum na utilização dos sistemas automatizados. É esta a lógica do modo de produção capitalista e não a geração de empregos.

A deteriorização das condições de trabalho agravadas na década de 1990 com o processo de abertura comercial influenciaram fortemente a condição de vida dos trabalhadores brasileiros. Após a falência de algumas empresas ou mesmo com a possibilidade de se empregar pouca mão de obra nestas, os trabalhadores urbanos foram severamente prejudicados, situação esta que manifestou-se na expansão dos índices de trabalhadores desempregados e por conta própria (GRÁFICO 01).

Gráfico 01: Comparativo entre empregados, desempregados e trabalhadores por conta própria entre os anos de 1989, 1995, 2002, 2007 e 2010 no Brasil



Fonte: DIEESE, 2011

É possível considerar que entre os anos de 1989 a 1995 o número de desempregados aumentou 4%, ou seja, saltou de 15% para 19% do total da PEA – População Economicamente Ativa – brasileira; entretanto, o período correspondente entre 1995 a 2002 foi ainda pior para a classe trabalhadora, a porcentagem de desempregados saltou de 19% para 27%, ou seja, 8% em apenas oito anos.

A porcentagem de pessoas que trabalhavam por conta própria também aumentou no decorrer de todo período estabelecido; porém o gráfico acusa um crescimento brutal entre o período de 1995 a 2002; pois enquanto esse índice de crescimento foi de 1% entre o período de 1989 a 1995, entre os anos de 1995 a 2002 essa taxa acusou um aumento de 7%. Contudo, convém salientar que o índice de trabalhadores por conta própria evidencia que o número de desempregos pode ter sido superior aos dados levantados.

Outra análise que pode ser realizada com base no período estabelecido entre 1989 a 2002, corresponde ao aumento do desemprego, ou seja, este só não foi maior em razão das atividades informais – pequenos serviços, trabalhadores sem contratos, atividades familiares sem remuneração, emprego doméstico, entre outros –, já que tais atividades aumentaram consideravelmente durante a década de 1990 e 2000, principalmente no setor de serviços. Conseqüentemente, mediante a necessidade de controle das contas públicas, os incentivos fiscais e financeiros foram reduzidos e extintos. Nas palavras do autor, “[...] como consequência, a produção do país cresceu muito pouco, principalmente no setor industrial” (ARAÚJO JR., 2003, p. 101).

A instabilidade, a crise externa e a estagnação, conforme aponta Dainez (2003) constituíram-se nas marcas registradas da economia brasileira ao longo da década de 1980, sendo que tais aspectos provocaram impactos profundos sobre o país, pois numa sociedade já marcada por enormes desigualdades sociais a perda de dinamismo conduziu a uma verdadeira fratura social.

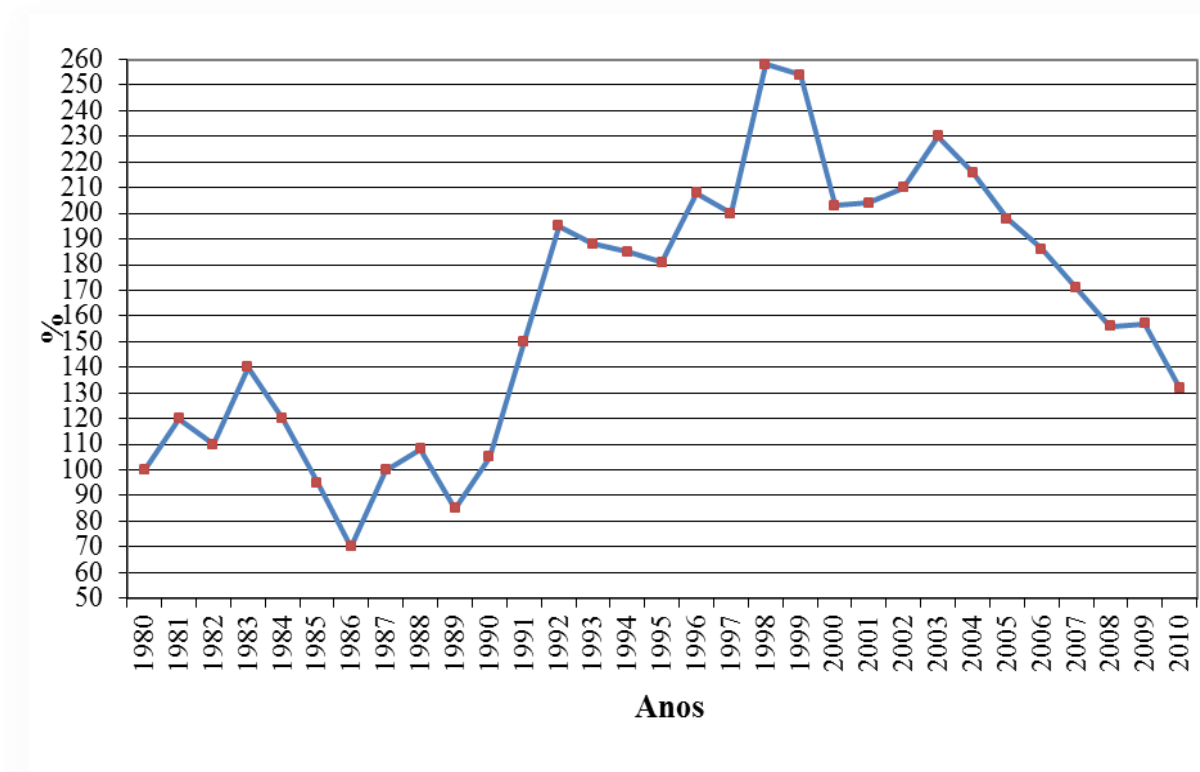
Relacionando-se a esta questão, Mattoso e Pochmann (1998) colocam que, bem ou mal, apesar da enorme desigualdade de renda e de oportunidades a reprodução da sociedade brasileira desde 1930 esteve associada ao rápido crescimento do emprego industrial nos setores dinâmicos, aos serviços estruturados e ao emprego público.

Durante os anos de 1980, a estagnação da economia, a alta inflação e a inviabilização financeira do Estado tiveram impactos profundos no mercado de trabalho e na distribuição da renda nacional (DAINEZ, 2003). Uma constatação importante no período em questão foi a lenta e mínima expansão da PEA, embora num patamar ainda alto; 2,8% ao ano entre 1980 e

1991, contra 4% ao ano entre 1970 e 1980. Entretanto, para Dainez (2003) a taxa de expansão da PEA neste período estava associada à maior participação das mulheres no mercado de trabalho.

Embora o desemprego ao longo de toda década de 1990 tenha sido muito alto, Dainez (2003) coloca que foi após o Plano Real que as taxas de desemprego cresceram ainda mais, de forma que, num período de oito anos consecutivos, 1992 a 1999, não há paralelo na história recente do Brasil de uma taxa média de desemprego aberto de tal magnitude (GRÁFICO 02).

Gráfico 02: Evolução do índice de desemprego no Brasil entre 1980 a 2010⁴



1980 = 100%
Fonte: IBGE, 2011

⁴ Convém elucidar que no ano de 2002 a metodologia adotada pelo IBGE para levantamento dos índices de emprego e desemprego foi alterada por recomendação da OIT – Organização Internacional do Trabalho. A grande dificuldade para conciliar a série antiga (1980-2002) e a série nova série iniciada no mês de março de 2002 não fundamenta-se no número de pessoas ocupadas. Houve algumas mudanças na amostragem, entretanto o número de pessoas empregadas é bastante semelhante nas duas metodologias. A grande alteração diz respeito à estimativa do total da PEA – população economicamente ativa. Enquanto o número médio (no período em que houve os dois cálculos, isto é, de março a dezembro de 2002) de pessoas ocupadas esteve em 17,8 milhões, o denominador para o cálculo da taxa de desemprego passou de 19,1 milhões para 20,1 milhões. Com isso o desemprego médio no ano, antes considerado em 7,3% passou para 11,7%. As taxas passaram a ser 4,4% maiores em termos absolutos. Houve a incorporação à PEA, de alguns grupos que aproximaram a pesquisa do IBGE àquelas realizadas pelo DIEESE:

- faixa etária de 10-14 anos, haja vista que antes considerava-se a PEA a partir de 15 anos;
- pessoas que não procuraram emprego por desalento no último mês, mas procuraram em 6 meses;
- pessoas que procuraram emprego ao longo do último mês, não apenas na semana de referência (IBGE, 2013).

Como pode ser analisado, as taxas de desemprego ao longo da década de 1990 e 2000 apresentam-se extremamente mais elevadas do que as taxas de desemprego dos anos de 1980, período este considerado “década perdida”. Quando em razão da política recessiva adotada pelo Governo Federal, o produto agregado da economia brasileira registrou uma das maiores quedas desde o pós-guerra.

Cacciamali (2004) aponta que ao longo da década de 1990, o desempenho do mercado de trabalho nas regiões metropolitanas brasileiras manifestou-se, particularmente, através de dois processos: por um lado verificou-se uma mudança na composição da ocupação por setor de atividade em detrimento da elevada redução do emprego industrial e do crescimento do setor comercial e de serviços; por outro lado, constatou-se que a maior parcela das ocupações nas metrópoles e nas sedes de regiões metropolitanas, e neste caso pode-se considerar a cidade de Maringá, foi gerada por atividades de baixa produtividade, principalmente das micro e pequenas empresas, caracterizadas por baixa capitalização e atuação à margem de diferentes regulamentações.

Para Thomaz Jr. (2000), esta situação resulta, em parte, da redução do número de postos de trabalho nas indústrias e por um lado da exagerada qualificação de algumas atividades, especialmente a partir da expropriação do saber operário e sua incorporação nas “máquinas inteligentes” – computadores e robôs – às custas da racionalização do trabalho e principalmente do desemprego e, em várias circunstâncias, da exploração do trabalhador com a intensificação da jornada de trabalho. Por outro lado, assiste-se também a desqualificação acelerada que sofre o trabalhador diante das novas tecnologias e das novas formas de gestão impostas pela reestruturação produtiva.

Apoiando-se nos dados expostos no Gráfico 02, é possível afirmar, portanto, que durante os anos de 1990 o fenômeno do desemprego compreendeu uma das principais características da evolução da PEA. Contudo, por tratar-se de dados oficiais, acredita-se que essas taxas possam ter sido ainda mais elevadas do que realmente as que encontram-se representadas. Os anos de 1990 podem ainda, segundo Dainez (2003), ser caracterizados pelo aumento do trabalho informal, precarização das condições de trabalho e diminuição da renda média dos assalariados.

É possível ainda verificar que entre o período de 1981 a 1983 por força da recessão econômica, as taxas de desemprego cresceram rapidamente, voltando a cair no período de 1984 a 1986 com a recuperação do nível de atividade. Com a estagnação da renda per capita nos três últimos anos da década de 1980 as taxas de desemprego subiram um pouco.

Aspecto relevante em relação a esta análise, diz respeito ao impacto dos planos econômicos – Cruzado (1986), Bresser (1987), Verão (1989), Collor I (1990), Collor II (1991) e Real (1994) – sobre a situação do emprego/desemprego no país. Embora todos tenham sido formulados com o intuito de conter o processo inflacionário brasileiro, Pochmann (2001) afirma que essas medidas desencadearam, na maioria dos casos, altas taxas de desemprego e deteriorização das condições trabalhistas.

Portanto, a década de 1980 foi marcada pela criação de inúmeras medidas que procuraram conter a crise econômica, entretanto, a amplitude da crise dos anos de 1990 foi consideravelmente mais grave e desencadeou efeitos mais profundos na economia nacional.

A partir de 1996 a taxa de desemprego começou a se acelerar, atingindo a marca de 8,34% ao ano em 1998 e 8,25% ao ano em 1999 (POCHMANN, 2001). Além do crescimento da taxa nacional de desemprego nos anos de 1990, Dainez (2003) afirma que neste decênio todas as regiões geográficas brasileiras apresentaram taxas de desemprego que foram no mínimo o dobro das apuradas no final dos anos de 1980.

O autor expõe ainda que neste período o aumento do desemprego decorreu, em grande parte, do crescimento superior da PEA em relação à geração de postos de trabalho, mas principalmente em razão do encerramento de milhões de postos de trabalho por todo o país.

Houve, portanto, um aumento assustador das taxas de desemprego e de precarização dos postos de trabalho, o que, em face da insuficiente estrutura de seguridade social existente tornou-se insuportável e perverso para os trabalhadores. Soma-se a esta condição que em um ambiente em que o desemprego grassa e que, por consequência, aumenta-se ainda mais a já elevada assimetria de poder em favor da demanda no mercado de trabalho, as pressões no sentido de alterações no sistema nacional de relações de trabalho passaram a ocorrer de modo mais intenso (MATTOSO e POCHMANN, 1998). Foi somente a partir dos anos de 2000 que as taxas de desemprego começaram a decair, indicando um pequeno, porém importante aumento nos índices de emprego.

A profunda mudança na composição do emprego ao longo da década de 1990 e dos anos de 2000 pode ser analisada na sequência (TABELA 02).

Tabela 02: Composição do emprego como % do emprego total no Brasil entre 1991 a 2010

Ano	Emprego com carteira	Emprego sem carteira	Emprego por conta própria⁵
1991	56,77	21,99	21,25
1992	54,33	23,47	22,20
1993	53,33	24,39	22,28
1994	51,95	25,03	23,02
1995	51,22	25,50	23,28
1996	49,52	26,30	24,18
1997	49,26	26,16	24,58
1998	48,52	26,91	24,58
1999	47,09	27,94	24,97
2000	46,14	29,10	24,76
2001	44,92	30,51	24,58
2002	52,85	24,62	22,53
2003	51,33	25,38	23,29
2004	50,64	26,01	23,35
2005	51,79	25,84	22,38
2006	53,05	24,86	22,09
2007	54,08	23,77	22,16
2008	55,86	22,64	21,49
2009	56,73	21,75	21,52
2010	58,35	20,59	21,05

*A tabela foi elaborada considerando a soma total de 100%

Fonte: Fundação Getúlio Vargas, 2011.

No período de 1991 a 2001, a porcentagem de empregos informais elevou-se em todo o período, enquanto o índice de empregos formais reduziu-se consideravelmente; entretanto, a partir do ano de 2002 as taxas de empregos formais começam a apresentar certa recuperação, atingindo seu ápice no ano de 2010.

As taxas de empregos por conta própria também sofreram queda, apesar de serem pouco acentuadas; contudo, deve-se ressaltar que apesar desta mudança de comportamento no

⁵ Classifica-se como empregado por conta própria a pessoa que trabalha explorando o seu próprio empreendimento, sozinha ou com sócio, sem ter empregado e contando ou não com ajuda de membro da unidade domiciliar em que reside como trabalhador não remunerado (IBGE, 2008).

mercado de trabalho, os índices de informalidade ainda continuam elevados, demonstrando uma tendência difícil de ser superada.

A esse respeito, Mattosso e Pochmann (1998) apontam que somente no período compreendido entre 1990 e 1997, cerca de nove em cada 10 novos empregos criados foram no setor informal, significando a não garantia dos direitos trabalhistas. Os autores acrescentam que o desemprego formal só não foi maior porque continuou aumentando em ritmo intenso o trabalho por conta própria, bem como o trabalho sem carteira assinada.

O oposto deste fenômeno pode ser observado no período correspondente entre 2001 a 2006, onde o número de empregos formais saltou de 591.079 em 2001 para cerca de 1.535.000 em 2006 (NERI, 2007). Partindo destes indicativos, Neri (2007) afirma que o período que se estendeu de 2002 a 2010 pode ser caracterizado como o de redução da desigualdade de renda e de geração de empregos formais.

Para o autor, a partir da superação da recessão de 2003, o Brasil passou a vivenciar um período de redução de pobreza similar em magnitude ao observado após a implementação do Plano Real. A administração iniciada em 2002 pelo então presidente Luiz Inácio da Silva marca um período de grande confiança nos mercados. O lançamento do programa Fome Zero e do Bolsa Família também significou uma ruptura inicial nas políticas de transferência de renda que foram gradualmente sendo implementadas. O autor acrescenta ainda que o salário mínimo cresceu 75% em termos reais do início de 1995 a 2004 e 94% até 2006, incluindo o aumento de quase 10% real em 2005 (NERI, 2007).

Sobre a análise em questão, Fresca (2010) menciona que apesar de não terem sido realizadas políticas contundentes no governo do presidente Luiz Inácio da Silva (2003-2010), verificou-se uma série de medidas necessárias e importantes, como a redução da taxa de juros para a construção civil e financiamento de imóveis, redução dos juros para aquisição de bens de consumo duráveis e investimentos em infraestrutura por intermédio do PAC – Programa de Aceleração do Crescimento. Entretanto, a autora aponta que medidas importantes não foram tomadas, como a redução das taxas de juros para investimentos, a reforma da política cambial e a realização de uma política industrial clara para dinamizar o sistema produtivo industrial brasileiro. No entanto, mesmo sem efetivas políticas por parte do Estado, tem-se verificado o aumento da produção propriamente dita, seja industrial, agroindustrial, construção civil, entre outras (FRESCA, 2010, p. 117).

A administração do presidente Luiz Inácio da Silva (2003-2010) representou, de certo modo, um ponto de inflexão nas relações entre as classes sociais no Brasil, tanto no que diz

respeito às consequências da luta política mais ampla para a ocupação de posições de poder, como no que concerne a uma mudança no regime de políticas públicas atinentes aos setores mais pobres da população.

Fresca (2010) aponta para um avanço das condições gerais da população brasileira em virtude da melhoria das rendas do trabalho, da queda da inflação, da redução do preço dos bens manufaturados e da ampliação do crédito de 60 meses.

Apesar disto, a redução da desigualdade social apontada por Neri (2007), ocorreu sem o impacto redistributivo automático que o fim da alta inflação teve poucos anos antes, graças ao Plano Real de Fernando Henrique Cardoso. O que ocorreu no governo correspondente foi a política pública de efeito diretamente redistributivo, ou seja, a transferência de riqueza dos setores mais desenvolvidos aos mais carentes. Isto decorreu não apenas da expansão e aprofundamento das políticas de transferência direta de renda aos mais pobres, como o Bolsa Família, todavia da elevação real do salário mínimo e do aumento dos empregos formais, como já analisados anteriormente.

Porém, o avanço mais efetivo foi em relação ao desempenho econômico brasileiro, conforme considera Almeida (2011). No período em análise – 2002 a 2010 – as metas de inflação foram alcançadas, houve menor flutuação cambial e maior responsabilidade fiscal. Os resultados foram refletidos sob a forma de taxas mais vigorosas de crescimento de 2005 a 2008. Entretanto, o autor lembra que apesar de constituir-se na oitava maior economia mundial, o Brasil ainda enfrenta sérias dificuldades na distribuição de renda.

Baseando-se nesta afirmativa, é possível considerar que embora os problemas do desemprego e da informalidade empregatícia tenham apresentado considerável melhora nos últimos dez anos, entretanto o problema maior encontra-se na qualidade dos postos de trabalho, pois o custo de vida na grande maioria das cidades brasileiras ainda encontra-se aquém das possibilidades da classe trabalhadora.

A partir da combinação entre reestruturação produtiva e neoliberalismo, foi gerado um novo contexto social em que os trabalhadores de todo o mundo são mais uma vez aviltados, ora por serem destituídos de seus direitos trabalhistas, levados a cabo por políticas governamentais que deixam de lhe conferir a devida proteção, outrora por serem obrigados, pela exclusão do mercado formal de trabalho, a sobreviverem do trabalho em condições precárias, muitas vezes marcado pela informalidade (THOMAZ JR., 2000).

O autor acrescenta que

os efeitos deste processo de precarização do trabalho não podem ser entendidos como sendo de retração do desenvolvimento do capitalismo [...], e sim como efeitos de uma crise que surge intrinsecamente às novas transformações do processo produtivo capitalista, e procuram mais uma vez sacrificar aqueles que pela lógica de funcionamento da sociedade capitalista, não têm outra forma de garantir a sua sobrevivência, que não seja a comercialização de suas potencialidades.

E é diante dessa geografia do mundo do trabalho que podemos apreender o desenho mais caótico do modo capitalista de produção, que com os avanços tecnológicos conseguidos através da aplicação da ciência no processo produtivo, consegue produzir cada vez mais mercadorias com a utilização de um menor número de trabalhadores ligados diretamente a produção, atingindo desta forma o máximo possível de exploração do trabalho.

A nova organização do capital, que permite uma maior produção com a exploração de um menor número de trabalhadores, produz a maior contradição da sociedade capitalista, que é a de que apesar de estabelecer para grande parte da sociedade a venda da força de trabalho como única forma de garantir o seu acesso às mercadorias que satisfaçam as suas necessidades, não permite que parte considerável dos que se encontram aptos e a disposição possam então fazê-lo (THOMAZ JR., 2002, 13).

Santos (1979) tratou essa dinâmica de crescimento desigual e combinado da economia, que por um lado incorpora parcela das pessoas no mercado de trabalho efetivo e, de outro, expulsa parte dos trabalhadores deste mercado, relegando-os às condições de subemprego e desemprego. Malaguti (2001) ao analisar o mercado de trabalho brasileiro atual contribui com esta reflexão afirmando que cerca de um terço dos trabalhadores brasileiros obtém seu sustento através de diversos tipos de trabalhos precários.

Para Santos (1979), esta condição estabelece uma dinâmica complementar e ambígua que une dois subsistemas econômicos urbanos, a qual o autor chamou de circuito superior e circuito inferior.

1.3 A Inserção do Norte Paranaense nos Processos de Transformações Econômicas e Sociais a partir dos Anos de 1980

O desenvolvimento do modo de produção capitalista industrial ocorre através de intensos processos de reestruturação produtiva (SINGER, 1987). Alves (2007) lembra que há pouco mais de duzentos anos o capitalismo moderno é atingido por processos de

reestruturação produtiva que alteram constante e intensamente o mundo do trabalho. Como analisado anteriormente, no século XX foram as inovações fordistas-tayloristas que marcaram a reestruturação produtiva do capital.

Alves (2007) acrescenta que foi um longo processo de mutações sociais, organizacionais e tecnológicas que alteraram a forma produtiva em vários setores da indústria e dos serviços.

Fordismo e taylorismo foram as principais ideologias orgânicas da produção capitalista no século XX, tornando-se “modelos produtivos” do processo de racionalização do trabalho capitalista no século passado. A introdução dos novos “modelos produtivos” foi lenta, desigual e combinada, percorrendo a maior parte do século XX. Ela atingiu de forma diferenciada países e regiões, setores e empresas da indústria ou de serviços. O que surge hoje, com o novo complexo de reestruturação produtiva, o *toyotismo*, é tão-somente mais um elemento compositivo do longo processo de racionalização da produção capitalista e de manipulação do trabalho vivo que teve origem com o fordismo-taylorismo (ALVES, 2007, p. 155-156).

Com a crise do capital em meados da década de 1970, ocorreu no centro do capitalismo mundial – com destaque para os EUA, Europa Ocidental e Japão – um processo de reestruturação que atingiu as mais diversas instâncias sociais de todos os países. Foi, portanto, no bojo deste processo, como menciona Coriat (1994), que surgiu o novo complexo de reestruturação produtiva que alterou o mundo do trabalho.

Como mencionado por Alves (2007), o processo de reestruturação produtiva traduz-se, principalmente, pela adoção de protocolos organizacionais do método toyotista⁶ de produção, sendo que grande parte destes podem ser traduzidos em valores e regras de gestão do trabalho dos mais diversos tipos, atingindo os empreendimentos capitalistas, seja na área industrial ou de serviços. Eles articulam um novo regime de acumulação centrado na flexibilização da produção⁷ (CORIAT, 1994).

O mercado de trabalho brasileiro foi seriamente afetado pelas mudanças engendradas pela onda de reestruturação produtiva, pois como recorda Alves (2007), a partir da década de

⁶ Para a presente análise, o termo *toyotismo* encontra-se fundamentado no trabalho de Alves (2007), na qual o autor considera o mesmo como a constituição de um empreendimento capitalista baseado na produção fluida, produção flexível e produção difusa. Para o autor, a produção fluida implica a adoção de dispositivos organizacionais como o *just-in-time* e o *kanban*, que pressupõem a fluidez subjetiva da força de trabalho, isto é, envolvimento ativo do operário ou empregado. Além disso, o novo empreendimento capitalista implica a produção flexível em seus múltiplos aspectos, seja através da contratação salarial, do perfil profissional ou das novas máquinas de base microeletrônica e informacional; e a produção difusa significa a adoção ampliada da terceirização e das redes de subcontratação (ALVES, 2007).

⁷ Esta terminologia refere-se ao conjunto de estratégias que correspondem às novas práticas de produção, reprodução e acumulação do capital em resposta à crise capitalista mundial da década de 1970 (GOTTDIENER, 1990).

1990, o impulso ideológico do toyotismo atingiu, com mais vigor, o empreendimento capitalista no Brasil, no bojo do complexo de reestruturação capitalista e do ajuste neoliberal propiciado pelos governos de Fernando Collor de Mello e Fernando Henrique Cardoso. A intensificação da concorrência e a proliferação dos valores de mercado contribuíram para a adoção da nova forma de exploração da força de trabalho e de organização da produção brasileira.

Analisando os efeitos da reestruturação produtiva sobre o mercado de trabalho brasileiro, Posthuma (1999), considera que

a “década perdida”, de crescimento estagnado nos anos 80, foi seguida pela “década do ajuste”, a qual tem trazido uma redução na escala e uma deterioração na qualidade do emprego [...]. Podem ser identificadas três tendências de deslocamento do trabalho durante os anos 90 – setorial, ocupacional e regional. Em primeiro lugar, o trabalho está mudando da indústria para o comércio e os serviços. Em segundo lugar, os trabalhadores estão se deslocando de profissões específicas e formalizadas para atividades sem relação com a sua ocupação anterior [...]. Em terceiro lugar, os trabalhadores estão migrando das regiões que passam por ajustes estruturais profundos para novos pólos de crescimento, onde os investimentos e a emergência de novas atividades econômicas estão criando oportunidades em regiões como o interior de São Paulo, o sul ou algumas áreas do nordeste (POSTHUMA, 1999, p. 15-16).

O processo de reestruturação produtiva, conforme revela Cacciamali (1999), provocou impactos não somente na quantidade de empregos disponíveis, mas sobretudo na composição das atividades econômicas, além das transformações observadas no tamanho e na localização das plantas industriais.

Para Harvey (1995), apesar dos diversos fatores responsáveis pela mobilidade geográfica do capital, o controle da mão de obra assume um papel fundamental neste processo.

O aumento da competição em condições de crise coagiu os capitalistas a darem muito mais atenção às vantagens localizacionais relativas, precisamente porque a diminuição de barreiras espaciais dá aos capitalistas o poder de explorar, com bom proveito, minúsculas diferenciações espaciais. Pequenas diferenças naquilo que o espaço contém em termos de oferta de trabalho, recursos, infra-estruturas etc. assumem crescente importância. O domínio superior do espaço é uma arma ainda mais poderosa na luta de classes; ele se torna um dos meios de aplicação da aceleração e da redefinição de habilidades a forças de trabalho recalcitrantes. A mobilidade geográfica e a descentralização são usadas contra um poder sindical que se concentrava tradicionalmente nas fábricas de produção em massa. A fuga de capitais, a desindustrialização de algumas regiões e a industrialização de outras e a destruição de comunidades operárias tradicionais como bases de

poder na luta de classes se tornam o pivô na transformação espacial sob condições de acumulação mais flexíveis (HARVEY, 1992, p. 265).

Portanto, a necessidade de ampliação da mobilidade geográfica do capital desencadeou um intenso processo de desconcentração da produção industrial brasileira, que segundo Cano (1997) teve início já nos anos de 1970.

Ao analisar o tema concentração e desconcentração espacial das indústrias, Bragueto (2007) identificou três períodos fundamentais ao entendimento do processo: o primeiro, de 1970 estendendo-se até 1985; o segundo, de 1985 até por volta de 1994 e o terceiro, a partir dos anos de 1990.

Referindo-se à indústria de transformação, Cano (1997), recorda que até o início dos anos de 1970, São Paulo concentrava 58% das indústrias no país, entretanto, o autor aponta que o Censo Industrial de 1985 identificou um processo de desconcentração, pois o estado perdeu cerca de 6% no total nacional. A esse respeito o autor afirma que

entre 1970 e 1985, período em que consolidamos a implantação da nossa matriz industrial e, por isso, a acumulação exigia esforço periférico de articulação ainda mais intenso, usamos ainda mais nossa base de recursos naturais [...] e com isso, a periferia melhor dotada de recursos foi mais acionada. A maior parte do conjunto de projetos de larga envergadura (como os hidroelétricos, não ferrosos, químicos e petroquímicos) foi implantada na periferia, acelerando ainda mais seu crescimento. Isto, mais os efeitos decorrentes das políticas de desenvolvimento regional a partir de meados da década de 60 [...] promoveu um processo de desconcentração industrial regional (CANO, 1997, p. 106-107).

O autor acrescenta que no período referente a 1970 e 1985, somente São Paulo e Rio de Janeiro perderam posição em relação ao total de indústrias, enquanto as regiões Norte e Centro-Oeste, além dos estados do Espírito Santo, Paraná e Santa Catarina apresentaram expansão em relação ao total industrial. A região Norte e os estados de Minas Gerais e Rio Grande do Sul também apresentaram crescimento em relação ao número de instalações industriais, porém inferior aos demais supracitados.

De modo geral, os autores que analisaram o processo de desconcentração industrial ocorrido no país após a década de 1970, apontam a região Sul e, particularmente o estado do Paraná, como a região que teve maior ampliação da participação na produção industrial nos anos recentes (BRAGUETO, 2007).

Ao analisar o tema, Cano (1997) afirmou a região Sul foi beneficiada pela instalação do terceiro polo petroquímico nacional, pelo melhor desempenho agroindustrial, de produção

de máquinas agrícolas e tratores, equipamentos em geral, material elétrico e de transporte, demais condições propícias, como mão de obra, urbanização, agricultura moderna, proximidade com o mercado paulista, além dos efeitos decorrentes da prática regional de guerra fiscal. O autor afirma ainda que Paraná e Santa Catarina foram os estados que apresentaram melhor desempenho na participação nacional.

A esse respeito, Bragueto (2007) mostra que na década de 1970 o PIB industrial brasileiro foi de 259%, enquanto o paranaense foi de 484%. Para o autor, a diversificação agroindustrial associada à implantação da CIC – Cidade Industrial de Curitiba – e da Repar – Refinaria de Araucária – permitiram ao Paraná colher os benefícios da desconcentração industrial da década de 1970.

Aliás, para Fresca (2004b) até a década de 1960 a industrialização no Norte do Paraná era praticamente inexistente; para a autora, existiam apenas iniciativas industriais locais com a presença de unidades produtivas artesanais e industriais somente para o provimento das necessidades imediatas da população. Nas palavras da autora,

havia uma industrialização assentada em pequenas unidades, de capital local atrelada à agricultura, ao aproveitamento de recursos naturais e a outros produtos, visando ao abastecimento do mercado local e regional. Mas, foi a presença de grandes grupos paulistas, que se expandiram para o Norte do Paraná, desde a década de 1930, montando filiais para atendimento dos consumidores, que relativizou a emergência de empresas industriais de maior importância (FRESCA, 2004a, p. 77-78).

No período em questão, nas cidades do Norte Paranaense predominavam indústrias alimentícias (43%), indústrias de minerais não metálicos (15,87%), indústrias de madeira (14,47%), indústrias de mobiliário (8,27%) e indústrias de bebidas (3,2%). Londrina, Maringá, Campo Mourão, Apucarana, Arapongas, Cornélio Procópio, Cianorte e Jacarezinho constituíam-se nos municípios que apresentavam os maiores números de estabelecimentos industriais (FRESCA, 2004a).

Entretanto, a autora lembra que a partir da década de 1960 o Norte do Paraná passou por significativas transformações produtivas inseridas nas frequentes mudanças na divisão territorial e internacional do trabalho no âmbito nacional e estadual.

Fresca (2004a) lembra que no período de 1968 a 1977 o estado do Paraná apresentou forte dinamismo econômico com elevadas taxas de crescimento; a partir de 1976 o setor industrial passou a predominar sobre o setor agropecuário em relação à composição da renda interna estadual. Essa expansão decorreu do crescimento das agroindústrias, com destaque ao

processamento da soja e trigo, pecuária, café solúvel, sucroalcooleiro, entre outros, através das cooperativas de produtores rurais e de empresas locais de iniciativa privada (FRESCA, 2004a).

No contexto nacional, a década de 1980 foi marcada pelos baixos índices de crescimento econômico. Neste período, houve o agravamento dos problemas agrários e urbanos em razão das transformações dos setores industrial e agrícola em atividades poupadoras de mão de obra, resultando numa produção superdimensionada de um exército industrial de reserva (RANGEL, 1998).

Embora o Paraná tenha acompanhado as grandes tendências ocorridas no âmbito nacional, os efeitos da fase recessiva dos anos de 1980 foram menos impactantes na economia paranaense em virtude do estado concentrar na agropecuária e na agroindústria a produção, bem como a geração de renda. Mesmo assim, Fresca (2004a) recorda que a participação no valor adicional industrial sofreu considerável redução; para a autora, o desempenho satisfatório do PIB estadual nos anos de 1980 deve-se apenas a alguns segmentos econômicos e não à economia paranaense como um todo.

Sobre as transformações industriais ocorridas no Norte do Paraná durante a década de 1990, Fresca (2004b) disserta que este período caracterizou-se tanto pelo processo de transferências industriais como de buscas de “[...] estratégias por parte dos setores consolidados para fazerem frente aos problemas oriundos das macro políticas em nível federal que afetaram diretamente esta produção” (FRESCA, 2004b, p.199).

Discorrendo sobre esta análise, Vietro (2011) acrescenta que

houve ainda um grande número de falências, fusões e aquisições de empresas, por empresas estrangeiras e nacionais de outros Estados, bem como uma reestruturação e concentração de capital das cooperativas agroindustriais do Estado do Paraná, como a Cooperativa de Cafeicultores e Agropecuaristas de Maringá (Cocamar), Cooperativa Agropecuária Mourãoense (Coamo) e Cooperativa Agroindustrial de Rolândia (Corol), e transferência de unidades produtivas para o Paraná, provindas predominantemente de São Paulo, num processo de desconcentração industrial, como as empresas Dixie Toga e Elevadores Atlas Schindler, instaladas na cidade de Londrina em 1998 (VIETRO, 2011, p. 46-47).

Segundo Fresca (2004a), na década de 1990 a região Norte do Paraná passou por um amplo processo de complexificação, vinculado, sobretudo à intensificação e ao adensamento de processos produtivos, de circulação, distribuição e consumo. Desta forma, a autora interpreta a dinâmica industrial paranaense do período em questão vinculada às transferências

industriais de unidades produtivas – oriundas principalmente de São Paulo e do exterior – e ao processo de consolidação e expansão das iniciativas locais e regionais que foram responsáveis pela expansão do número de estabelecimentos e empregos gerados.

Diversas cidades especializaram em determinadas produções industriais como Arapongas – mobiliário, Cianorte – confecções, Maringá – confecções, Apucarana – bonés, Jaguapitã – mesas de bilhar. A ação dos agentes locais, com acúmulo de certa quantia de dinheiro e, que mesmo em conjunturas de crise mundial e nacional, resolveram investir em determinadas produções de forma artesanal, domésticas, acabaram tendo sucesso. Cresceram, contribuíram para a difusão de certos processos produtivos, para a especialização produtiva, fundamental para a ampliação da produção industrial no Paraná, no bojo do processo de industrialização brasileiro (VIETRO, 2011, p. 47).

Dissertando sobre o processo de desconcentração industrial nos anos de 1990, Firkowski (2001) menciona que a esse respeito é preciso considerar que o interior do estado do Paraná não contava com as mesmas condições disponíveis na região de Curitiba, portanto os principais tipos de indústrias implantados no restante do estado constituíram-se principalmente nos setores tradicionais – representados, neste caso, pelos produtos alimentares, têxtil, confecção, madeira, mobiliário, entre outros – e nas agroindústrias, enquanto a CIC atraiu uma série de investimentos internacionais⁸.

A esse respeito, Bertoluci (2006) afirma que entre o período de 1985 a 1994 ocorreu uma grande disparidade entre o aumento da participação do VAI – Valor Adicionado da Indústria⁹ – de Curitiba quando comparado com importantes regiões do estado, como Ponta Grossa, Londrina e Maringá; já que estas últimas apresentaram acentuado declínio na participação deste dado.

Para Bragueto (2007), foi a partir do ano de 1993 que o processo de desconcentração industrial passou a comportar-se de modo diferente daquele ocorrido entre 1985 e 1992. Segundo o autor, a participação do PIB industrial passou dos 2,99% em 1970; para 5,26% em 1980; 6,85% em 1990, sendo que a partir de então, apresenta queda na participação, registrando apenas 6% em 2003. Em relação à análise, Trintin (2001) revela que no período de 1990 a 2000, dentre os três setores econômicos paranaenses, o setor industrial sofreu

⁸ Firkowski (2001) menciona alguns importantes investimentos realizados na cidade, destacando a Siemens (equipamentos e aparelhos de telecomunicações), New Holland (máquinas agrícolas), Philip Morris (cigarros), White Martins e Furukawa Industrial (cabos telefônicos e acessórios), Bosch (peças e equipamentos para diesel), Giben do Brasil (máquinas para cortes de alta precisão), Krone do Brasil (reboques e semirreboques rodoviários), Volvo (caminhões e ônibus), dentre outras.

⁹ É o valor que a atividade das indústrias agrega aos bens e serviços consumidos no seu processo produtivo (IBGE, 2013).

considerável perda quando comparado ao setor de comércio e serviços. O autor acrescenta que a participação industrial apresentou uma redução de 6% no período considerado.

Outro aspecto importante que passou a ocorrer principalmente a partir dos anos de 1990, como acima mencionado, foi a política de guerra fiscal. Na opinião de Bragueto (2007), esta prática apresentou-se extremamente conservadora, pois beneficia o grande capital e, conseqüentemente, poucas porções do território; “ou seja, as políticas do governo estadual foram decisivas para aumentar a concentração espacial da indústria paranaense, em especial no que se refere ao valor adicionado” (BRAGUETO, 2007, p. 138).

Com base nos dados de 2000 do VTI – Valor da Transformação Industrial¹⁰ –, Trintin (2001) também expõe a concentração espacial das indústrias paranaenses na Região Metropolitana de Curitiba, pois segundo o autor, esta região foi responsável por cerca de 60% do VTI estadual.

A esse respeito, Fresca (2000) menciona que a política de atração industrial realizada pelo estado do Paraná a partir dos anos de 1990 caracterizou-se como sendo concentradora – já que beneficiava o grande capital em poucas regiões ou cidades do estado, dentre elas a Região Metropolitana de Curitiba –, ainda assim, como já exposto anteriormente, muitas indústrias transferiram parte das linhas de produção para diversas regiões e cidades que ainda não dispunham de parque industrial consolidado, mas que concentravam fatores estratégicos para a produção industrial.

Pode-se considerar, portanto, que apesar de impulsionar o crescimento econômico, esta política de guerra fiscal para a atração industrial, desencadeou e acentuou ainda mais disparidades geográficas no estado do Paraná e, conseqüentemente, ampliou as desigualdades sociais e econômicas.

¹⁰ Valor resultante da diferença entre o valor bruto da produção industrial e os custos das operações industriais.

1.3.1 As Repercussões na Cidade de Maringá

O processo de desconcentração industrial desencadeado nos estados do Rio de Janeiro e singularmente em São Paulo, como já analisado, teve sua gênese na década de 1970, porém atingiu maior magnitude nos anos de 1990. Esse processo alterou profundamente o dinamismo econômico de algumas regiões brasileiras e, particularmente de algumas cidades no estado do Paraná. Como já explanado, no Paraná, a região Metropolitana de Curitiba foi a maior contemplada neste processo, haja vista o número de indústrias – principalmente automobilísticas – e empregos criados na região.

A região Norte Central Paranaense (MAPA 01) que abriga importantes cidades, dentre estas Maringá, Londrina, Araçongas, Apucarana, Rolândia, entre outras, constituiu-se, outrossim, em uma região foco de atratividade destes investimentos industriais; conquanto, os investimentos podem ser considerados irrisórios quando comparados aos realizados na região Metropolitana de Curitiba. Apesar disso, a região Norte Central Paranaense constituiu-se – mantendo este quadro inalterado até os anos atuais – na segunda maior aglomeração industrial do estado em termos de números de estabelecimentos industriais e empregos.

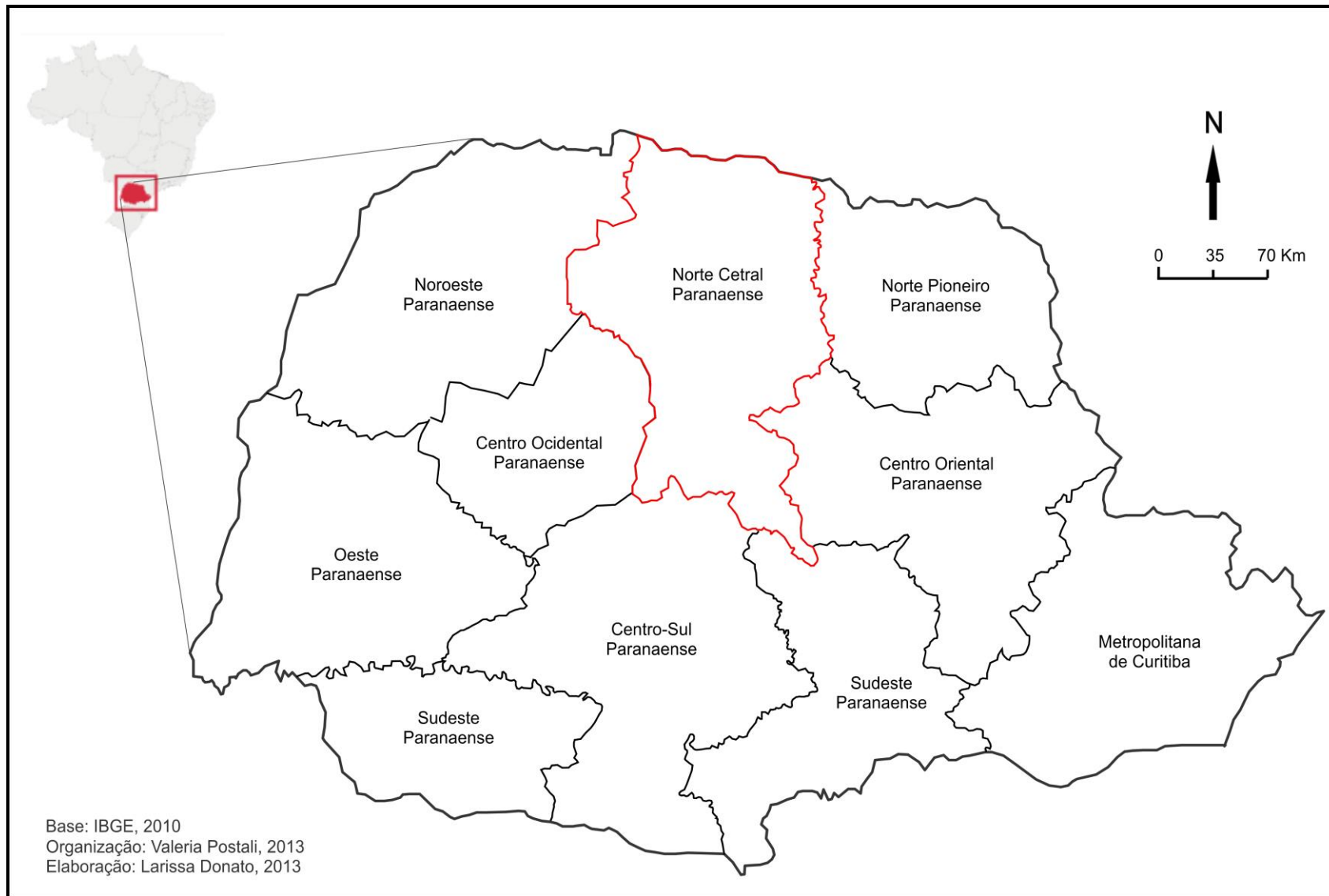
Outro aspecto de inegável relevância eclodido no início da década de 1970 que impactou profundamente não somente as cidades do Norte Central Paranaense, mas o estado como um todo, diz respeito ao processo de modernização agrícola¹¹.

¹¹ Em razão do objetivo aqui proposto, não adentrar-se-á na discussão do processo de modernização da agricultura. Para maiores esclarecimentos a respeito da temática, sugere-se, dentre diversas outras, consultar as referências a seguir:

FLEISCHFRESSER, Vanessa. **Modernização tecnológica da agricultura: contrastes regionais e diferenciação social no Paraná da década de 70**. Curitiba: Livraria do Chain, 1988.

GRAZIANO DA SILVA, José. **A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

MARTINE, George; GARCIA, Ronaldo Coutinho. **Os impactos sociais da modernização agrícola**. São Paulo: Caetés, 1987.



Mapa 01: Região Norte Central Paranaense

É inegável que algumas cidades da região Norte Central Paranaense, como Maringá, já vinham exercendo diferentes graus de centralidade e, por esta razão, constituíram-se em focos de atratividade do contingente migratório advindo do campo. Segundo Alegre e Moro (1986), em decorrência desta atratividade, as mesmas sofreram as consequências negativas do repentino e acentuado processo de urbanização. A drástica redução do emprego rural em detrimento da substituição da mão de obra humana pelo maquinário agrícola constituiu-se em uma das consequências negativas e perversas de todo este processo, pois forçou os moradores do campo a deslocarem-se às cidades à procura de empregos (TABELA 03).

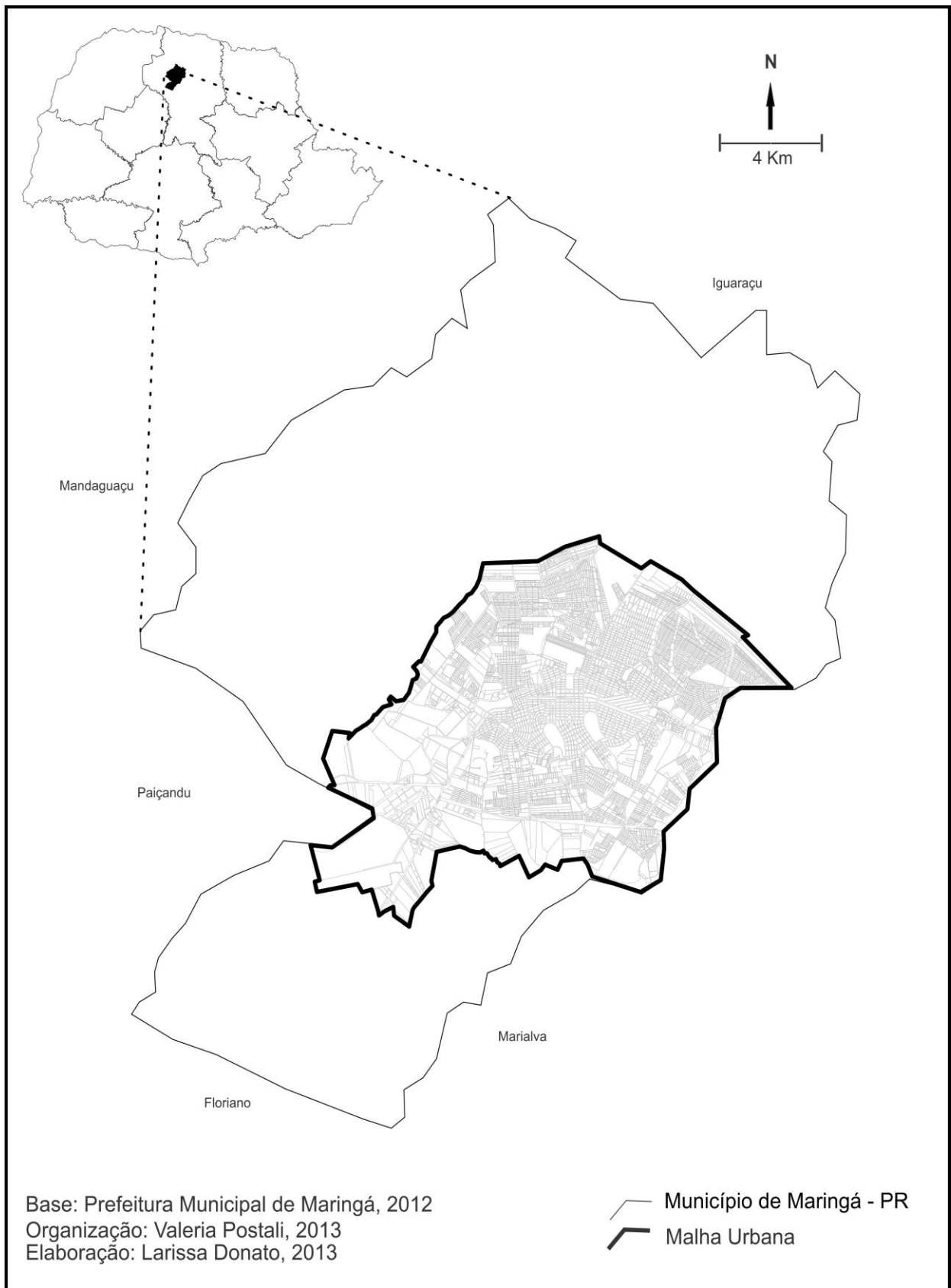
Tabela 03: Modalidade da força de trabalho empregado na microrregião de Maringá

Modalidade	1970	1980
Humana	35,7	15,8
Animal	50,8	14,7
Mecânica	13,5	69,5

Fonte: Alegre e Moro, 1986

Conforme recorda Moro (1988), de modo geral, nos anos de 1970 a população urbana do Norte do Paraná¹² apresentou considerável crescimento, ou seja, passou de 1.079.511 habitantes para 1.591.328 em 1980. O autor assevera que a expansão populacional urbana desencadeada no Norte do estado refletiu-se também em Maringá (MAPA 02), haja vista que a população urbana apresentou um acréscimo de 59,23% no índice de urbanização no decênio em questão (TABELA 04).

¹² O autor não realiza maiores distinções entre as mesorregiões no contexto do Norte do estado do Paraná.



Mapa 02: Localização da malha urbana de Maringá no território municipal

Tabela 04: Evolução da população de Maringá entre 1950 e 2010

Ano	População Urbana	%	População Rural	%	Total
1950	7.270	18,8	31.318	81,2	38.588
1960	47.592	45,7	56.539	54,3	104.131
1970	100.100	82,4	21.274	17,6	121.374
1980	160.645	95,5	7.550	4,5	168.194
1991	233.732	97,4	6.213	2,6	239.930
1996	260.909	97,3	6.987	2,7	267.878
2000	283.978	98,3	4.675	1,7	288.653
2009	330.836	98,6	4.675	1,4	335.511
2010	350.653	98,2	6.424	1,8	357.077

Fonte: Censos Demográficos do IBGE – 1950, 1960, 1970, 1980, 1991, 1996, 2000, 2009 e 2010

Conforme aponta Moro (1988),

diante do estupendo crescimento populacional da cidade de Maringá na década de setenta, a administração pública e a iniciativa privada procuraram equipar a cidade para poder atender ao contingente de 58.807 novos habitantes, que se deslocaram para Maringá. Desse modo, caracterizou-se necessário a expansão da rede de água potável, da rede de esgotos, da rede de energia e sobretudo da abertura de novos loteamentos, novos conjuntos habitacionais, além de novos centros de recreação e ampliação do sistema viário e de transportes até os novos conjuntos e loteamentos.

Todavia, desta questões, a mais grave foi a moradia [...]. A fim de atender aos novos habitantes e à expansão natural da população maringaense, foram criados, na década de setenta, na zona urbana de Maringá, 54 loteamentos e 9 conjuntos habitacionais.

Desse modo, houve uma significativa ampliação da área urbana da cidade de Maringá, face à abertura dos novos loteamentos e à construção dos novos conjuntos habitacionais (MORO, 1988, p. 25).

Em relação à procedência da população que destinou-se à cidade de Maringá, Moro (1988) assevera que a mesma não adveio somente da região Norte do estado, mas do país como um todo (TABELA 05).

Tabela 05: Procedência da população destinada a Maringá entre a década de 1970 a 1980

Localização Anterior	Número de Pessoas
Maringá	365
Paraná	143.637
Brasil	14.143
Total	158.145

Fonte: Moro, 1988

Como corolário de todo o exposto, são criadas novas condições materiais e imateriais para a concretização das atividades produtivas no território (SANTOS e SILVEIRA, 2001). Destarte, o decênio em questão marca uma nova etapa na economia urbana de Maringá em virtude dos progressos da ciência, da técnica e da circulação de informações, variáveis estas que ampararam a implantação de toda a infraestrutura – ampliação da rede de energia elétrica e de abastecimento de água, melhoria no sistema de saneamento básico, implantação de conjuntos habitacionais e de loteamentos urbanos, expansão dos serviços de telecomunicações, ampliação da rede rodoviária e das vias públicas urbanas, entre outras – criada a partir da expansão da urbanização.

Como desfecho das múltiplas transformações ocorridas em Maringá decorrentes dos processos de modernização agrícola, ampliação da industrialização e intensificação da urbanização, a década de 1970 marca a inserção da mesma no terceiro grande período histórico, fase esta na qual Santos (2006) intitulou de período técnico-científico-informacional.

Para Santos (2006), o período em questão – iniciado após a Segunda Guerra Mundial, mas que se afirmou nos países periféricos a partir dos anos de 1970 – distingue-se dos anteriores em razão da profunda interação entre técnica, ciência e informação, sendo que esta união acontece sob a égide do mercado global.

Neste período, os objetos técnicos tendem a ser ao mesmo tempo técnicos e informacionais, já que, graças à extrema intencionalidade de sua produção e

de sua localização, eles já surgem como informação; e, na verdade, a energia principal de seu funcionamento é também a informação. Já hoje, quando nos referimos às manifestações geográficas decorrentes dos novos progressos, não é mais de meio técnico que se trata. Estamos diante da produção de algo novo, a que estamos chamando de **meio técnico-científico-informacional** (SANTOS, 2006, p. 238, grifo do autor).

Doravante, a ciência e a tecnologia somadas à informação, estão, conforme assevera Santos (2006, p. 238), “[...] na própria base da produção, da utilização e do funcionamento do espaço e tendem a constituir o seu substrato”. Contudo, este espaço agora requalificado atende, sobretudo, aos interesses dos atores hegemônicos da economia, da cultura e da política. “O meio técnico-científico-informacional é a cara geográfica da globalização” [ibidem, p. 239].

Outra evidência que permite aqui testificar a inserção da cidade de Maringá no período técnico-científico-informacional, diz respeito à emergência de uma nova divisão territorial do trabalho fundada na especialização do trabalho nos lugares, conforme assevera Santos e Silveira, (2001). Embora Maringá já se destacasse no cenário nacional como polo confeccionista e agroindustrial, foi a partir da década de 1970 que o processo de especialização foi intensificado na cidade.

Como se produzem, cada vez mais, valores de troca, a especialização não tarda a ser seguida pela necessidade de mais circulação. O papel desta, na transformação da produção e do espaço, torna-se fundamental. Uma de suas consequências é, exatamente, o aprofundamento das especializações produtivas, tendentes a convocar, outra vez, mais circulação. [...] Alguns lugares tendem a tornar-se especializados, no campo como na cidade, e essa especialização se deve mais às condições técnicas e sociais que aos recursos naturais (SANTOS, 2006, p. 241).

A cidade de Maringá constitui-se na terceira maior cidade do estado do Paraná, e destaca-se também no cenário industrial, sendo que as atividades industriais mais relevantes encontram-se vinculadas ao setor confeccionista – a cidade representa o segundo maior polo confeccionista do país, razão pela qual a região na qual a cidade encontra-se inserida – juntamente com as cidades de Londrina, Apucarana e Cianorte – recebeu o título de Corredor da Moda, já que este setor movimenta economicamente não apenas Maringá como também diversas outras cidades do entorno–; à indústria do vestuário; à indústria alimentícia – com intensa participação de cooperativas agroindustriais, dentre elas a Cocamar – Cooperativa

Agroindustrial de Maringá Ltda. –; a Usaçúcar, mais conhecida como Usina Santa Terezinha Ltda.; a CPA Trading¹³ –; além das indústrias de bebidas e a indústria metalmeccânica.

Segundo Vietro (2001), a representatividade das indústrias têxteis e confeccionistas apresenta-se de forma bastante relevante à economia local, tanto que no ano de 2008 o setor representou 33,6% do parque industrial municipal. No ano de 2011, o município registrou 109 empresas atuando no setor, contudo, o autor aponta que mais de 85% destas estão caracterizadas como microempresas¹⁴.

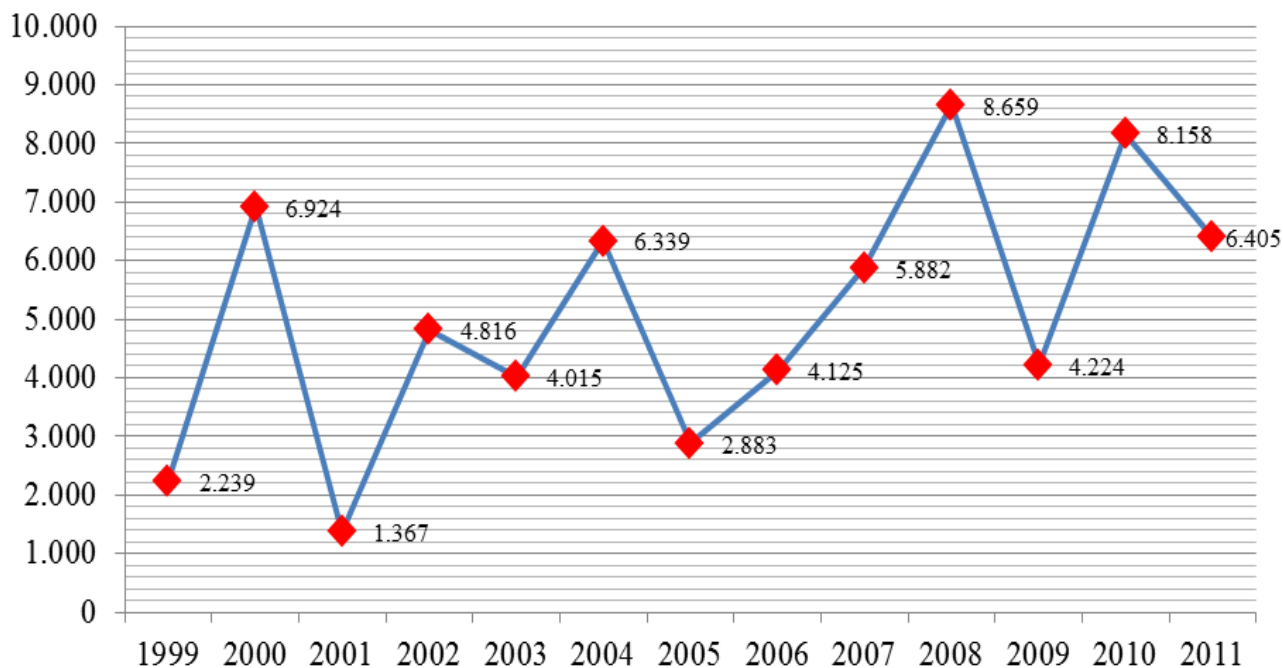
Silva (2006) lembra que além das agroindústrias e das empresas confeccionista, existem outras que geram impactos significantes na economia urbana de Maringá, como a Indel – empresa que atua na produção de equipamentos de telecomunicações, infraestrutura e serviços de manutenção e instalação –; a Spaipa – fabricante da marca de refrigerantes Coca-Cola –; a Pneumar – Empresa do Grupo Ribeiro especializada na venda de pneus –; a Rivesa/Rivemat – concessionária de caminhões e ônibus da marca Volvo – e a VIAPAR – Rodovias Integradas do Paraná – concessionária rodoviária.

A condição atual na qual insere-se a cidade de Maringá, vincula-se explicitamente à inserção da mesma e da região Norte Central Paranaense na nova divisão internacional do trabalho imposta pelo capital hegemônico, dirigido aos países centrais, no contexto do processo de globalização da economia. A apreensão de que a globalização econômica refletiu-se de veras na cidade de Maringá é evidenciada através da oscilação nos índices de evolução do emprego na cidade, tendo em vista as repercussões dos cenários nacional e internacional em escala local (GRÁFICO 03).

¹³ A empresa opera nos mercados nacional e internacional com a produção de etanol anidro, etanol hidratado e etanol industrial.

¹⁴ Conforme a Receita Federal (2012), o termo microempresa refere-se à pessoa jurídica que tenha auferido, no ano-calendário, receita bruta igual ou inferior a R\$120.000,00 (cento e vinte mil reais).

Gráfico 03: Evolução do número de empregos em Maringá entre os anos de 1999 e 2011



Fonte: IPARDES, 2012

No período em análise, ou seja, após a década de 1970, instalaram-se em Maringá grandes indústrias beneficiadoras de soja e trigo, substituindo as antigas máquinas e cerealistas responsáveis pela limpeza do café. A vocação comercial de Maringá prefulge-se com a implantação de inúmeros centros atacadistas voltados à comercialização de insumos e implementos modernos exigidos pela nova agricultura da região.

Nesta fase, a expansão físico-territorial da malha urbana de Maringá associou-se à implantação de um parque industrial ligado ao eixo rodoferroviário – setor oeste-sudoeste – e à construção de conjuntos habitacionais, estes geralmente localizados em áreas distantes do centro da cidade deixando um rastro de espaços intersticiais vazios voltados à especulação imobiliária. O processo de verticalização também ampliou-se a partir dos anos de 1970 e, sobretudo, na década posterior (MENDES, 1992). Segundo o autor, a área central e seus arredores passaram por um amplo processo de revalorização resultante da expansão espacial da função comercial e prestadora de serviços. Conseqüentemente, foram construídos nestas áreas um elevado número de edifícios residenciais e comerciais.

Embora seja evidente a importância econômica do setor industrial para a cidade em tela, convém elucidar que o setor de comércio e prestação de serviços constitui-se no principal setor em valores de arrecadação de impostos e contribuições (TABELA 06), bem como no segmento econômico que emprega o maior número de trabalhadores (TABELA 07). Somente no ano de 2010, o VAF¹⁵ – Valor Adicionado Fiscal – do setor de comércio e serviços representou quase o dobro do valor em Reais em relação ao setor industrial. Valores como este, explicitam a relevância e a magnitude do setor terciário na cidade de Maringá.

Tabela 06: Valor Adicionado Fiscal segundo ramos de atividades no ano de 2010 em Maringá

Setor	Valor
Industrial	1.370.506.496*
Comércio e prestação de serviços	2.523.608.563*

*Valores em Reais

Fonte: IPARDES, 2011

Conforme a Prefeitura Municipal de Maringá (2012), no ano de 2011 o setor de comércio e serviços foi responsável pela arrecadação de R\$ 109.990.063,00 em ICMS – Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços – na cidade, além de constituir-se no segmento que mais gerou postos de trabalho na cidade no ano em questão.

¹⁵ O VAF – Valor Adicionado Fiscal –, conforme art. 3º da Lei Complementar 63/90 que regulamenta a transferência do ICMS – Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços – corresponderá, para cada Município, ao valor das mercadorias saídas, acrescido do valor das prestações de serviços no seu território, deduzido o valor das mercadorias entradas em cada ano civil. Este valor que se agrega ao custo das mercadorias e serviços para determinação do preço de venda (margem de lucro) é um indicador econômico e contábil utilizado pelo Estado para calcular o repasse da receita do ICMS e IPI – Imposto Sobre Produtos Industrializados – aos Municípios espelhando o movimento econômico e, conseqüentemente, o potencial que o Município tem para gerar receitas públicas (RECEITA FEDERAL, 2012).

Dados divulgados por Amaral (2012) no Jornal O Diário do Norte do Paraná, apontam que no ano de 2011 os setores que mais empregaram na cidade de Maringá foram, respectivamente, o setor de serviços, com 4.371 novos trabalhadores seguido pelo comércio, com 2.532 postos de trabalho gerados. Na contramão desta evolução encontram-se os segmentos industrial e agropecuário, sendo que no ano de 2011 o primeiro teve um saldo final de somente 20 novos empregos enquanto o segundo apresentou déficit de 44 (TABELA 07).

Apesar de determinados anos o saldo empregatício dos setores comercial e de serviços ter apresentado certa redução no comparativo com anos anteriores, é possível discernir que ambos, juntamente ao setor da construção civil, foram os únicos que não apresentaram déficit no decorrer do período de 1999 a 2011 (TABELA 07).

Tabela 07: Evolução do saldo de empregos formais por ramos de atividades em Maringá entre 1999 e 2011

Ramo de Atividade	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Administração pública	-15	63	-20	-27	95	117	-39	517	19	45	3	96	5
Agropecuária	-899	165	39	16	71	8	5	-8	0	92	58	116	-44
Atividades não especificadas	98	21	-29	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
Comércio	1.078	2.410	754	1.767	1.769	2.292	1.315	892	1.841	2.705	947	2.234	2.532
Construção civil	283	1.293	-1.215	-165	-213	-322	279	-5	381	1.063	983	1.064	499
Indústria	1.225	1.281	460	1.346	266	1.849	41	510	1.200	1.075	105	1.894	20
Serviços	469	1.683	1.383	1.871	2.018	2.405	1.275	2.205	2.466	3.677	2.106	2.690	4.371
Total	2.239	6.924	1.367	4.816	4.015	6.339	2.882	4.125	5.882	8.659	4.224	8.158	7.383

*Valores indisponíveis
 Organização da autora
Fonte: IPARDES, 2012

Faz-se mister considerar ainda que os setores de serviços e comercial além de constituírem-se nos principais segmentos econômicos urbanos responsáveis pela maior geração de postos de trabalhos na cidade de Maringá, ambos revelam-se ainda como os setores que proporcionam a segunda e terceira maior renda respectivamente, ficando atrás somente da administração pública (TABELA 08).

A evolução do número de estabelecimentos segundo os ramos de atividades revela igualmente que os segmentos comercial e de prestação de serviços apresentaram-se constantemente em ascensão, enquanto o setor industrial sofreu consideráveis oscilações (TABELA 09).

Tabela 08: Rendimento médio mensal segundo ramos de atividades na cidade Maringá entre 1999 e 2011

Ramo de Atividade	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Administração pública	584,59	690,29	779,11	856,72	922,52	1.028,75	1.107,99	1.200,30	1.317,01	1.107,18	1.223,97	1.647,58	1.726,13
Agricultura	281,52	314,99	388,88	421,59	459,16	506,36	587,69	652,28	710,09	804,47	814,74	923,26	1.058,57
Comércio	378,84	402,55	438,98	480,98	570,49	642,45	696,59	740,67	801,90	882,36	982,57	1.115,21	1.254,67
Construção civil	440,25	454,99	473,18	542,14	614,68	661,86	714,59	735,66	791,85	889,00	980,27	1.076,04	1.225,25
Indústria	371,92	391,50	434,48	480,32	525,68	593,12	654,49	726,81	777,05	855,17	942,77	1.043,31	1.186,68
Serviços	571,47	573,04	611,10	651,21	704,96	742,71	827,74	909,38	982,46	1.096,27	1.213,68	1.315,78	1.425,91

Valor = R\$ 1,00

Organização da autora

Fonte: IPARDES, 2012

Tabela 09: Evolução dos estabelecimentos segundo ramos de atividades na cidade de Maringá entre 1999 e 2011

Ramo de Atividade	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Indústria	1.127	1.160	1.372	1.419	1.472	1.613	1.669	1.737	1.750	1.845	1.903	2.037	2.025
Comércio	3.539	3.660	4.126	4.304	4.568	4.973	5.244	5.394	5.616	5.858	6.085	6.433	6.631
Serviços	3.052	3.213	3.573	3.701	3.896	4.040	4.249	4.417	4.625	4.925	5.268	5.516	5.840
TOTAL	8.549	8.808	9.919	10.314	10.875	11.563	12.072	12.518	12.954	13.709	14.364	15.239	15.746

Organização da autora

Fonte: IPARDES, 2012

Corroborando com a presente análise, Dedecca e Montagner (1992) afirmam que uma das consequências da reorganização do mercado de trabalho após o processo de globalização e de reestruturação produtiva refere-se ao crescimento do número de ocupações nas atividades terciárias e no próprio desempenho econômico deste segmento. Os autores asseveram ainda que “[...] o ritmo e a própria criação de novas atividades terciárias estão determinadas pela capacidade de modernização dos setores produtores de bens, em particular na indústria de transformação, através da incorporação e difusão de novas tecnologias” (DEDECCA; MONTAGNER, 1992, p. 4-5).

Neste sentido, Cacciamali (2000) assegura que a acessão do setor terciário encontra-se imbricada à expansão da flexibilização industrial, já que as empresas externalizam crescentemente muitas de suas atribuições em decorrência da redução dos custos relacionados à força de trabalho, sobretudo dos encargos sociais. Conseqüentemente, expandem-se pequenas empresas de serviços e trabalhadores autônomos, fundamentando a assertiva da autora na qual o setor terciário constitui-se no segmento econômico de maior relevância em relação à geração de empregos na cidade.



("Operários", de Tarsila do Amaral, 1933)

"Estamos convencidos de que a mudança histórica em perspectiva provirá de um movimento de baixo para cima, tendo como atores principais os países subdesenvolvidos e não os países ricos; os deserdados e os pobres e não os opulentos e outras classes obesas; o indivíduo liberado partícipe das novas massas e não o homem acorrentado; o pensamento livre e não o discurso único. Os pobres não se entregam e descobrem a cada dia formas inéditas de trabalho e de luta; a semente do entendimento já está plantada e o passo seguinte é o seu florescimento em atitudes de inconformidade e, talvez, rebeldia."

(Santos, 2000, p. 137)

Capítulo 2

2. AS NOVAS DINÂMICAS DOS CIRCUITOS ECONÔMICOS NO PERÍODO ATUAL

As atuais condições da economia brasileira têm alterado profundamente a dinâmica, bem como a expansão dos dois circuitos econômicos principalmente nas grandes cidades. Desde as últimas décadas do século XX, tem-se presenciado os processos de criação e diversificação de atividades desenvolvidas pela população de baixa renda combinados à intensificação da modernização das atividades hegemônicas que possuem como uma das características marcantes a redução no emprego de mão de obra. Deste modo, as formas de trabalho que a população pobre vem desenvolvendo – consideradas por Santos (1979) como circuito inferior da economia urbana – tem ganhado um importante destaque nos estudos urbanos sob diversos prismas, como a criação de novas atividades e serviços, a manutenção e/ou adaptação de atividades tradicionais, as formas de organização, a geração de renda, entre outros.

2.1 O Desenvolvimento da Teoria dos Dois Circuitos da Economia Urbana

Os primeiros esforços de Milton Santos (1926-2001) quanto às análises do processo de urbanização dos países periféricos¹⁶ foram desenvolvidos ainda nos anos de 1960. Santos estabeleceu diálogos com diversos pensadores, dentre eles, Jean Tricart, Akin Mabogunje e Terence McGee, já que todos também buscavam analisar a especificidade da urbanização nos países periféricos (GRIMM, 2010, p. 8). Santos buscava

¹⁶ Apesar de Milton Santos utilizar-se em suas obras de terminologias distintas para fazer referências ao Brasil, como país subdesenvolvido ou país do Terceiro Mundo, convém elucidar que apesar das controvérsias atuais relacionadas aos presentes termos, não adentrar-se-á no mérito da questão em virtude desta não constituir-se na pretensão do trabalho. Ainda que o Brasil ocupe a sexta posição na lista das economias mundiais (dados referentes ao ano de 2012), entende-se que esta posição refere-se exclusivamente ao total de riquezas produzidas pelo país, não levando em consideração outras importantes variáveis de análise, como as condições sociais, educacionais e de saúde da população brasileira.

[...] compreender alguns aspectos das grandes cidades, tais como as características comuns e fatores de diferenciação existentes entre elas, sempre enfatizando a importância de reconhecê-los a partir da particularidade de cada país que era marcada, entre outros aspectos, por suas respectivas histórias coloniais (GRIMM, 2010, p. 3).

A partir destes questionamentos, nos anos que se seguiram, Santos avançou para reflexões acerca das características da urbanização dos países periféricos sob o contexto de uma nova economia internacional que se desenhava no período pós-guerras. Conforme menciona Grimm (2010), Milton Santos dedicou-se com mais intensidade aos debates sobre demografia e economia urbana, enfatizando o papel das diferentes atividades e empregos existentes nas cidades e o papel por eles desempenhado.

Nos países periféricos, as modernizações, em sua maior parte oriundas dos países centrais, impactaram os territórios destes países de diferentes formas e com intensidades distintas. Novos arranjos instalaram-se entre cidades e nas relações entre cidades e região, estabelecendo-se novas desigualdades sociais e territoriais. Ferreira (1996) aponta que esta condição despertou em Santos, portanto, o intuito de se pensar os países periféricos a partir de suas realidades, já que estas apresentavam-se completamente diferentes das realidades dos países centrais.

A autora supracitada menciona ainda que os modelos matemáticos até então utilizados para analisar a cidade escondiam uma realidade urbana para um mundo que se urbanizava intensa e aceleradamente (FERREIRA, 1996). Para Milton Santos, para interpretar-se a realidade destes países, era fundamental estabelecer relações sistemáticas entre três importantes variáveis do período, sendo estas a modernização, a industrialização e a urbanização (SANTOS, 1979).

Portanto, segundo Grimm (2010), reconhecer os impactos causados pelas modernizações constituía-se em um dado central e, a partir de então, a compreensão das novas feições do processo de urbanização nestes países deveria considerar outras duas variáveis centrais: a difusão da informação e do consumo. A esse respeito, Milton Santos (1979) afirmou que

o período atual diferencia-se nitidamente dos precedentes por sua capacidade nova de revolucionarização. Pela primeira vez na história dos países subdesenvolvidos, duas variáveis elaboradas no centro do sistema encontram uma difusão generalizada nos países periféricos. Trata-se da informação e do consumo – a primeira estando a serviço do segundo – cuja generalização constitui um fator fundamental de transformação da economia, da sociedade e da organização do espaço. No que concerne ao espaço, as repercussões

desse novo período são múltiplas e profundas para os países subdesenvolvidos. A difusão da informação e a difusão das novas formas de consumo constituem dois dados maiores da explicação geográfica (SANTOS, 1979, p. 28).

Para o autor supramencionado, a modernização rompeu com a estrutura tradicional da produção, da organização do trabalho e do espaço, do consumo, da geração de empregos, mas principalmente com o caráter monofuncional da cidade capitalista. A cidade tornou-se mais complexa (SANTOS, 1979).

Entretanto, Grimm (2010) recorda que as modernizações nos países periféricos não se realizaram de forma homogênea, tanto entre os indivíduos como no território¹⁷. Como observa Chesnais (1998, p. 18) “não é todo o planeta que interessa ao capital, mas somente partes dele”. Fortaleceu-se nos países pobres uma divisão do trabalho que, entre outros fenômenos, se evidenciou nas diferentes formas de produção e de comércio; e foi justamente nas grandes cidades que essa diversidade manifestou-se – e continua a se manifestar – com maior intensidade.

Santos (1979) acrescenta que tais modernizações são ainda responsáveis pela criação limitada de empregos, principalmente as indústrias de alto coeficiente de capital e tecnologia. O autor recorda a agricultura também teve seus efetivos reduzidos em razão da modernização ou mesmo da falta desta. Conseqüentemente, nas cidades dos países periféricos,

[...] o mercado de trabalho deteriora-se e uma porcentagem elevada de pessoas não tem atividades nem rendas permanentes. A existência de uma massa de pessoas com salários muito baixos ou vivendo de atividades ocasionais, ao lado de uma minoria com rendas muito elevadas, cria na sociedade urbana uma divisão entre aqueles que podem ter acesso de maneira permanente aos bens e serviços oferecidos e aqueles que, tendo as mesmas necessidades, não têm condições de satisfazê-las. Isso cria ao mesmo tempo diferenças quantitativas e qualitativas no consumo. Essas diferenças são a causa e o efeito da existência, ou seja, da criação ou da manutenção, nessas cidades, de dois circuitos de produção, distribuição e consumo dos bens e serviços (SANTOS, 1979, p. 29).

A partir desse novo paradigma, portanto, desenvolvido na década de 1970 por Milton Santos, o urbano ressurgiu com as contradições resultantes do processo que o alimenta e das interações com as especificidades dos espaços que busca moldar. “Não se trata de dicotomizar a cidade nem de opor o tradicional ao moderno, mas principalmente de considerar os efeitos

¹⁷ A concepção de território adotada neste trabalho respalda-se no entendimento da categoria por Santos e Silveira (2001), onde ambos definem o mesmo como o espaço apropriado e usado pelo homem.

diferenciados e até perversos da modernização, sem excluir o peso dos processos locais nessa interação” (FERREIRA, 1996, p. 136).

Conforme asseverou o próprio precursor da teoria dos circuitos econômicos,

a ideia central desse estudo é que a cidade dos países subdesenvolvidos não funciona como um aparelho maciço ou, dito de outro modo, como um bloco. Ao contrário, no interior do sistema urbano, em si mesmo dependente de outros sistemas de nível superior, pode-se reconhecer a existência de dois subsistemas, dois circuitos econômicos (SANTOS, 1979, p. 30).

Santos (1979) menciona que o tema dos dois circuitos da economia urbana é herdeiro do tema dualismo, sendo este último mais antigo. No entanto, a proposta da teoria dos circuitos econômicos vem justamente com o intuito de romper com o paradigma dicotômico entre moderno e tradicional, capitalista e não capitalista, assim como da consideração exclusiva do aspecto da produção, que não leva em consideração as esferas da distribuição, consumo e emprego. Portanto, para o autor, não haveria dualismo, considerando-se que “[...] os dois circuitos têm a mesma origem, o mesmo conjunto de causas e são interligados” (SANTOS, 1979, p. 43).

Para McGee (1996), a teoria dos dois circuitos econômicos rompeu com a esterilidade do modelo dualista da estrutura econômica das cidades e reconheceu a realidade dos circuitos de interação de capital, informação, bens e pessoas, já que a concepção dualista, segundo Santos (1979), enxergava a realidade urbana de forma parcial e fragmentada, privilegiando as formas modernas de produção e tratando as atividades tradicionais como resíduos que tenderiam a desaparecer.

Spósito (1996) acrescenta que a teoria constituiu-se ainda em uma resposta aos atrasos teóricos dos anos de 1950 e 1960, já que para a realização da análise do urbano a proposta do autor levava em consideração a dimensão histórica e a especificidade de cada país periférico. Nas palavras do autor supracitado: “Aqui já se nota uma preocupação com os aspectos econômicos como determinações e, indiretamente, referências a elementos que poderiam ser identificados com a formação sócio-espacial (*sic*)” (SPOSITO, 1996, p. 44).

Aspecto relevante a respeito da teoria em questão refere-se ao comentário de Ferreira (1996), quando a autora menciona que a teoria desenvolvida pelo autor através do livro “O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos” inaugurou um novo pensar sobre o urbano, trazendo perspectivas diferentes aos estudos da cidade. Nas palavras da autora,

primeiramente – referindo-se à teoria – aponta a especificidade do espaço urbano no terceiro mundo, que não pode ser considerada uma réplica do mundo desenvolvido nem uma transição. Resgata a importância do processo histórico de formação dos espaços, opondo-se à tese vigente que considerava o subdesenvolvimento como uma etapa do desenvolvimento ou como atraso. Apresenta instrumental analítico que unindo teoria e empiria permite tratar as diferenciações socioespaciais das cidades sem dicotomizar espaço e sociedade (FERREIRA, 1996, p. 133).

Souza (1996) também dissertou a respeito da teoria desenvolvida por Milton Santos, afirmando que esta desenvolveu não somente uma metodologia de abordagem do espaço geográfico, como também apresentou uma concepção universal da cidade extrapolando o campo factual e empírico.

Apesar das proposições referentes à teoria dos circuitos econômicos de Milton Santos terem sido formuladas na década de 1970, concorda-se com Ferreira (1996) quando a autora defende a premissa de que as mesmas continuam fornecendo bases sólidas para as reflexões acerca das problemáticas urbanas, além da teoria constituir-se em um instrumento analítico perfeitamente válido para analisar-se a realidade do período atual.

2.1.1 Os Dois Circuitos da Economia Urbana: Elementos e Características

É incontestável que o espaço urbano dos países periféricos, como o caso do Brasil, encontra-se marcado pelas enormes disparidades de renda na sociedade. Santos (1979) aponta que, em nível regional, essas diferenças exprimem-se na tendência à hierarquização das atividades, enquanto na escala do lugar, essas disparidades encontram-se expostas através da coexistência de atividades da mesma natureza, porém de níveis diferentes. Destarte, “o comportamento do espaço acha-se assim afetado por essas enormes disparidades de situação geográfica e individual” (SANTOS, 1979, p. 15).

A seletividade espacial provocada pelas modernizações desiguais é correlata à seletividade social; essa seletividade socioeconômica, conforme assevera o autor supracitado, constitui-se, portanto, no cerne da teoria dos dois circuitos econômicos. Enquanto a produção moderna tende a concentrar-se em alguns pontos do território, o consumo apresenta-se

qualitativa e quantitativamente desigual. Cria-se então, dois circuitos econômicos, responsáveis não só pelo processo econômico, mas também pelo processo de organização do espaço (SANTOS, 1979).

Este dois circuitos econômicos, denominados por Santos (1979) de circuito superior e circuito inferior, são constituídos pela mesma origem e pelo mesmo conjunto de causas, resultando assim, das condições históricas das modernizações tecnológicas.

Um dos dois circuitos é o resultado direto da modernização tecnológica. Consiste nas atividades criadas em função dos progressos tecnológicos e das pessoas que se beneficiam deles. **O outro é igualmente um resultado da mesma modernização, mas um resultado indireto,** que se dirige aos indivíduos que só se beneficiam parcialmente ou não se beneficiam dos progressos técnicos recentes e das atividades a eles ligadas (SANTOS, 1979, p. 29, grifo nosso).

Montenegro (2006), ao analisar a origem dos dois circuitos econômicos afirmou que ambos podem ser entendidos como subsistemas do sistema urbano, onde todas as formas de trabalho encontram-se integradas. A autora interpreta os dois circuitos como “[...] expressões das clivagens presentes nas cidades dos países mais pobres, os circuitos constituem um retrato da dinâmica da divisão do trabalho” (MONTENEGRO, 2006, p. 11). Acrescentando, a autora defende que “os dois circuitos não constituem sistemas fechados em si mesmos, mas estabelecem relações de complementaridade e de concorrência” (MONTENEGRO, 2006, p. 11).

Santos (1979) lembra que tanto o circuito superior quanto o inferior, vão encontrar seus canais de desenvolvimento, ou recriando a conjuntura ou conformando-se a ela, considerando que ambos resultam da modernização que atingem o território e a sociedade. O autor menciona ainda que embora as transformações ocorram de maneira mais acelerada no circuito superior, é necessário atentar também às formas mais sutis de renovação e transformação, assim como às resistências do circuito inferior.

De forma simplificada, o circuito superior constitui-se como resultado direto da modernização tecnológica e organizacional, sendo que seus elementos mais representativos são os monopólios. Para Santos (1979), o circuito superior abarca as atividades modernas como os bancos, comércio e indústria de exportação, indústria urbana moderna, serviços modernos, atacadistas e transportadoras e atualmente o setor quaternário¹⁸. O circuito inferior,

¹⁸ O setor quaternário consiste em um segmento econômico que inclui os serviços altamente intelectuais tais como investigação, desenvolvimento e inovação. Alguns autores o consideram como parte do setor terciário.

por sua vez, constitui-se por formas de fabricação de capital não intensivo, pelos serviços não modernos de varejo e pelo comércio não moderno e de pequena dimensão (SANTOS, 1979).

Neste sentido, entende-se que o circuito superior comporta as atividades vinculadas à expansão do meio técnico-científico-informacional, com vistas a uma acumulação ampliada de capital, enquanto o circuito inferior comporta as atividades menos capitalizadas e de expressão local ou mesmo regional, fruto de uma divisão territorial do trabalho presidida pelo próprio lugar (SANTOS, 2003).

Santos (1979) admite a existência de formas mistas no interior de ambos os circuitos, embora estas não interfiram “[...] em nada a definição dos circuitos, visto que o comportamento de cada uma dessas atividades é em qualquer caso correlativo do conjunto das características de cada circuito” (SANTOS, 1979, p. 32).

Para o precursor da teoria dos dois circuitos econômicos, a definição de cada circuito não se satisfaz somente com base na enumeração de seus elementos.

Cada circuito se define por: 1) o conjunto das atividades realizadas em certo contexto; 2) o setor da população que se liga a ele essencialmente pela atividade e pelo consumo.

A definição não é rígida. No que concerne à população ligada a cada um dos circuitos, é necessário notar vários desvios. Todas as camadas da população podem consumir fora do circuito ao qual pertencem. [...] Quanto às atividades, algumas delas embora apresentem um predomínio de características de um dos circuitos, podem também apresentar algumas dos outros. Isso é mais frequente no circuito superior, e para certas categorias de fabricação em que ainda é possível a coexistência de empresas utilizando tecnologias diferentes e diversamente organizadas. Poder-se-ia mesmo falar da existência de um **circuito superior “marginal”**, ao lado de um circuito superior propriamente dito (SANTOS, 1979, p. 33, grifo nosso).

Sobre a existência deste circuito superior marginal, Santos (1979) explicou ainda que este

[...] pode ser o resultado da sobrevivência de formas menos modernas de organização ou a resposta a uma demanda incapaz de suscitar atividades totalmente modernas. Essa demanda pode vir tanto de atividades modernas, como do circuito inferior. Esse circuito superior marginal tem, portanto, ao mesmo tempo um caráter residual e um caráter emergente (SANTOS, 1979, p. 80).

Inclui a indústria de alta tecnologia, de tecnologias da informação e das telecomunicações e algumas formas de investigação científica, assim como a educação, a consultoria e a indústria da informação (SEBRAE, 2012).

Sobre essa complexidade a respeito da própria teoria, Santos (1979, p. 33) assevera que ao se considerar “[...] os aspectos quantitativos e qualitativos entre as diferentes atividades, poder-se-ia considerar que há tantos casos quantas forem as cidades”. Contudo, o autor afirma que esta condição não deve constituir-se em empecilho na tentativa de análise das características gerais de cada um dos dois circuitos econômicos.

Antes de iniciar-se a análise de algumas das características dos dois circuitos da economia urbana que considerou-se mais relevante no presente trabalho, convém considerar que as variáveis de cada circuito não devem ser estudadas isoladamente, ou seja, é necessário considerar o conjunto dessas atividades. Contudo, Santos (1979, p. 33) afirma que “[...] a diferença fundamental entre as atividades do circuito inferior e as do circuito superior está baseado nas diferenças de tecnologia e de organização”.

Em relação à questão tecnológica, Santos (1979) lembra que enquanto o circuito superior utiliza-se de tecnologia importada e de alto nível, uma tecnologia capital intensivo, no circuito inferior a tecnologia constitui-se como trabalho intensivo e frequentemente local ou localmente adaptada ou recriada. O circuito superior é imitativo, enquanto o circuito inferior dispõe de um potencial de criação considerável, até mesmo para manutenção de sua sobrevivência.

Montenegro (2006) dissertando sobre o funcionamento do crédito nos dois circuitos, declarou que as atividades do circuito superior dispõem de crédito bancário, sendo que geralmente as grandes empresas criam e controlam esses bancos, o que se torna uma forma de controle sobre outras atividades e eventualmente um meio de absorvê-las. Parte considerável dessas manipulações é realizada através do “crédito burocrático”, que para Santos (1979), diz respeito ao crédito bancário. Em relação às atividades do circuito inferior, estas manipulações baseiam-se simultaneamente no crédito e no dinheiro líquido, sendo que o crédito é pessoal, direto e indispensável ao trabalho destas pessoas, pois as mesmas não têm condições de acumular capital. Entretanto, nos últimos anos as instituições financeiras têm enxergado a população de baixa renda como clientes potenciais, disponibilizando cartões de crédito e débito à classe trabalhadora (POSTALI, 2008).

As atividades vinculadas ao circuito superior manipulam grandes volumes de mercadorias, com algumas exceções, como por exemplo, as lojas especializadas; por outro lado, o circuito inferior trabalha com pequenas quantidades. No circuito superior, os capitais são comumente volumosos em relação à tecnologia utilizada, enquanto no circuito inferior as atividades encontram-se baseadas fundamentalmente no trabalho intensivo, utilizando-se de

capitais reduzidos e, dispensando, geralmente, uma organização burocrática (SANTOS, 1979).

Sobre a questão do emprego, Santos (1979, p. 35) coloca que em ambos os circuitos, este constitui-se como “[...] resultado da combinação dessas variáveis”, pois a existência do emprego no circuito inferior [...] raramente é permanente e sua remuneração situa-se frequentemente no limite ou abaixo do salário mínimo”. O contrato de trabalho, por sua vez, baseia-se sob a forma de acordo pessoal entre patrão e empregado, contudo a importância do trabalho familiar e do trabalho autônomo é praticamente indispensável neste circuito econômico.

Analisando a geração de empregos pelo circuito inferior, Santos (1979) menciona que a média de ocupação por unidade é baixa, contudo o número global de pessoas ocupadas é significativo. Segundo o autor, o circuito inferior

[...] é o verdadeiro fornecedor de ocupação para a população pobre da cidade e os migrantes sem qualificação. Tudo isso está ligado às condições tecnológicas e financeiras das atividades desse setor e suas relações com o conjunto da economia urbana (SANTOS, 1979, p. 35).

Analisando a questão dos preços, Santos (1979) coloca que no circuito superior estes geralmente são fixos, mesmo em situação de competição oligopólica, enquanto no circuito inferior “pechinchar” é uma regra, sendo que as margens de oscilação dos preços são extremamente importantes. No circuito superior as manipulações dos preços supõem uma margem de lucro contabilizável por longos prazos, ao contrário do circuito inferior onde prevalece o curto prazo.

No circuito superior trata-se de acumular capitais indispensáveis à continuidade das atividades e a sua renovação em função dos progressos técnicos. No circuito inferior, a acumulação de capital não constitui a primeira preocupação ou simplesmente não há essa preocupação. Trata-se, antes de tudo, de sobreviver e assegurar a vida cotidiana da família, bem como tomar parte, na medida do possível, de certas formas de consumo particulares à vida moderna (SANTOS, 1979, p. 35-36).

É importante frisar que o circuito inferior não deve ser analisado como tradicional ou como informal apenas. Muitos fornecimentos ao circuito inferior são originados no circuito moderno, não podendo, portanto ser chamado de tradicional (QUEIROZ, 2012). O circuito inferior possui suas próprias leis operacionais e de evolução e sua própria organização, entretanto nem sempre encontra-se vinculado à informalidade.

Um aspecto muito importante em relação aos dois circuitos exprime-se através da variável reutilização de bens; enquanto no circuito superior a reutilização dos bens de consumo duráveis é quase nula, no circuito inferior uma das bases da atividade constitui-se justamente na reutilização desses bens. Santos (1979, p. 36) lembra que “[...] isso é facilmente verificável tanto no ramo de concerto de roupas e de aparelhos, como no de veículos ou na construção de casas”.

O funcionamento do circuito superior baseia-se nas necessidades de uma produção de capital intensivo local ou exógena; o circuito superior apoia-se no consumo, resultando da demanda mesmo que esteja deformada pelo efeito-demonstração, enquanto no circuito inferior este funcionamento tende a ser controlado, subordinado e dependente (SANTOS, 1979).

Santos (1979) abordou ainda a questão escalar em relação aos dois circuitos econômicos. Para o autor, o circuito inferior geralmente estabelece suas relações em escala local, porém Silveira (2009) menciona que no atual período muitas destas integrações têm sido realizadas em nível regional e em alguns casos até mesmo internacional. No circuito superior, as atividades realizadas localmente vão se integrar numa outra cidade de nível superior do país ou do exterior.

Entretanto, com a crescente internacionalização da economia brasileira, uma das características marcantes do período atual¹⁹, vem ocorrendo uma ampla transformação na dinâmica dos dois circuitos da economia urbana. Santos (1996) aponta para a chegada do acontecer hierárquico através da presença de agentes de um circuito superior crescentemente internacionalizado implica na alteração da dinâmica dos atores não hegemônicos nas cidades.

Conforme explica Silveira (2009), os agentes do circuito inferior devem adaptar-se à presença de um circuito superior que lhes impõe uma série de normatizações, além de uma concorrência fortemente desigual que, por sua vez, os obriga ou a terceirizar suas atividades ou a abandoná-las. Para Montenegro (2006), esta condição traduz o crescimento de um circuito inferior forâneo, distante, externo às dinâmicas do lugar e o aumento do desemprego local.

Nesse processo, as cidades e regiões são crescentemente “[...] envolvidas num processo de criação de valor pela incorporação de objetos e ações modernos [...] especializam-se em atividades exógenas e tornam-se compartimentos territoriais de um mundo globalizado” (SILVEIRA, 2003, p. 415). No entanto, o número de atividades e de

¹⁹ A discussão referente à temática do período atual será realizada no próximo item deste capítulo.

empregos ligados ao circuito superior da economia também diminuem. Não obstante, a população deve encontrar ao mesmo tempo uma atividade e um lugar na cidade, multiplicando-se assim, o circuito inferior da economia, ou seja, tem-se a expansão das pequenas atividades realizadas com capital reduzido.

A multiplicação do circuito inferior resulta, assim, da pobreza que advém das contradições do circuito superior; um circuito inferior ligado à parcela técnica da produção do circuito superior tende a se desenvolver; esse movimento resulta na ampliação da distância entre os dois circuitos (SANTOS, 1979).

A reflexão sobre o circuito inferior, em particular, aproxima-se de certo modo, de uma análise sobre o processo de precarização do universo trabalhista que, nos dias atuais, aumenta a vulnerabilidade social e produz diversas formas de trabalho que terminam por envolver, ainda que indiretamente, a totalidade do espaço urbano (SILVEIRA, 2003 e MONTENEGRO, 2006).

Enquanto teoria do desenvolvimento econômico em sua dimensão espacial, Santos (1979) coloca que a teoria dos circuitos econômicos compreende um caminho em direção à reflexão acerca das transformações espaciais produzidas direta ou indiretamente pelas modernizações que atingem o território no período atual. Os dois circuitos possuem contradições em suas características, sendo que cada um destes circuitos têm suas próprias variáveis de tecnologia, organização, importância das atividades, relações de trabalho, e número de empregos. Todavia, estes circuitos econômicos complementam-se apesar da dominação do circuito superior. O estudo da cidade enquanto totalidade não é possível sem o exame da dialética entre os dois circuitos.

A teoria dos dois circuitos permite, então, avançar na compreensão do espaço geográfico enquanto território usado, onde cada ator possui força diferente (SANTOS; SILVEIRA, 2001). Montenegro (2006, p. 53) acrescenta a essa reflexão que “[...] a teoria dos circuitos da economia urbana nos permite igualmente avançar na construção de uma geografia da produção, assim como de uma geografia da circulação e do consumo”.

Santos (1979) completa este raciocínio afirmando que se os agentes do circuito superior têm no território um recurso para a realização de seus interesses corporativos, enquanto os agentes do circuito inferior utilizam o território enquanto um abrigo. Esses usos territoriais realizam-se dialeticamente, envolvendo relações de complementariedade e concorrência, conformando aquilo que Santos (2006) designou de espaço banal, ou seja, o espaço de todos.

2.2 Gênese e Evolução dos Dois Circuitos Econômicos em Maringá

O objetivo aqui estabelecido não constitui-se em realizar o resgate histórico da criação da cidade de Maringá, mas recuperar elementos fundamentais para a compreensão da gênese dos dois circuitos da economia urbana nesta cidade. Portanto, acredita-se que discorrer, ainda que de forma sintética, sobre o processo de ocupação do Norte do Paraná, região na qual encontra-se inserida a cidade em tela, traduz-se no percurso mais pertinente para tal finalidade.

No início da década de 1920, objetivando a realização de investimentos lucrativos para incrementar sua economia interna e restabelecer a ordem em suas finanças, o governo britânico destinou técnicos ao Brasil a fim de analisarem as possibilidades econômicas no país (LUZ, 1997). Segundo Tomazi (2000), a princípio os investidores britânicos tiveram seus interesses voltados à cotonicultura, ou seja, adquirir terras para o cultivo do algodão, contudo posteriormente chegaram à conclusão de que obteriam maiores lucros a partir da divisão das terras em lotes rurais e urbanos.

Antes dos ingleses adquirirem os 515 mil alqueires de terras no Norte do Paraná e da chegada dos trilhos da Companhia Ferroviária São Paulo – Paraná, a formação da rede regional já vinha sendo articulada. Segundo Luz (1999), desde o início da década de 1920, pensando no escoamento das safras agrícolas da região, alguns dos grandes produtores agrícolas brasileiros já vislumbravam a importância da implantação de uma ferrovia. Mediante este cenário favorável, empresários ingleses fundaram a *Parana Plantations Limited* e sua subsidiária brasileira, a CTNP – Companhia de Terras Norte do Paraná.

Conforme Luz (1997),

mesmo investindo uma parte dos lucros na infra-estrutura (*sic*) da região, estes foram sempre elevados e certos, uma vez que os riscos da exploração da terra ficavam por conta do adquirente (LUZ, 1997, p. 30).

O Norte do Paraná constituía-se no cenário de um notável processo de ocupação urbana decorrente da expansão do complexo cafeeiro. Graças ao ritmo acelerado do desenvolvimento da cultura cafeeira, bem como de outras culturas ainda que em menor intensidade, somado ao estabelecimento das vias de comunicação conectando as zonas rurais aos centros de comercialização da produção agrícola, a região exerceu forte atratividade sobre

a população brasileira e estrangeira. As culturas agrícolas, a abertura de estradas e a formação de núcleos urbanos rapidamente transformaram a paisagem da região (MONBEIG, 1984).

A propaganda desenvolvida pela CTNP visou promover uma imagem atrativa à comercialização dos lotes. Para alcançar tal finalidade, era comum a utilização de expressões pitorescas como “Nova Canaã” e “Eldorado” nos panfletos de venda.

Analisando o caráter deste tipo de comercialização, Monbeig (1984) realiza uma análise na qual compara a semelhança da promoção das vendas dos terrenos com outros produtos do mercado capitalista:

Lança-se uma cidade, como se lançaria uma moda, com grandes golpes de propaganda. Os primeiros compradores de terrenos eram comerciantes que tinham sido atraídos. Os que os seguiram, vinham em busca de bons negócios. E por fim, exatamente como se torna popular a moda, depois de adotada por uma minoria, afluíam então para o jovem centro urbano pessoas de todas as classes sociais e de todas as regiões, novas ou velhas. E, sem dúvida, bem justificam a confiança dos pioneiros os progressos do povoamento rural, a extensão da rede ferroviária, a melhoria das comunicações por ferrovia. Mas tal confiança é fortalecida e acrescida pela publicidade (MONBEIG, 1984, p. 357).

O plano de colonização da CTNP, de acordo com Luz (1997) baseou-se em três diretrizes principais:

1) **Colonização**, incluindo o planejamento, o loteamento e a venda das terras; 2) **Construção de estradas**, essenciais ao escoamento da produção e à ligação dos vários núcleos de povoamento entre si e com os principais centros do país; 3) **Implantação de núcleos urbanos** (cidades e patrimônios), destinados a concentrar atividades econômico-sociais e servir como pólos (*sic*) irradiadores de toda a obra colonizadora (LUZ, 1997, p. 37, grifo da autora).

Monbeig (1984) lembra que a CTNP conseguiu atingir uma de suas metas primordiais que consistiu no desenvolvimento de um eixo rodoferroviário de penetração a fim de facilitar o acesso às novas áreas e permitir o escoamento da produção da região, além de assentar núcleos urbanos ao longo do eixo rodoviário. Conforme lembra o autor, nesse eixo inseriam-se inúmeras ramificações e, nos cruzamentos destes, localizavam-se as cidades; todos os lotes eram articulados por caminhos e havia nas proximidades um centro comercial. Os núcleos urbanos maiores distavam, em média, 100 km uns dos outros, sendo intercalados por núcleos urbanos menores. Algumas cidades foram previamente planejadas para tornarem-se grandes centros regionais.

Para Fresca (2004), todo o complexo desenvolvido pela CTNP resumia-se na realização de um empreendimento capitalista que visava a melhor relação custo-benefício. Assim, a criação das cidades vislumbrava atender o mercado consumidor e às exigências da população. Contudo, a autora toma nota que a estrutura interna das cidades apresentava diferenciações sociais evidentes a partir dos preços e tamanhos dos lotes.

De acordo com Monbeig (1984), com a deflagração da Segunda Guerra Mundial associada às dificuldades criadas pelo governo brasileiro quanto à propriedade de terras por estrangeiros, os ingleses viram-se obrigados a dispor de muitos de seus bens no exterior, dentre eles a CTNP, que fora vendida a um grupo de paulistas, tendo como mentor principal Gastão Vidigal, proprietário do Banco Mercantil de São Paulo. De início, a CTNP²⁰ manteve os mesmos rumos da administração anterior, entretanto foram detectadas algumas dificuldades relacionadas ao plano urbano de Londrina, aspecto este que conduziu a algumas mudanças adotadas pela CTNP, ainda que pouco significativas.

Assim, como resultado da continuidade dada ao processo de loteamento comercialização do Norte do Paraná, a CMNP – Companhia Melhoramentos Norte do Paraná – implanta a cidade de Maringá, cerca de 100 km distantes da cidade de Londrina.

Para Luz (1997),

[...] a empresa colonizadora reservava, na zona central de sua extensa gleba, um local privilegiado para o estabelecimento de uma cidade que polarizaria a parte mais ocidental de suas terras, dividindo com Londrina a liderança regional; serviria, dessa forma, como centro propulsor de progresso para uma vasta e promissora área agrícola (LUZ, 1997, p. 60).

Portanto, a cidade de Maringá, segundo Endlich (1998, p. 54), “[...] tornou-se um dos principais núcleos urbanos fundados pela Companhia Melhoramentos Norte do Paraná”. A autora acrescenta que Maringá constituiu-se “[...] como nó da rede rodoviária e ferroviária, fator relevante para que esta cidade se constituísse também, como nó da rede urbana”. A esse respeito, Mendes (1992) acrescenta que a fertilidade das terras na região que abriga Maringá somada à construção da estrada de ferro constituíram-se como fatores decisivos na expansão capitalista da cidade, pois em virtude destes condicionantes a cultura cafeeira desenvolveu-se plenamente nesta região no período em que este produto assumia importância vital para a economia do país.

²⁰ Embora a CTNP tenha sido vendida no ano de 1944, foi somente em 1951 que efetivou-se a alteração no nome da empresa, na qual passou a ser denominada de CMNP (Companhia Melhoramentos Norte do Paraná).

Segundo Moro (2003), o projeto urbanístico de Maringá (FIGURA 01) previa a estruturação espacial da cidade em zonas funcionais – residencial, comercial, industrial, médico-hospitalar e administrativa – previamente definidas e articuladas entre si por amplas avenidas, objetivando um desenvolvimento harmônico. No entanto, o projeto desencadeou uma seletividade residencial em relação ao uso do solo urbano, haja vista a diferenciação nos preços e, conseqüentemente, nos tamanhos dos lotes²¹. Para o autor, com o tempo essa seletividade conduziu à diferenciação socioespacial presente entre as zonas residenciais da cidade de Maringá (MORO, 2003).

²¹ A partir das análises realizadas por Moro (2003), é possível considerar que a manifestação dos dois circuitos econômicos não foi expressa somente no segmento econômico, outrossim, estes dois circuitos manifestaram-se através da localização da população na malha urbana.

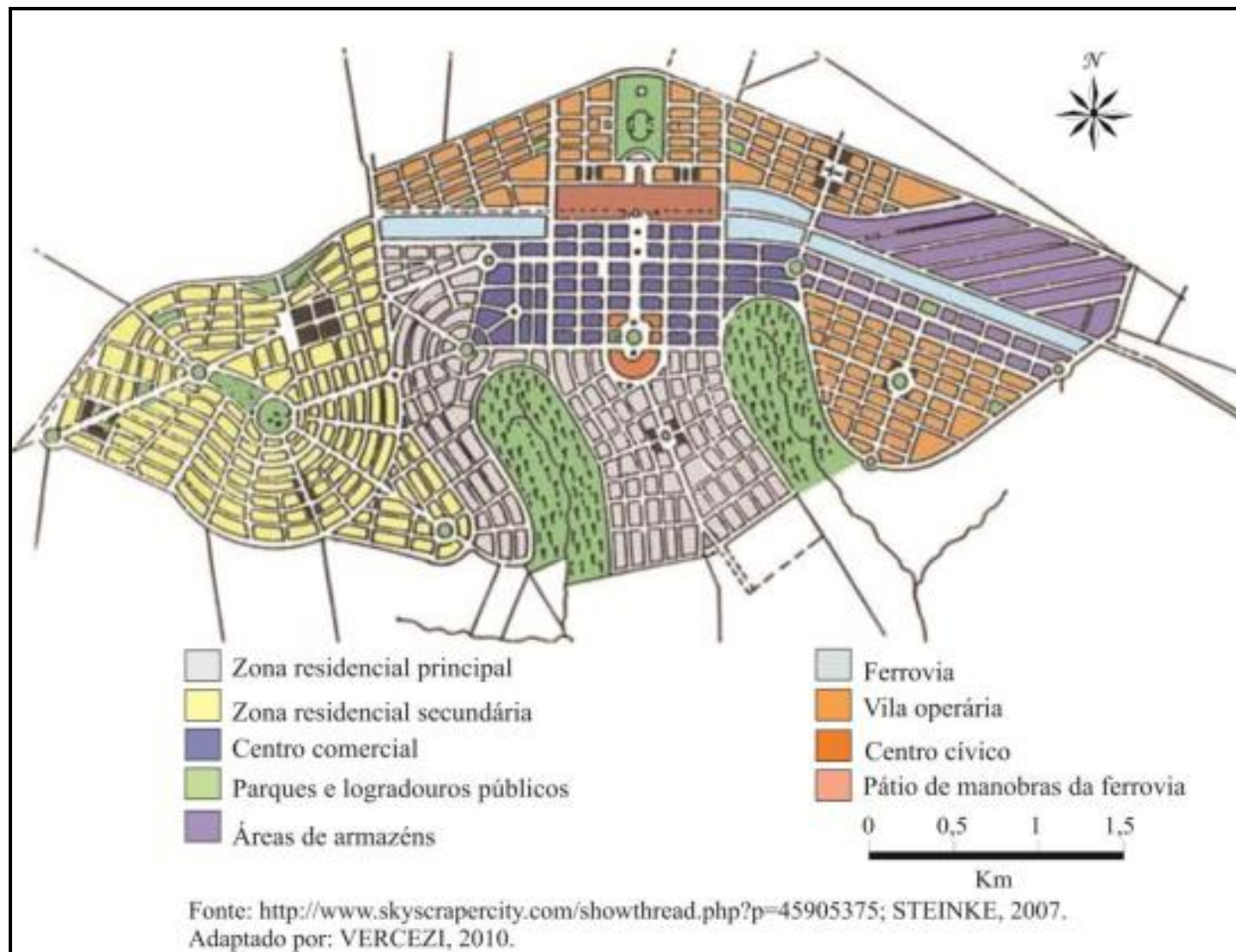


Figura 01: Plano Urbanístico de Maringá

Fonte: Vercezi, 2012

Apesar da planta urbanística de Maringá já determinar a área central da cidade, a região a oeste do atual perímetro urbano constituiu-se no primeiro povoado da mesma, na qual ficou popularmente conhecido como “Maringá Velho”. Este povoado que se formava representava a nova “boca de sertão²²”, pois ficava no caminho em direção às cidades de Campo Mourão e Paranavaí (LUZ, 1999) e, graças a sua localização e à instalação de um hotel²³, tornou-se ponto de referência para viajantes, empreiteiros, corretores de café, compradores de terras, vendedores, dentre outros.

A esse respeito, Mendes (1992) disserta que

desse modo, instalaram-se os primeiros estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços: como hotel, casas de secos e molhados, bar e restaurantes, padaria, farmácia, etc. (MENDES, 1992, p. 97).

Luz (1997) lembra que anteriormente à constituição do “Maringá Velho” o fornecimento dos gêneros de maior necessidade era obtido nas cidades de Apucarana, Mandaguari e Marialva.

Depois que o povoado do “Maringá Velho” passou a contar com diversas casas de comércio, os sítiantes para ali se dirigiam a fim de fazer suas compras [...]. Adquiriam os gêneros de primeira necessidade, tais como açúcar, farinha, sal, querosene, utensílios domésticos e ferramentas diversas, calçados e tecidos mais comuns (LUZ, 1997, p. 66).

Mendes (1992) corrobora que “durante muito tempo o núcleo embrião maringaense exerceu a função de um centro comercial atacadista, o que muito influenciou na organização do espaço da cidade [...]” (MENDES, 1992, p. 97).

²² Esta terminologia refere-se às cidades localizadas na orla das zonas onde inicia-se o processo de ocupação.

²³ No ano de 1942 foi inaugurada a primeira casa do patrimônio “Maringá Velho”, o Hotel Maringá, que fora construído pela CMNP (LUZ, 1997, p. 62). Segundo Monbeig (1984), o hotel em questão representava o centro do “Maringá Velho” e, para o autor, a vida urbana de Maringá iniciou-se através da atividade hoteleira.

2.2.1 A Formação do Circuito Superior de Maringá

Desde a sua gênese, a cidade de Maringá forneceu indícios de seu progresso econômico. Para Monbeig (1984), a prosperidade de cidades pioneiras como Maringá, deve-se graças aos pequenos proprietários, haja vista que estes provocam o desenvolvimento da função comercial e industrial destas localidades. A esta condição, o autor corrobora afirmando que o progresso da cidade pode ser medido pelas transformações mais duradouras. No caso da cidade de Maringá tal condição foi comprovada pela instalação dos primeiros estabelecimentos industriais. Ao analisar este processo, Luz (1997) acrescenta que

os primeiros a se estabelecer são as serrarias, logo seguidas pelas máquinas de beneficiamento de arroz e de café. Estas indústrias estão ligadas à produção rural e sua presença reforça a solidariedade entre a cidade e o campo, transformando muitas vezes os maquinistas em banqueiros dos pequenos agricultores.

Os armazéns de classificação de café dão emprego para as mulheres e moças, e isso representa uma fonte suplementar de emprego para a população urbana. [...]

Este primeiro estágio de industrialização se reflete na paisagem urbana e na função comercial da cidade. As lojas são maiores, mais especializadas e apresentam um aspecto melhor. [...]

Os estabelecimentos construídos em alvenaria são cada vez mais numerosos. Também as residências e os edifícios públicos passam a apresentar certo requinte (LUZ, 1997, p. 91-92).

Com a consolidação e ampliação das atividades comerciais e de prestação de serviços, bem como a partir do início do processo de industrialização, Maringá passa a coordenar as atividades de sustentação desempenhadas pela zona rural ao seu entorno e dinamizar o crescimento de sua área de influência, desenvolvendo assim, a capacidade de se firmar como centro regional.

Contudo, o intenso desenvolvimento de Maringá ocorreu a partir da década de 1960, período este considerado o apogeu do ciclo econômico da cafeicultura paranaense, com os agentes sociais desfrutando de sua vantajosa posição geográfica, onde souberam capitalizar seu poder de polarização acentuando sua forte centralidade no espaço norte-paranaense (MORO, 2003).

Concordando com a análise de Oliveira (2009), na qual o autor afirma que foram os novos fluxos e fixos vinculados à cafeicultura os determinantes para a constituição dos

embriões dos circuitos superior e inferior da economia urbana em Londrina, assume-se aqui o mesmo raciocínio, haja vista a relevância da cultura cafeeira para a economia urbana de Maringá.

Nas palavras de Luz (1997):

O café foi o principal fator de ocupação e valorização econômica das terras do Norte do Paraná e da microrregião de Maringá. [...]

A lavoura cafeeira não acarretou prosperidade apenas para a zona rural; estimulou, ao mesmo tempo, a criação de inúmeros núcleos urbanos, que serviam para integrar a área agrícola. Com o avanço dos cafezais foi necessário que se abrissem estradas para possibilitar o escoamento desse produto em direção aos grandes centros e portos de exportação. Por outro lado, surgiram, nas vilas e cidades, máquinas de beneficiamento e firmas especializadas em exportação de café. A riqueza produzida por este produto dinamizou os diversos setores da vida urbana, como o comércio e a prestação de serviços. Não só os setores diretamente ligados à produção, mas toda a comunidade, se beneficiavam com os lucros auferidos na agricultura (LUZ, 1997, p. 121-122).

Como exposto por Luz (1997), Maringá abrigava várias operações inerentes à valorização da cafeicultura. Segundo Monbeig (1984), mediante tais processos, a renda gerada no campo era drenada para a cidade, permitindo um fluxo monetário bastante intenso na cidade e na região. Essa dinâmica monetária atraiu profissionais de diversos ramos de atividade – advogados, arquitetos, dentistas, engenheiros agrônomos, engenheiros civis, médicos, técnicos em eletricidade, técnicos em agronomia, dentre outros (SANCHES, 2004) – para Maringá; os órgãos governamentais também passaram a se fazer presentes na cidade e na região. A produção cafeeira que trouxe direta e indiretamente riqueza para o setor privado possibilitou ainda um aumento da arrecadação estadual através dos impostos incidentes sobre essa cultura e dos impostos provenientes dos setores a ela vinculados.

Analisando a acumulação de capitais oriunda da produção cafeeira, Mendes (1999) afirma que o período compreendido entre 1960 e 1969 pode ser caracterizado como o período da “acumulação cafeeira e comercial”, sendo que a construção de 10 edifícios na área central da cidade constitui-se em um dos reflexos desta acumulação.

É provável que esse processo fosse consequência do excedente de capital oriundo da cultura cafeeira desenvolvida nas décadas de 40/50/60 e 70, associada às atividades comerciais levadas a efeito por grandes e médios fazendeiros e comerciantes no município e região (MENDES, 1999, p. 401).

Em relação ao setor bancário, Mendes (1992) corrobora que este setor também passou por um intenso processo de expansão em toda a região. Segundo Luz (1997), o primeiro banco a instalar uma agência na cidade de Maringá foi o Banco Comercial do Paraná S/A. no ano de 1948; em 1949 foram inauguradas mais três agências bancárias; em 1953, apenas dois anos após a elevação de Maringá à categoria de Município, a cidade possuía 14 estabelecimentos bancários e, em 1960, Maringá já contava com 20 agências bancárias que atendiam não somente a uma clientela local como também regional.

Em apenas duas décadas, o café transformou a paisagem do Norte Novo. As terras foram ocupadas por extensos cafezais, as cidades e vilas proliferaram, estradas foram abertas e a população aumentou em 896%. A prosperidade se manifestava no número cada vez maior de estabelecimentos comerciais e industriais, além das obras que procuravam acompanhar o dinamismo demonstrado pela iniciativa privada em todos os setores (LUZ, 1997, p. 122-123).

Grandes e pequenas empresas vinculadas ao setor agrícola, como à rizicultura e à cotonicultura, mas principalmente à cafeicultura, foram criadas ou filiadas em Maringá. A compra e venda de cereais era, normalmente, realizada por empresas atacadistas que encarregavam-se da exportação destes produtos – arroz, algodão e café – , associando, em alguns casos, o beneficiamento dos mesmos²⁴. Importantes empresas compradoras e exportadoras de café e cereais, como a Cafeeira Santa Inês, Cafeeira Santa Cecília, Cafeeira São Pedro, Cafeeira São Francisco, Cafeeira Santo Antônio e Cafeeira Maringá representavam, em 1957, 14,9% dos estabelecimentos comerciais – considerou-se, neste caso, as transações comerciais de compra e venda realizadas pelas empresas – da cidade de Maringá. Os volumes mais significativos de negócios realizados por tais cafeiras eram com empresas de São Paulo, Santos e Rio de Janeiro; eram também frequentes as comercializações em nível internacional.

A esse respeito, Luz (1997) acrescenta que

[...] a maioria destes estabelecimentos era constituída por firmas de pequeno porte, que foram aos poucos substituídas por filiais de firmas atacadistas mais poderosas sediadas nos grandes centros, uma vez que não tinham condições de enfrentar a concorrência. O número de cerealistas diminuiu, embora as firmas que permaneceram ou se estabeleceram depois fossem mais estáveis e poderosas economicamente (LUZ, 1997, p. 146).

²⁴ As empresas responsáveis pelo beneficiamento de tais gêneros agrícolas foram inseridas entre os estabelecimentos industriais, contudo, não raramente, estes estabelecimentos também realizavam a compra e a comercialização de cereais em geral.

O setor industrial da cidade de Maringá apresentou, desde sua gênese, intrínseca ligação com a produção agropecuária; a presença de empresas como a COCAMAR²⁵ – Cooperativa Agroindustrial de Maringá –; Usina Santa Terezinha Ltda.²⁶; SANBRA – Sociedade Algodoeira do Nordeste Brasileiro –; Maringá Trigomil Ltda.; Cooperativa de Laticínios Maringá; Z. Krosnowski & Cia²⁷; Reunidas S/A Indústria, Comércio e Exportação de Implementos Agrícolas e Rodoviários²⁸; Frigorífico Central; Caldeiraria Brasil²⁹ e a Companhia Norpa Industrial³⁰ revelam esta realidade.

Entretanto, apesar da primazia das indústrias vinculadas à produção agropecuária, a Companhia de Desenvolvimento de Maringá (2012) aponta considerável crescimento no setor secundário de diversos gêneros industriais na cidade já nos primeiros anos de sua existência (TABELA 05). Neste cenário, destacava-se a Indústria e Comércio de Móveis Concórdia Ltda., a Indústria e Comércio de Bebidas Ouro Verde Ltda., a Monolux – Indústria de Artefatos Acrílicos Ltda., a Germani – Companhia Paranaense de Alimentos e a Balfar S/A Indústria Brasileira de Móveis.

²⁵ A Cocamar, denominada anteriormente de Cooperativa de Cafeicultores de Maringá Ltda., foi criada a partir da união de 46 produtores de café no ano de 1963. Embora fundada por cafeicultores, a Cocamar ficou poucos anos dedicando-se exclusivamente a essa atividade; já no final da década de 1960 passou a receber e beneficiar algodão e, em 1971, construiu um armazém graneleiro, o primeiro do Paraná, para armazenar trigo e milho. Porém, a estrutura acabou destinando-se para a cultura da soja que aos poucos substituiu o café. Em 1973 já havia outros armazéns graneleiros pela região (COCAMAR, 2012).

²⁶ A Usina Santa Terezinha Ltda. criada no início da década de 1960 constituiu-se, já neste período, na maior produtora de açúcar e álcool do estado do Paraná. Atualmente a empresa denomina-se Grupo Usaçúcar (SANCHES, 2004).

²⁷ Conforme aponta Andrade (1979), a indústria em questão produzia e comercializava para o mercado nacional e externo carvão de ossos e subprodutos de origem animal. A empresa era pertencente ao engenheiro químico Zigmunt Krosnowski.

²⁸ Os principais ramos de atividade da empresa estavam vinculados à metalurgia e à carpintaria. Dentre os produtos do setor metalúrgico, destacavam-se as embarcações fluviais, rebocadores, dragas, tanques graneleiros, caixas d'água com estruturas metálicas, carretas agrícolas, *trucks* e catracas, e diversos outros; dentre os produtos do setor de carpintaria, destacavam-se as carrocerias para caminhões e carretas de tração animal e carrocerias para carretas agrícolas (ANDRADE, 1979).

²⁹ As atividades da empresa, conforme menciona Andrade (1979), eram bastante diversificadas, abrangendo a construção de silos metálicos, elevadores de canecas para cereais, correias transportadoras, tanques de alta capacidade, caixas d'água com estruturas metálicas e alambiques para hortelã.

³⁰ A empresa dedicava-se à industrialização de soja, refino de óleo de soja e farelos do produto (ANDRADE, 1979).

Tabela 10: Número de estabelecimentos industriais por gêneros na cidade de Maringá até 1970

Gênero de Atividades	Número de Estabelecimentos
Produtos minerais não-metálicos	23
Metalurgia	14
Mecânica	14
Material elétrico e de comunicação	02
Material de transporte	15
Madeira	16
Mobiliário	29
Borracha	03
Couro, peles e produtos similares	02
Química	07
Perfumaria, sabões e velas	02
Produtos materiais plásticos	02
Têxteis	11
Vestuário, calçados e tecidos	07
Produtos alimentícios	80
Bebidas e álcool	04
Editorial e gráfica	11
Diversas	05
Total	247

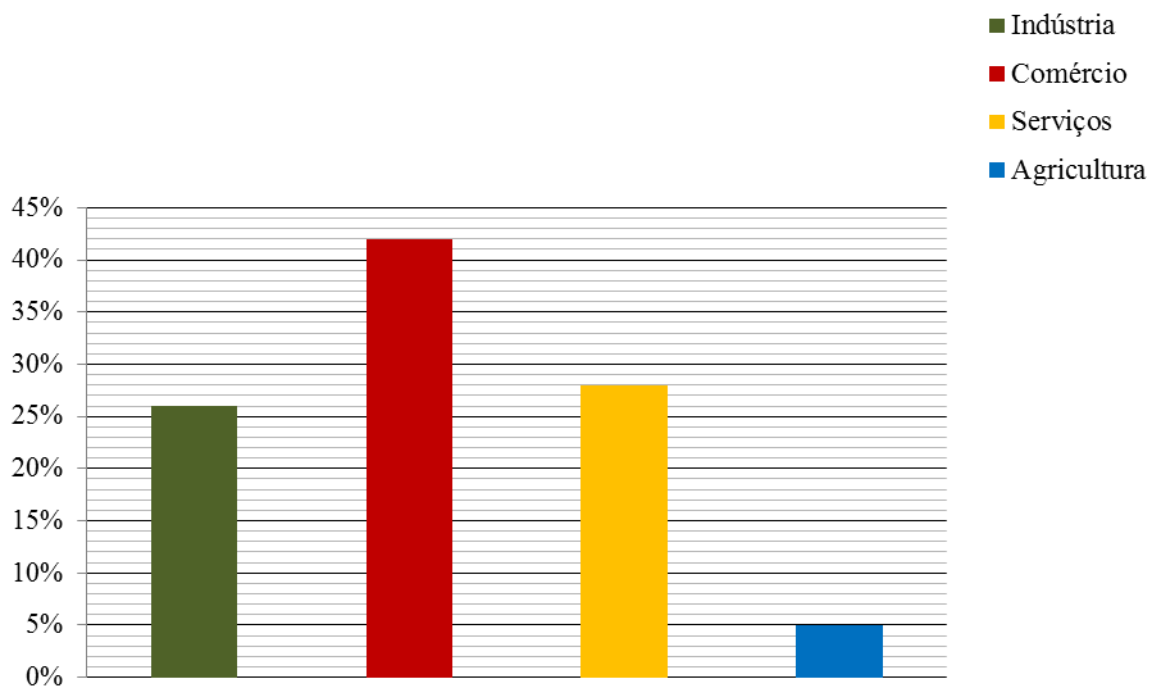
Fonte: CODEM, 2012

A atividade industrial ainda que incipiente, era representada principalmente pelas máquinas de beneficiamento de produtos agrícolas e pelas pequenas indústrias de produtos alimentícios, móveis e de calçados rústicos. A facilidade de acesso à madeira garantiu a existência de inúmeras serrarias, bem como de olarias e fábricas de artefatos de cimento, haja vista a imensa demanda decorrente do desenvolvimento físico e territorial da cidade, como habitações, estabelecimentos industriais e comerciais (LUZ, 1999).

A indústria que fora implantada em Maringá no decorrer dos primeiros anos de sua existência, voltava-se principalmente para o atendimento das necessidades básicas da

população predominantemente rural. Entretanto, apesar de alguma expressividade da atividade industrial em Maringá, Luz (1997, p. 143) afirma que a grandiosidade das atividades urbanas encontrava-se vinculada ao setor de comércio e prestação de serviços: “Maringá apresentou desde cedo um grande desenvolvimento no seu setor terciário”. A autora acrescenta que no ano de 1955 o número de estabelecimentos comerciais totalizava 352; em 1955 esse número elevou-se para 569 estabelecimentos e em 1960 somavam-se 535 estabelecimentos comerciais. Nos anos posteriores, a tendência de expansão do número de estabelecimentos comerciais e de prestadores de serviços permaneceu inalterada (GRÁFICO 04).

Gráfico 04: Composição setorial do Produto Interno Bruto (PIB) em Maringá no ano de 1970



Fonte: CODEM, 2012

A rápida expansão da cidade de Maringá passou, portanto a demandar serviços e atividades mais complexas de caráter não apenas rural como também urbano. Conforme assevera Luz (1997), aos poucos a rede comercial foi se expandindo e consolidando-se em decorrência da prosperidade advinda dos negócios realizados da cafeicultura. Criam-se, conseqüentemente, lojas de maior porte e com grande número de estoque; instalam-se ainda filiais de médias e grandes lojas. Os serviços médico-hospitalares, serviços de informação e radiodifusão, escolas, universidades e demais comércios especializados passaram também a compor o espaço urbano de Maringá já nos primeiros anos de sua criação³¹. Esta oferta comercial e de prestação de serviços mais especializada e sofisticada pode ser traduzida como a constituição da gênese do circuito superior em Maringá.

A inauguração da Casa Vila Real³² e das Casas Pernambucanas, ambas na década de 1950, reforçam a análise em questão. Soma-se a este quadro, a criação do Cine Maringá no ano de 1948 e a abertura do aeroporto de Maringá em 1951, estabelecimentos estes que fornecem a conotação de uma cidade em plena expansão capitalista. A criação da UEM – Universidade Estadual de Maringá – em 1969 que atraiu para a cidade dezenas de professores universitários e demais profissionais especializados³³ constitui-se também em um dos expoentes da gênese do circuito superior em Maringá.

Contribuições de grande relevância para a análise foram realizadas por Luz (1997), quando a autora menciona os estabelecimentos de veículos e acessórios – incluindo automóveis, bicicletas e caminhões, bem como acessórios que compunham os mesmos. “Os estabelecimentos desse gênero atendiam toda a região, pois as firmas de representação de veículos automotores preferiam se estabelecer em Maringá, centro urbano de maior expressão regional” (LUZ, 1997, p. 144). Já no ano de 1953 esse tipo de estabelecimento comercial representava 8,8% do total do comércio existente em Maringá [ibidem, p. 145].

Outras formas de comércios diferenciados existentes nos anos de 1950 e 1960 correspondiam às lojas que comercializavam máquinas e equipamentos agrícolas, máquinas de costura, aparelhos eletrodomésticos, instrumentos musicais, discos e materiais elétricos. Em 1953, Maringá contava com seis estabelecimentos destas categorias; já em 1960 este número elevou-se para 16 (LUZ, 1997).

³¹ A ocupação de Maringá iniciou-se por volta de 1938 na região atualmente conhecida como Maringá Velho, contudo foi somente no ano de 1951 que esta foi elevada à categoria de município.

³² Durante a década de 1950 a Casa Vila Real constituiu-se em uma das maiores empresas do segmento de secos e molhados no âmbito atacadista e varejista. Com matriz em Londrina, possuía filiais em São Paulo, Arapongas e Maringá (SANCHES, 2004).

³³ Conforme Luz (1997), no ano de 1960 havia na cidade de Maringá 45 médicos, 25 dentistas e 17 engenheiros civis.

Embora fosse reduzido o número de estabelecimentos comerciais que oferecessem artigos finos e de luxo, como louças e porcelanas finas, artigos para presentes, cristais, objetos de arte, móveis de luxo, joias e relógios, em 1953 estes estabelecimentos representavam 2,5% do total de comércios na cidade e, em 1960, já representavam 2,8% [ibidem, p. 146]. Corolário à expansão da quantidade e complexidade comercial e de serviços em Maringá, a cidade passou a demandar atividades de profissionais como os contadores. Segundo Luz (1997, p. 173), “em 1956 havia na cidade 20 contadores”.

Considerando-se todo o exposto, fica evidente que a cidade de Maringá tornou exequível a concentração e a combinação de diferentes tipos de trabalho e de trabalhadores. “Todas essas formas de trabalho foram diretamente subordinadas à reprodução de capitais, nesse caso de tipo mercantil, que encontraram na cidade e na região oportunidades de valorizarem-se” (OLIVEIRA, 2009, p. 51).

2.2.2 A Formação do Circuito Inferior de Maringá

O processo de urbanização de Maringá foi intensificado e acelerado em virtude da concentração de riqueza concebida pela cafeicultura. Durante as primeiras décadas, a economia urbana maringaense desenvolveu-se quase exclusivamente tendo como alicerce as transações realizadas a partir da cultura do café. Entretanto, contrapondo-se a esse glorioso processo, a pobreza começava a proliferar-se na mesma velocidade e intensidade com a qual a cidade crescia.

Consonante com o pensamento de Oliveira (2009) que desenvolveu uma riquíssima análise sobre o circuito inferior da cidade de Londrina³⁴, acredita-se ser impróprio apontar a existência de um circuito inferior neste momento em Maringá, haja vista que até a década de 1970 a população era predominantemente rural, ou seja, ainda não existia uma população urbana cujas demandas não fossem supridas em detrimento de seus recursos

³⁴ Apesar de tratar-se de realidades distintas, o processo de implantação e desenvolvimento das cidades de Londrina e Maringá possuem nítidas semelhanças, salvaguardando certamente, as especificidades de cada uma; soma-se a tal consideração, a vivência da autora em ambas as cidades.

financeiros, característica indispensável para a existência de um circuito inferior da economia urbana (SANTOS, 1979). Nas palavras de Oliveira (2011, p. 65, grifo nosso): “É possível apenas fazer referência a alguns elementos dispersos, verdadeiros **embriões**, que ainda não tinham condições plenas de desenvolvimento”.

Luz (1997) já evidenciava para a cidade de Maringá alguns elementos analisados por Oliveira (2011) quando afirmou que o núcleo urbano maringaense encontrava-se intrinsecamente vinculado à zona rural em virtude da preeminência das atividades agrícolas. Para a autora, “[...] o urbanismo ainda está em **embrião**” (LUZ, 1997, p. 163, grifo nosso).

Dentre estes elementos dispersos que fornecem subsídios à compreensão da gênese do circuito inferior da cidade de Maringá no início da década de 1950, é possível apontar para a presença de estabelecimentos comerciais de artigos usados, como pneus, sacos e ferro velho, conforme aponta Luz (1997). A autora menciona ainda que serviços de confecção e reparo de vestuário também eram comuns na cidade, bem como estabelecimentos destinados ao conserto de calçados, relógios e aparelhos de rádio.

Havia ainda, segundo a autora, um elevado número de oficinas de reparos de veículos automotores, que também prestavam serviços de mecânica, pintura e reforma de lataria.

Segundo Luz (1997, p. 150-151), “em 1953 Maringá contava com 132 estabelecimentos de confecção, reparação e manutenção, o que representava 31,3% do total; em 1960 esse percentual se elevava para 39,4%, com 247 estabelecimentos existentes”.

Em relação aos serviços de higiene pessoal, os estabelecimentos mais comuns eram representados pelas barbearias e salões de beleza, sendo, na maioria dos casos, estabelecimentos de simples padrão, sem luxo ou sofisticação. Os serviços de higiene pessoal representavam 9,7% do total de estabelecimentos urbanos em 1953 e 10,5% em 1960 (LUZ, 1997).

Os primeiros estabelecimentos de prestação de serviços instalados na cidade de Maringá destinavam-se ao atendimento das necessidades da população de seu pequeno núcleo urbano e dos moradores da área rural. Conforme menciona Luz (1997), eram constituídos por estabelecimentos modestos, de pequeno porte, que não demandavam grande inversão de capitais e demandavam poucos empregados. Além disso, não exigiam especialização ou profissionalização de seus proprietários e empregados. Entretanto, a autora aponta que “[...] foi o setor que mais se expandiu” (LUZ, 1997, p. 152).

Aspecto pertinente a ser considerado diz respeito à explícita divisão socioeconômica já no início da década de 1950. Segundo a autora supracitada,

Constituíam, ao lado dos comerciantes e industriais mais abastados, a ‘elite’ local [...].

Numa camada intermediária situavam-se os profissionais das diversas atividades características dos aglomerados urbanos, como os contadores, cartorários, escriturários e bancários. Seguiam-se os alfaiates, sapateiros, padeiros, barbeiros, carpinteiros, pedreiros, marceneiros, fotógrafos, tipógrafos, empregados do comércio, motoristas que prestavam os mais variados serviços aos habitantes da cidade e do campo.

Na base da pirâmide social, situavam-se os operários não-classificados, os serventes, os funcionários da limpeza pública, as empregadas domésticas, os carroceiros, os ajudantes da construção civil e os vendedores ambulantes (LUZ, 1997, p. 181).

Embora concordando com a afirmação de Santos (1979), na qual o autor assevera que a existência do circuito inferior da economia depende das demandas não supridas da população urbana, considera-se que a presença de atores não-hegemônicos desempenhando determinadas funções explicita a gênese deste circuito no espaço urbano de Maringá. Em sua análise, Luz (1997) elencou as profissões da população rural e urbana de Maringá na década de 1950, entretanto selecionou-se aqui somente aquelas inseridas no contexto do circuito inferior da economia urbana (TABELA 11).

Tabela 11: Profissões e número de trabalhadores na década de 1950 na cidade de Maringá

Profissão	Número de Trabalhadores
Açougueiro	01
Afiador	01
Alfaiate	01
Auxiliar de engenheiro	01
Auxiliar de farmácia	01
Balconista	02
Carpinteiro	04
Carroceiro	03
Costureira	01
Encanador	01
Garçom	01
Ladrilheiro	01
Marceneiro	01
Mecânico	03
Motorista	01
Pedreiro	01
Prestador de serviços diversos	03
Vigilante	01
Total	28

Adaptado pela autora
FONTE: Luz, 1997

Outra manifestação da pobreza urbana que começava a encetar-se em Maringá, ainda que de forma pouco expressiva, constituía-se na presença dos bairros que abrigavam a população pobre. Contudo, em detrimento à política urbana altamente segregadora e excludente intensificada pelo Poder Público Municipal³⁵, para a população excluída da lógica capitalista eram escassas as possibilidades de habitação em Maringá.

³⁵ O projeto urbanístico da cidade de Maringá desenvolvido pelo engenheiro Jorge de Macedo Vieira trazia impregnado em si a intencionalidade de um processo de ocupação residencial que consolidava a característica de uma sociedade hierarquizada. Foram previamente destinados espaços distintos segundo as possibilidades econômicas dos adquirentes em zonas residenciais de alto e baixo padrão socioeconômico. Assim sendo, a produção do espaço urbano de Maringá legou intensa segregação socioespacial, pois predominou desde os primeiros momentos de seu desenvolvimento o atendimento aos interesses do capital imobiliário que, ao

Analisando este quadro, Rodrigues (2004) assevera que a produção do espaço urbano constituído por Maringá,

[...] obedeceu desde sua gênese a uma orientação que reproduziu no território processos de desigualdade social pela ação do mercado imobiliário. Ao segmentar as áreas a serem comercializadas, segundo as especificidades socioeconômicas dos adquirentes, esse mercado fomentou, ao longo de mais de meio século, uma ocupação residencial claramente segregada (RODRIGUES, 2004, p. 103).

Compreende-se, portanto que a cidade de Maringá acabou definindo uma espacialidade que dividiu a população conforme suas condições econômicas de acesso ao solo urbano. Rodrigues (2004) assevera que esta condição chegou a uma situação de extrema segregação, na qual a população de renda baixa só encontrou possibilidade de moradia fora dos limites da cidade.

O Poder Público Municipal sequer procurou embuçar tal postura, haja vista a “confissão” realizada pelo mesmo através do PLHIS – Plano Local de Habitação de Interesse Social – (2010):

No que se refere às ocupações irregulares, Maringá conseguiu reduzir seu número na década de 70 e 80, a partir de um conjunto de medidas da Prefeitura que afastaram as aglomerações populares de baixa renda das áreas centrais e pericêntricas. As famílias foram transferidas para a periferia do município-pólo e para as periferias dos municípios do entorno. Os moradores de 14 pequenas ocupações irregulares (próximas ao cemitério) foram transferidos para núcleos habitacionais produzidos pela prefeitura municipal, como é o caso do Núcleo Habitacional Santa Felicidade, que hoje concentra grande número de famílias de baixa renda (PLHIS, 2010, p. 44).

Portanto, compreende-se que a manifestação do circuito inferior da economia através do conteúdo habitacional, ainda que presente no espaço urbano compunha-se de forma embrionária e bastante dispersa (OLIVEIRA, 2011), não somente pela predominância populacional consistir-se ainda em caráter rural, mas principalmente pela atuação do Poder Público Municipal como pujante agente do circuito superior.

segmentar as áreas a serem comercializadas segundo as especificidades socioeconômicas dos adquirentes, fomentou uma ocupação residencial claramente segregada e segregadora (RODRIGUES e CORDOVIL, 2012).

2.3 As Dimensões da Pobreza Urbana e o Circuito Inferior

O Brasil é um país de caráter particularmente desigual, marcado por uma pobreza cuja extensão e profundidade permanecem muito grandes conquanto seu alto grau de industrialização (SALAMA; DESTREMAU, 1999). Como o processo de urbanização ocorreu de forma acelerada no território brasileiro, grande parcela da sociedade tornou-se ainda mais sujeita a uma série de carências, sofrendo de uma pobreza e de uma escassez que na maioria das vezes tornam-se ainda mais acentuadas nas cidades.

Todavia, discorrer sobre a temática pobreza é adentrar em uma discussão amplamente complexa diante da existência de diferentes entendimentos e modelos para sua definição, identificação e mensuração que acabam por conduzir à inexistência consensual por parte dos estudiosos. Por tratar-se de uma das mais marcantes características do território brasileiro e, de modo geral, do conjunto dos países pobres, a temática em questão é estudada por um grande número de ciências. Na geografia a particularidade dos estudos da pobreza envolve uma leitura da problemática a partir do espaço geográfico, ou seja, como o fenômeno é produzido e como ele materializa-se no território.

No entendimento de Santos (2009), a pobreza deve ser entendida como uma questão estrutural e, portanto, necessita do entendimento de relações que ocorrem em diversas escalas, relacionadas aos conflitos pelo poder e às influências da expansão dos processos da globalização.

Para Santos (2009, p. 9-10),

a pobreza existe por toda parte, mas sua definição é relativa a uma determinada sociedade. Estamos lidando com uma noção historicamente determinada. É por isso que comparações de diferentes séries temporais levam freqüentemente (*sic*) à confusão. A combinação de variáveis, assim como sua definição, muda ao longo do tempo; a definição dos fenômenos resultantes também muda. [...] um fenômeno tão sintético e complexo não pode ser compreendido através do estudo isolado de fragmentos de informações (SANTOS, 2009, p. 09-10).

Assim sendo, não basta apenas quantificar a pobreza, mas sim, compreender o fenômeno em si, com suas diferentes faces e raízes.

Na concepção de Salama e Destremau (1999, p. 47), a mensuração da pobreza “[...] pode ser ou não monetária, pode se interessar exclusivamente pelos fluxos, pode levar em

conta as necessidades básicas satisfeitas ou não e incluir elementos de patrimônio; enfim, pode ser objetiva”.

Na concepção de Santos (2009), os estudos concernentes à pobreza deveriam ser realizados a partir do processo das modernizações no território, pois deste modo possibilitaria o entendimento do problema em todos os níveis. A economia urbana deve ser estudada como um sistema único formado por dois subsistemas, o circuito superior e o circuito inferior.

Em sua obra que constitui-se referência para a análise da pobreza, particularmente da pobreza urbana, Santos (1979) alerta para o problema na definição do conceito de pobreza, pois como assevera o autor, a maioria dos estudos apresentam somente definições estatísticas onde são considerados somente os critérios econômicos e de renda. Entrementes, o autor ressalva que

[...] um indivíduo não é mais pobre ou menos pobre porque consome um pouco menos ou um pouco mais. A definição de pobreza deve ir além dessa pesquisa estatística para situar o homem na sociedade global à qual pertence, porquanto a pobreza não é apenas uma categoria econômica, mas também uma categoria política acima de tudo. Estamos lidando com um problema social (SANTOS, 1979, p. 155).

No discernimento de Santos (2000, p. 59) “ser pobre não é apenas ganhar menos do que uma soma arbitrariamente fixada; ser pobre é participar de uma situação estrutural, com uma posição relativa inferior dentro da sociedade como um todo”.

Referindo-se ao período contemporâneo, Santos (2006) afirma que a pobreza atual difere da pobreza da década de 1970, denominando-a de “pobreza estrutural globalizada”. Essa atualização da produção da pobreza ocorre em conjunção com a expansão do meio técnico-científico-informacional e com a intensificação dos consumos e da circulação.

Referindo-se à temática em questão, Santos (2000) assevera ainda que os países subdesenvolvidos, dentre eles o Brasil, conheceram pelo menos três formas de pobreza.

A primeira seria o que ousadamente chamaremos de **pobreza incluída**, uma pobreza acidental, às vezes residual ou sazonal, produzida em certos momentos do ano, uma pobreza intersticial e, sobretudo, sem vasos comunicantes.

Depois chega uma outra [...]. Então chamada de **marginalidade**, tal pobreza era produzida pelo processo econômico da divisão do trabalho, internacional ou interna. Admitia-se que poderia ser corrigida, o que era buscado pelas mãos dos governos.

E agora chegamos ao terceiro tipo, a **pobreza estrutural**, que de um ponto de vista moral e político equivale a uma dívida social. Ela é estrutural e não mais local, nem mesmo nacional; torna-se globalizada, presente em toda

parte no mundo. Há uma disseminação planetária e uma produção globalizada da pobreza [...] (SANTOS, 2000, p. 69, grifo do autor).

Segundo Santos (2000), a pobreza estrutural globalizada é corolário da política produzida pelos atores globais com a colaboração consciente dos governos nacionais. O autor complementa que no período da atual pobreza os pobres não são incluídos nem marginalizados, mas sim excluídos. “Nas condições atuais, é uma pobreza quase sem remédio, trazida não apenas pela expansão do desemprego, como, também, pela redução do valor do trabalho” (SANTOS, 2000, p. 73).

O autor arremata assegurando que essa condição de empobrecimento relativo atinge um número cada vez maior de pessoas. Entrementes, faz uma ressalva sobre a importância de distinguir os pobres dos miseráveis.

O exame do papel dos pobres na produção do presente e do futuro exige, em primeiro lugar, distinguir entre pobreza e miséria. A miséria acaba por ser a privação total, com o aniquilamento, ou quase, da pessoa. A pobreza é uma situação de carência, mas também de luta, um estado vivo, de vida ativa, em que a tomada de consciência é possível. Miseráveis são os que se confessam derrotados. Mas os pobres não se entregam. Eles descobrem cada dia formas inéditas de trabalho e de luta. Assim, eles enfrentam e buscam remédio para suas dificuldades (SANTOS, 2001 p. 132).

Na concepção de Sen (2000), o entendimento da pobreza deve transcender a ideia clássica de que a mesma constitui-se apenas na carência de rendimentos, ademais a pobreza revela-se, antes de tudo, na privação de capacidades básicas.

A perspectiva da pobreza como privação de capacidades não envolve nenhuma negação da ideia sensata de que a baixa renda é claramente uma das causas principais da pobreza, pois a falta de renda pode ser uma razão primordial da privação de capacidades de uma pessoa. Uma renda inadequada é, com efeito, uma forte condição predisponente de uma vida pobre (SEN, 2000, p. 109).

Destarte, Sen (2000) elenca outras condições poderiam atenuar ou intensificar a condição de pobreza, como a idade, o sexo, a localização geográfica e até mesmo as condições de saúde. Segundo o autor, “ao contrastar grupos populacionais classificados segundo idade, sexo, localização, etc., essas variações paramétricas são particularmente importantes” (SEN, 2000, p. 110).

Corroborando com esta perspectiva, Salama e Destremau (1999, p. 51-52) afirmam que

O indivíduo que vive em sociedade posiciona-se em relação aos outros, e o nível de rendimento é comparado aos dos outros. Se o rendimento é muito baixo relativamente, o indivíduo sofre frustrações de não poder conquistar uma série de bens que os outros adquirem. Ele pode, então, se perceber como pobre, ainda que seja pelo olhar dos outros, ao passo que, com o mesmo nível de renda, em outras épocas e em outros lugares, ele poderia não se sentir dessa maneira (SALAMA; DESTREMAU, 1999, p. 51-52).

Nesta perspectiva, a relação entre pobreza como insuficiência de potencialidades e modicidade de rendimento é íntima, e existe nos dois sentidos. O rendimento é, sem dúvida, um meio importante para as potencialidades. Estas, por sua vez, alargam a capacidade da pessoa ser mais produtiva e obter mais rendimento. Esta ligação no sentido oposto é crucial para ultrapassar a pobreza. Para Sen (2000), a educação e os cuidados com a saúde, além de melhorarem a qualidade de vida, possibilitam a capacidade individual na obtenção de rendimentos.

Coadunando com a análise em questão, Santos (2001) assevera que os atores vivos do drama urbano são obrigados a lutar todos os dias criando estratégias de sobrevivência.

É dessa forma que, na convivência com a necessidade e com o outro, se elabora uma política, a política dos de baixo, constituída a partir das suas visões do mundo e dos lugares. Trata-se de uma política de novo tipo, que nada tem a ver com a política institucional. [...] A política dos pobres é baseada no cotidiano vivido por todos, pobres e não pobres, e é alimentada pela simples necessidade de continuar existindo (SANTOS, 2001, p. 122-123).

Referindo-se à escassez de possibilidades enfrentada pela população pobre, Santos (2001) assegura que tal condição pode redundar na construção de lutas criativas ou mesmo em conformismos. Neste sentido, o autor argumenta que a flexibilidade tropical³⁶ constitui-se em uma forma de resistência à racionalidade hegemônica atenuando a crise no território urbano.

Em decorrência da diversidade do meio construído nas cidades, especialmente a existência de áreas desvalorizadas, criam-se distintas possibilidades de participação na dinâmica da divisão do trabalho.

Contribuindo com a análise arrolada, Oliveira (2011, p. 205) considera que

³⁶ “Nas grandes cidades, sobretudo no Terceiro Mundo, a precariedade da existência de uma parcela importante (às vezes a maioria) da população não exclui a produção de necessidades, calcadas no consumo das classes mais abastadas. Como resposta, uma divisão do trabalho imitativa, talvez caricatural, encontra as razões para se instalar e se reproduzir. Mas aqui o quadro ocupacional não é fixo: cada ator é muito móvel, podendo sem trauma exercer atividades diversas ao sabor da conjuntura. Essas metamorfoses do trabalho dos pobres nas grandes cidades cria o que [...] denominamos de **flexibilidade tropical**” (SANTOS, 2006, p. 219-220, grifo nosso).

nesse sentido, de forma combinada, ocorre a tendência de expansão da racionalidade hegemônica, especialmente a desvalorização do trabalho, e a tendência de expansão do circuito inferior da economia urbana. Além disso, a expansão, ou reestruturação do circuito inferior, é movida também pelo crescimento da heterogeneidade social e pelas novas formas de escassez que atingem também as classes médias (OLIVEIRA, 2011, p. 205).

O circuito inferior, na sua complementaridade dialética, acaba constituindo-se no “verdadeiro fornecedor de ocupação para a população pobre da cidade e os migrantes sem qualificação” (SANTOS, 1979, p. 45). Voláteis, as contratações e a divisão do trabalho são instáveis, caracterizando uma verdadeira flexibilidade tropical (SANTOS, 2006, p. 259-260).

Para Silveira (2011), a atenção política voltada somente à divisão territorial hegemônica acaba por confundir a repartição do trabalho de uma grande corporação ou de inúmeras delas com a divisão social do trabalho e a divisão territorial do trabalho da nação, penalizando todas as outras formas de sobrevivência por sua lentidão, atraso tecnológico, desempenho e ilegalidade, responsabilizando assim, as vítimas como responsáveis pelo seu drama e atraso da nação. “O problema é imaginar que essa economia, que corresponde à maioria da nação e do território, não cria riqueza nem emprego. Por isso pensamos que o circuito inferior da economia urbana é extremamente criativo na produção da vida [...]” (SILVEIRA, 2011, p. 162).

2.4 Novos Conteúdos da Pobreza Urbana e a Reconfiguração do Circuito Inferior no Período Atual

A caracterização da pobreza urbana dos países subdesenvolvidos concebida por Santos (1979) revela-se sobremaneira válida até o presente. Na proposição de Pereira (2013), além do reconhecimento da existência dos dois circuitos econômicos na cidade, a contribuição maior deve-se à “[...] compreensão de que os pobres, ainda que dependentes do circuito superior da economia, vivem à custa de uma economia que envolve basicamente os próprios pobres” (PEREIRA, 2013, p. 07), ou seja, o que Santos (1979) classificou como circuito inferior da economia urbana.

Em um contexto pretérito, Santos (1979) elencou as características mais relevantes em relação à organização do circuito inferior e, embora muitas das particularidades deste circuito permaneçam condizentes com a realidade – como as variáveis organização, emprego, assalariado, margem de lucro, dentre outras –, algumas das características arroladas pelo autor têm sido modificadas diante às novas variáveis do período atual³⁷ – informação, publicidade, finança e consumo (SILVEIRA, 2009) – determinantes e dominantes no período atual da globalização, as quais cada vez mais vêm se fazendo presente em atividades do circuito inferior.

Fundamentando-se nas concepções de Silveira (2007; 2004), é pertinente afirmar que as técnicas contemporâneas são flexíveis e divisíveis tornando-se, portanto, acessíveis ao uso pelos diferentes atores sociais, sejam eles hegemônicos ou não hegemônicos. Dessa maneira, técnicas modernas vêm sendo reutilizadas crescentemente no circuito inferior, fazendo com que novos serviços sejam oferecidos aos clientes, como os de publicidade, de informática, de telefonia móvel, dentre outros (SILVEIRA, 2004). Convergindo com esta análise, Montenegro (2009) ressalta que as técnicas de informação vêm sendo integradas às atividades do circuito inferior ora como instrumento de trabalho, ora como objeto de consumo ou de comercialização.

Várias destas técnicas constituem-se também em técnicas de circulação, como os veículos ou motocicletas com alto-falantes que realizam serviços de publicidade, condição esta que propiciou ao circuito inferior certa mobilidade, haja vista que o mesmo tende a permanecer enraizado à escala do lugar. Encontra-se ainda outras formas de utilização das técnicas de informação pelos atores do circuito inferior, como propagandas em rádios locais, *banners*, *blogs* e *sites* na internet, entre outros.

Outrossim, Montenegro (2009) assevera que verificam-se atividades do circuito inferior que negociam a realização de publicidade adequando seus preços à realidade financeira dos agentes do referido circuito, conduzindo à contratação de seus serviços para a propagação de pequenos comércios e/ou prestadores de serviços. Deste modo, observa-se que no período atual a publicidade faz-se presente nas mais distintas atividades do circuito inferior, inclusive como serviço a ser prestado.

³⁷ Segundo Santos (2006), cada período é portador de um sentido partilhado pela história e pela sociedade. Neste sentido, o período atual pode ser apreendido a partir da expansão do meio técnico-científico-informacional e das transformações empreendidas na divisão territorial do trabalho em suas diversas escalas. Contribuindo com a referente análise, Silveira (2008) afirma que a difusão da informação, a estreita relação entre ciência e técnica, as finanças, a diversificação e intensificação do consumo, as novas formas de competição e cooperação entre as empresas, a complexidade das relações entre empresas/mercado e Estado e o empobrecimento relativo da população constituem-se nas variáveis determinantes do período atual.

A intensificação do uso da publicidade em atividades do circuito inferior integra um processo de expansão do consumo no período atual inclusive no tocante às classes mais pobres (SILVEIRA, 2004; 2009). Esta condição fora ainda intensificada mediante o processo de financeirização propagado na economia urbana pelos agentes do circuito superior à população dos mais distintos estratos econômicos.

Segundo Silveira (2009), a recente expansão do consumo no período atual abrange cada vez mais a população pobre, condição esta que tem desencadeado uma reconfiguração das relações entre os circuitos econômicos urbanos. Apesar do consumo aos serviços e bens duráveis vir apresentando considerável expansão, conforme mencionou Silveira (2009), admite-se que este consumo apresenta-se profundamente marcado pela desigualdade em relação às formas e condições com a qual a população pobre tem acesso a ela.

Convergindo com o pensamento da autora supracitada, Oliveira (2011) discorre que

no Brasil a forte concentração da renda e a difusão limitada do consumo às classes médias são aspectos característicos da modernização incompleta por meio da qual se implantaram no país certos elementos de uma sociedade de consumo de massa nos anos 1970 (OLIVEIRA, 2011, p. 117).

O processo de globalização intensificado no país nos anos de 1980 constituiu-se no carro-chefe da significativa mudança desencadeada nos padrões de consumo ocorrida em todas as classes sociais. A centralidade do consumo atingiu tal magnitude que Bauman (2008) chegou a declarar que a atual sociedade constitui-se em uma “sociedade de consumidores”. O autor acrescenta que a característica mais proeminente desta “nova” sociedade refere-se na capacidade da mesma em transformar seus sujeitos em produtos consumíveis (BAUMAN, 2008).

Convergindo com as proposições de Bauman (2008), Ballesteros e Carreras (2006) declaram que outrora a grande distinção entre as classes sociais era apreendida através da detenção ou não dos meios de produção, entretanto para os autores, a perspectiva de maior relevância atualmente encontra-se atrelada ao consumo, ou seja, a aquisição material revela a classe social na qual pertence determinada pessoa.

Nesse sentido, Maricato (1996) declara que os institutos de pesquisas socioeconômicas também procuraram adaptar-se, pelo menos terminologicamente, em relação à expansão do consumo popular, haja vista que as atuais classificações designadas aos “novos” pobres referem-se às classes C, D e E, sendo as duas últimas referentes à população de mais baixa renda.

Scrié (2011) assegura que embora tenha ocorrido uma ampliação dos níveis de consumo dos serviços e bens duráveis, particularmente entre as camadas mais populares, o endividamento das famílias elevou-se drasticamente. Desta forma, a ampliação do acesso ao consumo tem gerado um forte comprometimento da renda familiar. Para a autora, ainda que a população esteja aparentemente vivendo melhor, tal condição não representa necessariamente uma ascensão social.

Torres, Birchir e Carpim (2006) reforçam a concepção de Scrié (2011) ao afirmarem que nos primeiros anos do século XXI, mais especificamente durante os anos que compreenderam os dois mandatos do ex-presidente Luiz Inácio da Silva (2003-2010), verificou-se um considerável avanço em relação aos indicadores sociais e econômicos brasileiros. Segundo os autores, a ampliação ao acesso da população pobre a determinados bens de consumo, particularmente os duráveis, como telefone, fogão, geladeira, rádio, máquina de lavar, televisão, entre outros, coincide, de certa forma, com o avanço da creditização da população brasileira. Os autores reuniram dados de famílias com renda per capita de até meio salário mínimo³⁸ com o intuito de confirmarem esta conjectura e concluíram que em algumas regiões metropolitanas brasileiras a aquisição de geladeiras saltou de 69% em 1995 para 88% em 2004, já o acesso às máquinas de lavar roupas aumentou de 8% para 18% neste mesmo período (TORRES, BIRCHIR e CARPIM, 2006).

Para os autores supracitados, a expansão do consumo entre a população pobre pode ser analisada à luz das transformações econômicas e sociais.

Ao longo dos últimos dez anos, tem se verificado uma significativa mudança nos preços relativos, ainda despercebida para muitos analistas. Por um lado, existe uma queda importante dos preços médios dos alimentos em relação à inflação observada no período, implicando [...] maior acesso a bens não-alimentícios e serviços de diferentes naturezas. Por exemplo, enquanto a inflação medida pelo INPC [Índice Nacional de Preços ao Consumidor] cresceu 147% [...], os alimentos consumidos no domicílio tinham avançado apenas 92% entre janeiro de 1995 e agosto de 2005. Observa-se também uma significativa queda no preço do vestuário e dos bens duráveis, implicando a possibilidade de domicílios mais bem aparelhados, mesmo sem crescimento da renda. [...] Além disso, está em curso um processo de aumento de participação feminina no mercado de trabalho, implicando mudanças do papel da mulher na tomada de decisão sobre o consumo doméstico, antes fortemente condicionada pelas escolhas do marido (TORRES, BIRCHIR e CARPIM, 2006, p. 21) .

³⁸ Em 2006, ano da realização da pesquisa, o valor do salário mínimo era de R\$ 350,00, portanto a renda per capita mensal na qual o autor refere-se, ou seja, meio salário mínimo, consistia em R\$ 175,00.

De acordo com Torres, Birchir e Carpim (2006), o entendimento da recente expansão do consumo em meio aos estratos inferiores de renda no Brasil pode ser analisado à luz da combinação entre os fatores políticos, sociais e institucionais sob a sociedade atual.

Dentre os **aspectos políticos**, os autores supracitados elencam a menor variação na estrutura de preços, situação esta proporcionada pelo controle inflacionário e o papel das políticas públicas federais de transferência de renda, dentre elas, o Programa Bolsa Família que atualmente abarca uma população de cerca de 12,5 milhões de famílias. Para Rocha (2008), o Programa Bolsa Família representa, inegavelmente, um elemento novo no orçamento de uma importante parcela da população pobre do país e, conseqüentemente, em suas possibilidades de consumo. Os valores distribuídos pelo Governo Federal através do programa variam entre R\$ 22,00 a R\$ 200,00 mensais, sendo definidos em função da renda familiar mensal per capita e do número de crianças e adolescentes, desde que estes estejam frequentando a escola regularmente.

Neste sentido, Montenegro (2009) assevera que

o Programa Bolsa Família simboliza uma das principais relações que se estabelecem, no território brasileiro hoje, entre o Estado e o circuito inferior, enquanto o estrato da população que se liga a este circuito pela realização da atividade e pelo consumo (MONTENEGRO, 2009, p. 13)

Relacionando-se aos **fatores sociais**, Torres, Birchir e Carpim (2006) mencionam a redução do núcleo familiar e a crescente participação feminina no mercado de trabalho brasileiro. Acredita-se que dentre os aspectos sociais, é possível considerar concomitante a estes, a manifestação de uma nova situação demográfica, ou seja, a própria expansão do processo de urbanização brasileira conduziu a uma maior concentração populacional sendo que esta condição expõe a população a uma crescente gama de tipos de consumos catalisados pela força que a publicidade e o crédito assumem nas cidades.

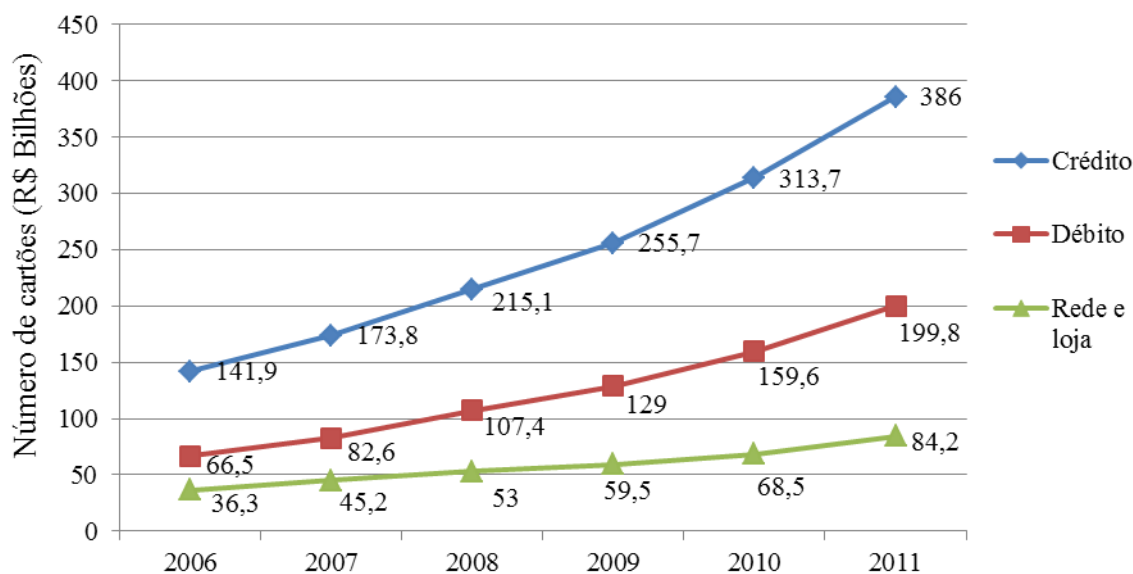
Dentre o amplo conjunto de fatores elencados acima, seguramente aquele de maior impacto em relação ao alargamento do consumo encontra-se no âmbito dos **fatores institucionais** tendo em vista a expansão do mercado de crédito. Zerrenner (2007) aponta a redução das taxas de inflação como uma das coadjuvantes no processo de expansão da creditização, pois conforme enfatiza a autora, em decorrência da redução dos juros os bancos tiveram que desenvolver outras estratégias a fim de manter e mesmo ampliar seus rendimentos; neste sentido, encontrou-se no mercado de crédito o eixo norteador para a mudança.

Destarte, a partir de meados da década de 1990 assistiu-se a um aumento da oferta de serviços financeiros à população menos abastada, como contas poupança e contas simplificadas. Tal movimento gerou novas formas de concessão de crédito, como prazos de pagamento mais extensos, bem como a estabilização e a redução das taxas de juros quando comparadas aos períodos de elevada inflação. As administradoras de cartão de crédito também ampliaram sua clientela, não só devido ao aumento de contas bancárias, mas também às estratégias acionadas para incorporar certas faixas da população como forma de expansão de suas bandeiras. Estas estratégias financeiras, conforme afirma Zerrenner (2007), culminaram na expansão dos empréstimos e, conseqüentemente do consumo.

Na concepção de Ribeiro (2011), foi na primeira década do século XXI que esse processo intensificou-se e passou a contemplar as parcelas mais pobres da população através dos financiamentos concedidos por financeiras ligadas ou não a grandes conglomerados bancários. Na percepção da autora, a criação do plano Real e o controle inflacionário constituíram-se no pano de fundo necessário para que este evento ocorresse. Torres, Birchir e Carpim (2006) consideram que além destes aspectos, a abertura comercial do país possibilitou o barateamento de determinados bens, que por sua vez, foram consumidos em proporções inéditas em virtude do incremento da renda da população.

Apesar dos inúmeros condicionantes que corroboraram para a expansão do consumo, concluiu-se que os autores são unânimes em considerar que o acesso facilitado aos cartões de crédito, débito e de lojas constitui-se no motivo basilar desencadeante do exposto (GRÁFICO 05).

Gráfico 05. Evolução do número de cartões entre 2006 e 2011 no Brasil



Fonte: ABECS, 2012

Segundo o Banco Central (2012), no período correspondente entre os anos de 1997 e 2007 o volume da concessão de crédito pessoal no país passou de R\$ 50 bilhões para mais de R\$ 222 bilhões. Em relação ao aumento no número de cartões de crédito, débito e de lojas, a ABECS (2012) explicita um dado impressionante, ou seja, entre o período de 2000 e 2010 o número de cartões expandiu-se mais de 520%, passando de 119 milhões para 628 milhões de unidades.

Neste sentido, Silveira (2009) assevera que o processo de creditização da população de baixa renda evidencia que “[...] o circuito superior reconhece a importância de desburocratizar o crédito para estender suas oportunidades de lucro e, assim, os requisitos exigidos são mínimos” (SILVEIRA, 2009, p. 69). Para a autora,

a complexa organização financeira do circuito superior, apoiada nos atuais sistemas técnicos e na propaganda, permite a expansão social e territorial dos seus mercados, evitando capacidades ociosas e invadindo os mercados tradicionalmente pertencentes ao circuito inferior (SILVEIRA, 2009, p. 65).

Entretanto, a autora conclui que o custo desse crédito apresenta-se extremamente alto, com taxas de juros que oscilam entre 5% e 13% ao mês.

Entra-se numa dívida para sair de outra e, desse modo, não se rompe o círculo vicioso do empobrecimento. Tecem-se novos nexos entre empresas do circuito superior e trabalhadores do circuito inferior, cuja manifestação mais visível é o consumo de bens, serviços e dinheiro, sob forte relação de dependência com tais firmas. Em consequência, aumenta a distância entre o circuito superior, portador de mais lucros e menos capacidades ociosas, e o circuito inferior, cada dia mais pobre e endividado (SILVEIRA, 2009, p. 72).

Infere-se, portanto que está em marcha uma reconfiguração do circuito inferior da economia em decorrência da penetração de novos conteúdos – sejam estes vinculados à produção ou ao consumo – manifestados pela pobreza urbana. Entretanto, convém admoestar que o aumento da demanda pelo crédito desburocratizado é diretamente proporcional à redução da oferta de bens e serviços universais. Segundo Silveira (2009), quanto menos assistidos pelo Estado, maiores e menos satisfeitas revelam-se as necessidades dos pobres, obrigando os mesmos a demandarem mais dinheiro para sobreviver. “Todos esses eventos contribuem para o endividamento, a inadimplência e, frequentemente, a insolvência” (SILVEIRA, 2009, p. 65).

2.5 A Expansão e a Relevância do Circuito Inferior na Geração de Trabalho e Renda

O processo de crescimento econômico e de modernização tecnológica manifesta-se de forma seletiva e concentradora no território urbano e, em detrimento desta condição, as cidades não possuem meios de atenderem igualmente às necessidades da população que, apesar de concentrar-se em um mesmo mercado – porém, com diferentes níveis de capital, trabalho, organização e tecnologia –, em razão das diferentes formas de produção, abarcarão diferentes formas de consumo (ARROYO, 2008). Essa segmentação mercadológica legitima a combinação de uma ampla variedade de formas de realização econômica que operam segundo diferentes taxas de lucro, produtividade, rendimentos e salários.

Conforme assevera Cacciamali (2001), a crescente inserção brasileira no mercado global ancorada no neoliberalismo econômico implica, cada vez mais, no aumento da presença de vetores estrangeiros no território. Estes agentes encontram-se imbricados em circuito superior cada vez mais globalizado e apoiados em uma revolução tecnológica altamente poupadora de mão de obra.

A década de 1990 foi marcada por intensas mudanças no funcionamento do mercado de trabalho acarretadas por significativas transformações no cenário econômico nacional. A elevação das taxas de desemprego representa o resultado direto destas transformações. Conforme Silveira (2009), fundada em conteúdos intensivos de técnica, ciência e informação, a divisão do trabalho hegemônica nascida do neoliberalismo foi, assim, responsável pela multiplicação da pobreza e de dívidas sociais no país.

A autora supracitada acrescenta que o circuito inferior da economia urbana apresenta-se como o resultado desta dinâmica e, por isso, é tão expressivo nas cidades brasileiras (SILVEIRA, 2008).

Ele ocupa bairros, ruas, becos, terminais rodoviários e metroviários, praças e porões, fundos de quintal, vans, motocicletas, permeando o tecido urbano e se interligando com diferentes circuitos produtivos (ARROYO, 2008, p. 1).

Neri (2007) assevera que a partir dos primeiros anos do século XXI verifica-se uma tendência de melhoria em alguns indicadores socioeconômicos brasileiros, sobretudo em relação às taxas de desemprego e à retomada da geração de postos de trabalho. Pochmann (2010) aponta que entre o período de 2003 e 2010 o salário mínimo apresentou um aumento real acumulado de 53,5%.

Entretanto, a reversão dos processos estruturais de empobrecimento não concretizaram-se apesar da melhoria relativa de alguns destes indicadores, ademais foram agravados (POCHMANN, 2010). O autor confirma ainda que mais de 40% do total do pessoal ocupado no país encontram-se inseridos na faixa de rendimento de até um salário mínimo mensal, dentre os quais, apenas dois de cada dez trabalhadores estão vinculados ao sistema de proteção social e trabalhista (POCHMANN, 2010).

Montenegro (2006) disserta que dentre as ocupações criadas nos últimos anos, constata-se que parcela considerável destas foi gerada por pequenas empresas, especialmente aquelas consideradas de baixa produtividade, pouco exigentes em relação à qualificação e que oferecem menor remuneração.

Neste contexto de (re) arranjo da divisão do trabalho, a premissa a que se chega é a de que parcela considerável da população urbana venha crescentemente encontrando oportunidades de trabalho e de geração de renda no circuito inferior da economia, onde “[...] um baixo grau de capital se imobiliza para criar, a partir de relações técnicas e de organização pouco sofisticadas, um número significativo de postos de trabalho” (SILVEIRA, 2011, p. 73).

Diante do exposto, certifica-se que embora a média de ocupação por estabelecimentos do circuito inferior apresente-se relativamente reduzida, este circuito exerce um efeito de compensação sobre o mercado de trabalho em função da infinidade de atividades e serviços que fornecem renda para parcela considerável da população pobre concentrada nas cidades brasileiras (SANTOS, 1979).

Para Silveira (2007), estaria ainda havendo uma expansão no consumo das atividades e serviços vinculados ao circuito inferior, bem como na forma de consumir dos atores deste circuito econômico.

La profundización de la voluntad de consumir, provocada por la publicidad, y el abandono por parte del Estado de un número importante de respuestas sociales lleva a ciertos sectores de la clase media a abastecerse en el circuito inferior. Por otro lado, los transportes y la fuerza de las finanzas conducen a los actores del circuito inferior a consumir bienes y servicios en establecimientos del circuito superior, intencionalmente creados para el consumo popular, como ciertas cadenas de supermercados, venta de electrodomésticos, ropas o materiales de construcción (SILVEIRA, 2007, p. 152).

O circuito inferior, não raramente, é confundido com o setor informal em detrimento do trabalho mal remunerado, de caráter temporário, bem como da informalidade trabalhista. Contudo, a presença das ocupações informais no circuito inferior da economia é tamanha em virtude da complexidade deste circuito.

O trabalho informal, segundo Sandroni (2005) constitui-se no conjunto de atividades econômicas consideradas à margem da lei e desprovidas de proteção ou regulação pública. Conforme o autor, o ponto de partida de exame e classificação do trabalho informal diz respeito à unidade econômica, caracterizada pela produção em pequena escala, pelo reduzido emprego de técnicas e pela quase inexistente separação entre capital e trabalho. Estas unidades também se caracterizariam pela baixa capacidade de acumulação de capital e por oferecerem empregos instáveis e reduzidas rendas (SANDRONI, 2005).

O trabalho informal também inscreve-se para a organização, no campo da ausência de relações contratuais – regidas por legislação trabalhista e fiscal – entre os agentes

econômicos. Desse modo, o trabalho informal pode ser interpretado no âmbito de relações sociais onde vigoram baixos salários, longas jornadas de trabalho e, sobretudo, a completa falta de direitos sociais por parte dos trabalhadores. Para alguns autores, dentre eles Singer (1998) e Mattoso e Pochmann (1998), o trabalho informal constitui-se num fenômeno estrutural no modo de produção capitalista.

Para Menezes Filho, Mendes e Almeida (2004), as causas da informalidade são mais complexas do que simplesmente as altas e crescentes alíquotas previdenciárias e encargos trabalhistas, envolvendo uma série de fatores como a estrutura de incentivos imposta pelas leis e práticas emanadas do Estado e seus impactos sobre a eficiência econômica, considerações sobre competição predatória entre os setores formal e informal da economia, além da busca de maior equidade distributiva tanto na taxaçoão como na oferta de serviços públicos e de proteção social.

Para os autores supracitados, um dos principais determinantes do diferencial de salários entre trabalhadores dos setores formal e informal é a diferença entre as características individuais observadas – principalmente o grau de escolaridade e educação – e não observadas entre eles e não a formalidade ou informalidade do contrato de trabalho. Condicional ao nível de escolaridade, o salário no setor informal muitas vezes pode apresentar-se superior à renda do trabalho no setor formal, aspecto este que indica que as vantagens garantidas por lei aos trabalhadores do setor formal, como aviso prévio, adicional de férias, 13º salário, contribuição previdenciária patronal, entre outras, são muitas vezes compensadas no setor informal por uma maior remuneração (MENEZES FILHO, MENDES e ALMEIDA, 2004).

Entende-se, conseqüentemente que o problema do trabalho no Brasil não se restringe ao desemprego ou à quantidade de trabalho disponível, entretanto, encontra-se intimamente vinculado à qualidade dos postos de trabalho.

Neste sentido, é importante elucidar que nos pequenos negócios do circuito inferior são estabelecidos diferentes arranjos de relações trabalhistas entre os agentes, combinando elementos considerados formais e informais. Montenegro (2006) destaca o fato de que o mercado de trabalho brasileiro, como um todo, caracteriza-se por uma grande diversidade de tipos de contratos de trabalho atípicos, inclusive no universo das grandes empresas.

O circuito inferior engloba ainda ocupações urbanas mais precárias, como aquelas realizadas por prestadores de pequenos serviços, vendedores ambulantes, catadores, além das diversas formas de trabalho doméstico (SANTOS, 1979). O trabalho doméstico, assim como a

grande maioria das atividades e serviços do circuito inferior, caracteriza-se por uma baixa remuneração. Segundo dados do IBGE (2012), o rendimento médio mensal de 73% dos trabalhadores domésticos informais corresponde a 0,6 salários mínimos; dos trabalhadores com carteira de trabalho assinada, que representam 27,1% da categoria, a renda média mensal é de 1,05 salários mínimos.

O comércio ambulante constitui-se em outra atividade tradicional do circuito inferior em plena expansão nas cidades brasileiras. O crescimento do desemprego implicou na multiplicação do número de trabalhadores no comércio realizado nas ruas, seja de forma mais fixa ou propriamente ambulante (OLIVEIRA, 2009 e 2011).

Para Montenegro (2009), este tipo de ocupação revela, em especial, uma das características inerentes ao circuito inferior: “sua capacidade de reprodução exponencial, ou seja, sua aptidão para abrigar cada vez mais agentes participando da etapa final de comercialização de artigos junto à população de baixa renda” (MONTENEGRO, 2009, p. 6). Neste sentido, Santos (1979, p. 218) defende que “os vendedores de rua constituem o nível inferior da pulverização do comércio, o último elo da cadeia de intermediários entre os importadores, industriais, atacadistas e o consumidor”.

Analisando o trabalho dos motoboys e moto taxistas, atividades estas que destacam-se entre a infinidade de possibilidades de ocupações do circuito inferior emanadas no período atual, Oliveira (2009 e 2011) apontou que atualmente estima-se que exista em todo o país cerca de 500 mil trabalhadores na ocupação de moto taxista. Para o autor, a rápida difusão deste serviço encontra-se imbricada a fatores como a crescente demanda por mobilidade da população de baixa renda, a expansão do território urbano e a precariedade e custo do transporte público. Em relação à ampliação do serviço de motoboy, Oliveira (2009 e 2011) afirma que esta estaria relacionada, entre outros aspectos, à maior necessidade de fluidez e à crescente terceirização nos serviços de entregas.

Atualmente, novas possibilidades de serviços e atividades vêm se abrindo para os pequenos negócios do circuito inferior a partir da crescente incorporação de objetos técnicos relativamente modernos entre as camadas mais pobres. No período atual, aparelhos de telecomunicações como telefones celulares, equipamentos de fotocópia, vídeo, música, fotografia, computadores, entre outros, tornaram-se mais acessíveis aos agentes do circuito inferior e passaram a permear seu cotidiano tanto na esfera do consumo como na esfera do trabalho. Apesar disso, o circuito inferior continua utilizando-se das tecnologias consideradas obsoletas.

Entretanto, no período atual amplia-se também a possibilidade do uso de técnicas relativamente mais modernas, como por exemplo, as inúmeras lojas de presentes – conhecidas outrora como armarinhos – que passam a oferecer serviços de fotocópia, revelação instantânea de fotos, entre outros. Segundo Montenegro (2006), presencia-se ainda, a proliferação de pequenos serviços disponibilizados por pequenas gráficas e *lan houses*, ou ainda a multiplicação das atividades de reparo que tem ampliado o leque de artigos para os quais oferecem consertos.

A própria modernização das atividades do circuito superior no período atual tem implicado na expansão da quantidade de agentes da economia urbana que não logra alcançar o novo patamar imposto pela divisão hegemônica do trabalho. A não adequação, por impossibilidade ou desconhecimento às normas e mandamentos de uma racionalidade hegemônica tem como resultado a proliferação dos chamados “informais”, “ilegais”, etc. (SANTOS, 2000, p. 120).

A globalização apesar de ter proporcionado o crescimento da produtividade e da acumulação de riqueza no circuito superior acentuou e acelerou a produção da pobreza urbana. Esta, por sua vez, reproduz nas cidades uma divisão do trabalho composta por “[...] uma variedade infinita de ofícios, uma multiplicidade de combinações em movimento permanente, dotadas de grande capacidade de adaptação, e sustentadas no seu próprio meio geográfico [...]” (SANTOS, 2006, p. 260). Neste sentido, Silveira (2009) lembra que multiplicam-se no território as formas de trabalho realizadas com capitais reduzidos, dependentes dos próprios conteúdos dos lugares onde estão inseridas.



(Fonte: www.marceloostia.blogspot.com.br)

"Não existe um espaço global, mas, apenas, espaços da globalização. [...] O mundo, porém, é apenas um conjunto de possibilidades, cuja efetivação depende das oportunidades oferecidas pelos lugares".

(Santos, 2006, p. 229-230)

Capítulo 3

3. O CIRCUITO INFERIOR DA ECONOMIA EM MARINGÁ: TERRITÓRIOS, ATIVIDADES E ATORES

O capítulo apresentado a seguir busca realizar uma análise concernente às dinâmicas que perpassam e definem o circuito inferior da economia na cidade de Maringá à luz das variáveis que caracterizam o período atual, ou seja, a técnica, a informação, o consumo, a publicidade e as finanças (SILVEIRA, 2008; 2009) mediante a austera rigidez normativa que, não raramente, desencadeia inúmeras formas de exclusão contra a população urbana, exclusões estas apreendidas desde a socioeconômica à territorial. O poder público maringaense atuando como agente do circuito superior em suas ações no território urbano conferem importantes peculiaridades ao circuito inferior da cidade de Maringá, distinguindo-o da realidade deste subsistema econômico manifesta nas demais cidades brasileiras.

3.1 Rigidez Normativa e Exclusão: o Poder Público Maringaense e sua Atuação Enquanto Circuito Superior

O espaço urbano de Maringá revela-se como cenário das disparidades espaciais desencadeadas pelo capital. Embora já tenha sido discorrido sobre o processo de ocupação da cidade de Maringá, convém memorar que desde sua gênese a cidade seguiu uma orientação urbanística que reproduziu no território imensas desigualdades socioeconômicas pela ação do poder público local e do mercado imobiliário.

Maringá é fundada como parte de um lucrativo empreendimento imobiliário e, neste sentido, constituiu-se até os dias atuais, quando se busca a manutenção dos mecanismos que garantem que a posse do solo se mantenha como investimento lucrativo (RODRIGUES, 2013, p. 01).

Nas concepções de Andrade e Cordovil (2008), a cidade de Maringá foi concebida no bojo de uma propaganda que enaltecia a mesma, sendo que tal atribuía-lhe características espetaculares:

A publicidade feita para as comemorações do quinto e do décimo aniversário da cidade apresenta os temas e os termos utilizados para a construção do controle simbólico, a partir da projeção das imagens existentes no discurso. Em revistas de circulação regional, investigamos as publicações do quinto e do décimo aniversário de Maringá, em 1952 e em 1957, respectivamente, para ilustrar o caráter ‘espetacular’ do contexto no qual a cidade foi criada, fundamentando o que se realizou a seguir. Nesta análise, verificamos que a imposição da verdade teve como sustentáculo concreto o plano inicial, a geografia da paisagem na qual se implantava a cidade, e foi complementada pelo entusiasmo focado na figura do pioneiro. Em cima do que se construiu (ou do que se estava a construir), projetaram-se argumentos e imagens. A cidade, em seus primeiros anos de vida, apresenta-se como mercadoria que deve assegurar a fluidez e a ordem do circuito de produção, circulação e consumo. Esta seria a condição para se garantir o sucesso financeiro do empreendimento. A verdade imposta foi reconduzida pelo plano e o discurso apoiado por um sistema de instituições (ANDRADE; CORDOVIL, 2008, p. 9-10).

Rodrigues (2005, p. 66-67) discorre ainda que o ideário do projeto que inspirou a fundação de Maringá “[...] trazia em si o entendimento de que a realidade podia ser planejada e mantida mediante mecanismos contidos em planejamento, seja de iniciativa dos agentes imobiliários, do poder público, ou, neste caso, dos dois agentes”. Em outros termos, Maringá foi “[...] planejada numa fase do urbanismo que associa a divisão do trabalho e a acumulação capitalista, que caracterizam as cidades modernas, à propriedade do solo urbano, tornou-se, ela mesma, um mecanismo de reprodução do capital” (RODRIGUES, 2005, p. 67).

Segundo Andrade e Cordovil (2008), a primeira legislação urbanística na forma de Código de Posturas e Obras, a Lei nº 34/59, constituiu-se em uma importante indicação para a expansão urbana manifesta a partir da década de 1960. As autoras ressaltam que através das orientações urbanísticas desta legislação ocorreu uma anexação indiscriminada de novos loteamentos na periferia da cidade, ou seja, para além do perímetro urbano, embora ainda existissem inúmeros espaços ociosos no plano inicial. Nas palavras das autoras,

a verticalização proposta nas zonas comerciais contribuiu enormemente para a densificação da área central e valorização das zonas comerciais. A concentração destas em vias principais da cidade, certamente, elevou o valor do solo segregando a população. As orientações formuladas na Lei nº 34/59 mostram o caráter especulativo do espaço urbano, ao propor a expansão sem limites do perímetro urbano e uma verticalização exagerada nas zonas comerciais, principalmente (ANDRADE; CORDOVIL, 2008, p. 10).

Rodrigues (2004) menciona que como corolário deste processo ocorreu a formação de uma cidade altamente segregada e segregadora que, com o intenso crescimento urbano a partir dos anos de 1960 na região norte do plano, expulsou sistematicamente a população de baixa renda para além dos limites do plano inicial e para além dos perímetros que se estabeleceram nas futuras legislações.

A imagem da cidade de Maringá como moderna e pujante, como analisado, constituiu-se em uma constante nos discursos públicos e midiáticos. À guisa de exemplo encontra-se o primeiro Plano Diretor Municipal de Maringá de 1967, onde a cidade é destacada como “exponente e exemplo nacional” evidenciando-se sua imagem como capital regional (MARINGÁ, 1967, p. 23). De acordo com Andrade e Cordovil (2008), ao mesmo tempo, o Plano Diretor Municipal de Maringá de 1967, ao utilizar temas e expressões frequentes referentes ao período da construção de Brasília, denota a necessidade dos planejadores de se aproximarem dos conceitos e das teorias urbanísticas empreendidas na capital federal. “O projeto de Maringá baseia-se nos princípios do **zoneamento rígido** de usos e níveis de habitação, enunciados na Carta de Atenas [...]” (MARINGÁ, 1967, p. 190, grifo nosso).

Nos anos de 1970 a cidade de Maringá já manifestava a necessidade de formulação de novos arranjos urbanos. Entre as décadas de 1970 e 1980 alardeou-se a incompatibilidade entre as manobras ferroviárias na área central com o tráfego urbano entre as regiões norte e sul da malha urbana. Nesta ocasião, foi desenvolvido o Projeto Ágora, cuja primeira formulação aconteceu no ano de 1985 pelo arquiteto Oscar Niemeyer.

Segundo Grzecorzyc (2000), argumentou-se que este projeto resultaria em um novo símbolo de progresso, sobrepujando o lugar da estação ferroviária. A cidade precisava ser eficiente e isso se constatava, principalmente, em relação ao transporte de pessoas e de mercadorias. A mídia encarregou-se em inculcar na população a situação que se constatava no cotidiano da cidade. Colocava-se, como única possibilidade viável, a necessidade de um novo arranjo urbano para a área da estação ferroviária, a linha férrea e o seu pátio de manobras.

Enalteceu-se a grandiosidade do Projeto Ágora, o seu caráter espetacular e sua importância para a cidade. A relação com a Capital Federal fez-se novamente presente e o discurso, publicado nos principais jornais da cidade, enfatizou o autor do projeto, Oscar Niemeyer (GRZECORCZYC, 2000). O Projeto Ágora propunha um novo conceito urbano, arquitetônico e de ocupação para a área da estação ferroviária e para o seu pátio de manobras. O programa previa três superquadras e destinou a superquadra central para a área pública, que

originalmente mantinha a antiga estação rodoviária (FIGURA 02). Entrementes, o antigo prédio da estação rodoviária foi demolido no início do ano de 2011 como estratégia de revalorização do espaço urbano.

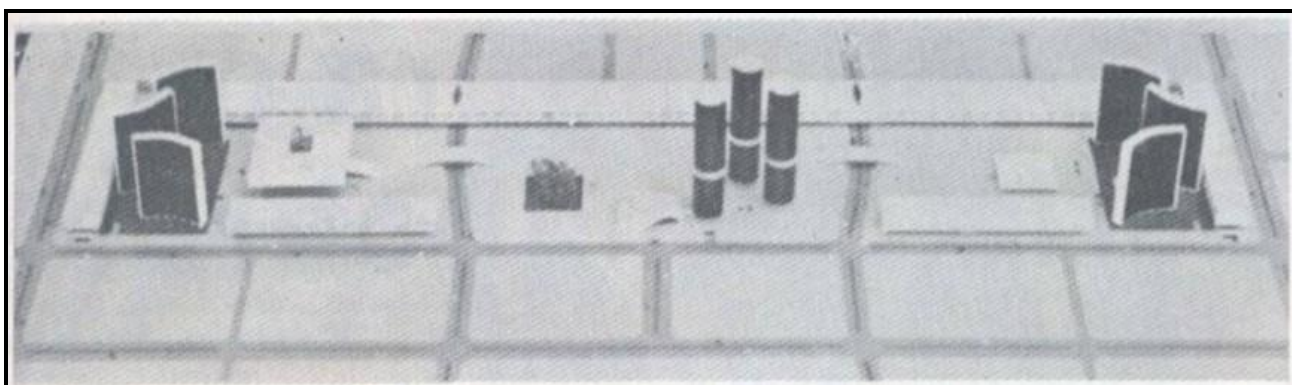


Figura 02: Projeto Ágora lançado em 1985, alterado em 1991 e 1993 quando passou a denominar-se Novo Centro

Fonte: Andrade; Cordovil (2008)

O prédio da antiga rodoviária não corresponde à renovação desta área central da cidade, que se requalifica desde o Projeto Ágora. Além dos usos do prédio, como comércio de padrão inferior, os novos espaços construídos destinados aos usos voltados ao consumo não comportam o edifício. Pretende-se a “requalificação” do edifício e do seu entorno. Assistimos, assim, à construção sistemática de novos espaços, em projetos que reconduzem à espetacularização da paisagem urbana de Maringá. [...] Esta situação demonstra que a publicidade institucional e a atuação dos meios de comunicação sustentam as ações públicas urbanas voltadas para a formulação dos novos arranjos, com a construção da arquitetura espetacular, que desprezam a dimensão histórica, social e cultural. [...] Maringá segue a mesma orientação de cidades que se utilizam das operações de retórica e de *marketing* urbano dos planos estratégicos que priorizam o urbanismo e esquecem a dimensão social (ANDRADE; CORDOVIL, 2008, p. 16-17).

A longa explanação revela a atuação dos agentes do capital imobiliário e sua atuação junto ao poder público municipal direcionando ações para a perpetuação de políticas elitizadoras do espaço urbano maringaense.

Neste sentido, é possível inferir que desde a gênese de sua ocupação a população maringaense tem sido submetida às oportunidades desiguais de acesso à cidade, consequentemente definiu-se uma espacialidade que segregou os moradores conforme suas possibilidades econômicas de acesso ao solo urbano.

No entendimento de Rodrigues (2013), Maringá conserva configurações urbanas muito semelhantes às que foram inicialmente planejadas, principalmente no que concerne ao perfil ajardinado composto por largas avenidas, canteiros centrais cultivados, arranha-céus e bairros residenciais de alto padrão e inúmeras praças e parques. Para Rodrigues e Tonella (2003), este conservadorismo urbano foi concretizado através de práticas eficientes dos instrumentos de gestão espacial no sentido de controlar a ocorrência dos fenômenos considerados indesejáveis, como ocupações irregulares, favelas e moradores de ruas que comprometeriam a estética planejada para a cidade.

Rodrigues (2013) explana tais práticas:

Os mecanismos para tal controle se relacionam, por exemplo, às exigências da empresa de que nos terrenos fossem edificadas construções dentro de determinado prazo e padrão e que o material a ser usado seria alvenaria (e não madeira, à época barata e abundante). [...] Ou seja, já no primeiro momento da construção do espaço urbano, os investidores de poucos recursos somente tiveram acesso a um lugar mais afastado do núcleo central (constante no plano inicial como área residencial popular), que se mantém até os dias atuais como uma região de construções simples e um tratamento urbanístico deficitário (RODRIGUES, 2013, p. 03).

Com o incremento demográfico urbano ocorrido na década de 1970 em decorrência do êxodo rural, o poder público municipal tornou novamente a agir na intenção de controlar a proliferação da pobreza em Maringá. Conforme memora Campos (1999), houve uma forte campanha nos meios de comunicação além de grande repressão policial contra alguns grupos que chegavam a Maringá e que passaram a ocupar determinados pontos da cidade. Bares foram fechados, sob a acusação de envolvimento com a prática de prostituição, outros pontos sofreram repressão policial, através da revista de seus frequentadores, dispersão de grupos pela força, dentre outras práticas.

Como não bastasse, somada às práticas segregacionistas efetivadas desde a gênese de sua implantação, Rodrigues e Tonella (2003) memoram que na década de 1990 a imprensa

descobriu a existência de um Brasil de interior pujante, no qual algumas cidades são capazes de oferecerem “um pouco de tudo o que as grandes capitais dispõem, sem os desconfortos que as metrópoles apresentam” (RODRIGUES; TONELLA, 2003, p. 04). Tonella (2006) relembra que nesta ocasião Maringá foi apresentada à mídia como uma cidade detentora de indicadores sociais e econômicos acima da média nacional.

Corroborando com a análise em questão, Rodrigues (2004) assevera que em consequência deste *marketing* urbano³⁹ – realizado através de artigos publicados em jornais e revistas de circulação nacional – cidades como Maringá foram consideradas “ilhas de prosperidade” além de oferecerem “melhor qualidade de vida”. Consequentemente, morar em Maringá tornou-se ainda mais oneroso, tendo em vista que tal publicidade dinamizou o mercado imobiliário já em ascensão.

Compreende-se, portanto que a paisagem urbana de Maringá constitui-se reflexo da ação política do poder público municipal ao longo de seus mais de sessenta anos de existência e que vem sendo mantida através de planos diretores de cunhos extremamente conservadores. Rodrigues (2013) elucida que a legislação definiu a atual configuração urbana de Maringá, especialmente a partir de 1968, ano em que foi implantado o primeiro Plano Diretor Municipal, passando o Executivo e o Legislativo municipais a governar a partir de planejamento global e de longo prazo.

Um dos resultados mais expressivos da força da legislação e do planejamento em Maringá ocorreu através da preservação do território urbano das contradições sociais aparentes, cujo maior símbolo são as favelas. Ou seja, o processo de segregação da pobreza foi bastante eficiente, pois conseguiu impedir a fixação deste tipo de ocupação no território maringaense. Em nome da preservação do belo traçado, do desenho arquitetônico, das concepções urbanísticas, legitimou-se o afastamento de elementos que não poderiam compor uma paisagem tão encantadora (RODRIGUES, 2013, p. 03-04).

Corroborando com a análise em questão, no ano de 2010 a Prefeitura Municipal de Maringá publicou um documento intitulado PLHIS na qual apresentava um diagnóstico habitacional do município. No presente documento é possível confirmar as ações de cunho elitista e segregacionista do poder público municipal:

³⁹ Dentre os principais atrativos destacados na mídia, destacavam-se as oportunidades de emprego e melhores rendimentos salariais; as inúmeras instituições de Ensino Superior, bem como de cursos pré-vestibulares; os serviços médico-hospitalares, odontológicos e estéticos; o comércio consideravelmente variado em relação a quantidades, qualidades e preços; as opções de lazer e entretenimento; dentre inúmeras outras.

No que se refere às ocupações irregulares, Maringá conseguiu reduzir seu número na década de 70 e 80, a partir de um conjunto de medidas da Prefeitura que afastaram as aglomerações populares de baixa renda das áreas centrais e pericêntricas. As famílias foram transferidas para a periferia do município-pólo e para as periferias dos municípios do entorno. Os conjuntos habitacionais estão localizados nas bordas do perímetro urbano, principalmente na porção leste da cidade. As cidades de Sarandi e Paiçandu também receberam as famílias de ocupações irregulares de Maringá (PLHIS, 2010, p. 44).

As ações de repressão à pobreza do poder público maringaense encontram-se também relatadas em outros documentos de acesso público, como no *site* da Prefeitura Municipal de Sarandi:

Vale registrar que, historicamente, o município [referindo-se a Sarandi] foi vítima da ação de despejo adotada pelo prefeito de Maringá, no período entre 1961 a 1964, onde as pessoas eram conduzidas para fora dos limites da cidade. [...] Nos anos de 1982 a 1987, a Prefeitura Municipal de Maringá entrou com a polícia e tratores na Favela do Cemitério, derrubando os barracos onde moravam várias famílias oferecendo-lhes uma indenização espúria para deixarem a área. Assim, seus pertences eram colocados em caminhões e deixados na beira da estrada em municípios vizinhos (PREFEITURA MUNICIPAL DE SARANDI, 2013).

Mediante o exposto, é plausível afirmar que o poder público maringaense comporta-se como sujeito hegemônico diante parcela considerável de sua população, em outros termos, associado ao mercado imobiliário⁴⁰ encontra-se um poder público atuando por meio de normativas extremamente rígidas, figurando-se assim como um agente a favor dos atores do circuito superior da economia urbana.

Embora não constassem no questionário questões referentes à fiscalização pelo poder público municipal nos estabelecimentos, no transcorrer da aplicação dos mesmos muitos entrevistados abordaram o assunto mencionando a rigidez das fiscalizações e das normas exigidas pela Prefeitura Municipal de Maringá em relação à estrutura física dos estabelecimentos. Os entrevistados informaram que para obter o laudo do alvará de funcionamento é necessário cumprir uma série de exigências extremamente burocráticas que encarecem demasiadamente a instalação e manutenção de suas atividades. Transcrevendo as palavras de um dos entrevistados: “[...] *A vistoria é constante e nada passa batido. Pode ser em qual bairro for, a prefeitura cai em cima mesmo. Eu quase não consegui o meu* [referindo-

⁴⁰ Ao longo do processo histórico de Maringá é notória a presença de representantes do poder público atrelados ao mercado imobiliário. Esse mecanismo tornou-se eficiente em relação ao controle de ocupações irregulares que contrariam a ideia de “cidade sem favela”.

se ao laudo de alvará de funcionamento] *porque a calçada da minha loja tem uma diferença de altura com a calçada do vizinho*” (M. A. P. S.).

Para Schmidt (2006), no decorrer das trajetórias do processo de legislação de uso e ocupação do solo urbano, o poder público municipal impôs uma legitimação social na qual perdura até os dias atuais. O autor complementa asseverando que a intervenção da Prefeitura Municipal de Maringá atua no sentido de subsidiar as condições pré-existentes para o processo de acumulação capitalista.

Tratando-se, particularmente, dos reflexos das políticas públicas [...], a sociedade convive sem perceber como se conduz o processo de construção de Maringá. Apenas convivem com a atuação dos agentes privados que, ora ‘modelam’ o espaço pela sua forma de produzir no ambiente, ora seguem o ‘ritmo’ e as delimitações a partir da legislação urbanística. Partindo das características locacionais, os serviços e equipamentos públicos presentes nas diferentes zonas de Maringá aparecem aquelas mais valorizadas e nascem novas zonas de especulação (SCHMIDT, 2006, p. 70).

A expansão do processo de verticalização a partir da década de 1980 na cidade de Maringá analisada por Töws (2009), além de constituir-se como resultado da acumulação de riquezas oriundas, sobretudo das agroindústrias (MENDES, 1992) evidencia a articulação existente entre o Estado e o mercado imobiliário, reafirmando mais uma vez a atuação do Poder Público Municipal como agente do circuito superior não somente na valorização do solo urbano, mas também na reprodução do capital através das transformações e acessibilidade de uso desse solo.

Embora a tendência do mercado imobiliário constitua-se em dispender seus interesses na clientela mais abastada, sob determinados contextos a produção habitacional de baixa renda pode tornar-se rentável. Esta condição expressou-se na cidade de Maringá em decorrência da imensa demanda por habitações por parte da população mais pobre. Neste sentido, o mercado imobiliário destinou-se a implantar inúmeros loteamentos na cidade, entretanto como assevera Angelis Neto et al. (2007), tais localidades encontram-se distantes do centro da cidade e dotadas de infraestrutura e serviços públicos com precárias condições. O autor acrescenta ainda que embora Maringá apresente índices considerados ótimos em relação à qualidade de vida, nem toda a população tem acesso aos benefícios proporcionados pela mesma.

Esta análise aponta que apesar de não existirem favelas na cidade de Maringá, a pobreza encontra-se dispersa por todo o território urbano.

Embora as condições de habitabilidade revelem-se na principal manifestação da pobreza urbana, a questão do trabalho constitui-se igualmente relevante para a análise, uma vez que o trabalho, bem como as condições de realização do mesmo expressam a existência de um grupo de pessoas que precisa viabilizar diferentes maneiras de inserir-se no mercado de trabalho para garantir sua sobrevivência na cidade. A partir desta lógica, manifestam-se na cidade áreas que abrigam atividades e serviços inseridas no contexto do que Santos (1978) designou de circuito inferior da economia. Para o autor, estas áreas relacionadas à sobrevivência, encontram-se vinculadas à complexidade do urbano, realizando-se de maneiras e intensidades diferentes e com lógicas espaciais particulares.

Na concepção de Tozi (2012), a constituição de um meio técnico-científico-informacional exige uma nova etapa de renovação do meio construído. “Às flexíveis técnicas atuais combina-se uma flexibilidade tropical dos países pobres e uma rigidez técnico-normativa comandada pelos Estados, pelas corporações e pelas instituições multinacionais” (TOZI, 2012, p. 193).

Ainda que desigual, a cidade abriga distintas formas de (re) produção e de sobrevivência. É a necessidade do uso do território, contraponto existencial à rigidez normativa. Uma manifestação deste contraponto é revelada através da notória existência dos serviços e atividades do circuito inferior na cidade de Maringá.

Todavia, como a tendência do poder público municipal de Maringá é a de restringir a pobreza, este circuito expressa-se de forma mais dispersa e com outras características. Para ilustrar a análise, é possível tomar como exemplo a questão do comércio ambulante; na cidade de Maringá este tipo de atividade é praticamente inexistente, principalmente na área central, pois o poder público fiscaliza amplamente as ruas para coibir a prática do comércio informal. Percebe-se a rara presença destes trabalhadores em poucos pontos da Avenida Brasil, entretanto os mesmos não encontram-se localizados com frequência no mesmo local para ludibriar a fiscalização. A atuação do comércio ambulante realiza-se efetivamente nos bairros mais carentes onde as fiscalizações a este tipo de atividade são menos constantes.

Em relação aos camelôs, a ação do poder público municipal constitui-se igualmente restritiva, pois a única aglomeração⁴¹ de comércio popular localizada na área central foi desarticulada após a retirada destes trabalhadores do antigo prédio que abrigava o terminal rodoviário. Os comerciantes deslocaram-se para a Rua Joubert de Carvalho, sendo que uma

⁴¹ Em uma área de 3.549 m² entre o térreo e o primeiro piso, existiam 52 *boxes* operando, sendo 11 *boxes* destinados às vendas de passagens do transporte metropolitano e 41 *boxes* de produtos populares destinados à comercialização.

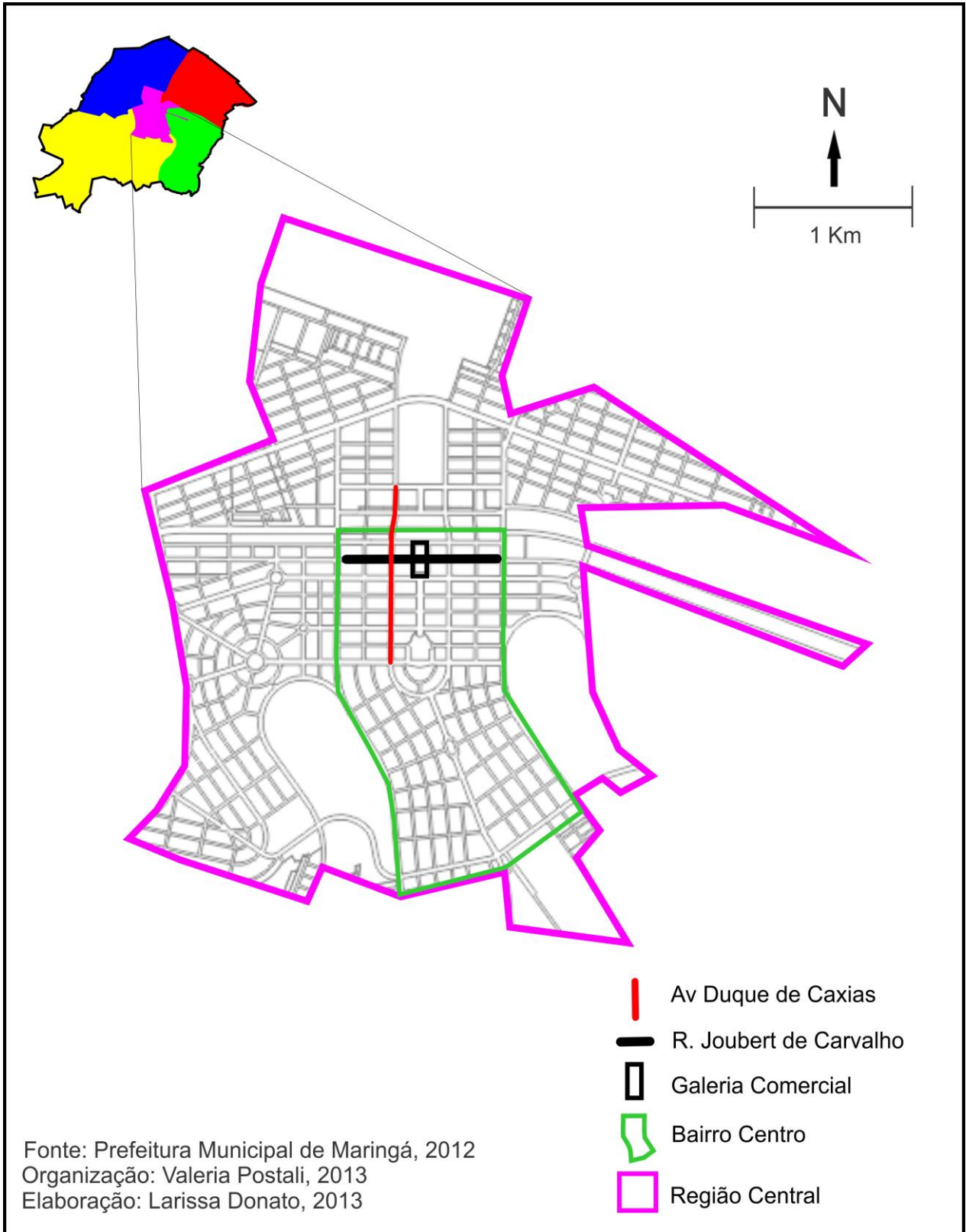
parte destes estabeleceu-se nas proximidades desta rua com a Avenida Duque de Caxias e outra parte em um espaço entre a Rua Joubert de Carvalho com a Avenida Tamandaré, em frente ao Terminal Urbano, ambas na área central (MAPA 03); desta forma os comerciantes tiveram que arcar com o aluguel e demais despesas de um estabelecimento comercial ainda que de pequena dimensão. Em razão dos custos advindos com a mudança, alguns trabalhadores abandonaram a atividade.

A coerção em relação ao comércio ambulante foi revelada por Zanatta (1999, p. A1): “A emissão de novas licenças para vendedores ambulantes de Maringá foi novamente suspensa por causa do excesso de pessoas trabalhando nas ruas da cidade. É a segunda vez em dois anos que a prefeitura suspende os alvarás para ambulantes”. No mês de outubro de 1997 a Prefeitura Municipal também havia suspenso os alvarás.

Outra constatação da coerção aos vendedores ambulantes expressa-se na Lei Ordinária de Maringá n.º 5855/2002 de 15/10/2002 que disciplina o exercício do comércio ambulante. Basta uma rápida leitura para perceber que a referente lei apresenta-se extremamente rígida em relação às atividades no que tange à localização, os produtos permitidos, o licenciamento e as penalidades.

Mediante o exposto, entende-se que frente à intensa valorização imobiliária na área central de Maringá, combinada à rigidez normativa do poder público municipal, realizou-se um movimento de centrifugação da população pobre e, por conseguinte dos agentes e atividades do circuito inferior. Por outro lado, proliferaram-se nas demais regiões da cidade pequenas atividades realizadas com poucos recursos. Ao mesmo passo em que o circuito superior torna-se cada vez menos empregador, o circuito inferior vem encontrando meios de ampliar sua capacidade de geração de trabalho e renda, ainda que em condições bastante precárias.

Toda uma gama de pequenas atividades realizadas com poucos recursos encontra, portanto seu lugar e seu mercado na cidade de Maringá, inclusive na área central, onde a normatização se impõe com maior vigor. A presença das atividades inseridas no bojo do circuito inferior evidencia que entretanto à rigidez urbanística que caracteriza a cidade de Maringá, o peso das dinâmicas urbanas ditadas pelo mercado é muitas vezes mais determinante do que do que as próprias normas urbanísticas. Para Silveira (2007, p. 154), apesar da rigidez normativa, a presença do circuito inferior da economia revela que “em la ciudad grande, cada agente encuentra su lugar, es decir, un medio apto para la producción de una vida de relaciones que posibilite el trabajo”.



Mapa 03: Localização anterior e atual do comércio popular da área central de Maringá

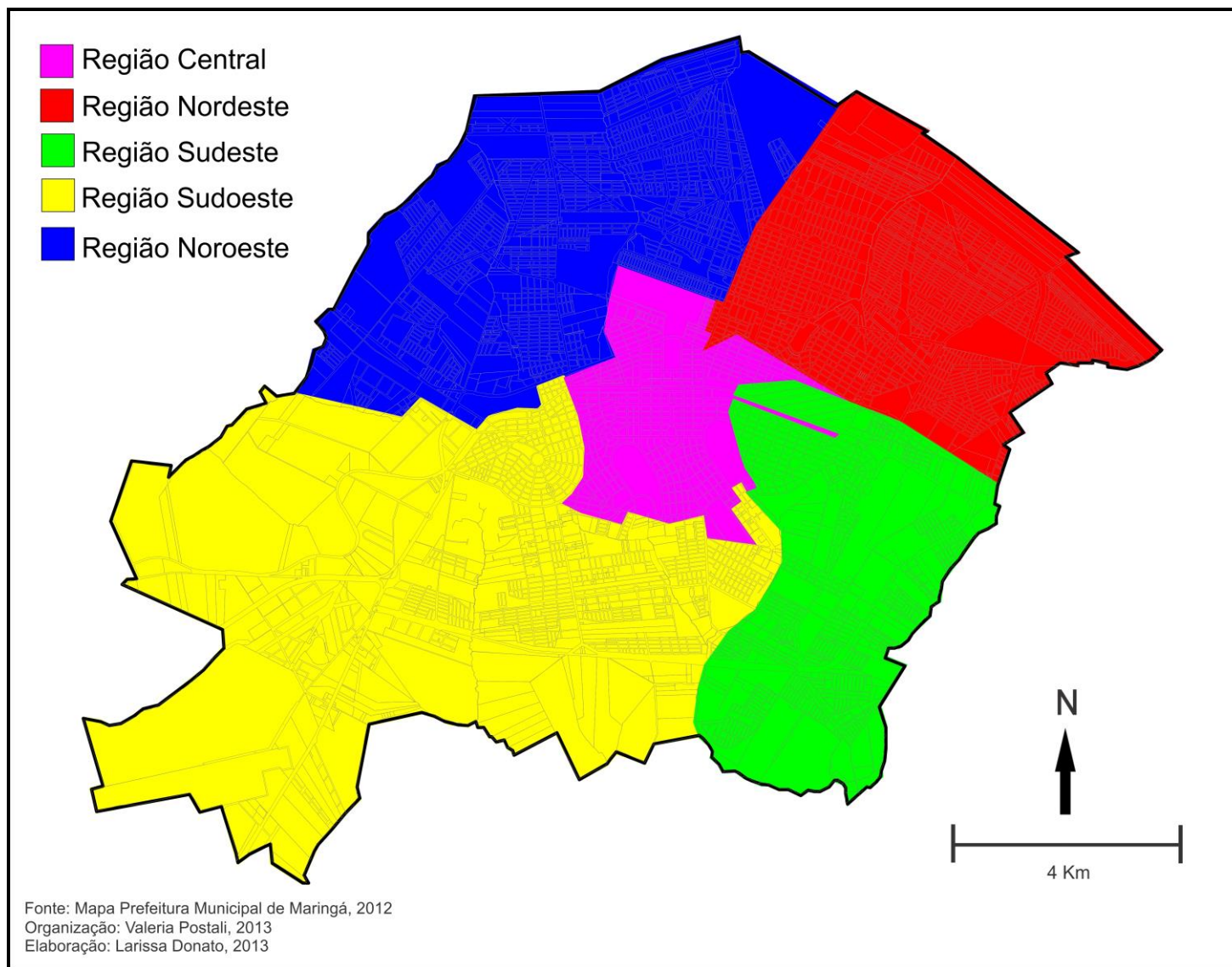
3.2 O Encaminhamento Metodológico da Pesquisa

Para que os intentos propostos neste trabalho de doutoramento fossem alcançados, buscou-se alicerçar a teoria dos circuitos econômicos de Santos (1979), particularmente o subsistema circuito inferior, à realidade expressa no espaço urbano de Maringá. Assevera-se que a presente teoria constitui-se em um arcabouço teórico-metodológico de grande valia para a pesquisa, entretanto, como explanado anteriormente, muitas das variáveis elencadas por Santos (1979) para classificar as atividades dos dois circuitos econômicos modificaram-se em decorrências da chegada do período atual (SANTOS; SILVEIRA, 2001).

Neste sentido, admite-se que a realidade, em muitos momentos, revelou-se deveras complexa. Entretanto, as particularidades impressas no espaço urbano de Maringá não desmotivaram a pesquisa, pelo contrário, revelaram-se como as grandes propulsoras da mesma, pois concorda-se com Trivinões (1987) quando o autor discorre que

a teoria deixa de ser um modelo, uma luva, onde qualquer realidade deve adaptar-se as suas dimensões. Pelo contrário, é a realidade que aperfeiçoa freqüentemente (*sic*) a teoria. Mas, às vezes, a invalida totalmente ou exige reformulações fundamentais (TRIVINÕES, 1987, p. 104).

O encaminhamento metodológico deste trabalho iniciou-se com base no mapa de macrozoneamento disponibilizado pela Prefeitura Municipal de Maringá. Neste zoneamento a cidade de Maringá encontra-se dividida em cinco grandes regiões, sendo estas a região central, a nordeste, a noroeste, a sudeste e a sudoeste (MAPA 04). A definição das ruas e avenidas para a aplicação dos questionários foi calcada na centralidade intraurbana que cada uma destas vias exerce na região onde encontram-se inseridas, ou seja, na importância que tal localidade desempenha para a população ao seu entorno no sentido de atender às necessidades básicas cotidianas. Assim sendo, algumas regiões apresentam maiores concentrações de áreas de pesquisa que as demais, igualmente em relação à questão da concentração de atividades econômicas muitas vezes significativamente distintas entre tais localidades.



Mapa 04: Macrozoneamento urbano da Prefeitura Municipal de Maringá

Sobre a centralidade intraurbana, convém explicar que estas traduzem-se em áreas relativamente distantes do centro principal, mas que apresentam uma gama de serviços e equipamentos que, em menor escala, conseguem atender algumas das necessidades da população local. Para Sposito (2001), vários são os fatores que contribuem para a ocorrência de novas centralidades, dentre eles, os interesses imobiliários na construção de novos equipamentos comerciais e de serviços; a acelerada expansão territorial urbana gerando tecidos descontínuos e fragmentados; a ampliação da diferenciação socioespacial e a melhoria das formas de transporte, com destaque para a ampliação do uso do transporte individual.

As localidades pesquisadas foram: **Região Nordeste:** Avenida Morangueira⁴², Avenida dos Palmares⁴³, Avenida Pedro Taques⁴⁴ e Avenida Tuiuti⁴⁵; **Região Noroeste:** Avenida Alziro Zarur⁴⁶, Avenida Mandacaru⁴⁷, Avenida Kakogawa⁴⁸ e Avenida das Palmeiras⁴⁹; **Região Sudeste:** Avenida Carmen Miranda⁵⁰, Avenida José Alves Nendo⁵¹ e Avenida Brasil⁵²; **Região Sudoeste:** Avenida Brasil⁵³, Avenida Carlos Corrêa Borges⁵⁴ e Avenida Cerro Azul⁵⁵ e **Região Central:** Avenida Brasil; Rua Joubert de Carvalho esquina com a Avenida Duque de Caxias e Rua Joubert de Carvalho com a Avenida Tamandaré⁵⁶ (MAPA 05). Convém elucidar que a Avenida Brasil constitui-se em uma das vias mais extensas da cidade de Maringá, desta forma a presente via encontra-se inserida em três das cinco regiões do macrozoneamento urbano, constituindo-se de relevante significância para a região onde encontram-se inseridas.

⁴² Da Avenida Colombo ao cruzamento com a Avenida Dr. Alexandre Rasgulaeff.

⁴³ Do cruzamento com a Avenida Guaiapó ao cruzamento com a Avenida Osíres Stenghel Guimarães.

⁴⁴ A partir do cruzamento com a Avenida Colombo até o final da mesma.

⁴⁵ Do trevo da Avenida Colombo até o cruzamento com a Avenida Franklin Delano Roosevelt.

⁴⁶ Da Avenida Sabiá à Rua Gralha Azul.

⁴⁷ A pesquisa incluiu a avenida por completo.

⁴⁸ Da Praça Emílio Fajardo Espejo até a Praça Megumi Tanaka.

⁴⁹ Da Praça Megumi Tanaka até a Praça das Palmeiras.

⁵⁰ Do cruzamento com a Avenida Prefeito Sincler Sambatti à Rua Pioneiro Carlos Bulla.

⁵¹ Da Avenida Senador Petrônio Portela à Rua Vereador Ayres Aniceto de Andrade.

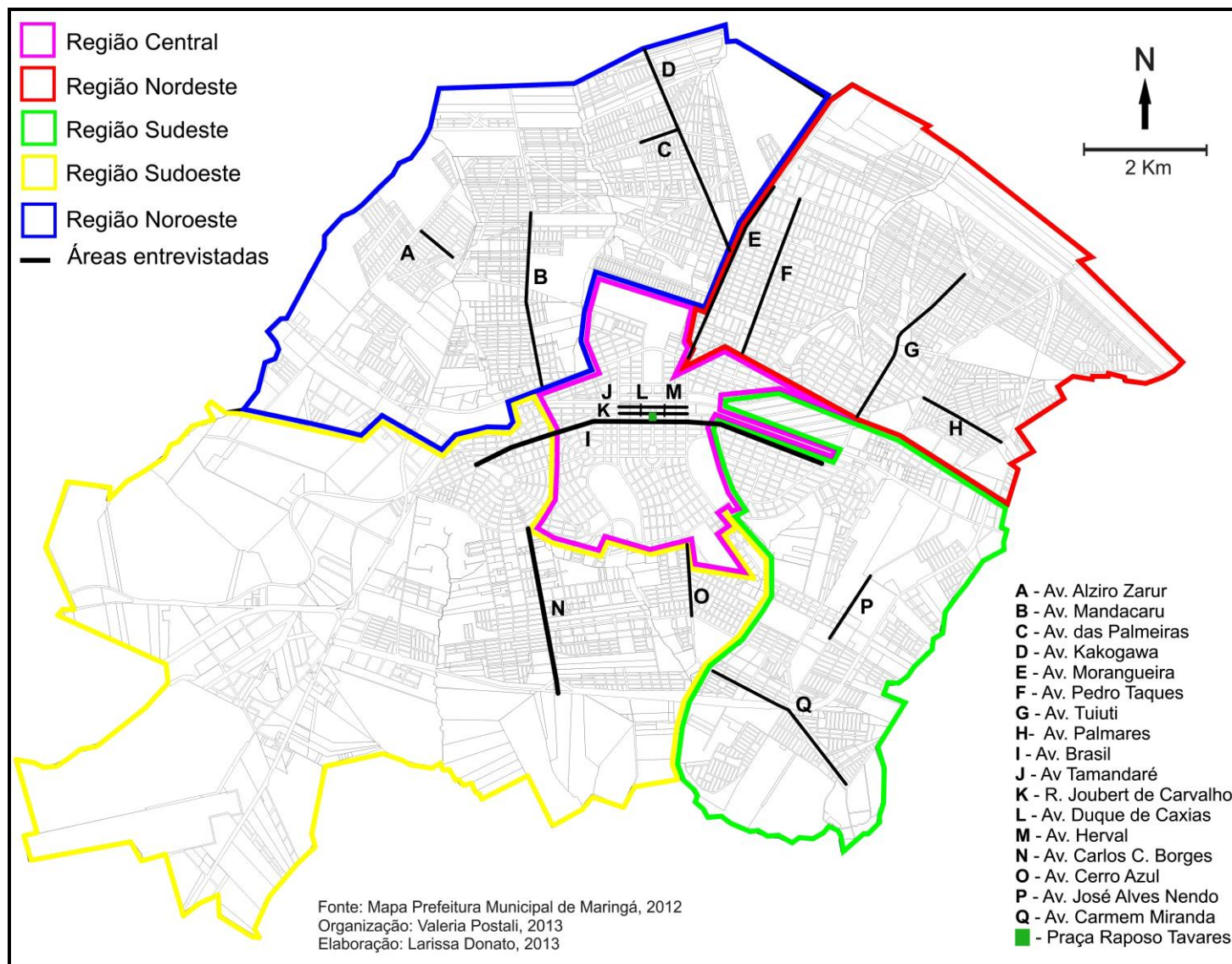
⁵² Da Praça Amaro de Souza Paes até a Praça Rocha Pombo.

⁵³ Da Praça Sete de Setembro até a Praça Geoffrey Wilde Diment.

⁵⁴ A pesquisa incluiu a avenida inteira.

⁵⁵ Da Praça de Todos os Santos até a Praça Nilza de Oliveira Pipino.

⁵⁶ A região central da cidade de Maringá revela-se em uma área distinta das demais regiões centrais das cidades brasileiras em relação ao circuito inferior, pois nesta região não manifestam-se grandes áreas ou vias que concentram atividades e serviços vinculados ao circuito inferior da economia, e sim apenas pequenos trechos de ruas e/ou avenidas.



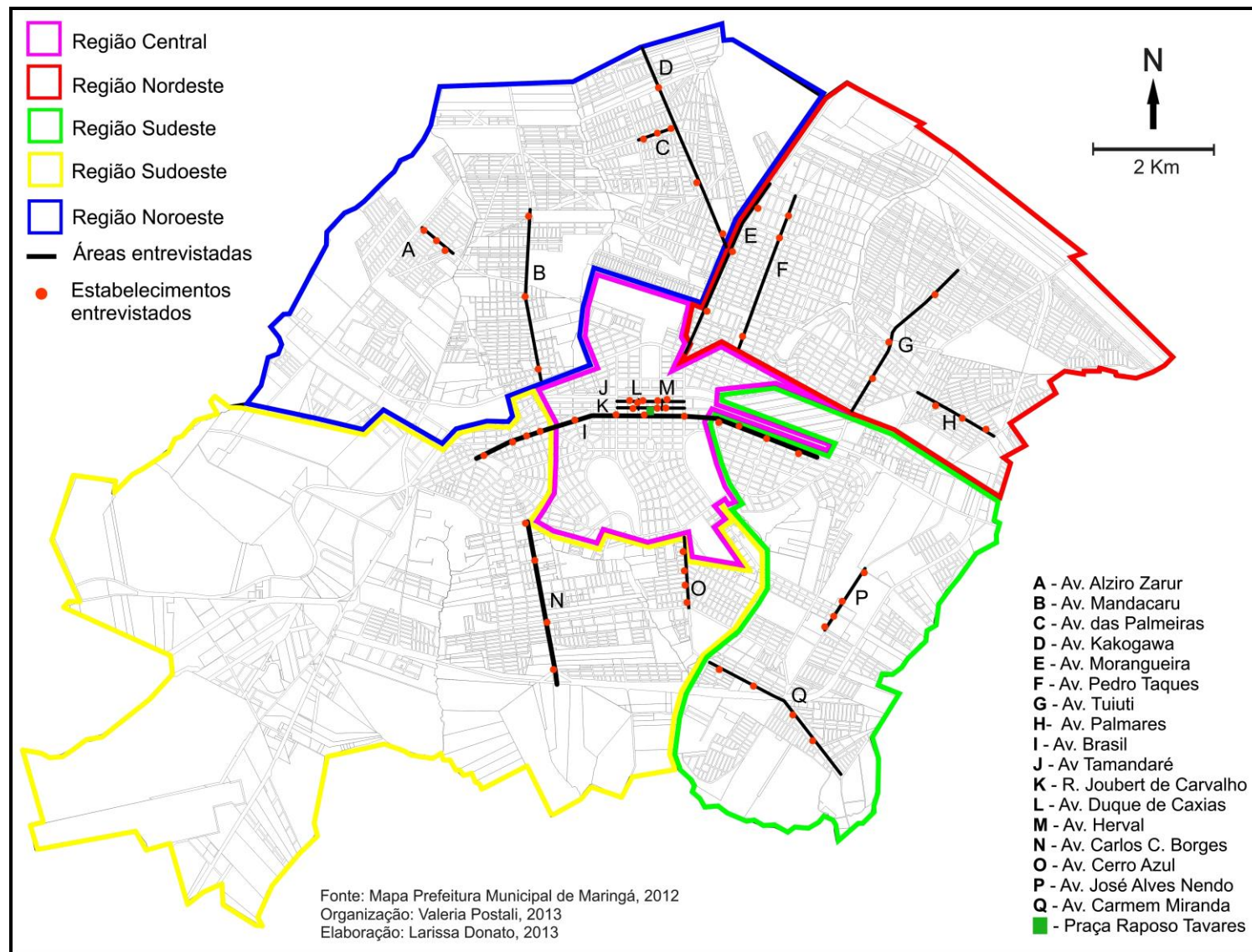
Mapa 05: Ruas e avenidas analisadas na cidade de Maringá

A metodologia empregada na presente pesquisa fundamentou-se amplamente na realização de pesquisas regulares *in loco*. Convém elucidar que em detrimento da ausência de dados oficiais referentes ao circuito inferior da economia urbana, as informações e dados obtidos através da aplicação dos questionários constituem-se na essência deste trabalho (APÊNDICE). Neste intuito, foram aplicados 60 questionários (MAPA 06) priorizando a figura do proprietário ou gerente de estabelecimentos industriais, comerciais e de serviços abarcados no circuito inferior com o propósito de colher informações que pudessem fornecer subsídios para uma análise qualitativa que reconhecesse as práticas de funcionamento e as dinâmicas das atividades do circuito inferior na cidade de Maringá. Do ponto de vista da pesquisa estatística, foram de grande importância à consulta e a tabulação de dados disponibilizados principalmente pelo IBGE e Ipardes.

O encaminhamento metodológico da pesquisa não limitou-se a definir uma amostra matematicamente rígida em termos de representação quantitativa, porquanto em um enfoque qualitativo de compreensão das atividades do circuito inferior acredita-se que o ponto mais relevante não resida no número de vezes em que as respostas repetem-se entre os entrevistados, nem mesmo no grau de verossimilhança entre respostas dadas e fatos concretos, pois provavelmente em algumas questões de cunho mais comprometedor os dados podem ter sido distorcidos pelos informantes.

A metodologia fundamentou-se na preocupação de colher indícios empíricos que aproximados às situações do circuito inferior pudessem orientar uma análise que fosse capaz de contribuir com a compreensão do cotidiano das atividades deste circuito na cidade de Maringá, suas formas de flexibilidade e de adaptação às exigências da economia urbana no período atual.

Ratificando este ponto de vista, Demo (2001) salienta que as pesquisas qualitativas devem prezar pela intensidade, a qual deve ser marcada pela profundidade das respostas e não pela quantidade de entrevistas ou questionários. Para o autor, este tipo de trabalho envolve fenômenos complexos que exigem pesquisas para sinalizar o papel político do indivíduo da realidade. Assim, a abordagem qualitativa caracteriza-se por ser própria das ciências humanas, devendo ser ostensivamente interpretada, utilizando-se de questionário aberto, dando oportunidades de expressão ao entrevistado e se preocupando com a realidade do sujeito.



Mapa 06: Estabelecimentos do circuito inferior pesquisados na cidade de Maringá

Para Demo (2001), este tipo de pesquisa não pressupõe o número de entrevistas a serem realizadas. Nas palavras do autor,

A informação qualitativa é, assim, comunicativamente trabalhada e retrabalhada, para que duas condições sejam satisfeitas: do ponto de vista do entrevistado, ter a confiança de que se expressou como queria; do ponto de vista do entrevistador, ter a confiança de que obteve o que procurava ou de que realizou a proposta (DEMO, 2001, p. 31).

Através da aplicação dos questionários, preocupou-se em extrair informações que possibilitassem a compreensão das seguintes variáveis analíticas: **(1) territórios**, ou seja, as localidades da cidade onde as atividades e serviços inseridos no bojo do circuito inferior encontram-se localizados, bem como a situação destas localidades, à guisa de exemplo, as condições de estacionamento gratuito, a existência de linhas de transporte público intraurbano, as condições cotidianas do trânsito, as ligações com outras vias de acesso, a concentração de outras atividades nas proximidades, dentre diversos outros; **(2) meio construído**, na qual foram levantados dados sobre localização e as condições da infraestrutura dos estabelecimentos, como as dimensões físicas do imóvel, fachada, valor do aluguel e demais aspectos gerais do mesmo; **(3) atores**, representado pela figura do proprietário ou gerente do estabelecimento com o propósito de entender a relação entre o baixo grau de instrução e/ou qualificação vinculado à realização das atividades intrínsecas ao circuito inferior, 13º salário, férias, renda mensal da atividade, dias e horários de permanência no estabelecimento, recolhimento de taxas para a previdência social, local de moradia X local de trabalho; os motivos determinantes pela escolha da atividade; as relações de parentesco com os empregados e a realização de outra (s) atividade (s) econômica (s); **(4) mercadorias e/ou matérias-primas**, a fim de caracterizar o tipo e a procedência dos materiais fabricados, comercializados ou necessários à prestação de serviços no circuito inferior; **(5) instrumentos de trabalho**, ou seja, os equipamentos disponíveis para uso exclusivo no trabalho, como telefone fixo, máquinas de cartão de débito e/ou crédito, computador e acesso à internet; **(6) mão de obra e emprego**, para compreender as condições de trabalho, bem como a prática do trabalho autônomo, do emprego de mão de obra familiar e número de funcionários; **(7) finanças**, com a intenção de analisar as formas de inserção e participação das atividades do circuito inferior no sistema financeiro, como serviços financeiros contratados, operações e aplicações realizadas e utilização e/ou destino dos lucros, bem como a relevância do circuito inferior para a economia urbana de Maringá; **(8) publicidade**, a fim de compreender as

formas e a importância desta prática para as atividades do circuito inferior; **(9) mercado consumidor**, procedência dos consumidores, formas de pagamento oferecidas pelo estabelecimento e concorrência e, por fim; as **(10) relações com o poder público municipal**, haja vista que em virtude da expressão e volume inegavelmente consideráveis do circuito inferior para a população mais pobre, a medida adotada pelo poder público é, não raramente, realizar um cerceamento que destina a estas atividades espaços precários e delimitados de modo a mimetizar a economia pobre.

3.3 Os Territórios do Circuito Inferior de Maringá: Desvendando Lugares

Os atores inseridos no bojo do circuito inferior da economia urbana ocupam diferenciadas áreas do meio construído guiados por suas condições de pagamento pelas localizações e de adaptação às normas vigentes. Entrementes, tais localizações não são permanentes, mas tendem a ser efêmeras ao compasso das distintas equações entre o custo da localização e a capacidade de agregar valor aos produtos e serviços.

Na concepção de Silveira (2010), para os atores mais pobres as áreas periféricas abrigam condições produtivas que permitem com que estes permaneçam por mais tempo no estabelecimento, ao passo que as localizações dos atores do circuito inferior instalados em pontos de trabalho nos centros das cidades serão, não raramente, transitórios. Não é incomum que em áreas periféricas os atores do circuito inferior mudem de ramo conservando a localização. “Uno e segmentado, o meio construído urbano está, por isso, em metamorfose permanente, levando a buscar novas condições de produção e, em definitivo, de vida” (SILVEIRA, 2010, p. 6).

Destarte, embora seja possível considerar que os pequenos negócios do circuito inferior tendem a instalarem-se nas parcelas menos valorizadas do tecido urbano, esses necessitam, todavia, de uma escala mínima de consumidores. Conforme Harvey,

[...] os valores de uso disponíveis no ambiente construído são limitados, [...] os indivíduos se utilizam do seu poder de mercado e disputam recursos

escassos nas localizações mais vantajosas. Em seu nível mais elementar, essa concorrência é pelas chances de sobrevivência, pois cada trabalhador sabe que a capacidade de sobrevivência depende da capacidade de assegurar acesso a um conjunto particular de recursos numa localização razoavelmente satisfatória (HARVEY, 1982, p. 31).

A presença do circuito inferior é mais intensa nas grandes aglomerações em função da magnitude da pobreza urbana. Na concepção de Arroyo (2008, p. 31), “isso revela o drama das metrópoles, mas também sua força”. Santos (1979) concorda com esta assertiva e complementa que são justamente nas áreas centrais das cidades que manifestam-se as maiores concentrações de serviços e atividades inseridas no bojo do circuito inferior da economia. Todavia, como será analisado posteriormente, a presente pesquisa revelou que o circuito inferior da cidade de Maringá apresenta um comportamento peculiar em relação às pesquisas já realizadas sobre este subsistema nas cidades brasileiras (OLIVEIRA, 2011; MONTENEGRO, 2006; SILVA, 2013; COELHO; PEREIRA, 2010 e 2011).

Preliminarmente, foi desenvolvido no presente trabalho um panorama geral de todas as áreas estudadas, levantando dados genéricos das mesmas e, por fim, ressaltando as especificidades de cada uma. É mister destacar mais uma vez que tais áreas foram divididas em área central e em áreas residenciais, seguindo a metodologia de Santos (1979) na proposta original da teoria dos dois circuitos econômicos, na qual o autor menciona a existência do circuito inferior central e periférico, ou seja, residencial.

Alicerçando-se ainda a Santos (1979), é necessário destacar que nas áreas centrais das cidades o circuito inferior apresenta certas particularidades, como maior relação com o circuito superior da economia urbana, maior circulação de pessoas, mercadorias e capitais, condição esta expressa no centro da cidade de Maringá. Assim, o circuito inferior central,

está ligado à população do centro, mas caracteriza-se, além disso, pelas relações privilegiadas com as outras atividades centrais, entre as quais as atividades do setor moderno; sua clientela, aliás, ocasionalmente pode ser a mesma do circuito superior. O circuito inferior residencial é totalmente ligado à população; no centro, portanto, as ligações entre os diversos elementos da economia urbana são mais numerosas e frequentes. O centro da cidade, sendo o terminal de carga dos transportes e o lugar em que as diferentes camadas sociais se encontram, as atividades do circuito inferior aproveitam-se dessas duas vantagens e assumem formas complexas (SANTOS, 1979, p. 227).

Considera-se relevante destacar que os centros das grandes cidades são sempre compostos por subespaços desigualmente valorizados (BEAUJEU-GARNIER, 1997, p. 143)

e Maringá não foge a essa regra, uma vez que sua área central abriga espaços cujos valores de aluguel oscilam entre os mais altos da cidade e preços relativamente acessíveis aos pequenos negócios pouco capitalizados. A fragmentação de um tecido urbano desigualmente valorizado manifesta-se, portanto até mesmo na escala do centro da cidade.

Los inmuebles son, quizás, la manifestación más clara de las rugosidades que nos vienen del pasado, por su edad y por sus condiciones, como los valores de los alquileres. Esa compleja división del trabajo tiende a crecer atrayendo, por sus propias demandas, nuevos negocios como pequeños hoteles y pensiones, restaurantes y bares, peluqueros, sastres y costureras, juegos y vendedores ambulantes. Es el reino del circuito inferior y, también, de un variado circuito superior marginal en áreas de gran circulación [...] (SILVEIRA, 2007, p. 152-153).

A área central acolhe ainda, pela própria configuração do meio construído e de sua condição de área de grande circulação, uma diversidade de trabalhos e capitais que derivam em uma coexistência de atividades modernas e não modernas resultantes de diferentes momentos históricos (SANTOS, 1979). As pesquisas realizadas por Silveira (2007, 2008 e 2009) comprovaram a asseveração do autor de que os agentes do circuito inferior buscam instalar-se preferencialmente nas áreas centrais da cidade – sobretudo nas áreas centrais periféricas – em virtude das externalidades⁵⁷.

Todavia, apesar da área central de Maringá apresentar características fundamentalmente atrativas aos atores vinculados ao circuito inferior da economia urbana esta localidade não constitui-se na área de maior concentração deste circuito econômico em detrimento da rigidez normativa e dos altos preços dos aluguéis dos imóveis comerciais. Indubitavelmente assim como na região central de Maringá, todas as demais regiões analisadas apresentam um número mais elevado de estabelecimentos vinculados ao circuito inferior da economia do que revelado nas pesquisas (QUADROS 01-13), todavia os levantamentos realizados privilegiaram áreas específicas de cada região em virtude da extensão territorial da malha urbana de Maringá.

Admite-se que se partiu da premissa de que as atividades e serviços intrínsecos ao circuito inferior da cidade de Maringá fossem de pouca representatividade quantitativa em

⁵⁷ Conforme definido por Corrêa (1989, p. 79), as externalidades compreendem os “[...] efeitos econômicos sobre as empresas e atividades decorrentes da ação de elementos externos a elas”. Pode-se considerar como exemplo, uma empresa localizada próxima a um nó de tráfego, como um terminal urbano.

decorrência da média do poder econômico de seus cidadãos⁵⁸, bem como da ação altamente normativa e excludente do poder público municipal. Vislumbrava-se ainda que os territórios e atores deste circuito econômico fossem mais relevantes quando pensados na escala do aglomerado urbano de Maringá, sobretudo nas cidades de Sarandi e Paiçandu. Certamente ambas as cidades revelam-se como importantes territórios do circuito inferior da economia⁵⁹ em detrimento da concentração da pobreza nestas (RODRIGUES, 2004), entretantes após análises *in loco* mais atentas na qual abarcou todo o território urbano maringaense, bem como salutares contribuições durante o exame de colóquio, percebeu-se que este circuito manifesta-se de maneira significativa em todas as regiões da cidade de Maringá, sejam estas periféricas ou central.

Todavia, é pertinente salientar que unanimemente as atividades analisadas deste circuito econômico manifestas na cidade de Maringá encontram-se legalizadas pelo poder público municipal, haja vista que abarcam as microempresas⁶⁰ sendo, portanto imprescindível um laudo de alvará de funcionamento tendo em vista as constantes fiscalizações pelos agentes públicos municipais. Convém esclarecer que a despeito do circuito inferior ser composto pelo universo das atividades desenvolvidas nas micro e pequenas empresas, a terminologia adotada na presente análise foi a de microempresa e microempresário em virtude da identificação exclusiva destas categorias nas pesquisas de campo realizadas na cidade de Maringá.

Barbosa (2013) menciona que Maringá foi a primeira cidade brasileira a sancionar a Lei Geral Municipal da Micro e Pequena Empresa, este fato elucidada a atuação controladora do poder público municipal sobre as atividades desenvolvidas no território urbano. Nas palavras de um dos entrevistados: “*Em Maringá não existe ninguém trabalhando sem alvará, se não eles [referindo-se aos agentes fiscais] pegam mesmo!*” (J. C. B.).

⁵⁸ Segundo dados do Iparde (2013), no último levantamento realizado no ano de 2010, a cidade de Maringá registrou a segunda maior renda média domiciliar *per capita* do estado do Paraná, que foi de R\$ 1.187,53, ficando atrás apenas da cidade de Curitiba, com R\$ 1.536,39 de renda média domiciliar *per capita*.

⁵⁹ Acredita-se ser plausível esta afirmação em virtude da aplicação de questionários para a realização de pré-testes em ambas as cidades. Desta forma, além de uma observação aprofundada na paisagem urbana capaz de conduzir à compreensão de elementos intrínsecos ao circuito inferior da economia, o levantamento preliminar de dados a respeito da economia urbana de Sarandi e Paiçandu permitiu vislumbrar a amplitude deste circuito nestas cidades.

⁶⁰ Segundo o critério adotado pelo Sebrae (2004), o conceito de micro empresa é definido de acordo com o número de empregados e faturamento anual desta. Uma empresa é considerada uma microempresa quando seu faturamento anual não excede aos R\$ 240 mil, possui até 9 funcionários no setor de comércio e serviços e até 19 funcionários no setor de construção e na indústria. Para o IBGE (2003), os critérios adotados para classificar as micro e pequenas empresas são: baixa intensidade de capital; altas taxas de natalidade e mortalidade; forte presença de empresas familiares, baixo investimento em inovação tecnológica; dificuldade de acesso a financiamento e relação de complementaridade e subordinação com as empresas de grande porte.

Constatou-se durante as pesquisas em campo que os agentes do circuito inferior logram, através de diferentes estratégias, encontrar interstícios no meio construído e nas próprias normas para instalarem-se no núcleo central da cidade de Maringá. Denota-se esta condição através da presença de pequenos estabelecimentos localizados em certos enclaves menos valorizados da área central, ou seja, espaços desprezados pelos setores mais modernos. Não obstante, para além de estratégias pontuais e localizações dispersas na área central de Maringá, foi possível identificar ainda determinadas áreas onde as atividades do circuito inferior fazem-se presente de forma mais densa, como anteriormente analisado (MAPA 03).

Sob esta perspectiva, a área central da cidade de Maringá constitui aquilo que Silveira (2004 e 2009) reconhece como “áreas de diversidade”, ou seja, espaços onde o meio construído abriga uma pluralidade de atividades que tornam próximas as práticas e a localização das atividades de ambos os circuitos da economia.

A área central da cidade de Maringá revela-se como o lócus basilar das atividades econômicas urbanas, entretanto após a construção do projeto denominado “Novo Centro”⁶¹ esta região tem se revelado na principal área de atratividade das atividades e serviços hegemônicos, como *shoppings centers*, empresas do ramo imobiliário, serviços financeiros, instituições de ensino Médio e Superior privadas, lojas e supermercados de grandes redes, dentre outros. A reconfiguração desta área da região central tem permitido, de certo modo, a ampliação das manifestações das atividades vinculadas ao circuito inferior em outras localidades do centro da cidade, principalmente em algumas extensões da Avenida Brasil. Ao mesmo passo, cresce o contingente populacional que encontra neste circuito econômico um abrigo para a sua reprodução.

Reforçando este espectro, Santos e Silveira (2001, p. 285) asseveram que a grande cidade dispõe de

[...] uma ecologia favorável aos pobres, devida em grande parte à sua grande diversidade sócio-espacial. Sem dúvida, as grandes cidades buscam adaptar-se às demandas da economia mais moderna, adequando o seu espaço construído às respectivas exigências. Isso, porém, atinge apenas uma

⁶¹ A área abrangida pelo chamado “Novo Centro” é um quadrilátero que começa na Avenida São Paulo seguindo horizontalmente pela Avenida Piratininga, Avenida Herval, Avenida Duque de Caxias, Avenida Basílio Saltchuk terminando na Avenida Paraná. Verticalmente inicia-se na Avenida João Paulino Filho, Avenida Horácio Raccanelo, terminando na Avenida Tamandaré. As vias do “Novo Centro” estão todas concretizadas, a linha férrea foi para o subsolo, os fios e transformadores foram instalados em galerias subterrâneas, os semáforos para autos e pedestres têm visual exclusivo, assim como seus postes de iluminação sem fios aéreos (GRZEGORCZYK, 2006). Entrementes, Negri e Mendes (1998) discordando desta terminologia denominaram o projeto de “Falso Novo Centro”, pois na concepção dos autores o que está ocorrendo é a incorporação da área através da expansão do centro tradicional.

pequena parcela do território urbano, mesmo porque os respectivos custos são muito altos, enquanto o resto da grande cidade mostra uma grande variação quanto à modernidade das infraestruturas disponíveis (SANTOS e SILVEIRA, 2001, p. 285).

Neste sentido, entende-se que as atividades presentes no centro da cidade de Maringá envolvem atualmente graus de organização e capitalização bastante diferenciados. Conjugam-se velhos e novos representantes tanto do circuito inferior como do circuito superior da economia urbana, além de um circuito superior marginal emergente e residual.

Não obstante, os circuitos econômicos apresentam-se espacialmente imbricados no território, desta forma, a paisagem urbana de Maringá revela a proximidade entre suas distintas atividades, como explanou Corrêa (1997):

[...] modernos *shoppings centers* que, muitas vezes, não estão distantes de um conjunto de birosacas; ruas onde convivem lojas departamentais, pertencentes às grandes organizações capitalistas, ou lojas especializadas em artigos de luxo, e vendedores ambulantes com sucedâneos baratos dos artigos vendidos nas lojas [...] (CORRÊA, 1997, p. 75).

Este cenário esboçado por Corrêa (1997) foi identificado em diversas localidades na cidade de Maringá, especialmente nas ruas e avenidas que constituíram-se foco de análise da pesquisa. Porquanto, o circuito inferior esteja presente de forma dispersa e rarefeita em todo o tecido urbano, certamente foi possível distinguir áreas de diferentes densidades deste circuito econômico na cidade.

Entrementes, a desvalorização do capital embutida no meio construído não implica na destruição de seu valor de uso, uma vez que este espaço passa a ser usado justamente enquanto um capital fixo desvalorizado. Desse modo, a própria materialidade acaba por exercer um papel ativo sobre as ações que nela se desenrolam, cedendo espaço à realização de tipos peculiares de atividades.

Desvalorizada, a materialidade não plenamente conforme à modernidade atual pode ser objeto de (nova) utilização por capitais e pessoas ‘desvalorizados’, que encaminham suas ordens ‘desvalorizadas’, suas ações ‘desvalorizadas’, a essas parcelas ‘desvalorizadas’ do espaço (SANTOS, 2006, p. 226).

Todavia, ainda que menos valorizadas, apenas uma parcela dos atores do circuito inferior consegue instalar-se nas áreas centrais, tendo em vista que a maior parcela destes

trabalhadores não possui recursos financeiros capazes de possibilitar o acesso de suas atividades nas localidades centrais da cidade. Nas palavras de Harvey (1982, p. 31),

os valores de uso disponíveis no ambiente construído são limitados, [...] os indivíduos se utilizam do seu poder de mercado e disputam recursos escassos nas localizações mais vantajosas. Em seu nível mais elementar, essa concorrência é pelas chances de sobrevivência, pois cada trabalhador sabe que a capacidade de sobrevivência depende da capacidade de assegurar acesso a um conjunto particular de recursos numa localização razoavelmente satisfatória (HARVEY, 1982, p. 31).

Debruçando-se sob as proposições de Harvey (1982) e Santos (2006) em relação à acessibilidade limitada no que tange às áreas centrais da cidade, bem como da relevância de apreensão do circuito inferior da economia em sua totalidade territorial, buscou-se identificar e analisar outros territórios compostos por este subsistema econômico na cidade de Maringá.

Como explanado nos encaminhamentos metodológicos, a definição da Avenida Brasil (MAPA 05) como representante da região central, justifica-se pela mesma configurar-se na principal via de circulação de pessoas, mercadorias e capitais da área central da cidade de Maringá exercendo uma centralidade de destaque nesta região, enquanto a definição de determinadas quadras da Avenida Tamandaré, da Rua Joubert de Carvalho e da Praça Raposo Tavares (MAPA 05) justifica-se pelas mesmas abarcarem a maior concentração de estabelecimentos que abrigam as atividades e serviços do circuito inferior da economia da região central da cidade em voga.

Entrementes, como já antecipado, distintamente do que ocorre na maior parcela das cidades brasileiras na qual a abundância de atividades, serviços e atores do circuito inferior, bem como as principais concentrações encontram-se inseridas na região central, na cidade de Maringá tais condições expressam-se justamente aquém do centro da cidade, ou seja, nos bairros residenciais (QUADROS 01-13). O circuito inferior periférico (SANTOS, 1979) difunde-se, portanto na cidade de Maringá mais representativo em relação ao circuito inferior central em detrimento da rigidez normativa exercida pelo poder público municipal somada à especulação imobiliária e aos altos preços dos imóveis e alugueis localizados na região central.

Quadro 01: Divisão do trabalho no circuito inferior no setor comercial na região central de Maringá: comércios

Comércios	Atividade	Quantidade	%
	Armarinhos ⁶²	22	24,2
	Artigos de festas e fantasias	01	1,1
	Aviamentos ⁶³	03	3,3
	Banca de jornais e revistas	04	4,4
	Comestíveis e bebidas ⁶⁴	06	6,6
	Compra e venda de ouro	03	3,3
	Confecções ⁶⁵ e calçados	26	28,5
	Cosméticos, perfumaria e bijuterias	08	8,8
	Farmácia	02	2,2
	Móveis novos e/ou usados	04	4,4
	Papelaria e embalagens	03	3,3
	Peças de automóveis e motocicletas	02	2,2
	Produtos para instalações comerciais	02	2,2
	Utilidades domésticas e variedades ⁶⁶	05	5,5
Total	91	100	

Pesquisa de campo realizada na cidade de Maringá nos meses de abril e maio de 2013
Organizado pela autora

⁶² Estabelecimentos comerciais atualmente intitulados de Lojas de Presentes. Este tipo de comércio disponibiliza, na grande maioria dos casos, artigos para decoração, utensílios domésticos, materiais escolares, *xerox*, aviamentos, bijuterias, alguns itens de confecção, recarga de celulares, dentre diversos outros itens. Estão incluídas ainda nesta categoria as lojas de preço único.

⁶³ Estabelecimentos que comercializam itens para costura, como agulhas, botões, barbantes, zíperes, linhas, rendas, bordados, elásticos, dentre outros.

⁶⁴ Pequenos estabelecimentos que comercializam alimentos e bebidas, como mercearias, açougues, sacolões, entre outros.

⁶⁵ Incluindo tecidos, retalhos, cama, mesa e banho.

⁶⁶ Insere-se nesta categoria as chamadas lojas de preço único.

Quadro 02: Divisão do trabalho no circuito inferior no setor de prestação de serviços na região central de Maringá: serviços

Serviços	Atividade	Quantidade	%
	Alimentação e bebidas ⁶⁷	14	32,5
	Assistência e conserto de celulares	05	11,5
	Cabeleireiro e barbeiro	07	16,3
	Chaveiro	02	4,7
	Conserto de eletroeletrônicos	02	4,7
	Conserto de relógios e joias	02	4,7
	Costura e conserto de roupas	02	4,7
	Ensino	01	2,3
	Estacionamento	02	4,7
	Fotografias	03	7,0
	Massagista	01	2,3
	Propaganda e panfletagem	01	2,3
	Videolocadora, <i>xerox</i> e <i>lan house</i> ⁶⁸	01	2,3
	Total	43	100

Pesquisa de campo realizada na cidade de Maringá nos meses de abril e maio de 2013
Organizado pela autora

⁶⁷ Pequenos estabelecimentos que oferecem serviços de alimentação, como restaurantes, lanchonetes, pastelarias, bares, pizzarias, sorveterias, entre outros.

⁶⁸ Estabelecimentos nas quais os usuários pagam para utilizarem um computador com acesso à Internet ou para jogarem em rede ou online; na maioria dos casos, o estabelecimento oferece também os serviços de *xerox* e impressão.

**Quadro 03: Divisão do trabalho no circuito inferior no setor comercial na região
noroeste de Maringá: comércios**

Comércios	Atividade	Quantidade	%
	Agropecuária ⁶⁹	09	5,8
	Água e gás	02	1,3
	Armarinhos	25	16,0
	Artigos de festas e fantasias	01	0,6
	Artigos esotéricos e religiosos	01	0,6
	Aviamentos	01	0,6
	Banca de jornais e revistas	01	0,6
	Brechó ⁷⁰	03	1,9
	Comestíveis e bebidas	09	5,8
	Confecções e calçados	56	36,0
	Cosméticos, perfumaria e bijuterias	06	3,8
	Farmácia	04	2,6
	Floricultura	04	2,6
	Jogos de azar	06	3,8
	Materiais de construção	04	2,6
	Materiais de limpeza	02	1,3
	Móveis novos e/ou usados	06	3,8
	Papelaria e embalagens	07	4,5
	Peças de automóveis e motocicletas	03	1,9
	Produtos naturais e regionais	02	1,3
	Utilidades domésticas e variedades	04	2,6
	Total	156	100

Pesquisa de campo realizada na cidade de Maringá nos meses de abril e maio de 2013
Organizado pela autora

⁶⁹ Com ou sem os serviços de banho e tosa de animais domésticos.

⁷⁰ Estabelecimentos que comercializam artigos usados, principalmente roupas, calçados, louças, bijuterias e objetos de uso doméstico.

Quadro 04: Divisão do trabalho no circuito inferior no setor de prestação de serviços na região noroeste de Maringá: serviços

Serviços	Atividade	Quantidade	%
	Academia desportiva	02	1,1
	Alimentação e bebidas	73	40,5
	Assistência e conserto de celulares	02	1,1
	Banho e tosa ⁷¹	02	1,1
	Bicicletaria	07	3,9
	Borracharia	03	1,7
	Cabeleireiro e barbeiro	32	17,6
	Chaveiro	02	1,1
	Conserto de eletroeletrônicos	09	5,0
	Conserto de relógios e joias	01	0,6
	Costura e conserto de roupas	01	0,6
	Fotografias	04	2,2
	Funilaria e pintura de veículos	01	0,6
	Informática ⁷²	09	5,0
	Lavagem de veículos	03	1,7
	Oficina mecânica ⁷³ de veículos e/ou motocicletas	13	7,2
	Recuperadora de para-choques	01	0,6
	Reforma de móveis e estofados	01	0,6
	Sapataria	04	2,2
	Tapeçaria	01	0,6
	Tatuagens e <i>piercings</i>	01	0,6
	Videolocadora, <i>xerox</i> e <i>lan house</i>	06	3,3
	Vidraçaria	02	1,1
Total	180	100	

Pesquisa de campo realizada na cidade de Maringá nos meses de abril e maio de 2013
Organizado pela autora

⁷¹ Estabelecimentos que oferecem somente os serviços de banho e tosa, mas não comercializam produtos veterinários, rações, dentre outros.

⁷² Estabelecimentos que prestam os mais diversos tipos de serviços de informática, dentre estes consertos, impressão, recarga de cartuchos, além de comercializarem peças para computadores e periféricos.

⁷³ Incluindo o serviço de autoelétrica.

Quadro 05: Divisão do trabalho no circuito inferior no setor comercial na região nordeste de Maringá: comércios

Comércios	Atividade	Quantidade	%
	Agropecuária	11	5,4
	Água e gás	03	1,5
	Armarinhos	24	11,7
	Aviamentos	01	0,5
	Banca de jornais e revistas	04	2,0
	Brechó ⁷⁴	01	0,5
	Comestíveis e bebidas	19	9,4
	Confecções e calçados	47	23,2
	Cosméticos, perfumaria e bijuterias	06	3,0
	Farmácia	09	4,4
	Ferragens, materiais elétricos e hidráulicos	03	1,5
	Ferro velho	02	1,0
	Floricultura	01	0,5
	Jogos de azar	13	6,4
	Materiais de construção	11	5,4
	Materiais de limpeza	01	0,5
	Móveis novos e/ou usados	08	3,9
	Papelaria e embalagens	10	4,9
	Peças de automóveis e motocicletas	23	11,3
	Utilidades domésticas e variedades	06	3,0
	Total	203	100

Pesquisa de campo realizada na cidade de Maringá nos meses de abril e maio de 2013
Organizado pela autora

⁷⁴ Estabelecimentos que comercializam artigos usados, principalmente roupas, calçados, louças, bijuterias e objetos de uso doméstico.

Quadro 06: Divisão do trabalho no circuito inferior no setor de prestação de serviços na região nordeste de Maringá: serviços

Serviços	Atividade	Quantidade	%
	Academia desportiva	03	1,1
	Alimentação e bebidas	94	34,4
	Assistência e conserto de celulares	06	2,2
	Banho e tosa	04	1,5
	Bicicletaria	04	1,5
	Borracharia	06	2,2
	Cabeleireiro e barbeiro	36	13,2
	Chaveiro	08	2,9
	Conserto de eletroeletrônicos	06	2,2
	Conserto de motores elétricos	01	0,4
	Conserto de relógios e joias	02	0,7
	Costura e conserto de roupas	02	0,7
	Ensino	04	1,5
	Estacionamento	01	0,4
	Fotografias	01	0,4
	Funilaria e pintura de veículos	05	1,8
	Informática	11	4,0
	Lavagem de veículos	05	1,8
	Locação de fantasias e trajes sociais	01	0,4
	Moto táxi	02	0,7
	Oficina mecânica de veículos e/ou motocicletas	44	16,1
	Pensionato	01	0,4
	Propaganda e panfletagem	03	1,1
Sapataria	02	0,7	
Tapeçaria	06	2,2	
Tatuagens e <i>piercings</i>	02	0,7	
Videolocadora, <i>xerox</i> e lan house	10	3,7	
Vidraçaria	03	1,1	
Total	273	100	

Pesquisa de campo realizada na cidade de Maringá nos meses de abril e maio de 2013
Organizado pela autora

Quadro 07: Divisão do trabalho no circuito inferior no setor industrial na região nordeste de Maringá: indústrias

Indústrias	Atividade	Quantidade	%
	Alimentos	01	16,6
	Metalurgia	03	50,0
	Serralheria	01	16,6
	Tornearia	01	16,6
Total	06	100	

Pesquisa de campo realizada na cidade de Maringá nos meses de abril e maio de 2013
Organizado pela autora

Quadro 08: Divisão do trabalho no circuito inferior no setor comercial na região sudoeste de Maringá: comércios

Comércios	Atividade	Quantidade	%
	Agropecuária	04	6,3
	Água e gás	02	3,1
	Armarinhos	05	7,8
	Banca de jornais e revistas	02	3,1
	Brechó	02	3,1
	Comestíveis e bebidas	09	14,1
	Confecções e calçados	11	17,2
	Cosméticos, perfumaria e bijuterias	01	1,6
	Farmácia	02	3,1
	Ferragens, materiais elétricos e hidráulicos	03	4,7
	Ferro velho	02	3,1
	Floricultura	02	3,1
	Jogos de azar	03	4,7
	Materiais de construção	03	4,7
	Materiais de limpeza	02	3,1
	Papelaria e embalagens	03	4,7
	Peças de automóveis e motocicletas	03	4,7
	Produtos para jardinagem	01	1,6
	Produtos para pesca e fogos	02	3,1
	Produtos para piscina	02	3,1
Total	64	100	

Pesquisa de campo realizada na cidade de Maringá nos meses de abril e maio de 2013
Organizado pela autora

Quadro 09: Divisão do trabalho no circuito inferior no setor de prestação de serviços na região sudoeste de Maringá: serviços

Serviços	Atividade	Quantidade	%
	Alimentação e bebida	32	43,1
	Banho e tosa	03	4,1
	Borracharia	03	4,1
	Cabeleireiro e barbeiro	10	13,2
	Chaveiro	01	1,4
	Conserto de eletroeletrônicos	01	1,4
	Conserto de relógios e joias	01	1,4
	Costura e conserto de roupas	01	1,4
	Encanador e eletricista	01	1,4
	Funilaria e pintura de veículos	01	1,4
	Lavagem de veículos	02	2,7
	Moto táxi	01	1,4
	Oficina mecânica de veículos e/ou motocicletas	08	10,5
	Propaganda e panfletagem	01	1,4
	Recarga de extintores	01	1,4
	Reforma de móveis e estofados	01	1,4
	Sacaria	02	2,7
	Sapataria	01	1,4
	Tapeçaria	01	1,4
	Videolocadora, xerox e lan house	01	1,4
	Vidraçaria	01	1,4
	Total	74	100

Pesquisa de campo realizada na cidade de Maringá nos meses de abril e maio de 2013
Organizado pela autora

Quadro 10: Divisão do trabalho no circuito inferior no setor industrial na região sudoeste de Maringá: indústrias

Indústrias	Atividade	Quantidade	%
	Serralheria	01	50
	Tornearia	01	50
Total	02	100	

Pesquisa de campo realizada na cidade de Maringá nos meses de abril e maio de 2013
Organizado pela autora

Quadro 11: Divisão do trabalho no circuito inferior no setor comercial na região sudeste de Maringá: comércios

Comércios	Atividade	Quantidade	%
	Agropecuária	03	4,6
	Água e gás	03	4,6
	Armarinhos	06	9,2
	Banca de jornais e revistas	02	3,1
	Brechó	01	1,5
	Comestíveis e bebidas	10	15,4
	Confecções e calçados	09	13,8
	Farmácia	04	6,2
	Ferragens, materiais elétricos e hidráulicos	04	6,2
	Floricultura	01	1,5
	Jogos de azar	04	6,2
	Materiais de construção	05	7,7
	Móveis novos e/ou usados	02	3,1
	Papelaria e embalagens	02	3,1
	Peças de automóveis e motocicletas	03	4,6
	Produtos naturais e/ou regionais	01	1,5
	Produtos para instalações comerciais	01	1,5
	Utilidades domésticas e variedades	04	6,2
Total	65	100	

Pesquisa de campo realizada na cidade de Maringá nos meses de abril e maio de 2013
Organizado pela autora

Quadro 12: Divisão do trabalho no circuito inferior no setor de prestação de serviços na região sudeste de Maringá: serviços

Serviços	Atividade	Quantidade	%
	Alimentação e bebidas	34	36,2
	Banho e tosa	01	1,1
	Bicicletaria	01	1,1
	Cabeleireiro e barbeiro	16	16,9
	Chaveiro	01	1,1
	Conserto de eletroeletrônicos	08	8,4
	Conserto de lonas de caminhões	01	1,1
	Conserto de motores elétricos	02	2,1
	Conserto de relógios e joias	01	1,1
	Ensino	01	1,1
	Fotografia	01	1,1
	Funilaria e pintura de veículos	02	2,1
	Informática	04	4,3
	Locação de fantasias e trajes sociais	02	2,1
	Massagista	01	1,1
	Moto táxi	03	3,2
	Oficina mecânica de veículos e/ou motocicletas	08	8,4
	Tatuagens e <i>piercings</i>	01	1,1
	Videolocadora, <i>xerox</i> e <i>lan house</i>	03	3,2
	Vidraçaria	03	3,2
	Total	94	100

Pesquisa de campo realizada na cidade de Maringá nos meses de abril e maio de 2013
Organizado pela autora

Quadro 13: Divisão do trabalho no circuito inferior no setor industrial na região sudeste de Maringá: indústrias

Indústrias	Atividade	Quantidade	%
	Alimentos	01	16,7
	Serralheria	01	16,7
	Tornearia	04	66,6
Total	06	100	

Pesquisa de campo realizada na cidade de Maringá nos meses de abril e maio de 2013
Organizado pela autora

A extensa lista dos quadros anteriormente apresentados revela que o circuito inferior de Maringá concentra maior número de atividades no setor de serviços, ou seja, foram detectados 664 estabelecimentos vinculados a este subsistema econômico nas áreas pesquisadas, enquanto o setor comercial concentra 531 estabelecimentos. Estes dados revelam que o comportamento econômico de Maringá assemelha-se ao da grande maioria das grandes cidades brasileiras na qual apresentam maior concentração de atividades no setor de prestação de serviços.

Como supra-exposto, a região central concentra o menor número de estabelecimentos de prestação de serviços imbricados ao circuito inferior, totalizando apenas 43 estabelecimentos. As regiões da cidade que abrigam as maiores concentrações destes estabelecimentos constituem-se, respectivamente nas regiões nordeste, com 273 estabelecimentos; noroeste, com 180 estabelecimentos; sudeste, com 94 estabelecimentos e na sudoeste, com 74 estabelecimentos.

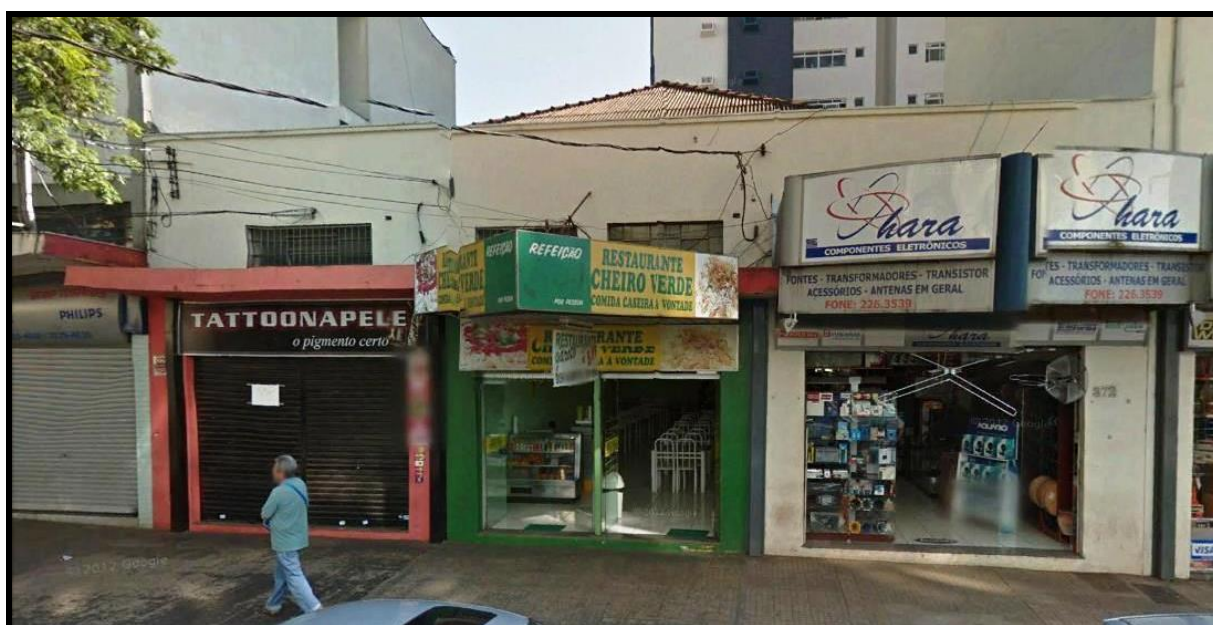


Figura 03: Pequenos estabelecimentos do setor comercial e de serviços do circuito inferior na Rua Joubert de Carvalho (região central)

Fonte: Google Earth, 2013

No que tange ao setor comercial, a área central de Maringá constitui-se na terceira região da cidade com maior concentração de tais atividades, concentrando 91 estabelecimentos comerciais do circuito inferior da economia, ficando atrás apenas das regiões nordeste e noroeste, que concentram respectivamente 203 e 156 estabelecimentos deste circuito econômico. Sequencialmente encontram-se as regiões sudeste e sudoeste, respectivamente com 65 e 64 estabelecimentos comerciais do circuito inferior.

No que tange à divisão do trabalho no segmento industrial, não foram detectados estabelecimentos imbricados ao circuito inferior nas regiões central e nordeste; somente as regiões nordeste, sudeste e sudoeste concentram estabelecimentos industriais deste subsistema econômico, sendo que as duas primeiras agregam seis estabelecimentos e a última apenas dois estabelecimentos.

Quando somado o número total de estabelecimentos por região denota-se que apesar da área central de concentrar número inferior de atividades imbricadas ao circuito inferior da economia em relação às demais regiões da cidade (TABELA 12), esta área agrega determinadas externalidades (CORRÊA, 1989) que favorecem os atores não-hegemônicos inseridos nesta localidade, como já explanado anteriormente. Entrementes, por constituir-se no cerne das atividades econômicas urbanas a região central na cidade de Maringá revela igualmente algumas incongruências, como os altos preços dos alugueis, fiscalizações mais acirradas⁷⁵, congestionamentos de trânsito, escassez de áreas para estacionamento, dentre outras.

⁷⁵ Informação obtida com os proprietários dos estabelecimentos da região central de Maringá durante a realização da aplicação dos questionários. Segundo L. M. S. que possui um estabelecimento comercial na região central e outro na região noroeste, ambas as lojas são constantemente fiscalizadas, entretanto “*no centro o bicho pega mais!*” (L. M. S., 2013).

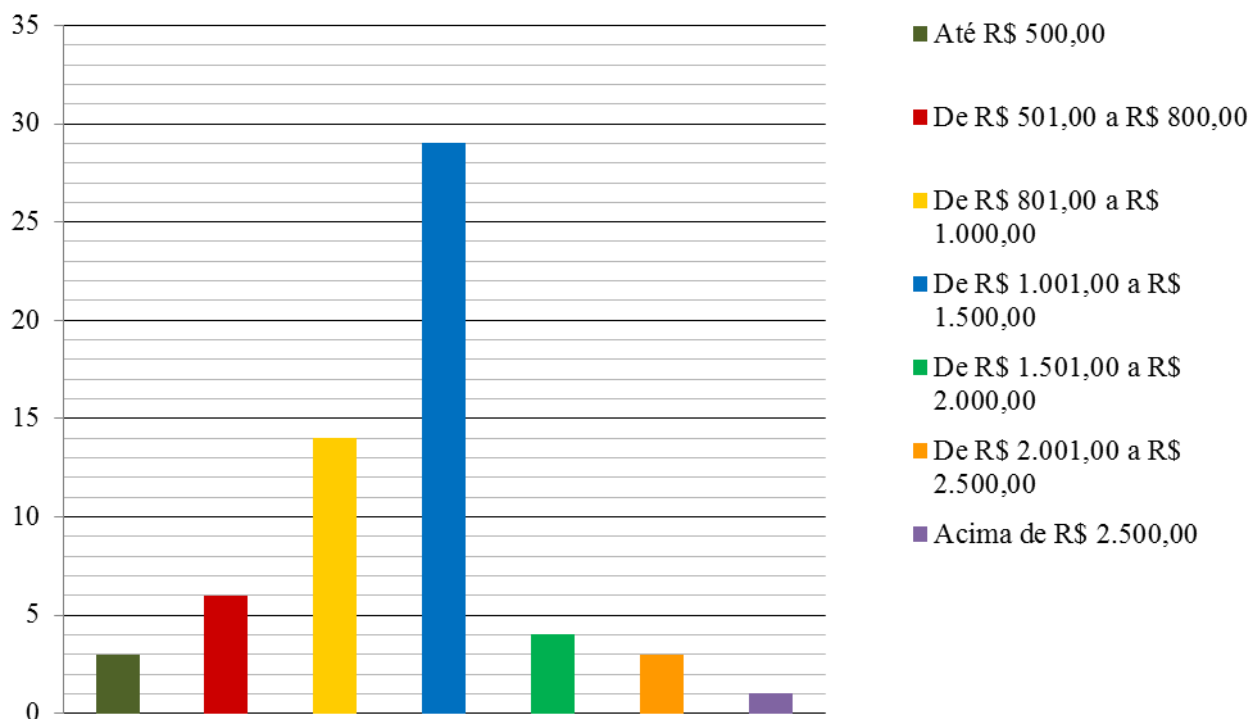
Tabela 12: Número de estabelecimentos do circuito inferior por região na cidade de Maringá

Região da cidade	Número de Estabelecimentos
Central	137
Noroeste	339
Nordeste	482
Sudoeste	141
Sudeste	165
Total	1.264

Pesquisa de campo realizada na cidade de Maringá nos meses de abril e maio de 2013
Organizado pela autora

A respeito da localização dos estabelecimentos do circuito inferior é pertinente considerar que existe uma relação paradoxal, haja vista que à medida que as distâncias entre a região central ou de significantes vias regionais intraurbanas com a localização do estabelecimento vão ampliando-se os preços dos alugueis tendem a decair substancialmente (GRÁFICO 06), entretantes as externalidades (CORRÊA, 1989) vão igualmente desaparecendo.

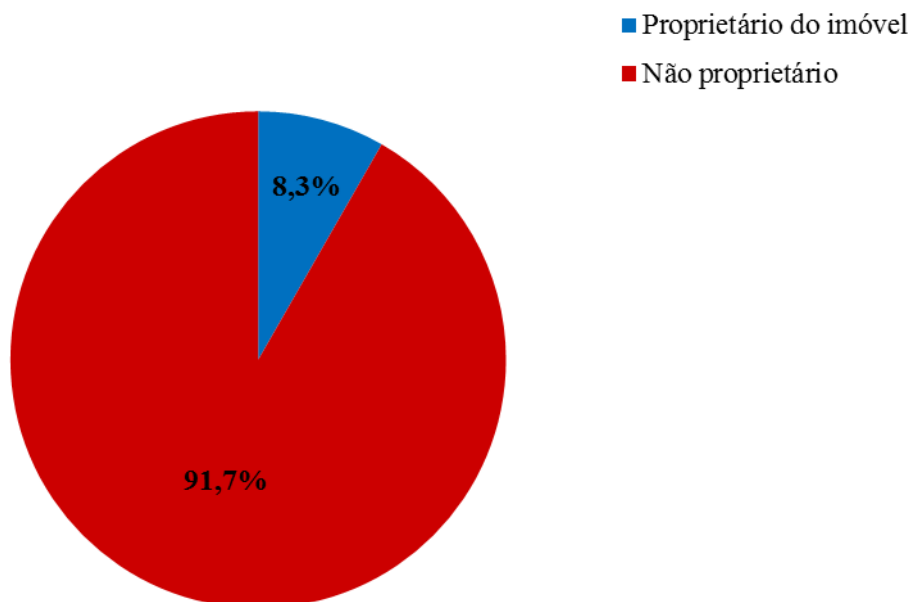
Gráfico 06: Preços dos alugueis dos estabelecimentos do circuito inferior na cidade de Maringá



Pesquisa de campo realizada na cidade de Maringá nos meses de abril e maio de 2013
Organizado pela autora

Importante constatação apreendida no que tange à questão dos pagamentos dos alugueis refere-se ao fato de que parcela considerável dos entrevistados não é proprietária do estabelecimento onde a empresa encontra-se instalada. Em números absolutos, esse dado revela que dos 60 entrevistados somente cinco são proprietários do estabelecimento, ou seja, 55 pagam aluguel do imóvel (GRÁFICO 07).

Gráfico 07: Proprietários e não proprietários dos imóveis dos estabelecimentos do circuito inferior na cidade de Maringá

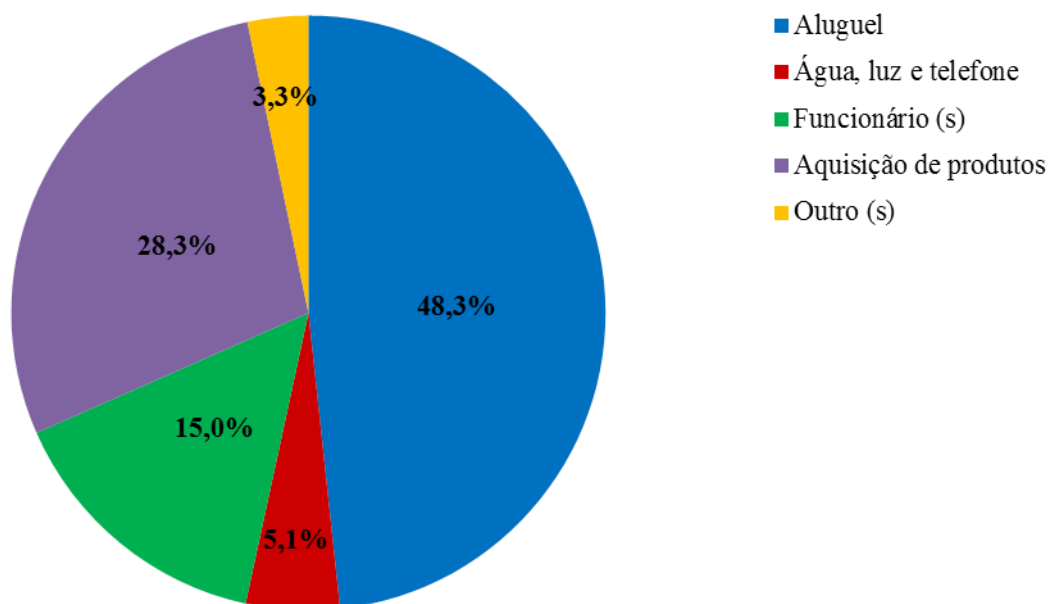


Pesquisa de campo realizada na cidade de Maringá nos meses de abril e maio de 2013
Organizado pela autora

Referindo-se ainda aos preços dos alugueis, foi possível inferir que este constitui-se em um dos principais dispêndios das empresas vinculadas ao circuito inferior da cidade de Maringá (GRÁFICO 08), seguido pela aquisição de produtos para comercialização ou prestação dos serviços. Respectivamente seguem-se as expensas vinculadas ao pagamento de funcionários e às contas mensais de água, luz e telefone.

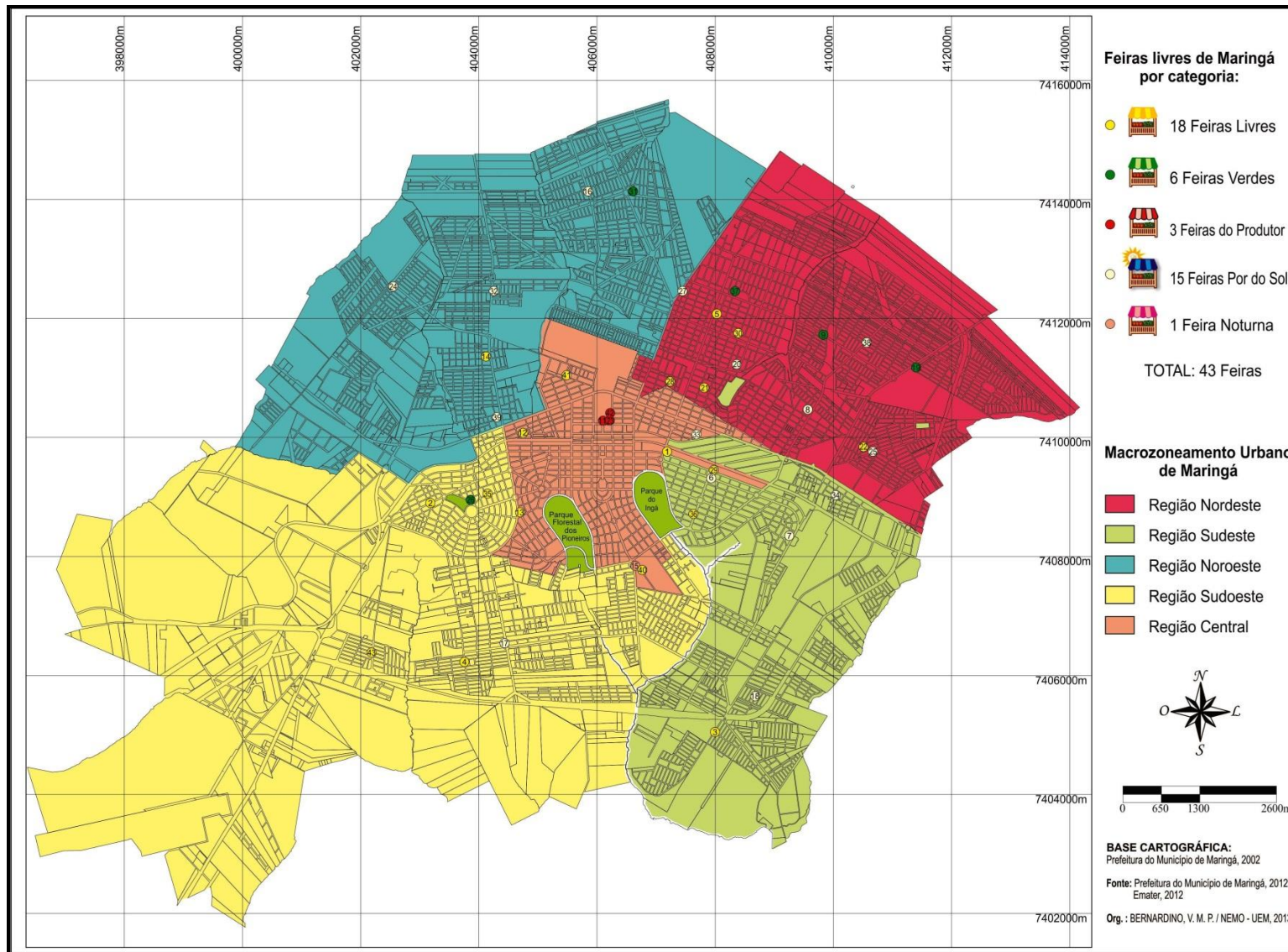
Apesar dos preços dos alugueis apresentarem-se consideravelmente elevados para os atores não-hegemônicos da cidade de Maringá, percebe-se intensa dependência dos mesmos em relação ao meio construído onde encontram-se inseridos, pois muitos dos entrevistados – principalmente os que encontram-se instalados na localidade por período maior de tempo – declararam que em muitos casos convém arcar com os reajustes do aluguel e permanecer no local ao recomençar todo o processo inicial de um empreendimento, como conquistar novos clientes e divulgar novo endereço.

Gráfico 08: Principais gastos nos estabelecimentos do circuito inferior na cidade de Maringá



Pesquisa de campo realizada na cidade de Maringá nos meses de abril e maio de 2013
Organizado pela autora

Outra manifestação territorial do circuito inferior na cidade de Maringá revela-se através da realização das feiras livres (MAPA 07). Apesar de constituir-se em uma complexa relação entre campo e cidade, as feiras livres realizam-se exclusivamente no espaço urbano onde diariamente este tipo de atividade ocupa diversas áreas em todas as regiões da cidade movimentando milhares de compradores.



Mapa 07: Localização das feiras livres na cidade de Maringá

Dessa forma, identificam-se as materialidades e as ações no território, entendido como um híbrido de formas, normas, cultura e ações em um movimento dinâmico e inacabado (SILVEIRA, 2004).

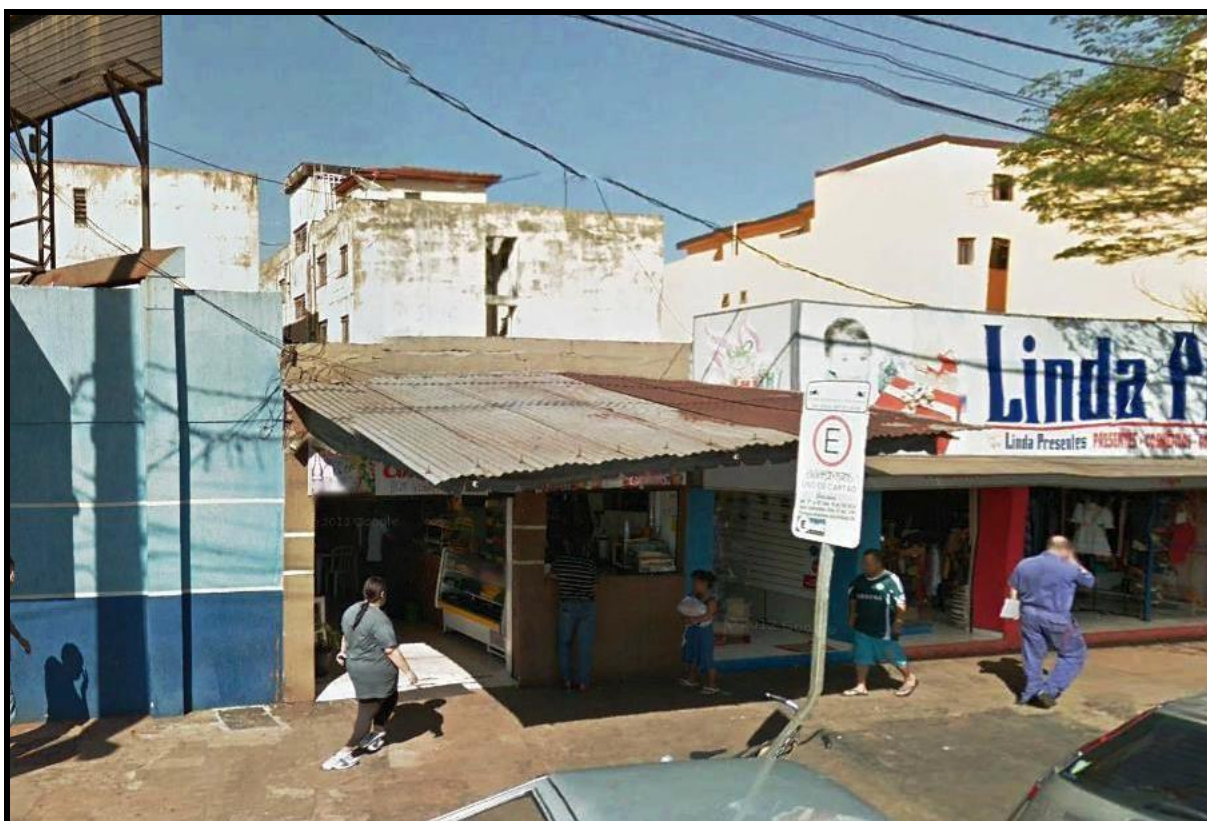


Figura 04: Meio construído degradado na Avenida Tamandaré (região central)

Foto da autora

A Prefeitura Municipal de Maringá permite a realização das feiras livres mediante o pagamento de taxas mensais pelos feirantes de acordo com o número de feiras que estes

participam. Os produtos comercializados variam conforme o tipo⁷⁶ de feira realizada, ou seja, variam desde produtos hortifrutigranjeiros à roupas, artesanatos e até mesmo produtos adquiridos no Paraguai. Entrementes, como apreendido, as feiras livres da cidade de Maringá também encontram-se subordinadas à recrudescente rigidez normativa do poder público municipal.

Destarte, é possível considerar que a rigidez normativa que rege o meio construído em Maringá constitui, certamente, um fator central na definição das dinâmicas específicas assumidas por sua economia urbana. Distintas estratégias e formas de adaptação são desenvolvidas no espaço urbano maringaense ao encontrar os interstícios no meio construído e nas próprias normas na tentativa dos atores não-hegemônicos permanecerem na cidade. Manifestam-se, portanto muitas “irregularidades” e “ajustes de todo tipo” (SILVEIRA, 2011) exercidos pelos pequenos negócios.

Não obstante, a intensa valorização imobiliária manifesta na cidade de Maringá combinada às restrições impostas pelo poder público municipal, implica um alargamento crescente de sua periferia, e, por conseguinte, uma reconfiguração e espraiamento constantes do seu circuito inferior periférico; pois enquanto nas áreas centrais a presença de interstícios desvalorizados do território urbano e a grande circulação das massas constituem os conteúdos nos quais se sustenta o circuito inferior central, na periferia a concentração de uma população de baixa renda em um meio construído desvalorizado e intensamente ocupado, o aproveitamento das residências para a realização de atividades e a densidade comunicacional compõem os conteúdos em que se sustenta o circuito inferior periférico de Maringá.

O meio construído tem assim um efeito sobre a ação que nele se desenrola, ou seja, implica uma retroação convidando à realização, sobretudo, de trabalhos não-hegemônicos. Para Santos (2000), esta condição evidencia o papel ativo que o espaço exerce no condicionamento dos processos que nele se realizam.

Destarte, é possível conceber que o valor do trabalho realizado é assim dado por cada lugar. A concentração das modernizações em pontos selecionados do espaço urbano engendra a obsolescência prematura de outros lugares, muitas vezes bastante próximos daqueles

⁷⁶ Nas **feiras livres** podem ser comercializados desde produtos hortifrutigranjeiros até produtos artesanais, brinquedos, roupas, dentre outros. As **feiras verdes** têm como objetivo comercializar frutas e verduras cultivadas sem produtos agrotóxicos. Nas **feiras noturnas** e **do pôr-do-sol**, além dos produtos das feiras livres, comercializam-se comidas típicas regionais e internacionais, ou seja, comidas baianas, mineira, japonesas, entre outras. Neste tipo de feira as barracas tem permissão para funcionarem até às 21 horas. As **feiras do produtor** comercializam produtos hortifrutigranjeiros, pães, doces, pasteis, queijos, compotas, dentre outros produzidos por agricultores de Maringá e região.

atingidos pelas modernizações. A presença de um meio construído desvalorizado em certos subespaços do centro, bem como a expansão periférica possibilita a resistência e a expansão do circuito inferior no período atual.

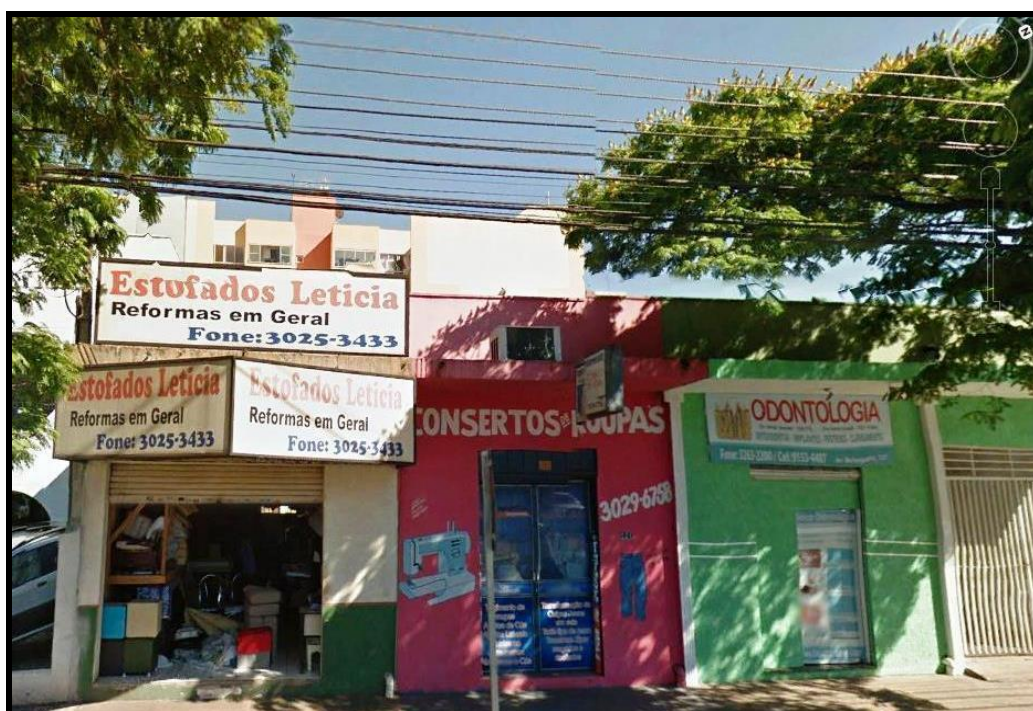


Figura 05: Serviços de consertos oferecidos pelo circuito inferior na Avenida Morangueira (região nordeste)
Fonte: Google Earth, 2013

Revela-se, neste sentido, como as atividades realizadas com menos recursos valem-se da materialidade que não se adequam às demandas da modernidade, conferindo-lhe, muitas vezes, uma nova dinâmica.

3.4 Atividades e Dinâmicas do Circuito Inferior de Maringá: Mil e Uma Formas de Ganhar a Vida

É mister compreender que as atividades inseridas no bojo do circuito inferior, embora de pequena expressão, pouco capitalizadas e voltadas à população mais pobre, não necessariamente encontram-se inseridas na informalidade do mercado de trabalho, ainda que os trabalhos informais permeiem intensamente este circuito econômico. No transcorrer das pesquisas *in loco* foi possível inferir que na cidade de Maringá apesar de uma infinidade de atividade constituírem-se em uma economia relativamente pobre, as mesmas encontram-se inseridas nos esquemas formais da organização do trabalho.

A intensidade quantitativa das atividades e serviços (QUADROS 14-16) imbricados ao circuito inferior manifestas na cidade de Maringá explicita a importância maior deste circuito econômico, independentemente deste subsistema constituir-se corolário de uma expansão da pobreza e aprofundamento das desigualdades socioeconômicas, reside no fato de que potencialmente tais atividades garantem trabalho e renda justamente para a população urbana mais pobre, constituindo-se igualmente umas das únicas possibilidades de consumo da mesma.

Quadro 14: Divisão do trabalho no circuito inferior por ramos de atividade na cidade de Maringá: comércios

Comércios	Atividade	Quantidade	%
	Agropecuária	27	4,7
	Água e gás	10	1,7
	Armarinhos	82	14,5
	Artigos de festas e fantasias	02	0,3
	Artigos esotéricos e religiosos	01	0,2
	Aviamentos	05	0,9
	Banca de jornais e revistas	13	2,3
	Brechó	07	1,2
	Comestíveis e bebidas	52	9,1
	Compra e venda de ouro	03	0,5
	Confecções e calçados	149	26,1
	Cosméticos, perfumaria e bijuterias	21	3,7
	Farmácia	21	3,7
	Ferragens, materiais elétricos e hidráulicos	10	1,7
	Ferro velho	04	0,7
	Floricultura	08	1,4
	Jogos de azar	20	3,5
	Materiais de construção	23	4,0
	Materiais de limpeza	05	0,9
	Móveis novos e/ou usados	20	3,5
	Papelaria e embalagens	25	4,4
	Peças de automóveis e motocicletas	34	5,9
	Produtos naturais e regionais	03	0,5
Produtos para instalações comerciais	03	0,5	
Produtos para jardinagem	01	0,2	
Produtos para pesca e fogos	02	0,3	
Produtos para piscina	02	0,3	
Utilidades domésticas e variedades	19	3,3	
Total	572	100	

Pesquisa de campo realizada na cidade de Maringá nos meses de abril e maio de 2013
Organizado pela autora

Quadro 15: Divisão do trabalho no circuito inferior por ramos de atividade na cidade de Maringá: serviços

Serviços	Atividade	Quantidade	%
	Academia desportiva	05	0,8
	Alimentação e bebida	247	38,2
	Assistência e conserto de celulares	13	2,0
	Banho e tosa	10	1,6
	Bicicletaria	12	1,9
	Borracharia	12	1,9
	Cabeleireiro e barbeiro	101	15,5
	Chaveiro	14	2,2
	Conserto de eletroeletrônicos	26	4,0
	Conserto de lonas de caminhões	01	0,2
	Conserto de motores elétricos	03	0,5
	Conserto de relógios e joias	07	1,1
	Costura e conserto de roupas	06	0,9
	Encanador e eletricista	01	0,2
	Ensino	06	0,9
	Estacionamento	03	0,5
	Fotografias	09	1,4
	Funilaria e pintura de veículos	09	1,4
	Informática	24	3,7
	Lavagem de veículos	10	1,6
	Locação de fantasias e trajes sociais	03	0,5
	Massagista	02	0,3
	Moto táxi	06	0,9
	Oficina mecânica de veículos e/ou motocicletas	53	8,2
	Pensionato	01	0,2
	Propaganda e panfletagem	05	0,8
	Recarga de extintores	01	0,2
Recuperadora de para-choques	01	0,2	
Reforma de móveis e estofados	02	0,3	
Sacaria	02	0,3	
Sapataria	07	1,1	
Tapeçaria	08	1,2	
Tatuagens e <i>piercings</i>	04	0,6	
Videolocadora, <i>xerox</i> e <i>lan house</i>	21	3,3	
Vidraçaria	09	1,4	
Total	644	100	

Pesquisa de campo realizada na cidade de Maringá nos meses de abril e maio de 2013
Organizado pela autora

Quadro 16: Divisão do trabalho no circuito inferior por ramos de atividade na cidade de Maringá: indústrias

Indústrias	Atividade	Quantidade	%
	Alimentos	02	15,4
	Metalurgia	03	23,1
	Serralheria	03	23,1
	Tornearia	05	38,4
Total	13	100	

Pesquisa de campo realizada na cidade de Maringá nos meses de abril e maio de 2013
Organizado pela autora

Esta gama quase infinita de diversidades de atividades realizadas pela população de baixa renda somada à sua constante transformação revela como a criatividade e a adaptabilidade constituem-se em importantes características inerentes ao circuito inferior. Essas capacidades traduzem-se no que Santos (2006) denominou de flexibilidade tropical.

Nas grandes cidades, sobretudo no Terceiro Mundo, a precariedade da existência de uma parcela importante (às vezes a maioria) da população não exclui a produção de necessidades, calcadas no consumo das classes mais abastadas. Como resposta, uma divisão do trabalho imitativa, talvez caricatural, encontra as razões para se instalar e se reproduzir. Mas aqui o quadro ocupacional não é fixo: cada ator é muito móvel, podendo sem trauma exercer atividades diversas ao sabor da conjuntura. Essas metamorfoses do trabalho dos pobres nas grandes cidades cria o que [...] denominamos de 'flexibilidade tropical'. Há uma variedade infinita de ofícios, uma multiplicidade de combinações em movimento permanente, dotadas de grande capacidade de adaptação, e sustentadas no seu próprio meio geográfico, este sendo tomado como uma forma-conteúdo, um híbrido de materialidade e relações sociais (SANTOS, 2006, p. 259-260).

Para Tozi (2012), uma das manifestações assumidas hoje pela flexibilidade tropical nas cidades brasileiras reside na combinação de atividades aparentemente não relacionadas entre si em um mesmo estabelecimento do circuito inferior. A realização das mais diferentes tarefas em um mesmo local pode representar, em certos casos, uma forma de compartilhar as vantagens abrigadas por determinadas localizações e o acesso ao mercado por elas garantido.

Esta característica foi apreendida em relação às atividades e serviços do circuito inferior da cidade de Maringá. Tal peculiaridade revelou a capacidade adaptativa e inventiva dos atores do circuito inferior da economia frente às adversidades das condições de trabalho enfrentadas pelos mesmos na cidade de Maringá.

Salões de cabeleireiros que comercializam peças íntimas femininas, chaveiros que vendem bijuterias e artesanatos, videolocadoras que oferecem os mesmos serviços de uma *lan house*, relojoarias onde são vendidos cosméticos e sapatarias que também funcionam como brechós constituem-se apenas algumas das combinações encontradas no circuito inferior maringaense. A diversificação das atividades e serviços num mesmo estabelecimento revelou-se em um importante subsídio no entendimento das dinâmicas do circuito inferior central e periférico, condição esta que vem espreado-se de forma efetiva na cidade de Maringá.



Figura 06: Estabelecimentos típicos do circuito inferior: cabeleireiros, jogos de azar, consertos de eletroeletrônicos e bar na Avenida Pedro Taques (região nordeste)

Fonte: Google Earth, 2013

No transcorrer da aplicação dos questionários, apreendeu-se ainda que a identificação de demandas não atendidas nas proximidades onde o estabelecimento encontra-se inserido constitui-se igualmente responsável pela coexistência de diferentes atividades em um mesmo estabelecimento que abriga serviços e atividades do circuito inferior.

A coexistência de diferentes atividades em um mesmo estabelecimento contesta a divisão clássica das atividades econômicas em setores econômicos proposta por Clark (BEAUJEU-GARNIER, 1997) e revela como a interpenetração entre as atividades dos chamados setores secundário e terciário, ou até mesmo entre comércio e serviços, não limita-se somente ao âmbito do circuito superior, bem como os supostos limites entre os tais setores econômicos se esvaem no período atual.

Essas manifestações encontradas nos estabelecimentos do circuito inferior de Maringá resultam da necessidade de sobrevivência combinada à criatividade dos atores imbricados neste circuito econômico, sendo que a criatividade popular tem sido potencializada pela crescente incorporação de novos objetos técnicos no circuito inferior enquanto instrumentos de trabalho, os quais permitem, por sua vez, um alargamento das tarefas realizáveis.

Fundamentando-se nos quadros supraexpostos (QUADROS 14-16), é possível inferir que a divisão do trabalho no circuito inferior na cidade de Maringá apresenta-se sobremaneira diversificada e intensa em relação aos segmentos econômicos comercial e de serviços. A única exceção refere-se ao setor industrial, isso no que tange às localidades pesquisadas, pois como já aludido, a pesquisa não teve condições de contemplar o território urbano de Maringá por completo.

As pesquisas *in loco* (QUADROS 14-16) revelaram também que a maior representatividade de estabelecimentos do circuito inferior vinculado ao setor comercial refere-se aos estabelecimentos que comercializam confecções e calçados, sendo que estes representam 27% de todos os estabelecimentos comerciais do circuito inferior da cidade de Maringá. Posteriormente, encontram-se os armarinhos, classificados atualmente como lojas de presentes, com 14,9% e os estabelecimentos que comercializam comestíveis e bebidas, à guisa de exemplo, mercearias, sacolões, açougues, dentre outros, representando 9,4%.

Verifica-se que os pequenos estabelecimentos que oferecem serviços de alimentação e bebida, como restaurantes, lanchonetes, pastelarias, bares, pizzarias, sorveterias, entre outros, lideram o setor de serviços imbricados ao circuito inferior da cidade de Maringá. Foram identificados 247 estabelecimentos, ou seja, 37,1% de todos os estabelecimentos de serviços do circuito inferior da cidade em tela. Em relação ao total de estabelecimentos vinculados ao

circuito inferior, esta modalidade de atividade corresponde a quase 21% do total. Correlato ao setor de serviços, sequencialmente aos estabelecimentos de alimentação e bebida encontram-se os salões de cabeleireiro e/ou barbeiros, representando 15,1% e as oficinas mecânicas de automóveis e motocicletas, com 7,9%.

Na concepção de Silveira (2004, p. 66), o elevado número de estabelecimentos vinculados ao circuito inferior da economia atribui-se “graças aos custos de produção mais baixos pela ampla oferta e proximidade de insumos, mão-de-obra (*sic*) e clientes [...]”. No que tange ao elevado número de empresas do circuito inferior, Santos (2003) assevera ainda que o papel essencial deste subsistema econômico é o de permitir que as classes menos favorecidas tenham acesso, por formas específicas de comercialização, aos produtos fabricados no circuito superior, bem como o de produzir, ele mesmo, os bens de tipo moderno ou tradicional que comercializa através de seu aparelho próprio (SANTOS, 2003).

A respeito da incorporação tecnológica nos estabelecimentos do circuito inferior da cidade de Maringá, verificou-se que parcela considerável destes estabelecimentos demanda de tecnologias para a realização das atividades e prestação dos serviços. Entrementes, a adoção de tecnologias modernas realiza-se através de objetos que já encontram-se obsoletos frente ao ritmo da modernização capitaneada pelas grandes empresas. Por outro lado, no período atual amplia-se igualmente a possibilidade do uso de técnicas relativamente mais modernas.

Dentre os estabelecimentos identificados nas pesquisas *in loco* que demandam de modernas tecnologias para a concretização das atividades inserem-se pequenas gráficas, empresas de propaganda e panfletagem, videolocadoras e *lan houses*, algumas papelarias, estabelecimentos que oferecem serviços de fotocópia e revelação instantânea de fotos, lojas de informática e estabelecimentos que realizam reparos em eletroeletrônicos e motores elétricos. Somados, estes estabelecimentos correspondem a cerca de 10% de todas as empresas vinculadas ao circuito inferior da cidade de Maringá.

Destarte, a incorporação de tecnologias obsoletas ou modernas enquanto instrumentos de trabalho e objetos de consumo tem permitido a emergência de novas atividades e de novos usos entre os atores não-hegemônicos da cidade de Maringá.

Para Silveira (2011, p. 67),

tanto pela expansão dos novos produtos, amiúde tornados instrumentos de trabalho em atividades não hegemônicas, como pela proliferação de atividades de conserto que permitem a reutilização de bens, ou mesmo pela distribuição tantas vezes desinteressante para os grandes capitais, os circuito

superior marginal e inferior participam, de forma crescente e por vezes contraditória, da produção da unicidade técnica (SILVEIRA, 2011, p. 67).

Referindo-se ainda aos instrumentos de trabalho utilizados e disponibilizados pelos estabelecimentos imbricados ao circuito inferior apreendeu-se que a adoção de tecnologias modernas comuns ao circuito superior tem-se manifestado em uma das variáveis chave do período atual (SILVEIRA, 2004, 2008 e 2009) no circuito inferior da cidade de Maringá.

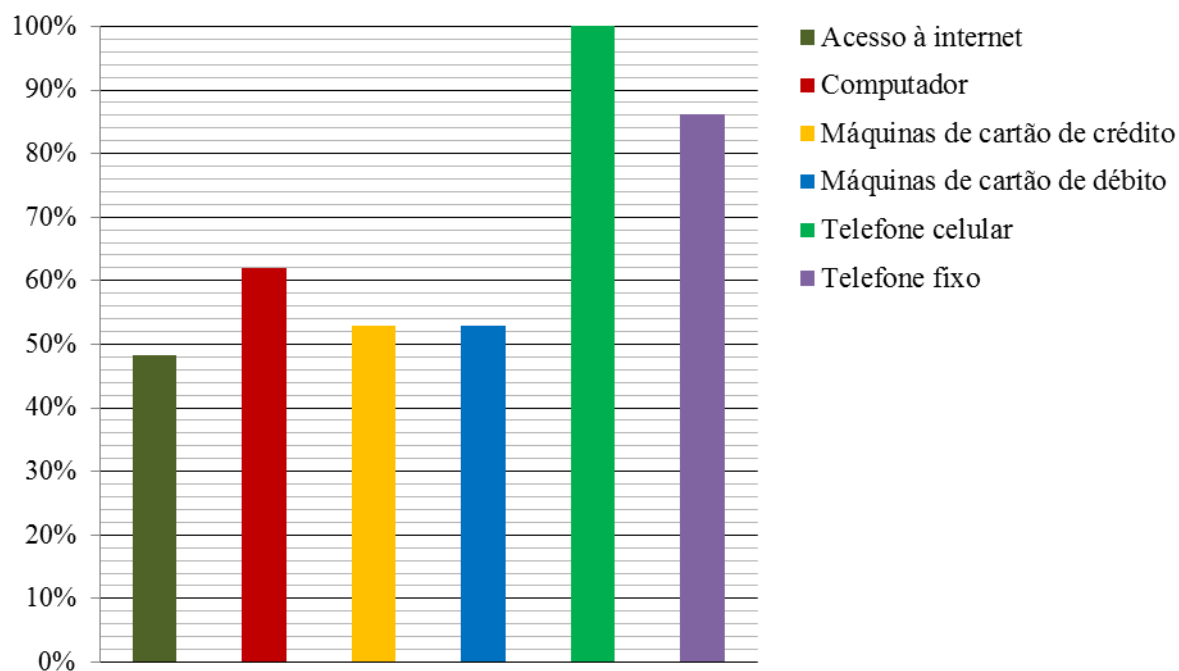


Figura 07: Estabelecimentos de prestação de serviços do circuito inferior na Avenida dos Palmares (região nordeste)
Fonte: Google Earth, 2013

Os dados obtidos nas pesquisas *in loco* (GRÁFICO 09) revelaram que todos os empresários inseridos no bojo do circuito inferior de Maringá detêm telefone celular, sendo que os mesmos utilizam-no de forma pessoal e como instrumento de trabalho. As pesquisas

apontaram ainda que 88% dos estabelecimentos possuem telefone fixo, mais de 60% possuem computador e cerca da metade dos estabelecimentos encontra-se conectado à rede mundial de informações. Em relação às máquinas de cartões de crédito e débito, verificou-se que 53% dos estabelecimentos do circuito inferior são adeptos das mesmas. Este dado revela a redefinição do circuito inferior face à crescente incorporação de novas tecnologias em suas atividades.

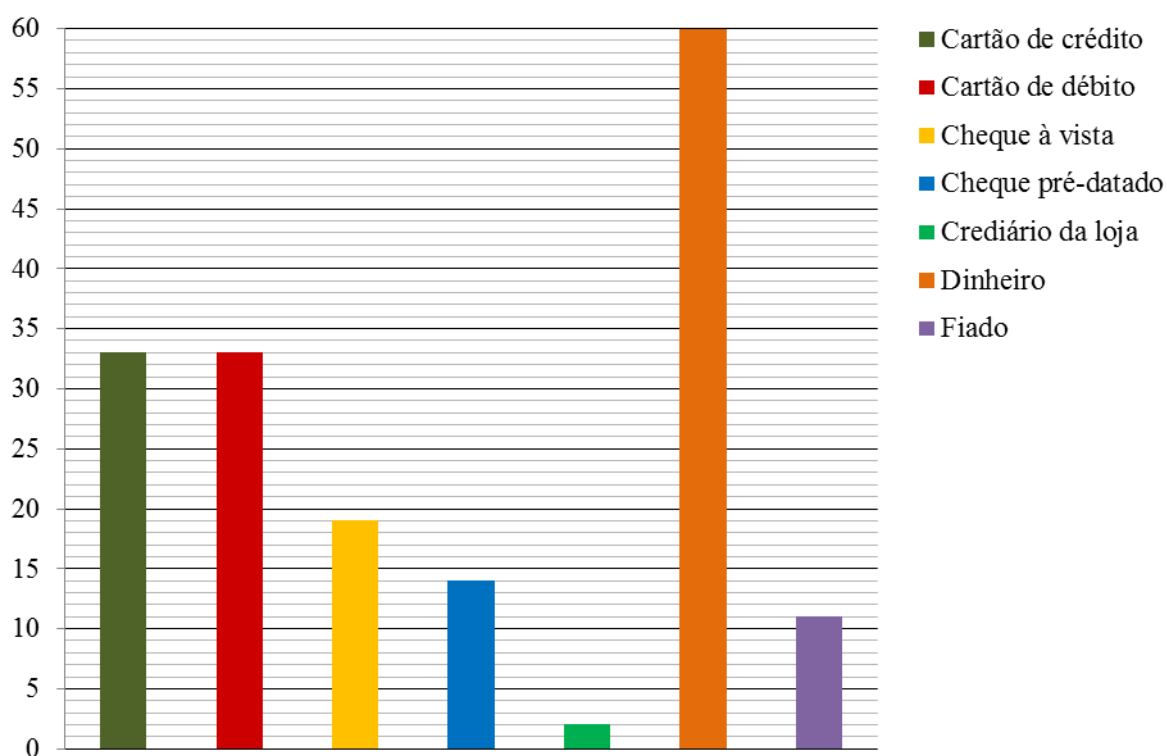
Gráfico 09: Instrumentos de trabalho utilizados nos estabelecimentos do circuito inferior na cidade de Maringá



Pesquisa de campo realizada na cidade de Maringá nos meses de abril e maio de 2013
Organizado pela autora

A crescente incorporação dos terminais eletrônicos de cartões de crédito e débito como forma de pagamento entre os pequenos negócios revela a permeabilidade das finanças nas relações no circuito inferior, ou seja, o fenômeno da financeirização tem-se manifestado efetivamente entre os atores não-hegemônicos da cidade de Maringá no que tange tanto os microempresários quanto os consumidores (GRÁFICO 10). Estes meios eletrônicos de pagamento são emitidos por bancos e outras instituições financeiras, entre as quais se destacam as marcas globais das organizações de cartões denominadas “bandeiras”.

Gráfico 10: Formas de pagamento oferecidas pelos estabelecimentos do circuito inferior na cidade de Maringá



Pesquisa de campo realizada na cidade de Maringá nos meses de abril e maio de 2013
Organizado pela autora

Silveira (2004, 2008 e 2009) destaca as finanças dentre as novas variáveis do período atual; esta prerrogativa corroborou-se na cidade de Maringá através da análise dos estabelecimentos imbricados ao circuito inferior, haja vista que dentre os 60 estabelecimentos pesquisados, mais da metade, ou seja, 33 estabelecimentos disponibilizam máquinas de cartões de crédito e débito para seus clientes. Cheques à vista e pré-datados apesar de serem aceitos em menor parte destes estabelecimentos, 19 e 14 respectivamente, têm igualmente permeado o cenário do circuito inferior de Maringá no período atual.

Em relação ao fiado, ou seja, a aquisição de produtos ou serviços para pagamento futuro, constituído como variável clássica do circuito inferior na ocasião da formulação da teoria (SANTOS, 1979), ainda resiste em 11 dos estabelecimentos da cidade de Maringá. Entrementes, a tendência apresentada revelou que esta forma de pagamento subsiste apenas no circuito inferior periférico e para consumidores específicos. Conforme relato de empresário que admite tal forma de pagamento: *“Não é pra todo mundo não; já tomei muito calote. Hoje eu escolho melhor quem pode comprar fiado e quem não pode”* (D. S. S.).

No discernimento de Silveira (2011, p. 61),

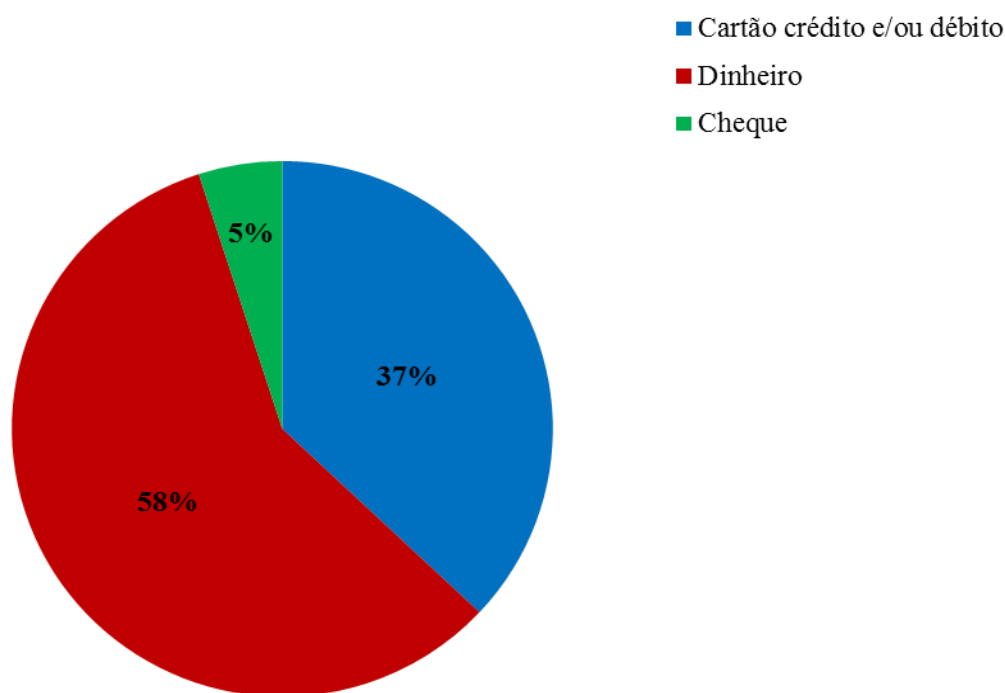
a adoção destes novos meios de pagamento tem provocado diferentes repercussões sobre a economia pobre. Por um lado, representam uma forma de abarcar uma maior parcela do mercado consumidor para os pequenos negócios que diversificam as formas de pagamento oferecidas e, portanto, obtêm um crescimento de suas vendas. O uso destes meios de pagamento pode representar ainda uma forma de reduzir os impactos da inadimplência em comparação a outros meios de pagamento, como o cheque, por exemplo, e funcionar também como um instrumento de antecipação de crédito [...] (SILVEIRA, 2011, p. 61).

Entrementes, a incorporação dos terminais eletrônicos apresenta alguns inconvenientes aos negócios do circuito inferior no que refere-se, sobretudo aos altos custos operacionais das bases de cartão de crédito e de débito, haja vista que além das mensalidades pagas pelo aluguel das máquinas também são cobradas porcentagens sobre o valor de cada transação realizada através das mesmas. Existe ainda o custo da linha telefônica, tanto no caso dos terminais fixos quanto no caso dos terminais móveis que funcionam através de redes de telefonia celular e de radiofrequência.

Destarte, para que possam disponibilizar tal forma de pagamento, os agentes menos capitalizados acabam subordinando-se aos nexos financeiros e técnicos envolvidos. Para Silveira (2000), a rigidez técnica do sistema em voga revela-se não somente como um sistema de objetos, mas também como um sistema de organização e de imposição de normas.

Entrementes, os impactos nefastos da expansão da creditização perpassam pelos microempresários do circuito inferior atingindo aos seus consumidores. Esta asseveração pode ser comprovada nas pesquisas *in loco*, haja vista que apesar do dinheiro constituir-se ainda na principal forma de pagamento pelos consumidores destes estabelecimentos, a utilização dos cartões de crédito e débito tem-se ampliado entre a população pobre (GRÁFICO 11).

Gráfico 11: Principais formas de pagamento utilizadas pelos consumidores dos estabelecimentos do circuito inferior na cidade de Maringá



Pesquisa de campo realizada na cidade de Maringá nos meses de abril e maio de 2013
Organizado pela autora

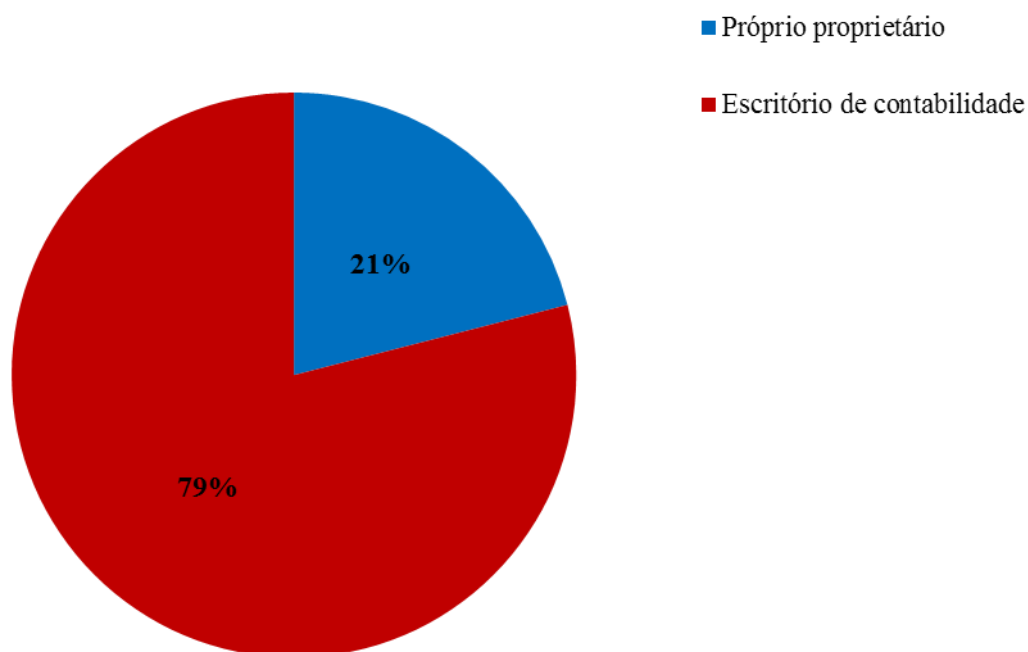
O acesso facilitado ao crédito através dos cartões de crédito e débito, bem como dos cheques especiais tem provocado, na concepção de Sciré (2009), uma nova forma de pobreza mediante o considerável avanço do endividamento e da inadimplência da população pobre. Segundo dados do Banco Central (2012), atualmente mais de 83 milhões de brasileiros possuem dívidas no cheque especial, no cartão de crédito ou junto às financeiras, número que equivale a 52% da PEA brasileira.

No discernimento de Bauman (2008, p. 188),

para os pobres da sociedade de consumidores, não adotar o modelo de vida consumista significa um estigma de exclusão, e adotá-lo implica se aprofundar ainda mais nessa pobreza que impede a inclusão [...] (BAUMAN, 2008, p. 188).

Dentre os serviços de terceiros dos quais se valem as microempresas do circuito inferior nas áreas estudadas o serviço de contabilidade constitui-se amplamente utilizado, ou seja, 79% dos entrevistados pagam pelos serviços de contador ou de escritório de contabilidade enquanto 21% realiza a própria contabilidade do estabelecimento (GRÁFICO 12). No momento das entrevistas foi possível inferir que os empresários que não terceirizam a contabilidade de sua empresa referem-se justamente às atividades menos capitalizadas do circuito inferior, como por exemplo, os vendedores de jogos de azar, vendedores de jornais e revistas, alguns salões de cabeleireiro, dentre outras.

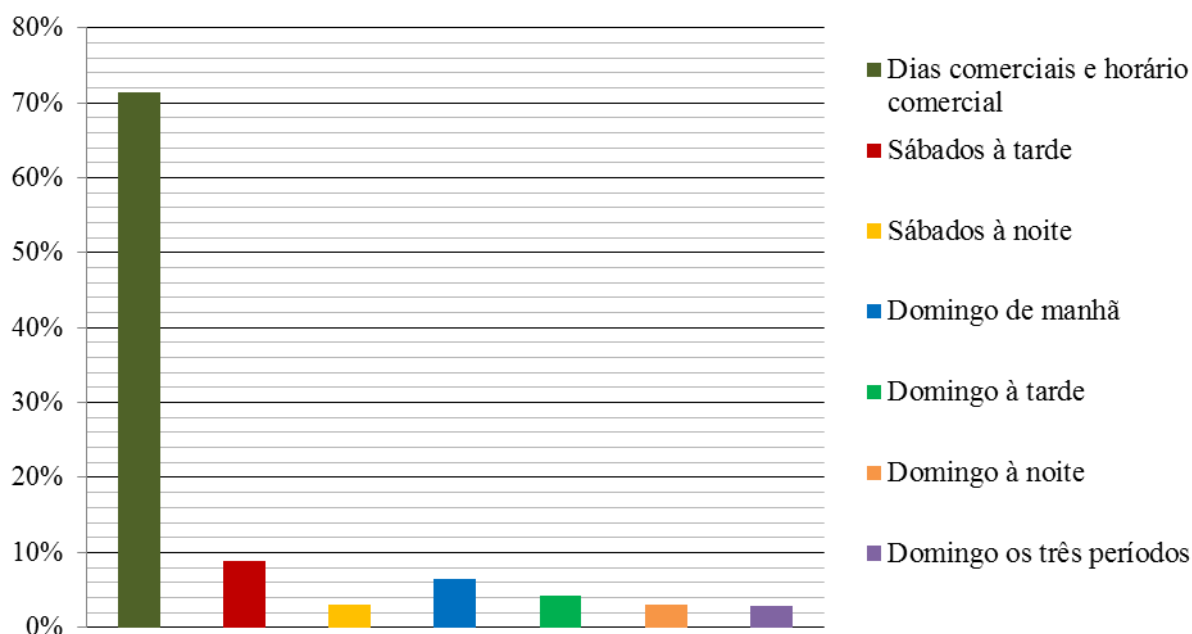
Gráfico 12: Realização dos serviços de contabilidade dos estabelecimentos do circuito inferior na cidade de Maringá



Pesquisa de campo realizada na cidade de Maringá nos meses de abril e maio de 2013
Organizado pela autora

No que tange à questão dos dias e horários de funcionamento dos estabelecimentos pesquisados verificou-se que mais de 70% destes funcionam nos dias e horário comercial, que na cidade de Maringá constitui-se de segunda-feira à sexta-feira das 8:00 às 18:00 e sábado das 8:00 às 12:00. Entrementes, além dos dias e horários comerciais, 8,9% destes estabelecimentos continuam funcionando aos sábados à tarde; 3,1% aos sábados à noite; 6,4% aos domingos de manhã; 4,2% aos domingos à tarde; 3,1% aos domingos à noite e 2,8% nos três períodos do domingo (GRÁFICO 13).

Gráfico 13: Dias e horários de funcionamento dos estabelecimentos do circuito inferior na cidade de Maringá



Pesquisa de campo realizada na cidade de Maringá nos meses de abril e maio de 2013
Organizado pela autora

Referente aos dias e horários em que o proprietário do estabelecimento permanece no local, verificou-se que a quase totalidade destes, ou seja, 92% mantêm-se no local durante todos os dias e horários em que o estabelecimento encontra-se em funcionamento. Contudo, nos horários diferenciados de funcionamento além da figura do empresário é comum a presença de familiares mediante o relato nas quais muitos entrevistados realizaram de que “[...] não vale à pena pagar funcionário para trabalhar final de semana e feriado. É melhor recrutar a família. Caso contrário, é melhor nem abrir” (L. C. R.).

Na ocasião das pesquisas *in loco* vislumbrou-se que a utilização de equipamentos comprados usados, os chamados equipamentos de segunda mão, é frequente no circuito inferior da cidade de Maringá. Tal condição remete-se novamente à questão da obsolescência programada que marca a dinâmica do consumo no período atual e amplia a gama de objetos técnicos prematuramente envelhecidos pelas vagas de modernização (MONTENEGRO, 2013). Destarte, o circuito inferior passa a dispor de um leque crescente de técnicas que lhe

permitem diversificar suas formas de ação e até mesmo desenvolver e incorporar novas atividades.



Figura 08: Atividades típicas do circuito inferior – cabeleireiros, mini mercado e comércio e serviços de motocicletas – na Avenida dos Palmares (região noroeste)
Fonte: Google Earth, 2013

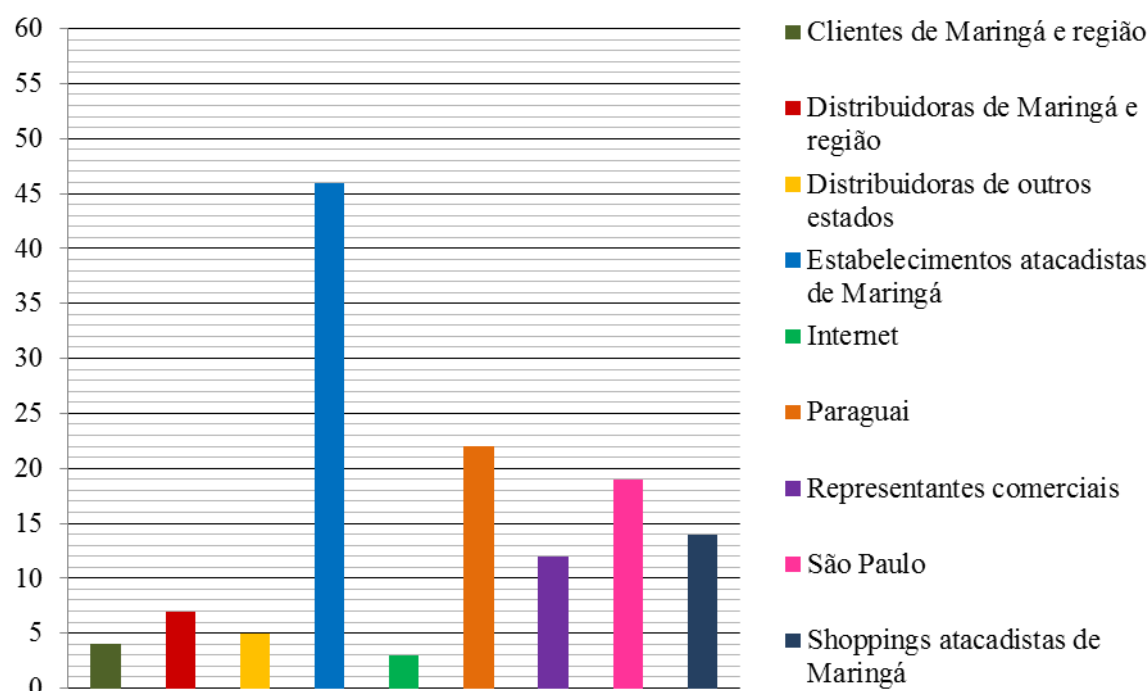
A utilização de equipamentos usados combina-se ainda com a reutilização dos insumos, concebendo as formas mais variadas e revelando como o circuito inferior da economia reavalia a tecnoesfera e a psicoesfera (SANTOS, 1998) encontrando novos usos e finalidades para objetos e técnicas. A reutilização de insumos no circuito inferior de Maringá desenvolve-se em diversas atividades, especialmente em pequenas lojas de tecidos e cortinas,

chaveiros, fabricação de faixas, placas e *banners*, oficinas de consertos de artigos de couro e em serviços de consertos de aparelhos de informática.

Concernente aos lugares de procedência das mercadorias e insumos dos estabelecimentos do circuito inferior da cidade de Maringá apreendeu-se que esta constitui-se deveras variada (GRÁFICO 14), entretanto dos 60 estabelecimentos pesquisados, 46 adquirem mercadorias ou insumos no comércio atacadista da cidade de Maringá e 14 estabelecimentos adquirem mercadorias para comercialização nos *shoppings* atacadistas de confecções do chamado Corredor da Moda.

Neste sentido, evidencia-se como a topologia destas empresas encontra-se atrelada a uma lógica intraurbana, uma vez que os pontos de interesse das mesmas no território limitam-se à escala da cidade.

Gráfico 14: Procedência das mercadorias e insumos dos estabelecimentos do circuito inferior na cidade de Maringá



*Estabelecimentos como ferros velhos e brechós.

**O número total de estabelecimentos é superior ao número de entrevistados, haja vista que parcela considerável dos proprietários adquire produtos de várias localidades.

Pesquisa de campo realizada na cidade de Maringá nos meses de abril e maio de 2013

Organizado pela autora

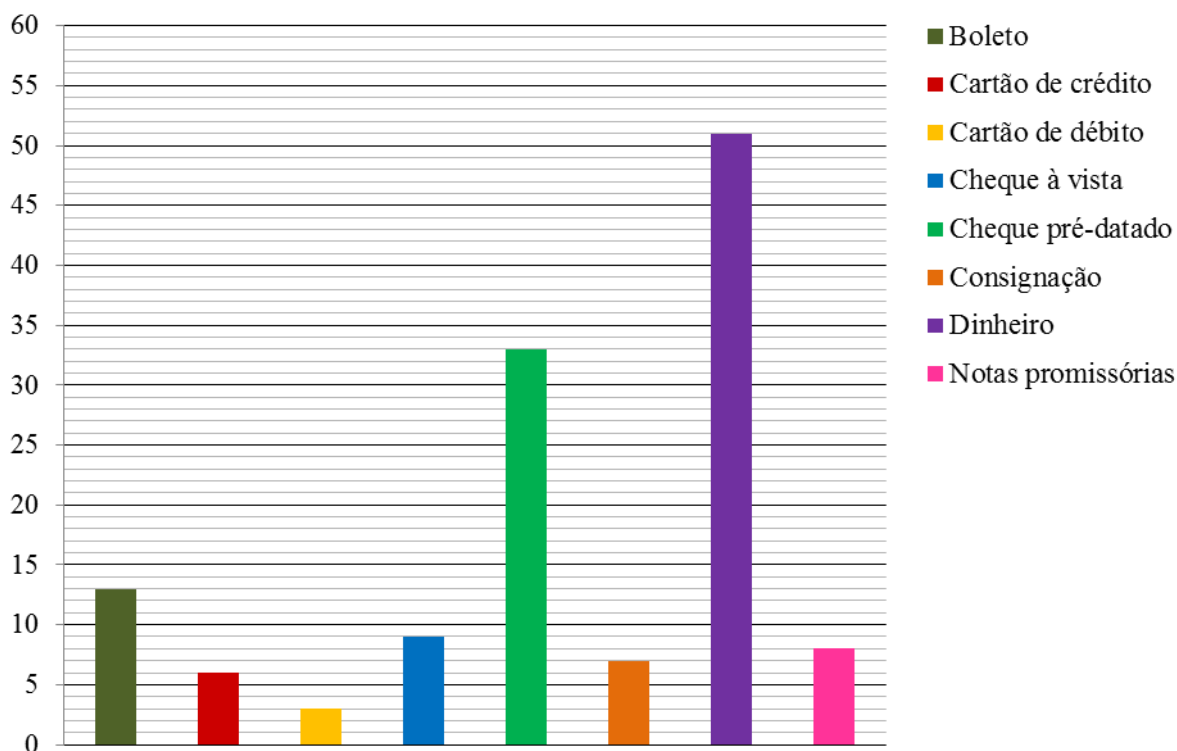
Entrementes, o circuito inferior da cidade de Maringá não limita-se à escala local, haja vista que 22 estabelecimentos vinculados a este circuito econômico adquirem suas mercadorias e insumos no Paraguai e 19 na cidade de São Paulo. Estabelece-se, assim uma relação de complementaridade e de concorrência entre os agentes dos diferentes circuitos econômicos.

A dinâmica resultante entre os atores não-hegemônicos e estabelecimentos e atores do circuito superior evidencia novas facetas das relações de complementaridade, concorrência e subordinação que se estabelecem entre os circuitos da economia na cidade hoje. Para Silveira (2011), configura-se, desta forma, um processo que acentua a dependência do circuito inferior

face ao circuito superior, pois há um controle e uma limitação da informação disponibilizada ao pequeno negócio. Neste sentido, Silveira (2010, p. 07) afirma que “[...] a negociação com os fornecedores e intermediários a respeito de quantidades e qualidades, preços e prazos, é significativamente desigual entre os agentes”. Revelam-se nesta dinâmica, as relações dialéticas estabelecidas entre os circuitos econômicos no período atual.

As formas de pagamento aos fornecedores constituem-se igualmente variadas, como dinheiro, cheque à vista, cheque pré-datado, cartão de crédito, cartão de débito, boleto, consignação e notas promissórias. As mais frequentes são, todavia, o dinheiro em espécie e o cheque pré-datado (GRÁFICO 15).

Gráfico 15: Formas de pagamentos das mercadorias e insumos adquiridos pelos estabelecimentos do circuito inferior na cidade de Maringá



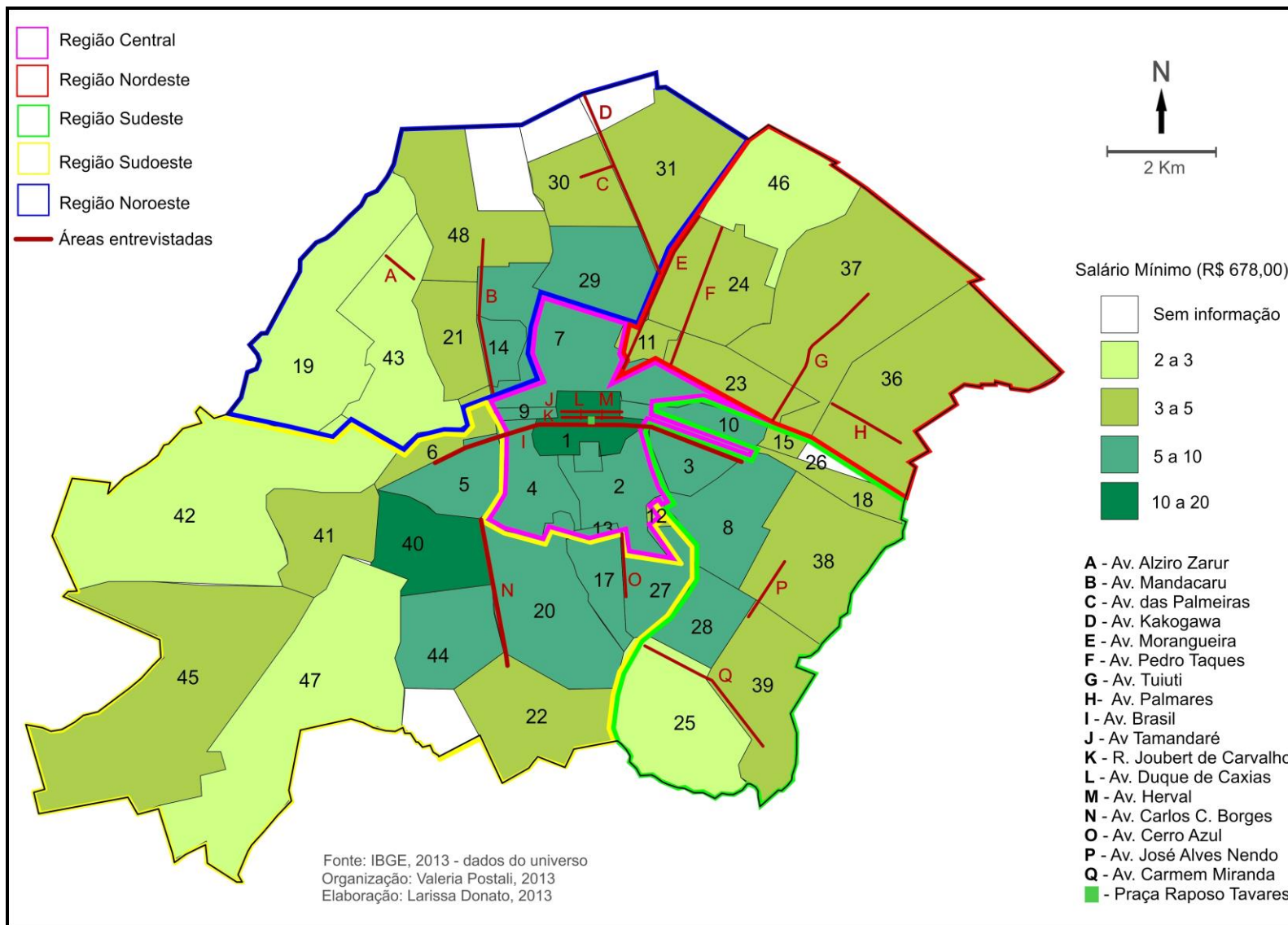
*O número total de estabelecimentos é superior ao número de entrevistados, haja vista que a maior parcela dos estabelecimentos oferece mais de uma forma de pagamento
 Pesquisa de campo realizada na cidade de Maringá nos meses de abril e maio de 2013
 Organizado pela autora

No que tange ao mercado consumidor do circuito inferior de Maringá a pesquisa revelou que este subsistema possui um amplo e expressivo alcance não somente nos bairros da cidade como também na região Norte Central do Paraná na qual insere-se o município de Maringá. Destarte, uma intensa abrangência territorial do mercado consumidor não poderia desconsiderar as atividades simples e menos capitalizadas da economia urbana.

Característica relevante apreendida no circuito inferior da cidade de Maringá refere-se à composição do mercado consumidor deste circuito, haja vista que os consumidores são oriundos de todas as classes socioeconômicas. Quanto ao perfil dos consumidores, Santos (1979) reconhece esta característica ao afirmar que os circuitos econômicos não possuem

consumidores fixos, visto que a classe média transita entre o circuito superior e o inferior, bem como aqueles consumidores de baixa renda que, de um modo ou outro, também consomem no circuito superior da economia. Cerca de 70% dos microempresários entrevistados revelou ter como clientela consumidores de todas as classes socioeconômicas ainda que tenham admitido que a maioria dos consumidores seja, aparentemente, de baixa renda.

Esta constatação pode ser interpretada pela presença do circuito inferior em todas as regiões da cidade, a despeito do poder socioeconômico dos moradores (MAPA 08).

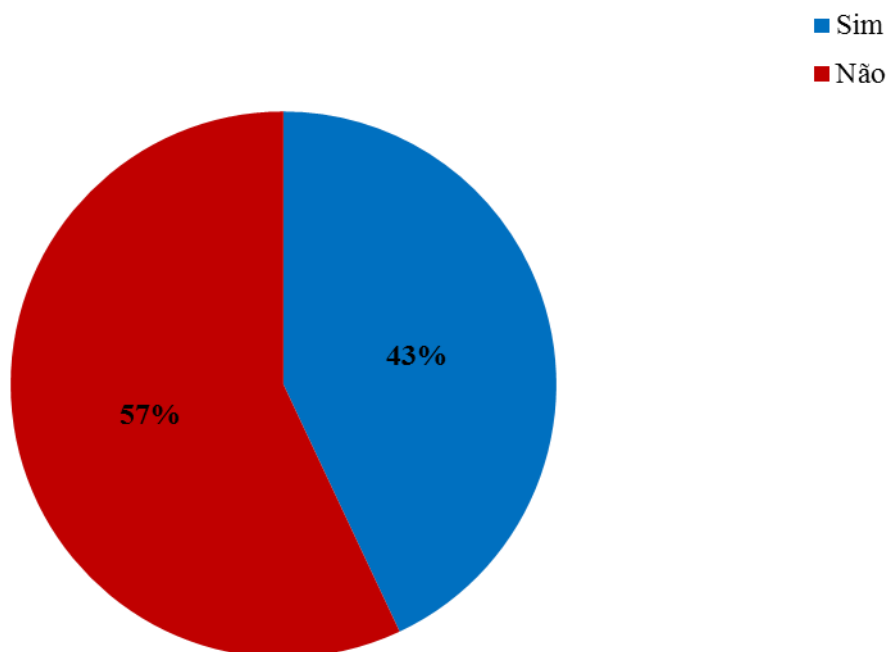


Mapa 08: Perfil socioeconômico dos moradores da cidade de Maringá conforme zoneamento urbano da Prefeitura Municipal

No que tange à questão do emprego, Maringá encontra-se classificada dentre as cidades do estado do Paraná que apresentam os maiores índices de geração de emprego, sobretudo nos setores comercial e de serviços. Malgrado a capacidade de geração de trabalho dos pequenos estabelecimentos do circuito inferior não seja inteiramente captada pelas estatísticas oficiais, o volume de geração de postos de trabalho gerados na cidade de Maringá fornece subsídios plausíveis para o entendimento do papel historicamente central desempenhado por este subsistema em relação à absorção da mão de obra da cidade.

A respeito do índice de empregabilidade da mão de obra nos estabelecimentos analisados, constatou-se que mais de 40% destes empregam trabalhadores (GRÁFICO 16). Em números absolutos, esse índice significa que 26 empresas são responsáveis pela geração de 59 postos de trabalho na cidade de Maringá (TABELA 13).

Gráfico 16: Empregabilidade de mão de obra nos estabelecimentos do circuito inferior na cidade de Maringá



Pesquisa de campo realizada na cidade de Maringá nos meses de abril e maio de 2013
Organizado pela autora

Tabela 13: Número de funcionários empregados nos estabelecimentos do circuito inferior na cidade de Maringá

Número de Funcionários Empregados	Número de Estabelecimentos
01	05
02	10
03	07
04	01
05	02
06	01
59 Empregos	26 Estabelecimentos

Pesquisa de campo realizada na cidade de Maringá nos meses de abril e maio de 2013
Organizado pela autora

Neste sentido, o circuito inferior da economia tem reafirmado seu papel de abrigo e fornecedor de ocupação e, conseqüentemente, renda para grande parcela da população urbana no período atual; apesar de não raramente estas ocupações sejam precárias e informais. Contudo, a expansão de ocupações de trabalhadores sem carteira assinada e o avanço do processo de deterioração das condições de trabalho não se restringem somente ao circuito inferior, ademais estendem-se também, em grande medida, ao circuito superior da economia.

Concernente à questão da informalidade empregatícia, verificou-se que 93% dos trabalhadores contratados pelos entrevistados encontram-se empregados formalmente, ou seja, com registro na carteira de trabalho. Ainda que os encargos financeiros sejam consideravelmente onerosos para os microempresários do circuito inferior, os entrevistados mencionaram que manter um trabalhador na informalidade pode comprometer futuramente a empresa. Embora os ganhos de um emprego formal possa ser, não raramente, inferior aos ganhos de um trabalho informal, no entendimento de Oliveira (2011, p. 236), “o aspecto positivo fica por conta de que, com o vínculo formal, esses trabalhadores mantêm contribuições para aposentadoria e acesso a direitos trabalhistas como garantias de renda em caso de acidente de trabalho, férias e décimo terceiro salário”.

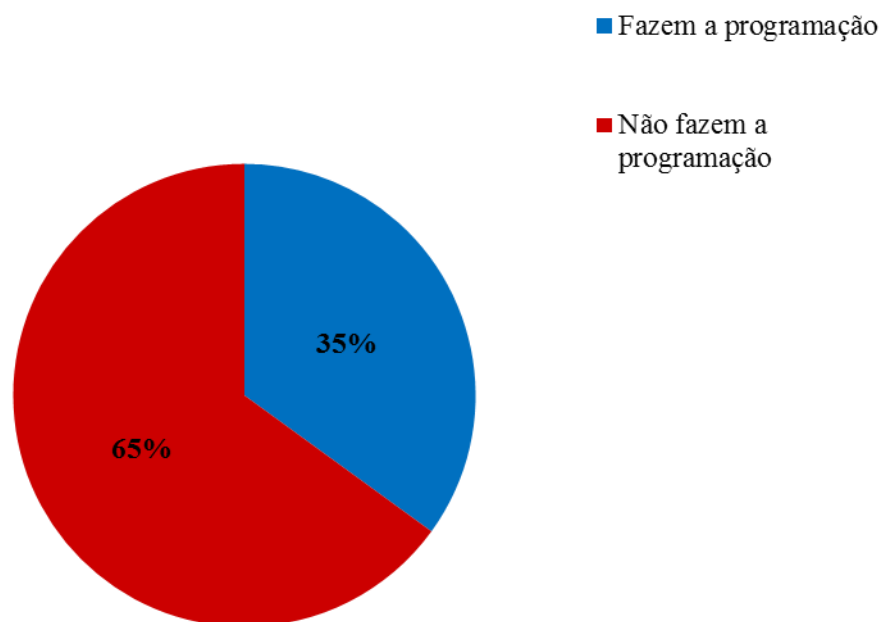


Figura 09: Atividades do circuito inferior realizadas abaixo (bar) e de frente ao local de moradia na Avenida Brasil (região sudeste)

Foto da autora

Quando questionados sobre o 13º salários do próprio empresário e de seus funcionários, inferiu-se que mais da metade dos entrevistados, ou seja, 65% (GRÁFICO 17) não realizam uma programação para pagar o benefício ao trabalhador e mesmo para usufruir de tal benefício. Dos 60 entrevistados, apenas 21 programam-se para o pagamento do 13º salário aos empregados, entretantes no que concerne ao próprio empresário somente quatro entrevistados afirmaram que têm condições de usufruir do benefício; os demais, ou seja, 56 microempresários ficam sem o 13º salário todos os anos (TABELA 14).

Gráfico 17: Programação do 13º salário pelos empresários dos estabelecimentos do circuito inferior na cidade de Maringá



Pesquisa de campo realizada na cidade de Maringá nos meses de abril e maio de 2013
Organizado pela autora

Tabela 14: Forma de programação do 13º salário pelos atores do circuito inferior na cidade de Maringá

Forma de Programação	Número de Estabelecimentos
No decorrer do ano	04
Nos últimos seis meses do ano	11
Nos últimos três meses do ano	06
Total	21

Pesquisa de campo realizada na cidade de Maringá nos meses de abril e maio de 2013
Organizado pela autora

Embora a presença de agências de créditos e financiamentos revele-se marcante no território urbano no período atual, um número consideravelmente reduzido de estabelecimentos do circuito inferior utiliza-se deste tipo de crédito em suas atividades em detrimento das altíssimas taxas de juros cobradas pelas agências, taxas estas que variam entre 50% e 160% ao ano. Não obstante, o acesso ao crédito realiza-se de diversas maneiras no circuito inferior, seja através do crédito bancário ou não-bancário – agências de crédito pessoal – ou por meio de agiotas não-institucionais ou de redes de solidariedade, como família, amigos, entre outros.

Conquanto a grande maioria dos empresários do circuito inferior de Maringá trabalhe com agências bancárias, a utilização de linhas de crédito públicas é praticamente nula. O recurso ao empréstimo bancário constitui-se deveras restrito entre as micro e pequenas empresas nacionais. Os principais motivos alegados pelas agências bancárias para recusar empréstimos às micro e pequenas empresas resumem-se à falta de garantias reais, à ocorrência de registros no Serasa e à insuficiência de documentos. No entanto, verificou-se que 48% dos empresários dos estabelecimentos pesquisados utilizariam empréstimo bancário se este fosse menos burocrático e com taxas de juros mais acessíveis.

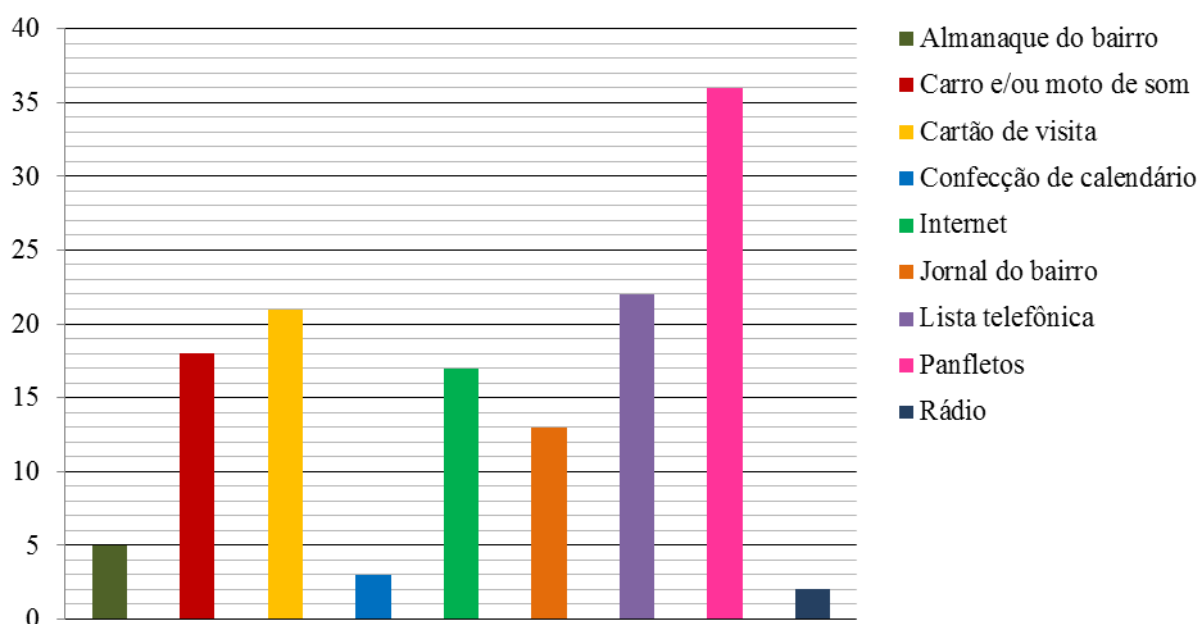
Contatou-se que as principais finalidades destes empréstimos seriam para a aquisição de mercadorias, insumos, máquinas e equipamentos e a realização de reformas no estabelecimento. Entrementes, quando raramente obtém-se lucro este é destinado para investimentos na atividade e para o consumo familiar.

Outro fenômeno especialmente revelador das dinâmicas do circuito inferior no período atual refere-se aos gastos com a publicidade dos estabelecimentos imbricados neste subsistema econômico. A publicidade tem permeado progressivamente o circuito inferior, ainda que sob formas modestas como cartões de visita, panfletos, pequenos anúncios na lista telefônica ou em almanaques de bairros, páginas na *internet*, dentre outros.

Neste sentido, depreendeu-se que atualmente 70% dos atores do circuito inferior da cidade de Maringá realiza algum tipo de publicidade. Embora a troca de informação pessoal, ou seja, o chamado “boca a boca”, não tenha sido elencado como forma de publicidade, este tipo de divulgação foi constantemente mencionado na ocasião das entrevistas, tendo em vista que os atores do circuito inferior que não dispõem de recursos financeiros para a publicidade utilizam-no como único recurso publicitário. Entrementes, mesmo os atores que realizam outras formas de publicidade mencionaram que o “boca a boca” constitui-se em um meio de divulgação deveras eficaz sendo ainda adotado pelos mesmos.

Dentre as formas de publicidade realizadas pelos atores do circuito inferior da cidade de Maringá, obteve-se que 60%, ou seja, 36 empresários não-hegemônicos realizam a divulgação da atividade através da panfletagem, haja vista que esta representa um meio de divulgação de baixo custo. Sequencialmente, encontram-se 22 empresários que realizam a propaganda através da lista telefônica; 21 que utilizam-se de cartões de visita; 18 que contratam carro e/ou moto de som; 17 através de páginas da *internet*; 13 por meio do jornal do bairro; cinco no almanaque do bairro; três através da confecção de calendários e dois por meio de rádios locais (GRÁFICO 18).

Gráfico 18: Formas de publicidade realizada pelos atores dos estabelecimentos do circuito inferior na cidade de Maringá



*O número total de estabelecimentos é superior ao número de entrevistados, haja vista que alguns empresários realizam mais de uma forma de publicidade

Pesquisa de campo realizada na cidade de Maringá nos meses de abril e maio de 2013

Organizado pela autora

Ainda que a produção das formas de publicidade adotadas pelo circuito inferior possa ser realizada por pequenas empresas imbricadas neste circuito, este tipo de atividade tende a aproximar-se das dinâmicas que perpassam o circuito superior marginal no período atual. Cria-se assim, uma relação de complementaridade entre o circuito inferior e o circuito superior marginal, uma vez que, como coloca Silveira (2004, p. 41),

o circuito superior marginal pode se aproveitar da demanda que é própria do circuito inferior, e essa particularidade tende a ganhar importância com o crescimento das cidades, pois estas, ao crescer, não acumulam apenas riqueza, mas também e, sobretudo, acumulam pobreza (SILVEIRA, 2004, p. 41).

Conquanto não constituísse o cerne deste trabalho, seis vendedores ambulantes foram entrevistados com o intuito de elucidar questionamentos pontuais relacionados ao comércio ambulante na cidade de Maringá.

Dos seis vendedores ambulantes entrevistados, três não residem na cidade de Maringá, sendo que dois são residentes da cidade de Sarandi e outro da área rural de Marialva. Dos seis entrevistados, quatro revelaram que realizam o comércio ambulante na cidade de Maringá somente aos finais de semana em razão da ausência dos agentes fiscalizadores, bem como da escassez de estabelecimentos comerciais em funcionamento, condição esta que favorece o comércio ambulante, já que os vendedores localizam-se sempre nas mesmas localidades. Estes trabalhadores informaram ainda que durante os demais dias da semana trabalham como vendedor ambulante às margens de rodovias (um entrevistado), feirantes (dois entrevistados) e como fornecedor de frutas em supermercados e sacolões (um entrevistado).

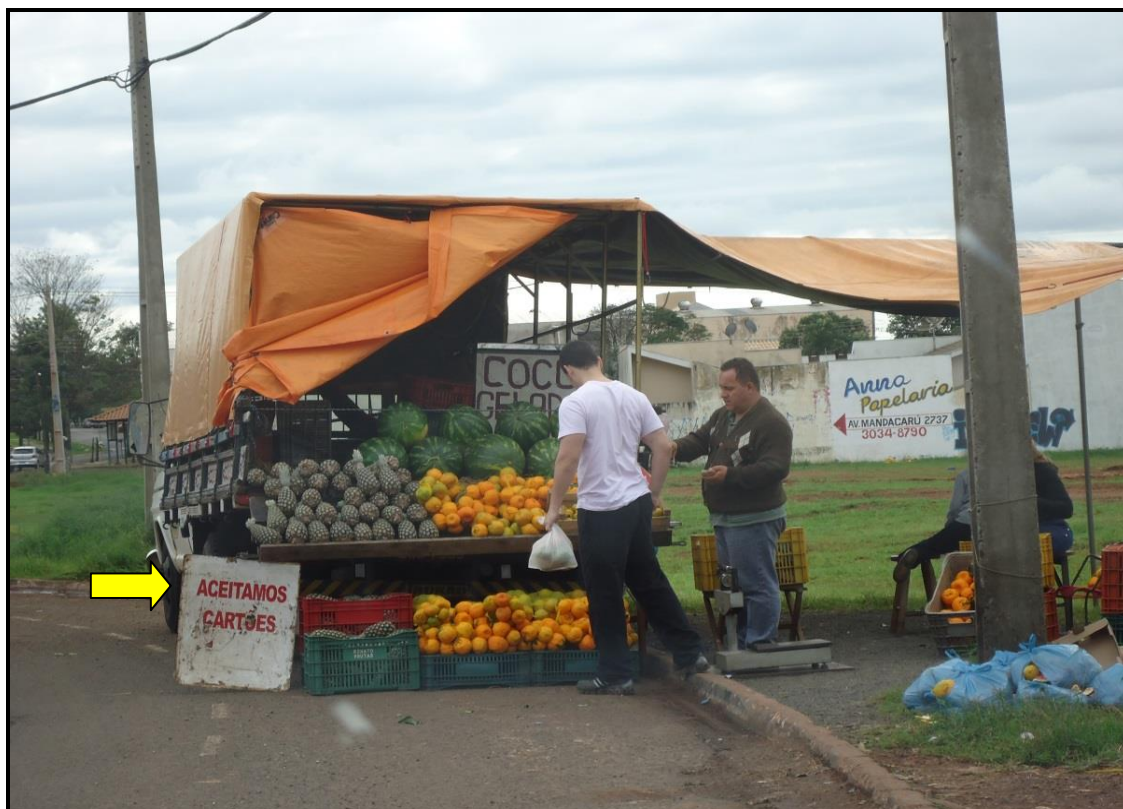


Figura 10: Vendedor ambulante de frutas localizado na rotatória da Avenida Mandacaru (região noroeste)
Foto da autora

Situação que despertou a atenção em relação ao comércio ambulante convergiu no fato de que um dos trabalhadores disponibiliza máquina de crédito e débito para os consumidores, reafirmando a análise a respeito da adoção de tecnologias pelos atores não-hegemônicos.

Apoiando-se na imensa gama de atividades realizadas no bojo do circuito inferior da cidade de Maringá é possível comprovar a relevância deste circuito econômico no período atual no que tange ao seu papel como provedor de ocupação e renda no período atual. “Não obstante, reafirma-se, ao mesmo passo, seu papel de perpetuador da pobreza diante da crescente limitação do Estado em prover empregos e satisfazer às necessidades mínimas de grande parte da população brasileira” (MONTENEGRO, 2006, p. 163).

3.5 Os Trabalhadores do Circuito Inferior de Maringá: Analisando os Atores Não-Hegemônicos que Dinamizam a Economia Urbana

O processo de expansão geográfica da modernização do modo de produção capitalista com todas as suas formas aliadas à inserção dos grandes capitais externos, relaciona-se diretamente com a produção e ampliação da pobreza no espaço urbano, desenvolvendo e subordinando o circuito da sobrevivência (SANTOS, 1979); circuito este que expande-se na mesma proporção, desvendando as contradições inerentes do período contemporâneo.

Apoiando-se nas considerações realizadas por Santos (1998), Castells (2000) e Sposito (1999), é possível inferir a cidade como um espaço onde as contradições são (re) produzidas com maior fluidez, interferindo de modo mais intenso e complexo nas divisões social e territorial do trabalho. Neste ínterim, manifestam-se inúmeras formas de utilização do solo urbano em um mesmo espaço, apresentando-se sob as formas de concentração comercial, prestação de serviços, industrial, residencial, dentre outras, formas estas complementares ou concorrentes. Portanto, é possível compreender a cidade como uma contradição concreta, revelando-se como o lugar das diferenças.

Nesta perspectiva, quanto mais complexa for a atuação dos atores sociais que segue as dinâmicas da reprodução capitalista, mais complexa será a dinâmica que produz os arranjos espaciais que possibilitem outras lógicas, neste caso, a da sobrevivência na cidade (SILVA, 2013).

Refletindo sobre a questão da sobrevivência na cidade, Silveira (2004, p. 66) assevera que

a cidade é produtora, ao mesmo tempo, de riqueza e pobreza, de abundância e de escassez. [...] a maior parcela da sociedade busca formas de não ser excluída desse consumo e, ao abrigo desse processo, certa produção não hegemônica se fortalece. Um circuito inferior e um circuito superior marginal remanescentes da economia urbana ganham, nos dias de hoje, um maior desenvolvimento.

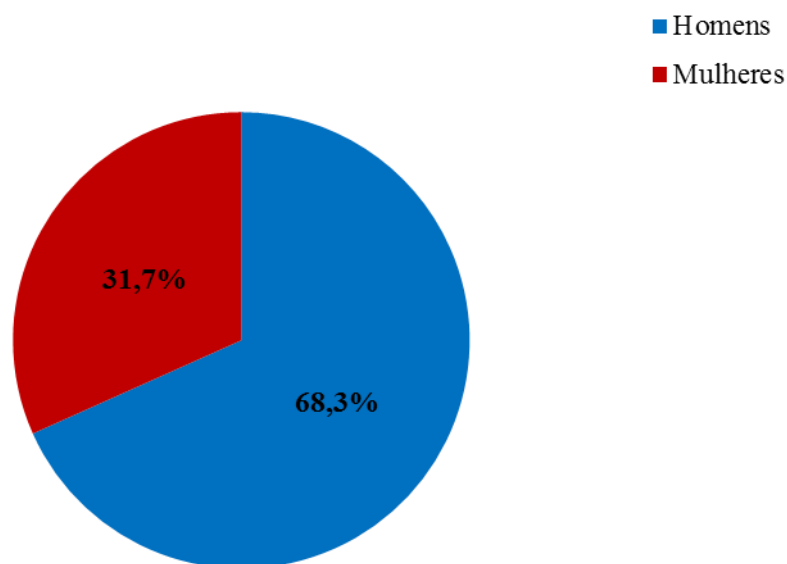
É possível compreender o contexto da cidade de Maringá sob o mesmo prisma, tendo em vista que esta apresenta-se como um espaço que desde o momento de sua articulação à economia capitalista suscita discursos que conduzem à ideia de progresso, apresentando uma penetração considerável dos grandes capitais, porém no bojo deste processo revela-se uma relação inversamente proporcional, ou seja, a geração de um grupo de pessoas com um grau

de inclusão precário a esta ascensão econômica, mas que dinamizam meios de sobrevivência no espaço urbano (SILVA, 2013). No discernimento de Arroyo (2008, p. 06), “os homens e mulheres que compõem o circuito inferior da economia urbana não detêm o poder, mas possuem uma enorme força, pelo seu número, pela sua criatividade e pela sua simplicidade”.

Fundamentando-se nesta assertiva, analisou-se os atores não-hegemônicos imbricados ao circuito inferior que a despeito de seu poder socioeconômico desempenham relevante papel na economia urbana de Maringá.

No que tange ao gênero, constatou-se que mais da metade dos atores do circuito inferior da cidade de Maringá é composta pelo sexo masculino, ou seja, dos 60 entrevistados 41 são do gênero masculino e 19 do feminino (GRÁFICO 19).

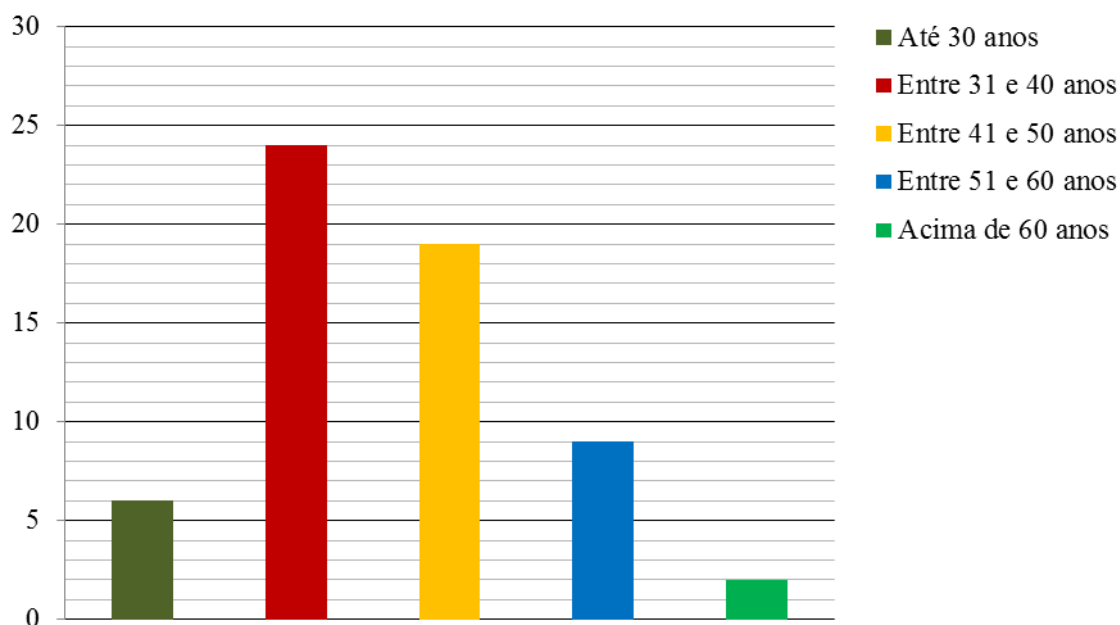
Gráfico 19: Gênero dos atores do circuito inferior na cidade de Maringá



Pesquisa de campo realizada na cidade de Maringá nos meses de abril e maio de 2013
Organizado pela autora

Metade dos trabalhadores do circuito inferior é composta por pessoas consideravelmente jovens, ou seja, até os 40 anos de idade; entretanto o número de trabalhadores inseridos na faixa etária entre 41 e 50 anos de idade possui considerável representatividade entre os atores do circuito inferior de Maringá, ou seja, mais de 30% (GRÁFICO 20).

Gráfico 20: Faixa etária dos atores do circuito inferior na cidade de Maringá



Pesquisa de campo realizada na cidade de Maringá nos meses de abril e maio de 2013
Organizado pela autora

Outra peculiaridade do circuito inferior de Maringá reside no fato de que dissemelhantemente da realidade da grande maioria das cidades brasileiras na qual a profusão deste subsistema econômico é manifesta na região central, enquanto a grande concentração

populacional que compõe o mesmo reside nas periferias, na cidade de Maringá parcela considerável dos trabalhadores do circuito inferior reside nas proximidades do local de trabalho, tendo a possibilidade de redução de custos do deslocamento diário. Entretanto, foram identificados microempresários de outras cidades – Sarandi e Paiçandu –, bem como aqueles que trabalham em uma região e residem distantes do estabelecimento de trabalho.

Nestes casos, pode-se conceber o peso dos custos de transporte para estes trabalhadores, bem como o tempo dispendido nos deslocamentos diários. Não obstante, a organização do transporte coletivo intra e interurbano de Maringá apresenta-se consideravelmente precário e ineficaz. Para Harvey (1982), o aprisionamento geográfico em termos de habitação e a dificuldade de acessibilidade ao trabalho constituem, assim, problemas que persistem ainda hoje no cotidiano dos grupos mais pobres da população.

As razões que motivaram os trabalhadores do circuito inferior a optarem pela atividade atual variam bastante (TABELA 15), entretanto a ênfase maior, ou seja, 31,7% correspondem ao anseio de ascensão do papel empregado ao de proprietário. Sequencialmente encontram-se 16,7% dos trabalhadores que visualizaram que a atual atividade estava em ascensão no mercado de trabalho, vislumbrando com isso como uma oportunidade em auferir maior renda; 13,2% relataram que estavam insatisfeitos com a ocupação anterior e que aderiram à oportunidade de trocar de ramo quando esta foi possível; 11,7 consideraram a satisfação pessoal em atuar na atividade como a opção pela mesma; 10% optaram pela atividade por possuírem familiares próximos que atuavam no ramo; 6,7% dos trabalhadores ficaram desempregados e não obtendo condições de inserir-se novamente no mercado de trabalho tiveram que criar uma forma de sobreviver na cidade; os trabalhadores que encontravam-se insatisfeitos com a remuneração da ocupação anterior e aqueles que haviam realizado curso na área correspondem igualmente a 5% do total.

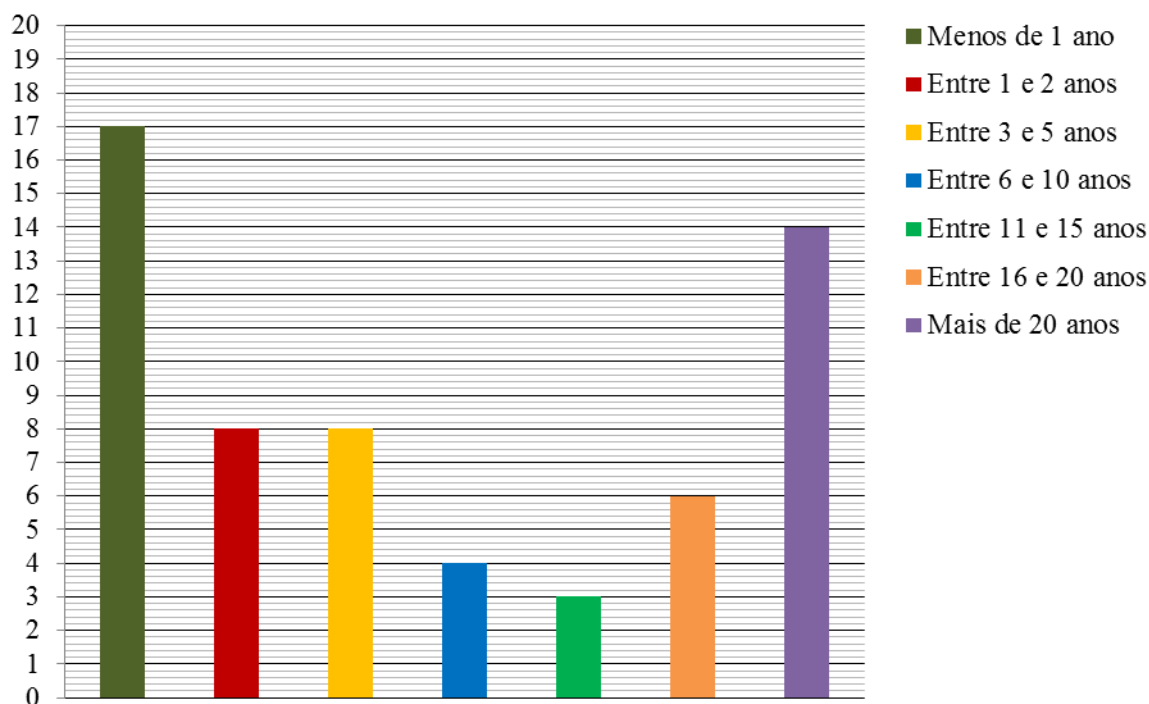
Tabela 15: Motivos da opção pela atividade atual dos atores do circuito inferior da cidade de Maringá

Motivos	Número de Entrevistados
Família atuava no ramo	06
Ficou desempregado (a)	04
Mercado de trabalho atrativo	10
Profissão anterior não era rentável	03
Satisfação em atuar no ramo	07
Ser dono do próprio negócio	19
Surgiu oportunidade	08
Tinha curso na área	03
Total	60

Pesquisa de campo realizada na cidade de Maringá nos meses de abril e maio de 2013
Organizado pela autora

Concernente à questão do tempo de atuação na atual atividade desenvolvida pelos atores não-hegemônicos na cidade de Maringá, depreendeu-se que esta manifesta-se sob dois extremos (GRÁFICO 21), isto é, os microempresários que atuam há menos de um ano na atividade atual encenam 28,3% do total de entrevistados, sendo que na outra extremidade na qual encontram-se aqueles que trabalham há mais de 20 anos no ramo representam 23,3%. Neste sentido, pode-se compreender que os empresários que conseguem sobreviver às vicissitudes do mercado de trabalho brasileiro tende a permanecer no mesmo ramo ao longo de sua trajetória laboral, entretantes o outro extremo revela as altas taxas de mortalidade das micro e pequenas empresas comerciais e de serviços na cidade e igualmente no país.

Gráfico 21: Tempo de atuação dos atores do circuito inferior na atividade atual



Pesquisa de campo realizada na cidade de Maringá nos meses de abril e maio de 2013
Organizado pela autora

Tal análise corrobora os dados publicados pelo IBGE (2011), na qual de cada cem empresas abertas no Brasil 48 encerraram suas atividades nos três primeiros anos. Segundo a pesquisa, “de um total de 464.700 empresas que iniciaram suas atividades em 2007, 76,1% continuavam no mercado em 2008, 61,3% sobreviveram até 2009 e apenas 51,8% ainda estavam abertas em 2010, ou seja, quase a metade (48,2%) fechou as portas” (IBGE, 2011, sem paginação).

O Sebrae (2004) elencou as principais causas arroladas aos altos índices de mortalidade precoce das micro e pequenas empresas brasileiras:

1. Carência de capital de giro;
2. Problemas financeiros;
3. Inadimplência dos pagadores;

4. Ausência de crédito bancário;
5. Recessão econômica do país;
6. Localização inadequada do estabelecimento e, conseqüentemente a escassez de clientes;
7. Falta de conhecimentos gerenciais;
8. Problemas com a fiscalização;
9. Carência de mão de obra qualificada;
10. Instalações inadequadas;
11. Elevada carga tributária.

Todavia, Silveira (2004, p. 66) discorre que “graças aos custos de produção mais baixos pela ampla oferta e proximidade de insumos, mão-de-obra (*sic*) e clientes, surge um considerável número de pequenas empresas e, desse modo, mesmo que a mortalidade das firmas possa ser alta, a demanda constante possibilita que outras possam nascer”.

Pochmann (2010) adverte que desde os anos de 1980 vem ocorrendo um processo de descentralização do capital e de multiplicação expressiva de micro e pequenas empresas que ocupam, em sua grande maioria, parentes e trabalhadores não remunerados ou com baixa remuneração. Pautando-se nesta asseveração e nos dados obtidos nas pesquisas em campo, acredita-se que grande parte destas pequenas empresas encontra-se imbricada ao circuito inferior da economia urbana.



Figura 11: Concentração de estabelecimentos do circuito inferior na Avenida Brasil (região sudoeste)
Foto da autora

No que tange à questão da presença destas empresas no mercado de trabalho, o Sebrae (2004, p. 05) elucida que

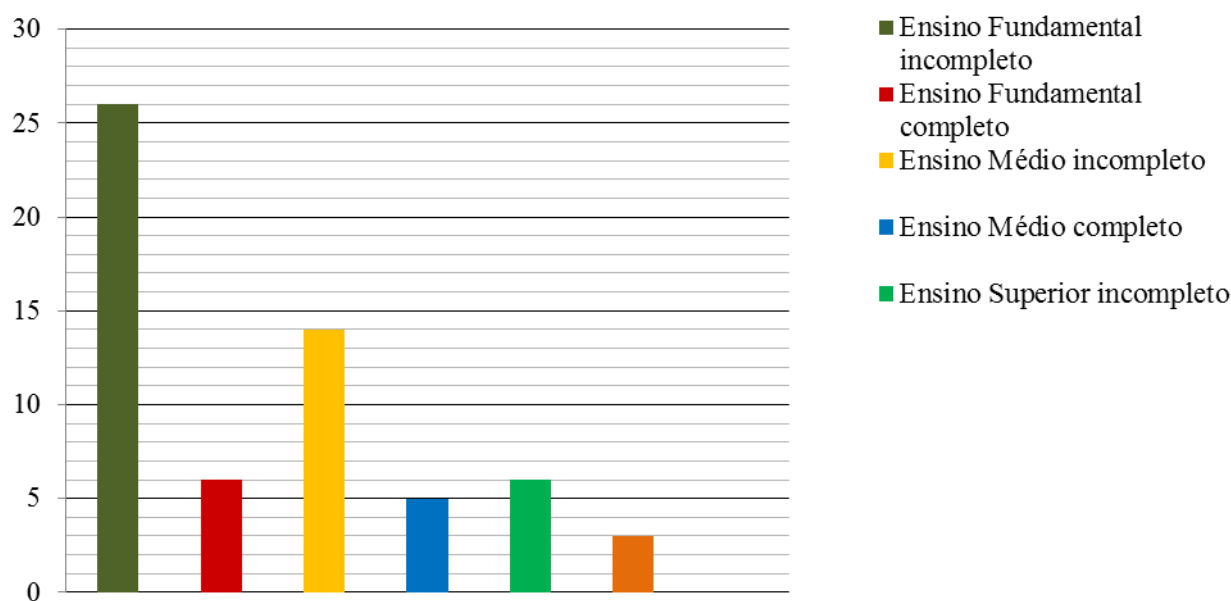
as MPE [referindo-se às micro e pequenas empresas] têm importante papel na estabilidade e mobilidade social, atuando como um ‘colchão’ entre as tecnologias e estratégias de terceirização adotadas pelas grandes empresas e a necessidade dos cidadãos buscarem no trabalho sua ocupação, renda, cidadania e autoestima (SEBRAE, 2004, p. 05).

A relevância socioeconômica das micro e pequenas empresas no cenário urbano brasileiro evidencia-se ainda através do montante dos altos índices de empregabilidade das mesmas. Segundo o Sebrae (2012, p. 30),

os pequenos negócios – aqueles que faturam no máximo até R\$ 3,6 milhões por ano – foram responsáveis pela geração de sete milhões de novos empregos com carteira assinada desde o ano 2000 até 2011. Assim, consolidam-se como os principais empregadores da economia formal: são 15,6 milhões de postos de trabalho, o que significa que 52% da mão de obra empregada no país estão nas micro e pequenas empresas. O crescimento foi de 81% no período (SEBRAE, 2012, p. 30).

A falta de escolaridade ou escolaridade insuficiente revelou-se como outra característica marcante entre os micros e pequenos empresários do circuito inferior da cidade de Maringá no período atual, haja vista que 43% dos trabalhadores não concluíram o Ensino Fundamental e 23% não concluíram o Ensino Médio (GRÁFICO 22).

Gráfico 22: Grau de escolaridade dos atores do circuito inferior na cidade de Maringá



Pesquisa de campo realizada na cidade de Maringá nos meses de abril e maio de 2013

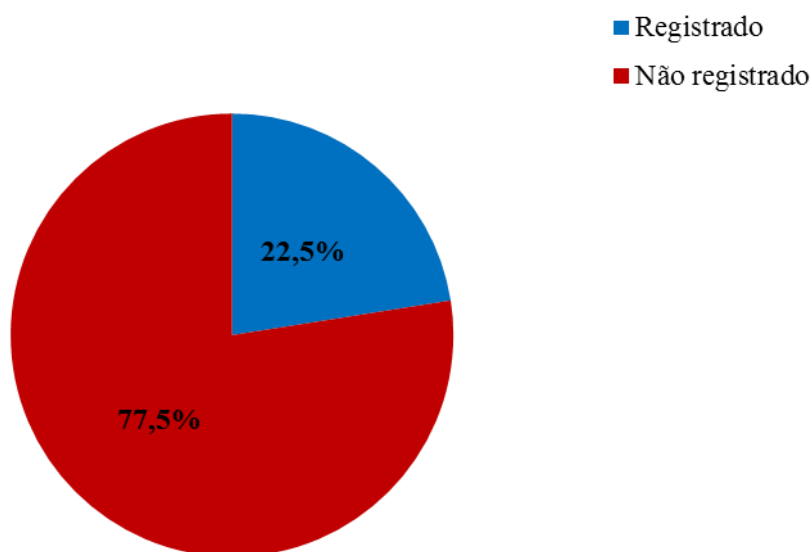
Organizado pela autora

Pode-se inferir que tal condição constituiu-se de veras relevante em relação aos motivos determinantes do desígnio da realização de uma atividade por conta própria no circuito inferior mediante o fato de que quando somados os trabalhadores referentes às variáveis de opção pela atividade como desemprego, ocupação mais rentável, realização de curso na área, mercado de trabalho em ascensão e oportunidade, estes correspondem à 46,6% do total.

Para Almeida (2000), o dinamismo econômico das grandes cidades permite a conformação de um leque de opções de atividades pouco exigentes em relação ao grau de escolaridade e especialização; esta condição explica, em partes, a atratividade que as atividades do circuito inferior exercem sobre milhares de pessoas que buscam neste subsistema econômico uma garantia de sobrevivência.

O trabalho familiar, característica típica do circuito inferior, representa 52,5% da mão de obra empregada nos estabelecimentos do circuito inferior de Maringá, entretanto destes 31 trabalhadores com vínculo familiar com o empregador, somente sete possuem registro na carteira de trabalho (GRÁFICO 23).

Gráfico 23: Familiares empregados nos estabelecimentos do circuito inferior de Maringá com registro na carteira de trabalho



Pesquisa de campo realizada na cidade de Maringá nos meses de abril e maio de 2013
Organizado pela autora

No entendimento de Santos (2000), o avanço da flexibilização, de modo geral, pode ser traduzido como forma de renúncia do poder público no sentido de estabelecer um “freio moral” para as empresas, as quais passam a ter menor responsabilidade social.

Conforma-se assim um cenário – muitas vezes legitimado juridicamente – de reorganização do uso do trabalho que permite a expansão de formas alternativas ao contrato de trabalho assalariado registrado tais como a terceirização, o trabalho autônomo, o trabalho temporário e as cooperativas; além da multiplicação das relações de emprego precárias e à margem da legislação. Essas novas formas de relações de trabalho provocam ainda a redução da cobertura do Sistema Público de Proteção Social, levando os trabalhadores a construírem formas alternativas de proteção (SILVEIRA, 2006, p. 26).

Para Silveira (2003), nas empresas do circuito inferior há reduzida ou nenhuma separação entre o trabalho e a propriedade dos meios de produção, isto é, o proprietário atua diretamente na produção com o auxílio frequente de familiares. A autora completa que o

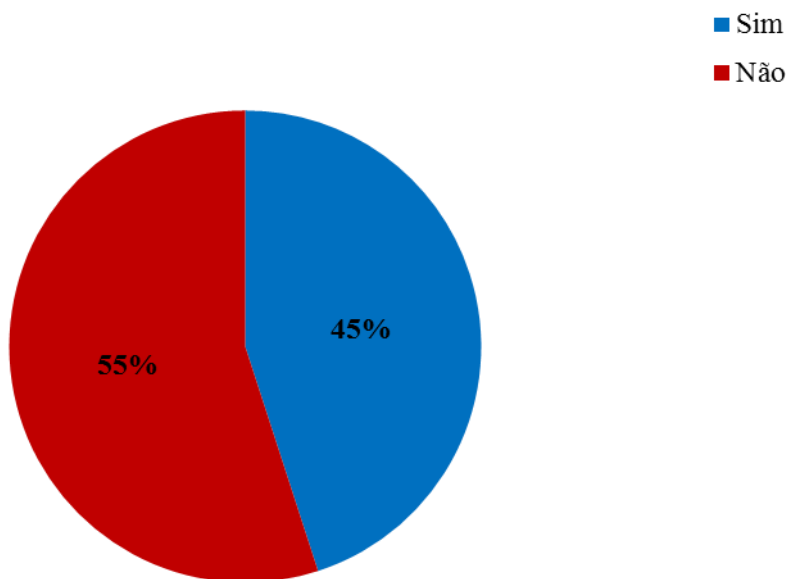
trabalho assalariado não constitui a base de funcionamento da empresa, haja vista que o principal objetivo vincula-se à geração de renda e emprego.

Por outro lado, as práticas de solidariedade estão frequentemente manifestas entre os atores do circuito inferior, sejam estes empregados ou empregadores. À guisa de exemplos, a disponibilização de uma parte do imóvel para a realização de outra atividade, ainda que este seja extremamente pequeno; o auxílio nas atividades da empresa em determinados períodos do dia ou do ano, dentre outros.

Embora a racionalidade econômica capitalista suponha como racional o comportamento econômico do empresário que busca um uso ótimo de seus meios para a obtenção de um máximo rendimento; em certos casos, a racionalidade da solidariedade com aqueles que estão em situação de escassez pode prevalecer, evidenciando como a lógica inerente ao circuito inferior é, finalmente, a da sobrevivência (MONTENEGRO, 2011, p. 66).

No que concerne a um dos direitos elementares de todo trabalhador, isto é, as férias, obteve-se que menos da metade dos atores do circuito inferior da cidade de Maringá tem condições de usufruir a mesma (GRÁFICO 24). Todavia, o período máximo de férias desfrutado por este percentual não extrapola a dez dias do ano. Os principais motivos elencados para o não usufruto da mesma incidem na falta de recursos financeiros para a realização de uma viagem e no fato do proprietário não ter um substituto durante seu período de ausência.

Gráfico 24: Empresários do circuito inferior de Maringá que usufruem de férias



Pesquisa de campo realizada na cidade de Maringá nos meses de abril e maio de 2013
Organizado pela autora

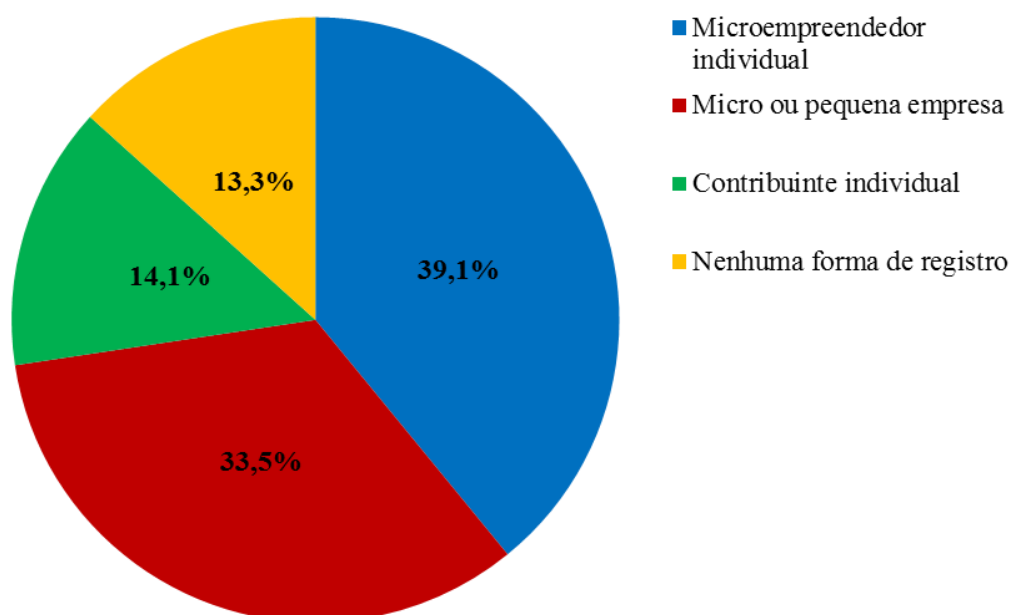
A intensiva jornada de trabalho na qual sujeitam-se os atores não-hegemônicos vai de encontro com o pensamento de Silveira (2004, p. 68), na qual

[...] é o trabalho intensivo (sem horários, sem benefícios, sem pausas pré-estabelecidas) o que define o circuito inferior e atualmente, mais do que nunca, também o circuito superior marginal, em contraposição à escassez de capital, e não o cumprimento – descumprimento de um sistema normativo em vigência. Vão-se os empregos, fica o trabalho (SILVEIRA, 2004, p. 68).

Embora a informalidade laboral constitua-se em um dos principais atributos do circuito inferior da economia, a cidade de Maringá revelou notável especificidade neste sentido mediante a elevada porcentagem de atores não-hegemônicos que encontram-se em conformidade com a legislação trabalhista, ou seja, 86,7% dos entrevistados. No que concerne aos empresários que não possuem nenhuma forma de registro da atividade, este percentual revelou-se consideravelmente ínfimo, isto é, somente 13,3% do total de entrevistados; os

trabalhadores que possuem registro na carteira de trabalho como contribuintes individuais⁷⁷ representam 14,1%; os entrevistados cadastrados como micro e pequenos empresários somam 33,5% e os microempreendedores individuais totalizam 39,1% (GRÁFICO 25).

Gráfico 25: Formas de registros dos empresários do circuito inferior de Maringá



Pesquisa de campo realizada na cidade de Maringá nos meses de abril e maio de 2013
Organizado pela autora

⁷⁷ Segundo o DataPrev (2013), os segurados anteriormente denominados empresário, trabalhador autônomo e equiparado a trabalhador autônomo, a partir de 29 de novembro de 1999 com a Lei 9.876, foram considerados uma única categoria e passaram a ser chamados de **contribuinte individual**. Sucintamente, consideram-se contribuintes individuais, entre outros, o titular de firma individual de natureza urbana ou rural; pintores, eletricitas, bombeiros hidráulicos, encanadores e outros que prestam serviços em âmbito residencial, de forma não contínua, sem vínculo empregatício; cabeleireiro, manicure, esteticista e profissionais congêneres, quando exercerem suas atividades em salão de beleza, por conta própria; o comerciante ambulante; o vendedor sem vínculo empregatício de bilhetes ou cartelas de loterias, de livros, de produtos de beleza, etc. (DATAPREV, 2013).

A distinção entre as categorias micro e pequeno empresário e microempreendedor individual fundamentam-se no valor anual de arrecadação da empresa e no número de empregados. Segundo o critério adotado pelo Sebrae (2004), são consideradas micro e pequenas empresas aquelas que possuem entre 0 e 99 empregados na indústria, entre 0 e 49 empregados no comércio e entre 0 e 49 empregados na prestação de serviços. As microempresas são as que possuem um faturamento anual de, no máximo, R\$ 240 mil por ano. As pequenas devem faturar entre R\$ 240.000,01 e R\$ 2,4 milhões anualmente para ser enquadradas. Quanto ao microempreendedor individual, o Sebrae (2004) considera este como o profissional que trabalha por conta própria e tem faturamento anual máximo de R\$ 60 mil, sendo que a empresa pode ter no máximo um único funcionário. O empreendedor individual é enquadrado no Simples Nacional e está isento de uma série de tributos, como PIS – Programa de Integração Social –, Cofins – Contribuição para Financiamento da Seguridade Social –, CSLL – Contribuição Social sobre o Lucro Líquido –, IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados – e Imposto de Renda.

No entendimento de Pochmann (2005), os altos índices no número de cadastros através do microempreendedorismo individual representa uma forma do trabalhador oficializar sua atividade, isto é, abandonar a informalidade laboral e obter um CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – de forma mais simples, rápida e gratuita.

A necessidade de complementação da renda mensal somada à avidez em saciar um consumismo cada vez mais exacerbado na sociedade contemporânea (BAUMAN, 2008) conduz muitos trabalhadores a desenvolverem mais de uma atividade econômica. Esta condição foi constatada entre os microempresários do circuito inferior da cidade de Maringá mediante o fato de que 20% destes exercerem outra atividade econômica ou administrarem outra microempresa (TABELA 16). Entrementes, esta duplicidade laboral não proporciona somente benefícios, haja vista a sobrecarga física e mental ao qual o trabalhador submete-se.

Tabela 16: Microempresários do circuito inferior da cidade de Maringá que exercem outra atividade econômica

Estabelecimento Entrevistado	Outra Atividade Econômica Desenvolvida
Banca de jornais e revistas	Lanchonete
Banho e tosa	Professor da Rede Pública
Borracharia	Bicicletaria
Cabeleireiro	Vendedora de roupas femininas
Compra e venda de ouro	Armarinhos
Jogos de azar	Assentador de pisos e azulejos
Lavagem de veículos	Lanchonete
Loja de confecções	Videolocadora
Moto táxi	Floricultura
Móveis usados	Loja de confecções
Móveis usados	Brechó
Videolocadora e <i>lan house</i>	Loja de confecções
Total	12

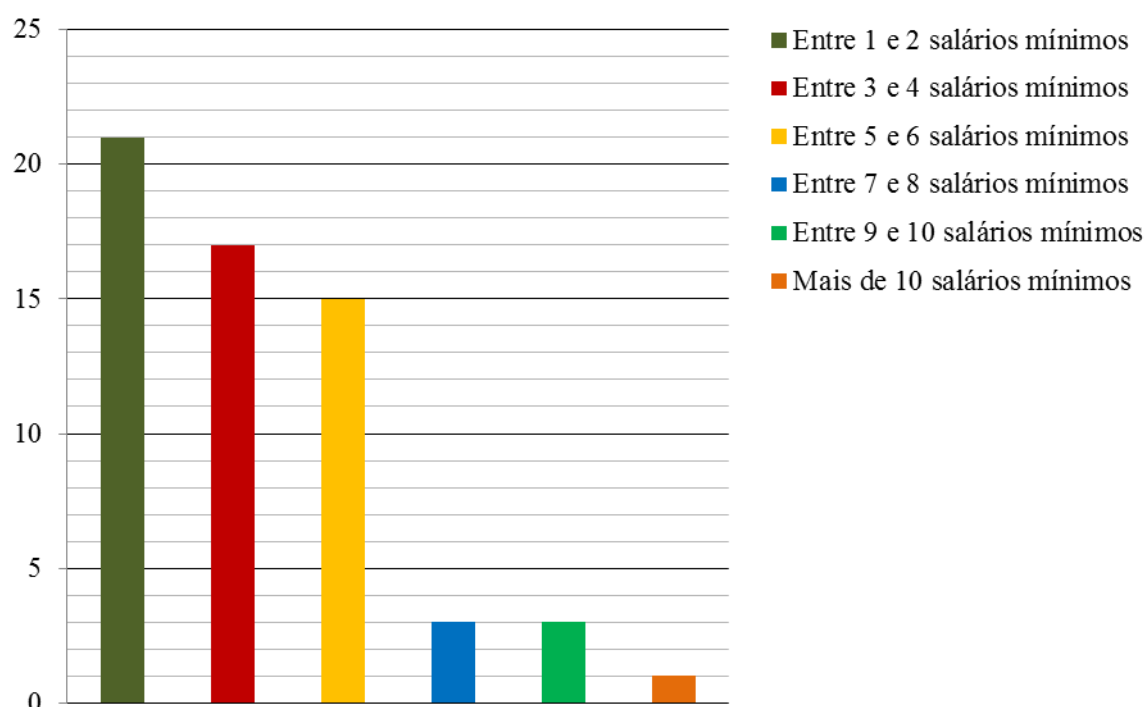
Pesquisa de campo realizada na cidade de Maringá nos meses de abril e maio de 2013
Organizado pela autora

De acordo com Zaluar (1985), a despeito da simultaneidade de ocupações exercidas pelos trabalhadores pobres estes dificilmente obterão uma ascensão financeira. Identificou-se, assim, outra possibilidade de diversificação das atividades em relação não somente ao meio construído, mas igualmente aos próprios atores não-hegemônicos. Esta condição explicita como, entre os pobres, “[...] o quadro ocupacional não é fixo: cada ator é muito móvel, podendo sem trauma exercer atividades diversas ao sabor da conjuntura” (SANTOS, 2006, p. 220). Introdz-se novamente na discussão do que Santos (2006) denominou de flexibilidade tropical.

No que tange à questão da renda média mensal líquida dos atores não-hegemônicos da cidade de Maringá, ratificou-se mais uma vez as análises de Santos (1979) concernentes à pobreza urbana e ao circuito inferior da economia, na qual o autor assevera que ambos constituem-se sinônimos. A pesquisa apontou que a maior parcela dos trabalhadores

analisados do circuito inferior, correspondente a 35%, auferem mensalmente entre um e dois salários mínimos, ou seja, no máximo R\$ 1.356,00. Sequencialmente encontram-se 28% de trabalhadores que recebem mensalmente até R\$ 2.712,00; seguidos por 25% que ganham no máximo R\$ 4.068,00 mensais (GRÁFICO 26).

Gráfico 26: Renda média mensal líquida dos empresários do circuito inferior de Maringá proporcionada pela atividade em questão



Pesquisa de campo realizada na cidade de Maringá nos meses de abril e maio de 2013
Organizado pela autora

Segundo Zaluar (1985, p. 93), entre as famílias pobres que vivem nas periferias das grandes cidades, “são inúmeros os arranjos internos à unidade doméstica para manter o padrão de vida que separa a miséria da pobreza e afasta o espectro da fome, socializando o esforço de gerar renda entre os vários membros da família”.

Conforme verificou-se ao longo da pesquisa, os atores não-hegemônicos combinam diferentes estratégias de obtenção de renda a fim de manter um padrão mínimo de consumo. Estas estratégias vão desde a multiplicidade de ocupações de um mesmo ator à diversificação das tarefas no estabelecimento do mesmo. No discernimento de Santos (2006), estes arranjos apontam para certas manifestações assumidas pela flexibilidade tropical que permitem que a renda seja suficiente para que a família consiga passar o mês.

Para Silveira (2007), as demandas de milhares de pessoas com menor poder aquisitivo são precariamente satisfeitas com a proliferação das atividades do circuito inferior.

Considerações Finais

Santos (1979) assevera que as cidades, se tomadas como totalidade, funcionam como um sistema de estruturas constituído por subsistemas interdependentes e complementares. Essa totalidade ajusta-se aos diferentes aspectos da modernização através das interrelações dos subsistemas entre si e com o todo, criando um equilíbrio que mantém sua coesão.

Nos últimos anos do século XX sucederam-se significativas mudanças quantitativas e qualitativas no que tange o processo de urbanização brasileira. Esse movimento é contemporâneo do processo de mundialização pela qual passa o mundo submergindo os aspectos sociais e econômicos. Na concepção de Ianni (1997), tais transformações constituem-se resultados da modernização contemporânea que o processo de globalização tornou inevitável. Entrementes, esta modernização é seletiva, pois privilegia apenas uma parcela da população ao mesmo tempo em que promove o desenvolvimento simultâneo de novas classes médias e de uma multiplicação de pobres, isto é, aquela parcela muito maior da população para quem essa modernização é perversa (SANTOS, 2000).

Nas cidades dos países subdesenvolvidos, conforme explica Santos (1979), este processo cristaliza-se em pontos determinados do território, revelando uma lógica simultaneamente econômica, política e social correspondente a cada momento histórico.

É para esses pontos que confluem os resultados contraditórios de um processo de modernização que impõe formas de atraso surpreendentes, fazendo dessas cidades, simultaneamente, repositórios dos elementos da modernidade e de uma grande massa de deserdados, gerados, em boa parte, como função dessa mesma modernização que, assim, vê acentuado seu caráter perverso (LEITE, 2011, p. 79).

Para Santos (1979), concomitante às modernizações das atividades no território no transcorrer do processo de urbanização, desenvolve-se uma expansão da pobreza, corolário da precarização das condições do mercado laboral brasileiro. Destarte, a modernização do território é simultânea à expansão de formas econômicas menos modernas que abrigam parcela desmesurável da pobreza urbana, concebendo a existência de um sistema econômico diferenciado do grande capital, em outros termos, os dois circuitos da economia urbana definidos por Santos (1979) como circuito inferior e circuito superior.

Esta segmentação econômica é passível de ser apreendida através das variáveis produção, distribuição e consumo, sendo esta segmentação determinada pelo nível tecnológico das atividades urbanas, pela renda e pela localização geográfica.

A inserção do país às modernidades contemporâneas exige, conforme assevera Leite (2011), uma diligência mais extensa e intensa do que as modernizações precedentes, sendo

que tal reclama uma infinidade de recursos utilizados na construção das infraestruturas econômicas, de tal maneira que o processo de incorporação do país à globalização dá-se em detrimento dos investimentos sociais exigidos por uma demografia e uma urbanização galopantes. Todavia, somente poucas empresas podem realmente utilizar, em escala nacional, as infraestruturas assim instaladas, a modernização consequente é seletiva, excluindo dos benefícios, mas não das cidades, uma parcela importante das atividades urbanas e de sua população. “Cidade abastada e cidade pobre formam, assim, uma só cidade” (LEITE, 2011, p. 80).

A despeito de o Brasil vir apresentando nos últimos dez anos redução em relação aos índices de pobreza e igualmente uma expansão no consumo da população de baixa renda, conforme elucida Rocha (2008), faz-se mister destacar que no bojo desta recente conjuntura, tem-se manifestado a criação de novas demandas ensejadas pelo circuito superior da economia, fazendo com que concomitante ao aumento da renda ampliem-se as despesas mensais para suprir estas novas demandas, ou como assevera Bauman (2008), o consumismo exacerbado imposto pelas tendências contemporâneas.

Destarte, os dinamismos assumidos pela economia pobre urbana assumem crescentemente um alto nível de complexidade mediante a conformação deste cenário paradoxal em que a expansão do consumo entre as camadas de baixa renda conjugam-se ao aumento da pobreza. No entendimento de Montenegro (2011, p. 246),

[...] a ampliação do acesso a certos objetos técnicos não elimina a situação de pobreza nas grandes cidades. [...] o aumento da oferta de crédito exerce um papel central neste processo, mas vem igualmente acompanhado do avanço do endividamento e da inadimplência, implicando, por conseguinte, a reprodução da pobreza em novos termos (MONTENEGRO, 2011, p. 246).

Para Silveira (2004, p. 13), diante das articulações produtoras da globalização “[...] la unicidad de las técnicas, de la información y del dinero [...]” testemunha-se um rearranjo nas dinâmicas laborais nas cidades brasileiras. Assim, concomitante ao enxugamento do número de empregos manifesto no circuito superior decorrente das modernizações técnicas e organizacionais, o circuito inferior reafirma sua relevância no que tange ao provimento de ocupação e renda à população excluída do circuito superior. Em outros termos, ao mesmo tempo em que o circuito inferior constitui-se corolário da pobreza, representa igualmente uma forma de solução a esta.

De acordo com as pesquisas realizadas em campo, é lícito considerar que a recente expansão do circuito inferior da economia urbana de Maringá é revelada, em certa medida, pelos subsídios referentes às microempresas presentes na cidade. Entrementes, Santos (1979) reitera que o circuito inferior circunscreve-se este subsistema econômico engloba as mais diversas formas de trabalho realizadas com baixos graus de capital, tecnologia e organização nas cidades, revelando que um dos mais autênticos registros da presença deste nas cidades reside na diversidade e na desvalorização de parcelas do meio construído.

No discernimento de Silveira (2010), a condição oligopolista da cidade, sinônimo de uso corporativo do território, constitui-se em um processo que não se completa, uma vez que há interstícios que não interessam ao circuito superior da economia.

E são justamente estes espaços intersticiais do tecido urbano e da divisão social do trabalho que sustentam a presença e a ampliação do circuito inferior. Ao mesmo tempo em que o circuito superior expande seu controle sobre o território, privilegiando as áreas aptas aos seus interesses, se distancia das atividades banais realizadas na cidade (MONTENEGRO, 2011, p. 247).

A pesquisa proporcionou a compreensão de que no período atual concomitante à expansão do circuito inferior manifesta-se uma intensa renovação dos dinamismos imbricados a este. Neste sentido é propício recordar a consideração de Silveira (2004) na qual a autora assevera que o princípio da pobreza atual, de caráter estrutural, é uma pobreza da globalização. Santos (2000, p. 72) reitera a concepção de Silveira (2004) ao atestar que no período atual o crescimento do circuito inferior revela a existência de uma pobreza estrutural, isto é, não marginal nem ocasional, mas uma “[...] produção científica, globalizada e voluntária da pobreza [...]” que advém da crescente racionalização da sociedade e do território.

Conforme salienta Santos (1979, p. 41), é preciso abandonar a associação entre tradicional e circuito inferior, “na realidade, o que se chamava [...] tradicional, deixou de sê-lo desde o momento em que toda a vida da sociedade foi subvertida pelos elementos revolucionários, como a revolução do consumo. [...] As ocupações tradicionais são chamadas a desempenhar novo papeis”.

Graças à transformação da variável-força informação em variável-suporte, os pobres da cidade conhecem e passam a utilizar certas técnicas que rearranjam sua divisão do trabalho. Esse fato acaba por reforçar a realização compulsória de tarefas comuns. O entendimento desses fenômenos pareceria

exorcizar o risco de ver a pobreza como um conjunto de existências “ahistóricas” ou pretéritas, ou inclusive como resultado do atraso. Se a rede de transportes de uma cidade parece responder mais a uma divisão territorial do trabalho passada, desassistindo as periferias pobres, o consumo de objetos técnicos modernos nessas mesmas áreas revela a contemporaneidade do fenômeno social ou, em outras palavras, a participação dos pobres nos eventos contemporâneos e interrelacionados, ainda que não façam parte dos projetos hegemônicos (SILVEIRA, 2011, p. 12).

Destarte, as atividades menos capitalizadas encontram-se intensamente permeadas por processos associados às variáveis-chave do período atual, como a técnica, o consumo, a informação e as finanças (SILVEIRA, 2009). No entendimento de Santos (2006), o mundo é um conjunto de possibilidades e não apenas de realidades. Para o autor, outros mundos podem ser criados a partir dos mesmos materiais e é possível vê-los a partir do funcionamento contemporâneo do mundo de hoje na maneira como os pobres se apropriam da tecnologia (SANTOS, 2006).

Neste sentido, o avanço do processo de incorporação de determinadas técnicas entre os atores não-hegemônicos tem se revelado no período atual como um fenômeno frente à velocidade assumida pelo progresso técnico. Por conseguinte, ao mesmo passo em que o sistema técnico atual se banaliza entre os agentes do circuito inferior, o grau de organização embutido nas técnicas adotadas pelos circuitos tende a distanciar-se cada vez mais. Montenegro (2011) complementa que o nível de capitalização entre o circuito superior e o circuito inferior também tende a ampliar-se, assim como as disparidades entre os coeficientes de capital fixo e de giro das atividades e das empresas de ambos os circuitos.

A técnica não é a um dado absoluto e seus diversos usos lugarizados mostram que a riqueza da sociedade brasileira reside num território que a ao mesmo tempo desigual e perverso, mas também repleto de formas de vida que miram o futuro como possibilidade e criação e não o passado, como prisão e opressão. Acelera-se, no tempo presente, a novidade e a sua banalização e, dessa maneira, a intercomunicação técnica permite outras experiências de cognoscibilidade que engendram novas formas de pensar o mundo, de vivê-lo e de usa-lo. A técnica como mediadora comum entre os homens pode servir, assim, na redefinido da ordem perversa estabelecida, no presente, entre informação e comunicação (TOZI, 2012, p. 236-237).

Ao discorrer sobre o circuito inferior no período atual, Silveira (2009) assevera que este subsistema econômico encontra-se amplamente permeado por processos de diversificação das práticas de consumo, financeirização da pobreza, incorporação de novas tecnologias e

difusão da informação. Para a autora, a inserção destes novos processos tem provocado a subordinação do circuito inferior face ao circuito superior em novos patamares.

As análises realizadas nas microempresas na cidade de Maringá revelaram que a expansão da financeirização do circuito superior destoa com a escassez de capital que define o cotidiano da grande maioria das microempresas e atividades vinculadas ao circuito inferior da economia.

Toda uma “economia dos centavos” segue sendo determinante para o orçamento de milhares de pequenos negócios localizados nas cidades brasileiras. [...] uma miríade de situações nos indica o quanto o dinheiro pode e deve “render” entre a população de baixa renda e, ademais, como cada centavo faz, efetivamente, diferença na contabilidade diária dos trabalhadores e consumidores do circuito inferior (MONTENEGRO, 2011, p. 249).

Entrementes, embora a renda e o número de trabalhos gerados pelo circuito inferior sejam ínfimos quando contabilizados isoladamente, o volume total de renda e trabalhos é desmesurado. Nas palavras de Santos (1979, p. 246), “se, em princípio, o lucro é o motor da atividade comercial, nos escalões inferiores do circuito inferior a maior preocupação é, antes de tudo, a sobrevivência”.

No que tange à apropriação do sistema técnico pelo circuito inferior no período atual, Montenegro (2013) expõe que aparelhos de telecomunicações – à guisa de exemplo, os telefones celulares –, equipamentos de fotocópia, vídeo e fotografia, assim como computadores, tornaram-se mais acessíveis aos atores não-hegemônicos e passaram a permear seu cotidiano tanto na esfera do consumo como do trabalho. A banalização das técnicas implica em novas possibilidades de ação por parte destes atores, ainda que venham acompanhadas de novos nexos de dependência e de subordinação. Destarte, o circuito inferior continua a fazer uso de tecnologias obsoletas e/ou tradicionais, todavia amplia-se igualmente a possibilidade do uso de técnicas relativamente modernas. Nesse sentido, Silveira (2004, p. 06) assevera que

[...] tanto pela expansão dos novos produtos [...] transformados em instrumentos de trabalho das atividades não hegemônicas, como pela proliferação das atividades de reparo, os circuitos superior marginal e inferior participam, de forma crescente e às vezes contraditória, da produção da unicidade técnica (SILVEIRA, 2004, p. 06).

As análises pautadas nos estabelecimentos comerciais e de serviços do circuito inferior de Maringá revelaram ainda distintos processos de adaptação e resistência realizados pela economia pobre, evidenciando a capacidade de adaptação deste circuito econômico às transformações conjunturais em marcha. A esse respeito, Santos (1979, p. 253) assevera que, enquanto o circuito superior tende a criar a conjuntura, “o circuito inferior só pode funcionar através de uma adaptação estreita às condições conjunturais”.

Conquanto o circuito inferior defina-se por um ínfimo grau de capitalização, a escassez de recursos financeiros, em muitos casos, acarreta a conformidade deste circuito com a pobreza extrema. Neste sentido, apreendeu-se distintas feições (SILVEIRA, 2011) no circuito inferior de Maringá, ratificando a concepção da autora de que tais caracteres diversificam-se não somente na escala da cidade ou da região como também no espaço intraurbano de uma mesma cidade.

Como analisado, o circuito inferior maringaense distingue-se por seu caráter periférico, dissemelhante da grande maioria das cidades brasileiras onde a magnitude deste circuito manifesta-se na área central. Entrementes, o acesso às variáveis mais modernas apresenta-se igualmente intensa, sobretudo no cenário atual onde verifica-se a expansão do consumo entre a população mais pobre.

Todavia, a questão da rigidez normativa constitui-se certamente no componente condicionante de maior expressão no que concerne a conformação do circuito inferior da economia urbana de Maringá. Esta condição conduziu à configuração de uma economia extremamente segmentada e de um meio construído ainda mais fragmentado do que nas demais cidades brasileiras. O meio técnico-científico-informacional faz-se presente, seja pelo planejamento municipal da normatização e organização do território, seja pelas políticas corporativas de uso do território urbano.

Outra especificidade apreendida a respeito do circuito inferior da cidade de Maringá refere-se ao fato de que as atividades desenvolvidas no bojo deste subsistema econômico encontram-se inseridas na formalidade trabalhista. Esta condição evidencia as proposições de Soto (1986) no que concerne à valorização dos pobres enquanto empreendedores potenciais e da busca de formalização dos micro e pequenos negócios mediante a recente criação da figura jurídica do Microempreendedor Individual pelo Governo Federal. Neste sentido, o poder público de Maringá acentuou ainda mais esta condição ao ser a primeira cidade brasileira a sancionar a Lei Geral Municipal da Micro e Pequena Empresa.

Entretanto, esta política busca homogeneizar e enquadrar uma miríade de atividades que caracterizam-se justamente pela extrema heterogeneidade interna. Por outro lado, acaba por limitar o apoio público aos pequenos negócios a benefícios previdenciários que via de regra deveriam ser garantidos aos trabalhadores a despeito da situação. Destarte, corrobora-se com o entendimento de Oliveira (2011) de que a formalidade e o cumprimento de exigências legais têm relevância quase nula no que se refere à questão da melhoria das condições de trabalho e de vida a curto e médio prazos.

A cidade de Maringá abriga, portanto uma considerável diversidade de divisões do trabalho além de abarcar vetores diversos que se coadunam em um espaço banal ainda que imbuídos de finalidades distintas; estabelece-se assim, uma combinação de usos nos lugares, notadamente naqueles selecionados pelas atividades hegemônicas. Concomitante ao uso do território como recurso pelos atores hegemônicos, este revela-se igualmente como abrigo dos atores não-hegemônicos. Todavia, Santos (2006) assevera que estas distintas formas de uso do território não realizam-se em espaços diferenciados, pelo contrário, ocorrem de forma conjugada e dialética sobrepondo-se e relacionando-se, formando o espaço banal, ou seja, o espaço de todos.

A contigüidade (*sic*) e a proximidade que a cidade propicia entre pequenos negócios, trabalhadores assalariados com diversos tipos de rendimentos, classes médias ligadas a serviços públicos e atividades modernas, desempregados e atividades hegemônicas, possibilita que o circuito inferior possa adequar-se aos espasmos da economia urbana. Ao manter disponível um contingente de trabalhadores para atender as necessidades da aceleração da circulação e da intensificação do consumo contemporâneos o circuito inferior mais uma vez revela sua funcionalidade para a reprodução social e toda a dimensão concreta do sofrimento humano que o acompanha (OLIVEIRA, 2011, p. 307).

Por fim, acredita-se na relevância de avançar na releitura e reflexão da teoria dos circuitos econômicos a fim de entender a economia pobre das cidades brasileiras para além dos enfoques normativos ou quantitativos interceptando suas dinâmicas contraditórias, adaptativas e de resistências.

Referências

ALEGRE, Marcos; MORO, Dalton Áureo. A mobilidade da população nas antigas áreas cafeeiras do Norte do Paraná. **Boletim de Geografia**, Maringá, a. 4, n. 1, p. 28-73, jan./1986.

ALMEIDA, Paulo Roberto de. **Balanco do governo Lula, 2003-2010: uma avaliação não complacente**. Disponível em: <<http://www.economia.ig.com.br>> Acesso em: 24/10/2011.

ALVES, Giovanni. Trabalho e sindicalismo no Brasil: um balanço crítico da “década neoliberal” (1990-2000). **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, 19, p. 71-94, nov./2002.

AMARAL, Talita. Setor de serviços é o que mais contrata. **O Diário do Norte do Paraná**, 10 de abril de 2011. ClassiDiário, p. C3.

ANDRADE, Arthur de Oliveira. **Maringá: ontem, hoje e amanhã**. São Paulo: Rumo Gráfica Editora, 1979.

ANDRADE, Carlos Roberto Monteiro; CORDOVIL, Fabíola Castelo de Souza. A cidade de Maringá, PR: o plano inicial e as “requalificações urbanas”. **Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de agosto de 2008, v. XII, n. 270 (53).

ANGELIS NETO, Generoso, et al. Maringá 60 anos: presente e futuro. In: MACEDO, Oigres Leici Cordeiro de; CORDOVIL, Fabíola Castelo de Souza; REGO, Renato Leão (Orgs.). **Pensar Maringá: 60 anos de plano**. Maringá: Massoni, 2007, p. 69-82.

ARAÚJO JR., Aloysio Marthins de. **A indústria de bens de capital no Estado de São Paulo: da gênese aos problemas atuais**. 2003. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – USP, São Paulo.

ARROYO, María Mónica. A economia invisível dos pequenos. **Le Monde Diplomatique**, a. 2, p. 30-31, 2008.

BALLESTEROS, Aurora García; CARRERAS, Carlos. Geografía y consumo. In: HIERNAUX, Daniel; LINDÓN, Alicia. (Orgs). **Tratado de geografía humana**. México: Antrophos Editorial, 2006.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Boletim do Banco Central do Brasil: relatório anual**. Disponível em <http://www.bcb.gov.br/boletim>>. Acesso em: 24/10/2011.

BARBOSA, Daiany. **“Alvará Fácil” faz aumentar procura por emissão de laudos**. Disponível em: <<http://www2.maringa.pr.gov.br/site/index.php?sessao=93602e9abd5593&id=3295>>. Acesso em 30/05/2013.

BAUMAN, Zygmunt. **La globalización: consecuencias humanas**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2008.

BAUMAN, Zygmunt. **Vida para consumo: a transformação das pessoas em mercadoria**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BEAUJEU-GARNIER, Jacqueline. **Geografia urbana**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1997.

BENKO, Georges. **Economia, espaço e globalização na aurora do século XXI**. São Paulo: Hucitec, 1999.

BERTOLUCI, João Marcelo Lamonato. **Transferências industriais para o Norte do Paraná nos anos de 1990 e início do século XXI**. 2006. Monografia (Bacharelado em Geografia) – UEL, Londrina.

BRAGUETO, Claudio Roberto. **O aglomerado urbano-industrial de Londrina: sua constituição e dinâmica industrial**. 2007. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – USP, São Paulo.

CACCIAMALI, Maria Cristina. Desgaste na legislação laboral e ajustamento do mercado de trabalho brasileiro nos anos 90. In: POSTHUMA, Anne Caroline. **Abertura comercial e ajuste no mercado de trabalho no Brasil: políticas para conciliar os desafios de emprego e competitividade**. São Paulo: Editora 34, 1999.

CACCIAMALI, Maria Cristina. **Mudanças estruturais do mercado de trabalho brasileiro após a liberação econômica**. Faculdade de Economia, Contabilidade e Administração da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

CACCIAMALI, Maria Cristina; PEREIRA, Jaime Marques. Globalização, regulação social e novo padrão de desenvolvimento na América Latina. In: CATANI, Afrânio Mendes. (Org.). **América Latina: impasses e alternativas**. São Paulo: Humanitas, 2000.

CAMPOS, Paulo Fernando de Souza. Moralizando o pobre: vadios, baderneiros e loucos na “cidade tecnicamente planejada para ser bela e sem problemas”. In: DIAS, Reginaldo Bedito; GONÇALVES, José Henrique Rollo. **Maringá e o Norte do Paraná: estudos de história regional**. Maringá: Eduem, 1999.

CANO, Wilson. Concentração e desconcentração econômica regional no Brasil: 1970/95. **Economia e Sociedade**, Campinas, n.8, p. 101-141, jun. 1997.

CARVALHO, Ruy de Quadros. **Tecnologia e trabalho industrial: as implicações sociais da automação microeletrônica na indústria automobilística**. Porto Alegre: L&PM, 1987.

CASTELLS, Manuel. **A questão urbana**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

CHESNAIS, François. **A mundialização financeira: gênese, custos e riscos**. São Paulo: Xamã, 1998.

COELHO, Otávio de Melo; PEREIRA, Mirlei Fachini Vicente. Espaço urbano e terciário pobre: o circuito inferior da economia na área central de Uberlândia – MG. In: **Anais do XVI Encontro Nacional de Geógrafos: crise, práxis e autonomia: espaços de resistência e de esperanças**; 2010; Porto Alegre, Rio Grande do Sul: AGB, 2010. p. 1-10.

COELHO, Otávio de Melo; PEREIRA, Mirlei Fachini Vicente. O circuito inferior da economia na área central de Uberlândia (MG): avaliação e caracterização. **Geografia (Londrina)**, Londrina, v. 20, n. 1, p. 163-188, jan./abr. 2011.

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE MARINGÁ. **Aspectos econômicos**. Disponível em: < http://www.codem.org.br/investe/2_5.htm>. Acesso em: 31/07/2012.

COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL DE MARINGÁ. **História da Cocamar**. Disponível em: < <http://www.cocamar.com.br/historia.php>>. Acesso em 31/07/2012.

CORIAT, Benjamin. **Pensar pelo avesso: o modelo japonês de trabalho e organização**. Rio de Janeiro: Revan: UFRJ, 1994.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 1989.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Trajelórias geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

DATAPREV. Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social. **Contribuinte individual**. Disponível em: <<http://www.dataprev.gov.br/servicos/cadint/DefinicoesBIndividual.htm>>. Acesso em 21/09/2013.

DEDECCA, Cláudio Salvadori; MONTAGNER, Paula. Crise econômica e desempenho do terciário. **Revista São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 6, n. 3, p. 1-15, jul./set. 1992.

DEMO, Pedro. **Pesquisa e informação qualitativa: aportes metodológicos**. Campinas: Papirus, 2001.

DURKHEIM, Émile. Da divisão do trabalho social. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

ENDLICH, Ângela Maria. **Maringá e o tecer da rede urbana regional**. 1998. Dissertação (Mestrado em Geografia) – UNESP, Presidente Prudente.

FELDMANN, Paulo Roberto. Impacto das novas tecnologias sobre o nível de emprego. In: HABAERT, Allen; MAGALHÃES, Maria Rosa Abreu de. **Política da ciência e tecnologia para a década de 90**. Brasília: UNB, 1989.

FERREIRA, Ignez Costa Barbosa. Os dois circuitos da economia urbana: um novo paradigma do urbano. In: SOUZA, Maria Adélia Aparecida de. **O mundo do cidadão. Um cidadão do mundo**. São Paulo: Hucitec, 1996.

FIRKOWSKI, Olga Lúcia Castreghini de Freitas. **A nova territorialidade e o aglomerado metropolitano de Curitiba**. 2001. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – USP, São Paulo.

FRESCA, Tania Maria. **A rede urbana do norte do Paraná**. Londrina: Eduel, 2004a.

FRESCA, Tania Maria. Industrialização no norte do Paraná na década de 1990: transferência industrial e estratégias de crescimento. **Ciência Geográfica**, Bauru, v.10, n. 3, p. 195-206, set./dez. 2004b.

FRESCA, Tania Maria. Rede urbana e divisão territorial do trabalho. **Geografia**, Londrina, v. 19, n. 2, 2010, p. 115-128.

FUNDAÇÃO SEADE-DIEESE. **Dados sobre o desemprego brasileiro**. Disponível em <<http://www.fundacaoseade.org.br>> Acesso em: 23/01/2008.

GONÇALVES, Marcelino Andrade; THOMAZ JR. Antonio. Informalidade e precarização do trabalho: uma contribuição à geografia do trabalho. **Scripta Nova**, Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales, v. VI, n. 119 (31), agosto de 2002.

GOOGLE EARTH. Imagens de ruas e avenidas da cidade de Maringá.

GOTTDIENER, Mark. A teoria da crise e a reestruturação sócio-espacial: o caso dos Estados Unidos. In: VALLADARES, Lícia do Prado; PRETECEILLE, Edmond. **Reestruturação urbana: tendências e desafios**. São Paulo: Nobel, 1990.

GOUNET, Thomas. **Fordismo e toyotismo na civilização do automóvel**. São Paulo: Boitempo, 2002.

GRIMM, Flavia. Teoria dos circuitos da economia urbana: debates e contextos preliminares. In: Encontro Nacional dos Geógrafos, 6, 2010, Porto Alegre. **Anais do VI Encontro Nacional de Geógrafos**. Porto Alegre: AGB, 2010, p. 1-10.

GRZECORCZYC, Vanderlei. **Novo Centro de Maringá: estratégias e conflitos na produção do espaço urbano**. 2000. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Unesp, Presidente Prudente.

GRZEGORCZYK, Vanderlei. Novo centro de Maringá: estratégias e conflitos na produção do espaço urbano. In: MENDES, Cesar Miranda & SCHMIDT, Lizandro Pezzi (org.). **A dinâmica do espaço urbano regional: pesquisas no norte-central paranaense**. Guarapuava, UNICENTRO, 2006.

GUIA DO EMPRESÁRIO. **Pró-labore e contribuição ao INSS**. São Paulo: Planeta Contábil, 2008.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. São Paulo: Edições Loyola, 1995.

HARVEY, David. A liberdade da cidade. In: HARVEY, David; MARICATO, Ermínia; ŽIŽEK, Slavoj; DAVIS, Mike; et al. **Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2013.

HARVEY, David. O trabalho, o capital e conflito de classes em torno do ambiente construído nas sociedades capitalistas avançadas. **Espaço e Debates**, São Paulo, a. 2, n. 6, p. 6-35, jun./set., 1982.

IANNI, Octavio. **A era do globalismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

IANNI, Octavio. **Teorias da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Coordenação de Serviços e Comércio. II. Série. **As micro e pequenas empresas comerciais e de serviços no Brasil 2001**. Estudos e Pesquisas: Informação Econômica n. 1. Rio de Janeiro: IBGE, 2003.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Notas metodológicas**: revisão do projeto de pesquisa mensal de emprego. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme/pmemet3.shtm>>. Acesso em: 22/02/2013.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa sobre informalidade e trabalhos domésticos**. Disponível em: <<http://ibge.org.br>>. Acesso em: 21, 22 e 23/04/2012.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa sobre as taxas de natalidade e mortalidade das micro e pequenas empresas no Brasil**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/microempresa/natalidade/mortalidade>>. Acesso em: 19/11/2011.

IPARDES. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Base de dados do estado**: BDEweb. Disponível em: <<http://www.ipardes.pr.gov.br/imp/index.phps>>. Acesso em diversas datas de 2013 e 2013.

IPARDES. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Caderno estatístico**: município de Maringá. 2011. Curitiba. Disponível em: <<http://www.ipardes.gov.br/cadernos>>. Acesso em: 26/01/2012.

LEITE, Maria Angela Faggin Pereira. O espaço dividido nas cidades do século XXI. **Geosul**, Florianópolis, v. 26, n. 51, p 75-88, jan./jun. de 2011.

LENCIONI, Sandra. Reestruturação urbano-industrial no Estado de São Paulo: a região da metrópole desconcentrada. **Espaço & Debates**, n. 38, p. 54-61, 1994.

LOURENÇO, Gilmar Mendes. **A economia paranaense em tempos de globalização**. Curitiba: editora do autor, 2003.

LUZ, France. Maringá: a fase de implantação. In: DIAS, Reginaldo Benedito e GONÇALVES, José Henrique Rollo. **Maringá e o Norte do Paraná**: estudos de história regional. Maringá: Eduem, 1999.

LUZ, France. **O fenômeno urbano numa zona pioneira**: Maringá. Maringá: A Prefeitura, 1997.

MALAGUTI, Manoel Luiz. **Crítica à razão informal**: a imaterialidade do salariado. São Paulo: Boitempo, 2001.

MAMIGONIAN, Armen. Neoliberalismo X projeto nacional do mundo e no Brasil. **Revista Paranaense de Geografia**, Curitiba, 2001, n. 6, p. 15-23.

MARICATO, Ermínia. **Metrópole na periferia do capitalismo**. São Paulo: Hucitec, 1996.

MARINGÁ. **Lei Ordinária de Maringá/PR, n.º 5855/2002 de 15/10/2002**. Disponível em: <https://www.leismunicipais.com.br/a/pr/m/maringa/lei-ordinaria/2002/585/5855/lei-ordinaria-n-5855-2002-disciplina-o-exercicio-do-comercio-ambulante-no-municipio-de-maringa-2002-10-15.html>>. Acesso em 16/05/2013.

MARINGÁ. Prefeitura Municipal de Maringá. **Dados econômicos de 2011**. Disponível em: <http://www.maringa.pr.gov.br>>. Acesso em: 27/01/2012.

MARINGÁ. Prefeitura Municipal de Maringá. **Plano Diretor de Desenvolvimento**. Maringá: 1967.

MARINGÁ. Prefeitura Municipal de Maringá. **PLHIS Maringá 2010**. Caderno do diagnóstico habitacional. Disponível em: <<http://www2.maringa.pr.gov.br/sistema/arquivos/26aee1fb92c5.pdf>>. Acesso em: 17/08/2012.

MATTOSO, Jorge Eduardo Levi, POCHAMNN, Marcio. Mudanças estruturais e trabalho no Brasil. **Revista Economia e Sociedade**, Campinas, jun./1998.

MATTOSO, Jorge Eduardo Levi; POCHAMNN, Marcio. Mudanças estruturais e trabalho no Brasil. **Revista Economia e Sociedade**, Campinas, jun./1998.

MCGEE, Terence Gary. Geografia e desenvolvimento: crise e renovação. In: SOUZA, Maria Adélia Aparecida de. **O mundo do cidadão. Um cidadão do mundo**. São Paulo: Hucitec, 1996.

MENDES, Cesar Miranda. **O edifício no jardim: um plano destruído – a verticalização de Maringá**. 1992. Tese (Doutorado em Geografia) – USP, São Paulo.

MENEZES, Naércio A.; MENDES, Marcos; ALMEIDA, Eduardo de. O diferencial de salários formal-informal no Brasil: segmentação ou viés de seleção? **Revista Brasileira de Economia**, v.58, n. 2, Rio de Janeiro, abr./jun. 2004.

MINISTÉRIO DA FAZENDA. **Panorama da economia brasileira: conselho de desenvolvimento econômico e social**. Brasília: Imprensa Oficial, 2008.

MONBEIG, Pierre. **Pioneiros e fazendeiros de São Paulo**. São Paulo: Hucitec, 1984.

MONTENEGRO, Marina Regitz. Dinamismos atuais do circuito inferior da economia urbana na cidade de São Paulo: expansão e renovação. **GEOUSP: espaço e tempo**, São Paulo, n. 33 Especial, p. 171- 182, 2013.

MONTENEGRO, Marina Regitz. **Globalização e pobreza no Brasil metropolitano: o circuito inferior da economia urbana em São Paulo, Brasília, Fortaleza e Belém**. 2011. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – USP, São Paulo.

MONTENEGRO, Marina Regitz. Novos conteúdos da pobreza urbana no Brasil: o circuito inferior no período da globalização. In: Encontro de Geógrafos de América Latina, 12, 2009, Montevideo. **Anais do XII Encontro de Geógrafos de América Latina**, Montevideo: EGAL, 2009, p. 1-12.

MONTENEGRO, Marina Regitz. **O circuito inferior da economia urbana na cidade de São Paulo no período da globalização**. 2006. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – USP, São Paulo.

MORO, Dalton Áureo. **Maringá espaço e tempo: ensaio de geografia urbana**. Maringá: PGE/UEM, 2003.

MORO, Dalton Áureo. O êxodo rural e o crescimento populacional da cidade de Maringá no período de 1970 a 1980. **Boletim de Geografia**, Maringá, a. 6, n. 1, p. 19-31, jun./1988.

NEGRI, Silvio Moisés; MENDES, Cesar Miranda. O “Falso” Novo Centro de Maringá-PR. In: **Boletim de Geografia**. Maringá: UEM, n. 1 v. 1, a. 16, 1998, p. 67-86.

NERI, Marcelo. Informalidade. In: **Ensaio econômico**. FGV, dez/2007.

NERI, Marcelo. Pobreza e políticas sociais na década da redução de desigualdade. **Revista Nueva Sociedad**, outubro de 2007.

OLIVEIRA, Alberto de. **Território e mercado de trabalho: discursos & teorias**. São Paulo: Editora da UNESP, 2006.

OLIVEIRA, Edilson Luís. **Divisões do trabalho e circuitos da economia em Londrina-PR**. 2009. Tese (Doutorado em Geografia) – USP, São Paulo.

OLIVEIRA, Edilson Luís. **Divisões do trabalho e circuitos da economia**. Londrina: Eduel, 2011.

PACHECO, Carlos Américo. Os dilemas da nova problemática regional: especialização e fragmentação do espaço econômico nacional. In: PACHECO, Carlos Américo. **Fragmentação da nação**. Campinas: UNICAMP, 1998.

PASTORE, José. **O desemprego tem cura?** São Paulo: Makron Books, 1997.

PEREIRA, Mirlei Fachini Vicente. A pobreza urbana no Brasil: considerações a partir das análises geográficas. In: **IV Semana do Servidor e V Semana Acadêmica da Universidade Federal de Uberlândia**: UFU 30 anos; 2008, Uberlândia, Minas Gerais. Disponível em: <<https://ssl4799.websiteseguro.com/swge5/seg/cd2008/PDF/SA08-20629.PDF>>. Acesso em 11/09/2013.

POCHMANN, Marcio. **Desenvolvimento, trabalho e renda no Brasil: avanços recentes no emprego e na distribuição dos rendimentos**. São Paulo: Perseu Abramo, 2010.

POCHMANN, Marcio. **Economia do microempreendimento informal no Brasil**. Brasília: SEBRAE, texto para discussão n. 2, agosto de 2005.

POCHMANN, Marcio. Mudanças (para pior) no mercado de trabalho. **Gazeta Mercantil**, São Paulo, 15/08/2000.

POCHMANN, Marcio. **O trabalho sob fogo cruzado: exclusão, desemprego e precarização no final do século**. São Paulo: Contexto, 1999.

POSTALI, Valéria Barreiro. **Autoconstrução e circuito inferior da economia:** uma análise da produção habitacional em Londrina/PR – estudo de caso dos jardins São Jorge e San Rafael. 2008. Dissertação (Mestrado em Geografia) – UEL, Londrina.

RANGEL, Ignácio. A história da dualidade brasileira. In: MAMIGONIAN, Armen; REGO, José Marcio (orgs.). **O pensamento de Ignácio Rangel.** São Paulo: Editora 34, 1998.

RANGEL, Ignácio. **Economia:** milagre e anti-milagre. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

RECEITA Federal. **Pesquisa sobre ICMS, IPI e VAF.** Disponível em: < <http://www.receita.fazenda.org.br>>. Acesso em 11/04/2012.

RECEITA Federal. **Simples – Microempresa (ME) e Empresa de Pequeno Porte (EPP).** Disponível em: < <http://www.receita.fazenda.org.br/pessoajuridica>>. Acesso em: 26/01/2012.

RIBEIRO, Ana Sylvia Maris. Discussões sobre a financeirização da parcela mais pobre da população do município de São Paulo a partir da crítica à teoria dos dois circuitos da economia urbana: um projeto de pesquisa. In: Simpósio Nacional de Geografia Urbana, 12, 2011, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: XII SIMPURB, 2011, p. 1-20.

ROCHA, Sonia. Transferências de renda federais: focalização e impactos sobre pobreza e desigualdade. **Revista Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, p. 67-96, jan./abr. 2008.

RODRIGUES, Ana Lúcia. A ocupação urbana da região metropolitana de Maringá: uma história de segregação. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n.108, p. 61-86, jan./jun., 2005.

RODRIGUES, Ana Lúcia. **A pobreza mora ao lado:** segregação sócio-espacial na Região Metropolitana de Maringá. 2004. Doutorado (Ciências Sociais) – PUC, São Paulo.

RODRIGUES, Ana Lúcia. **Maringá:** a segregação planejada. Disponível em: < http://www.cch.uem.br/observatorio/arquivo/artigos/ana_lucia_artigo1.pdf>. Acesso em: 13/02/2013.

RODRIGUES, Ana Lúcia; CORDOVIL, Fabíola Castelo de Souza. Segregação sócio-espacial e a negligência ao patrimônio construído: legado dos projetos e práticas do poder público municipal em Maringá – PR (Brasil). In: Coloquio Internacional de Geocrítica, XII, 2012, Colômbia. **Anais...** Bogotá: Geocrítica, 2012, p. 1-16. Disponível em: < <http://www.ub.edu/geocrit/coloquio2012/actas.htm>>. Acesso em: 17/07/2012.

RODRIGUES, Ana Lúcia; TONELLA, Celene. MetrÓpole regional no contexto da dinâmica paranaense. In: Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais. **Anais do XVII Encontro Anual da ANPOCS.** Caxambu: ANPOCS, 2003, p. 1-17.

SALAMA Pierre; DESTREMAU, Blandine. **O tamanho da pobreza:** economia política da distribuição de renda. Rio de Janeiro: Garamond, 1999.

SANCHES, Antenor. **A cidade-canção.** Maringá: Bertoni, 2004.

- SANDRONI, Paulo. **Dicionário de economia e administração**. São Paulo: Best Seller, 2005.
- SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Edusp, 2006.
- SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1998.
- SANTOS, Milton. **Economia espacial: críticas e alternativas**. São Paulo. Edusp, 2003.
- SANTOS, Milton. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1985.
- SANTOS, Milton. **O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979.
- SANTOS, Milton. **Pobreza urbana**. São Paulo: Edusp, 2009.
- SANTOS, Milton. **Por uma economia política da cidade**. São Paulo: Hucitec, 1994.
- SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. São Paulo: Record, 2000.
- SANTOS, Milton; ARROYO, Mônica. Globalização, regionalização: a proposta do MERCOSUL. In: **Indústria e globalização da economia**. Brasília: SESI-DN, 1997.
- SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- SARANDI. Prefeitura Municipal de Sarandi. **Histórico da cidade de Sarandi**. Disponível em: http://www.sarandi.pr.gov.br/?url=historico_sarandi>. Acesso em 11/04/2013.
- SASSEN, Saskia. **Los espectros de la globalización**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica de Argentina, 2003.
- SCHIMIDT, Lisandro Pezzi. Poder público, mercado imobiliário e (re) produção material: estratégias e ações em Maringá (1989/2000). In: MENDES, Cesar Miranda; SCHIMIDT, Lisandro Pezzi. **A dinâmica do espaço urbano-regional: pesquisas no norte-central paranaense**. Guarapuava: Unicentro, 2006.
- SCIRÉ, Claudia D'Ipolitto de Oliveira. Financeirização da pobreza: crédito e endividamento no âmbito das práticas populares de consumo. **Teoria & Pesquisa: Revista de Ciência Política**, São Carlos, v. 20, n. 1, p. 65-78, 2011.
- SEBRAE. Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. **Fatores condicionantes e taxa de mortalidade de empresas no Brasil**. Relatório de Pesquisa. Brasília, 2004.
- SEBRAE. Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. **Anuário do trabalho na micro e pequena empresa 2012**. Brasília: Sebrae, 2012.

SEN, Amartya Kumar. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILVA, Leandro Otávio da. et al. Dinâmica territorial da rede estabelecida pelas atividades do circuito inferior em Três Lagoas/MS. In: **Anais do II Simpósio de Estudos Urbanos: a dinâmica das cidades e a produção do espaço**, 2013, Campo Mourão, Paraná: Unespar/Fecilcam; p. 1-18.

SILVA, William Ribeiro da. **Para além das cidades** – centralidade e estruturação urbana: Londrina e Maringá. 2006. Tese (Doutorado em Geografia) – UNESP, Presidente Prudente.

SILVA, William Ribeiro da. A redefinição da centralidade em cidades médias. Londrina e Maringá no contexto da reestruturação urbana e regional. **Diez años de cambios en el Mundo, en la Geografía y en las Ciencias Sociales: 1999-2008**. Actas del X Coloquio Internacional de Geocrítica, Universidad de Barcelona, 26-30 de mayo de 2008. Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/-xcol/37.htm>>. Acesso em: 14/01/2013.

SILVEIRA, María Laura. A região e a invenção da viabilidade do território. In: SOUZA, Maria Adélia de. (org.). **Território brasileiro: usos e abusos**. Campinas: Edições Territorial, 2003.

SILVEIRA, María Laura. Crises e paradoxos da cidade contemporânea: os circuitos da economia urbana. In: PEREIRA, Elson Manoel; DIAS, Leila Christina (Orgs.). **As cidades e a urbanização no Brasil: passado, presente e futuro**. Florianópolis: Insular, 2011.

SILVEIRA, María Laura. Finanças, consumo e circuitos da economia urbana na cidade de São Paulo. **Cadernos CRH**, Salvador, v. 22, n. 55, p. 65-76, 2009.

SILVEIRA, María Laura. Globalización y circuitos de la economía urbana en ciudades brasileñas. **Cuadernos del Cendes**, Caracas, v. 21, n. 57, set./2004. Disponível em: <http://www.scielo.org.ve/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1012-25082004000300002&lng=es&nrm=iso>. Acesso em: 24/06/2013.

SILVEIRA, María Laura. Globalización y finanzas: circuitos de la economía urbana en la ciudad de San Pablo. In: **Anais do X Seminario de la Red Iberoamericana de Investigadores en Globalización y Territorio**, 2008, Santiago de Querétaro, Mexico. Rede Iberoamericana de Investigadores sobre Globalização e Território, 2008, p. 1473-1490.

SILVEIRA, María Laura. Metrópolis brasileñas: un análisis de los circuitos de la economía urbana. **Revista Eure**, v. XXXIII, n. 100, p. 149-164, Santiago de Chile, 2007.

SILVEIRA, María Laura. O Brasil: território e sociedade no início do século XXI – a história de um livro. In: **ACTH Geográfica** – Edição Especial Cidades na Amazônia Brasileira. Boa Vista: UFRR, 2011.

SILVEIRA, Maria Laura. São Paulo: os dinamismos da pobreza. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de (Orgs.). **Geografias de São Paulo: representação e crise da metrópole**. São Paulo: Contexto, 2004.

SILVEIRA, María Laura. Uma situação geográfica: do método à metodologia. **Revista Território**, a. IV, n. 6, 1999.

SINGER, Paul. **Economia política da urbanização**. São Paulo: Contexto, 1998.

SINGER, Paul. **O capitalismo**: sua lógica e sua dinâmica. São Paulo: Moderna, 1987.

Soto, Hernando de. **Economia subterrânea**: uma análise da realidade peruana. Rio de Janeiro: Globo, 1986.

SOUZA, Maria Adélia Aparecida de. (org.). Prefácio. **O mundo do cidadão. Um cidadão do mundo**. São Paulo: Hucitec, 1996.

SPOSITO, Eliseu Savério. A teoria dos dois circuitos da economia urbana nos países subdesenvolvidos: seu esquecimento ou sua superação? In: SOUZA, Maria Adélia Aparecida de. **O mundo do cidadão. Um cidadão do mundo**. São Paulo: Hucitec, 1996.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. A urbanização da sociedade: reflexões para um debate sobre as novas formas espaciais. In: DAMIANI, Amélia; CARLOS, Ana Fani Alessandri; SEABRA, Odette Carvalho de Lima. (Org.). **O espaço no fim de século**: a nova raridade. São Paulo: Contexto, 1999.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. Novas formas comerciais e a redefinição da centralidade intra-urbana. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (Org.). **Textos e contextos para a leitura geográfica de uma cidade média**. Presidente Prudente: UNESP, 2001.

STEINKE, Rosana. **Ruas curvas versus ruas retas**: a trajetória do urbanista Jorge de Macedo Vieira. Maringá: Eduem, 2007.

THOMAZ JÚNIOR, Antônio. O mundo do trabalho e as transformações territoriais: os limites da 'leitura' geográfica. **Pegada** (UNESP), Presidente Prudente, v. 3, n. 1, p. 6-19, 2002.

TOMAZI, Nelson Dacio. **Norte do Paraná**: histórias e fantasmagorias. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2000.

TONELLA, Celene. **Poder local e políticas públicas**: o papel dos gestores. Maringá: Eduem, 2006.

TORRES, Haroldo da Gama; BICHIR, Renata Mirandola; CARPIM, Thais Pavez. Uma pobreza diferente? Mudanças no padrão de consumo da população de baixa renda. **Novos Estudos/CEBRAP**, São Paulo, v. 74, p. 17-24, 2006.

TÖWS, Ricardo Luiz. A atuação do capital imobiliário na produção vertical e a legislação urbanística na Avenida Brasil, em Maringá (PR). In: MENDES, Cesar Miranda; TÖWS, Ricardo Luiz (orgs.). **A geografia da verticalização urbana em algumas cidades médias no Brasil**. Maringá: Eduem, 2009.

TRINTIN, Jaime Graciano. **A economia paranaense: 1985-1998**. 2001. Tese (Doutorado em Ciências Econômicas) – UNICAMP, Campinas.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

VERCEZI, Jaqueline Telma. **O meio-técnico-científico-informacional e o espaço relativizado da região metropolitana de Maringá**. 2012. Tese (Doutorado em Geografia) – UEM, Maringá.

VIETRO, Anderson de Freitas. **A indústria confeccionista do Norte do Paraná**. 2011. Dissertação (Mestrado em Geografia) – UFSC, Florianópolis.

ZALUAR, Alba. **A máquina e a revolta: as organizações populares e o significado da pobreza**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

ZANATTA, Marcos. Comércio ambulante: emissão de licença é suspensa. **Folha de Londrina**, Londrina, 20 de junho de 1999, Folha Cidades. Disponível em: <http://www.bonde.com.br/folha/folhad.php>>. Acesso em 16/05/2013.

ZERRENNER, Sabrina Arruda. **Estudo sobre as razões para o endividamento das pessoas de baixa renda**. 2007. Dissertação (Mestrado em Administração) – USP, São Paulo.

Apêndice



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
MESTRADO E DOUTORADO



QUESTIONÁRIO

1. Iniciais do nome e sobrenome do (a) entrevistado (a):

2. Idade: _____

Sexo: () Masculino () Feminino

3. Tipo de atividade do estabelecimento:

4. Endereço do estabelecimento:

5. Bairro onde o proprietário reside:

6. Grau de escolaridade:

() Ensino Fundamental incompleto

() Ensino Fundamental completo

() Ensino Médio incompleto

() Ensino Médio completo

() Ensino Superior incompleto – curso: _____

() Ensino Superior completo – curso: _____

() Pós-graduação

7. Há quanto tempo atua neste ramo?

8. Qual o motivo da opção pelo mesmo?

9. O (a) senhor (a) é o proprietário do imóvel? Caso não seja, qual o preço do aluguel?

() sim

() não: _____

10. O estabelecimento possui:

() telefone fixo

() telefone celular

() máquinas de cartão de débito

() máquinas de cartão de crédito

() computador

() acesso à internet

11. O (a) senhor (a) emprega funcionários? Quantos?

() sim: _____

() não

12. Possui alguma relação de parentesco com algum funcionário? Qual?

() sim: _____

() não

13. Seu (s) funcionário (s) tem registro na carteira de trabalho? Por quê?

() sim

() não

14. Quem faz a contabilidade da empresa?

Próprio proprietário

Contador ou escritório de contabilidade

Outro (s): _____

15. O (a) senhor (a) programa o seu 13^o salário e dos funcionários ao longo do ano? Como é feita essa programação?

sim

não

16. O (a) senhor (a) tira férias? De quanto tempo?

sim: _____

não

17. Quais os dias e horários de funcionamento do estabelecimento?

18. Quais os dias e horários que o (a) senhor (a) permanece no estabelecimento?

19. Qual a forma de registro do (a) senhor (a) ou da empresa?

contribuinte individual

microempreendedor individual

micro ou pequeno empresário

nenhuma

outra: _____

20. Recolhe regularmente as taxas do INSS? Por quê?

sim

não

21. Quais os lugares de procedência das mercadorias vendidas no estabelecimento?

22. Qual a procedência de seus clientes (bairro/cidade)?

23. Qual o perfil de seus clientes quanto ao poder econômico?

classe alta

classe média

classe baixa

24. Qual a forma de pagamento das compras de mercadorias para o estabelecimento?

boleto

cheque à vista

cheque pré-datado

dinheiro

cartão de crédito

cartão de débito

notas promissórias

consignação

outro (s): _____

25. Quais as formas de pagamento oferecidas pelo seu estabelecimento aos clientes?

cheque

dinheiro

cartões de débito

cartões de crédito

crediário da loja

fiado

outro (s): _____

26. Qual a forma de pagamento mais frequentemente utilizada por sua clientela?

27. Qual o (s) maior (es) concorrentes de seu estabelecimento?

28. Atualmente utiliza-se de algum tipo de crédito através de bancos e/ou financeiras? Por quê?

sim

não

29. O (a) senhor (a) realiza algum tipo de divulgação da loja? Quais?

sim: _____

não

30. Realiza investimentos no seu negócio? Com que frequência?

sim: _____

não

31. Sua loja possui alvará de funcionamento?

sim

não

32. Quais os maiores gastos de sua empresa?

aluguel

funcionários

água, luz e telefone

aquisição de produtos para comercialização ou prestação dos serviços

outro (s): _____

33. O (a) senhor (a) realiza outra atividade econômica? Qual?

sim: _____

não

34. Em média, qual sua renda mensal a partir deste estabelecimento?

entre 1 e 2 salários mínimos (R\$ 678,00 a R\$ 1.356,00)

entre 3 e 4 salários mínimos (R\$ 2.034,00 a R\$ 2.712,00)

entre 5 e 6 salários mínimos (R\$ 3.390,00 a R\$ 4.068,00)

entre 7 e 8 salários mínimos (R\$ 4.746,00 a R\$ 5.524,00)

entre 9 e 10 salários mínimos (R\$ 6.102,00 a R\$ 6.780,00)

mais de 10 salários mínimos (acima de R\$ 6.780,00)

Obs: o valor do salário mínimo no período da pesquisa era de R\$ 678,00